Macroplan®
Prospectiva, Estratégia & Gestão

Desafios da GESTÃO ESTADUAL

- ESTUDO COMPLETO



Novembro de 2014

DESAFIOS DA GESTÃO ESTADUAL



APRESENTAÇÃO

- O Brasil avançou nas últimas décadas em termos sociais e econômicos, porém continua com elevados déficits em relação aos países desenvolvidos. Perduram, ainda, significativas desigualdades entre os estados.
- Os governos estaduais são parte fundamental para acelerar, aprimorar e consolidar o processo de desenvolvimento do Brasil. Melhores respostas dos governos na ampliação do acesso e da qualidade dos serviços são também demandas crescentes da sociedade. As manifestações populares de 2013 são exemplos disso.
- Os novos governadores encontrarão, em geral, um cenário macroeconômico desfavorável e verão seus limites de atuação estreitados pela restrição de recursos, sobretudo após um ano de baixo crescimento. **Será preciso "fazer mais com menos". Será necessário inovar na gestão, definir prioridades e avançar em eficiência!**
- Neste contexto, o presente estudo buscou organizar e analisar a informação disponível sobre a situação atual e a evolução na última década das 27 Unidades da Federação em 10 dimensões – Educação, Juventude, Saúde, Segurança, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico Desenvolvimento Social, Condições de Vida, Institucional e Gestão Fiscal – e 69 indicadores.

DESAFIOS DA GESTÃO ESTADUAL



APRESENTAÇÃO

- Da análise, é possível identificar com clareza os desafios que se apresentam aos novos governantes e, principalmente, as estratégias para sua superação. O que se pretende essencialmente é identificar governos e práticas que tenham sido capazes de alterar a realidade encontrada em curtos espaços de tempo.
- O objetivo central da Macroplan com a realização desse estudo é **contribuir para a melhoria da gestão pública no país**.
- Para cada uma das dimensões estão propostas **estratégias para a melhoria da gestão**, elaboradas a partir de pesquisas efetuadas junto aos governos que se destacaram nessas dimensões e da consolidação das práticas testadas pelas equipes técnicas da consultoria, ao longo das duas últimas décadas, na execução de projetos junto aos governos (federal, estaduais e municipais).
- **Siga o painel de navegação e boa leitura!**

Painel de navegação

PARTE I.
Síntese do estudo

1. **Desafios, Dimensões e Principais conclusões** — ACESSAR
2. **O Brasil e as 27 Unidades da Federação** — ACESSAR
   - Ainda há muito por fazer
   - O Estado-Modelo
   - Os Melhores e Piores Colocados
   - Evoluções Positivas e Negativas
3. **As Regiões Brasileiras** — ACESSAR
   - Destaques de cada Região
4. **As Dimensões analisadas e estratégias propostas** — ACESSAR
   - Síntese das Estratégias, por dimensão
5. **Por onde começar** — ACESSAR
   - A transição e o primeiro ano de governo
6. **Ficha técnica** — ACESSAR
   - A Macroplan | Equipe Técnica

PARTE II.
Análise de cada dimensão

Construção do Futuro

1. Educação — ACESSAR
2. Juventude — ACESSAR

Sociedade saudável e segura

3. Saúde — ACESSAR
4. Segurança — ACESSAR

Crescimento Sustentável

5. Infraestrutura — ACESSAR
6. Desenvolvimento Econômico — ACESSAR
7. Desenvolvimento Social — ACESSAR
8. Condições de Vida — ACESSAR

Gestão pública eficiente

9. Institucional — ACESSAR
10. Gestão Fiscal — ACESSAR

Macroplan®
Prospectiva, Estratégia & Gestão



PARTE I

SÍNTESE DO ESTUDO



Macroplan®
Prospectiva, Estratégia & Gestão

VOLTAR PARA O PAINEL DE NAVEGAÇÃO

PARTE I.
SÍNTESE DO ESTUDO

1. DESAFIOS, DIMENSÕES E PRINCIPAIS CONCLUSÕES



São 4 os Desafios da Gestão Estadual...

- A construção do **Futuro ...**
- ... de uma **sociedade** saudável e segura, ...
- ... com **crescimento sustentável** e ...
- ... **gestão pública** eficiente.

... DIVIDIDOS EM 10 DIMENSÕES E 69 INDICADORES

SOCIEDADE SAUDÁVEL E SEGURA

- 3. SAÚDE
- 4. SEGURANÇA

CONSTRUÇÃO DO FUTURO

- 1. EDUCAÇÃO
- 2. JUVENTUDE

GESTÃO PÚBLICA EFICIENTE

- 9. INSTITUCIONAL
- 10. GESTÃO FISCAL

CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

- 5. INFRAESTRUTURA
- 6. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
- 7. DESENVOLVIMENTO SOCIAL
- 8. CONDIÇÕES DE VIDA

Principais conclusões

A Boa gestão pública pode fazer a diferença. Apesar do passivo histórico, sobretudo das regiões mais pobres, boas gestões e projetos bem implementados em áreas específicas permitiram que alguns estados se destacassem dentro do seu grupo de referência.

São exemplos positivos a expressiva redução da taxa de homicídios de Pernambuco na última década, na contratendência de vários estados do Nordeste; a fortíssima redução da taxa de evasão escolar do Ensino Médio, também em Pernambuco, que avançou do 26º para o 1º lugar do *RANKING* entre 2007 e 2013; e a redução da taxa de mortalidade infantil do Ceará, que subiu 10 posições no *RANKING* das 27 UFs entre 2001 e 2011 e ultrapassou a média nacional.

1.

Não existe um Estado modelo. Nenhum Estado está nas primeiras posições, ou teve evoluções significativas na década, em todas as áreas. Prioridades precisam ser definidas a cada ciclo de gestão. Um Estado "modelo" brasileiro precisaria contar com os melhores indicadores de várias UFs.

Mesmo os estados melhores posicionados na maioria das áreas, como Santa Catarina e São Paulo, apresentam alguns indicadores com posições entre os piores do *RANKING* ou com resultados pouco favoráveis. Exemplos: taxa média de crescimento real do PIB entre 2001 e 2011 para ambos os estados, abastecimento de água em SC e aglomerados subnormais em SP.

2.

Principais conclusões

Alcançar bons resultados no Brasil não significa alcançar patamar adequado. Para boa parte dos indicadores, mesmo o estado com melhor desempenho no *ranking* nacional não alcança índices de referência internacional.

Em saúde e segurança, Santa Catarina, com a melhor posição do Brasil, apresenta taxas de homicídio (12,8/100 mil hab.) e de mortalidade infantil (10,8/1.000 nascidos vivos) próximas, mas ainda superiores aos padrões aceitáveis internacionalmente pela OMS de 10 homicídios/100 mil hab. e 10 óbitos/1.000 nascidos vivos.

3.

Recursos financeiros são importantes, mas não prescindem de boa gestão. O volume de recursos ajuda, mas não resolve sem uma boa gestão. Em alguns casos, é possível perceber um significativo aumento dos gastos sem resultados tão relevantes no desempenho do estado.

É o caso de Alagoas que, apesar de ter elevado a despesa *per capita* com segurança de 2005 a 2012, tem a pior taxa de homicídio do Brasil (2012) – taxa que se elevou 88% na última década.

4.

Principais conclusões

A inovação na gestão é fundamental. Os recursos são escassos para suprir todas as carências. É preciso inovar na gestão para obter mais resultados com menos recursos, ser mais eficiente na sua alocação e buscar soluções não usuais para "fazer mais e mais rápido, com menos investimento financeiro".

5.

O bom desempenho de hoje não garante o êxito de amanhã. Na gestão pública é necessário um esforço persistente na mitigação dos problemas e no monitoramento contínuo dos resultados. É necessário estar vigilante e pronto para a ação, mesmo que os desempenhos comparativos entre as UFs coloque o Estado em boa posição.

É o caso de Santa Catarina, que mesmo apresentando a menor taxa de homicídios do Brasil em 2012 (12,8/100 mil hab.), viu seu índice de homicídios crescer 24% nesta década.

6.

Principais conclusões

Boas práticas precisam ser replicadas. O conhecimento disponível sobre os casos de sucesso e boas práticas implementadas em diversas áreas pelos estados brasileiros é muito pouco disseminado. Muitas vezes se investe bastante tempo e recursos em "criar" novas soluções ao invés de "adaptar" práticas às diferentes realidades. Falta ao Brasil esta visão sistêmica.

7.

Em suma, mesmo com as heterogeneidades regionais e os grandes desafios a serem enfrentados pelos estados brasileiros visando um salto no desenvolvimento socioeconômico do país, **é possível avançar bastante no espaço de um ou dois mandatos.**

Os desempenhos recentes e as evoluções ao longo da década nas 10 dimensões incluídas neste estudo para as 27 Unidades da Federação mostram que diversos avanços são possíveis e que alguns estados conseguiram evoluir significativamente em áreas específicas.

8.

PARTE I.
SÍNTESE DO ESTUDO

2. O BRASIL E AS 27 UNIDADES DA FEDERAÇÃO

Macroplan®
Prospectiva, Estratégia & Gestão

VOLTAR PARA O PAINEL DE NAVEGAÇÃO



AINDA HÁ MUITO POR FAZER

SAÚDE

Taxa de Mortalidade Infantil
Nº Óbitos infantis/1.000 nascidos vivos

Padrão aceitável OMS	10
Melhor desempenho (2011): SC	10,8
Média Brasil (2011)	15,3
Nº UFs que alcançaram a ref. int.	0

Expectativa de Vida
Anos

Média OCDE (2012)	80,6
Melhor desempenho (2012): SC	77,7
Média Brasil (2012)	74,5
Nº UFs que alcançaram a Ref. Int.	0

SAÚDE

SEGURANÇA

Homicídios por 100 mil habitantes

Média OCDE (2011)	4,5
Melhor desempenho (2012): SC	12,8
Média Brasil (2012)	29,0
Nº UFs que alcançaram a Ref. Int.	0

Consumo Residencial Energia Elétrica per capita (kWh)

EUA (2011)	4.569
Melhor desempenho (2012): SP	886,7
Média Brasil (2012)	597,5
Nº UFs que alcançaram a Ref. Int.	0

INFRAESTRUTURA

EDUCAÇÃO

Escolaridade Média (25 anos ou mais)
Anos de estudo

EUA (2010)	13,3
Melhor desempenho (2013): DF	10,0
Média Brasil (2013)	7,7
Nº UFs que alcançaram a Ref. Int.	0

Taxa de Desemprego
% (15 anos ou mais)

OCDE (2013)	8%
Melhor desempenho (2013): SC	3,2%
Média Brasil (2013)	6,5%
Nº UFs que alcançaram a Ref. Int.	18

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

EDUCAÇÃO

PISA
Nota de Matemática

Média OCDE (2012)	494
Melhor desempenho (2012): DF	416
Média Brasil (2012)	391
Nº UFs que alcançaram a Ref. Int.	0

Coeficiente de Gini

Média OCDE (2011)	0,320
Melhor desempenho (2013): SC	0,431
Média Brasil (2013)	0,525
Nº UFs que alcançaram a Ref. Int.	0

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

JUVENTUDE

Proporção de Jovens "NEM-NEM-NEM"
% de Jovens de 15 a 29 anos

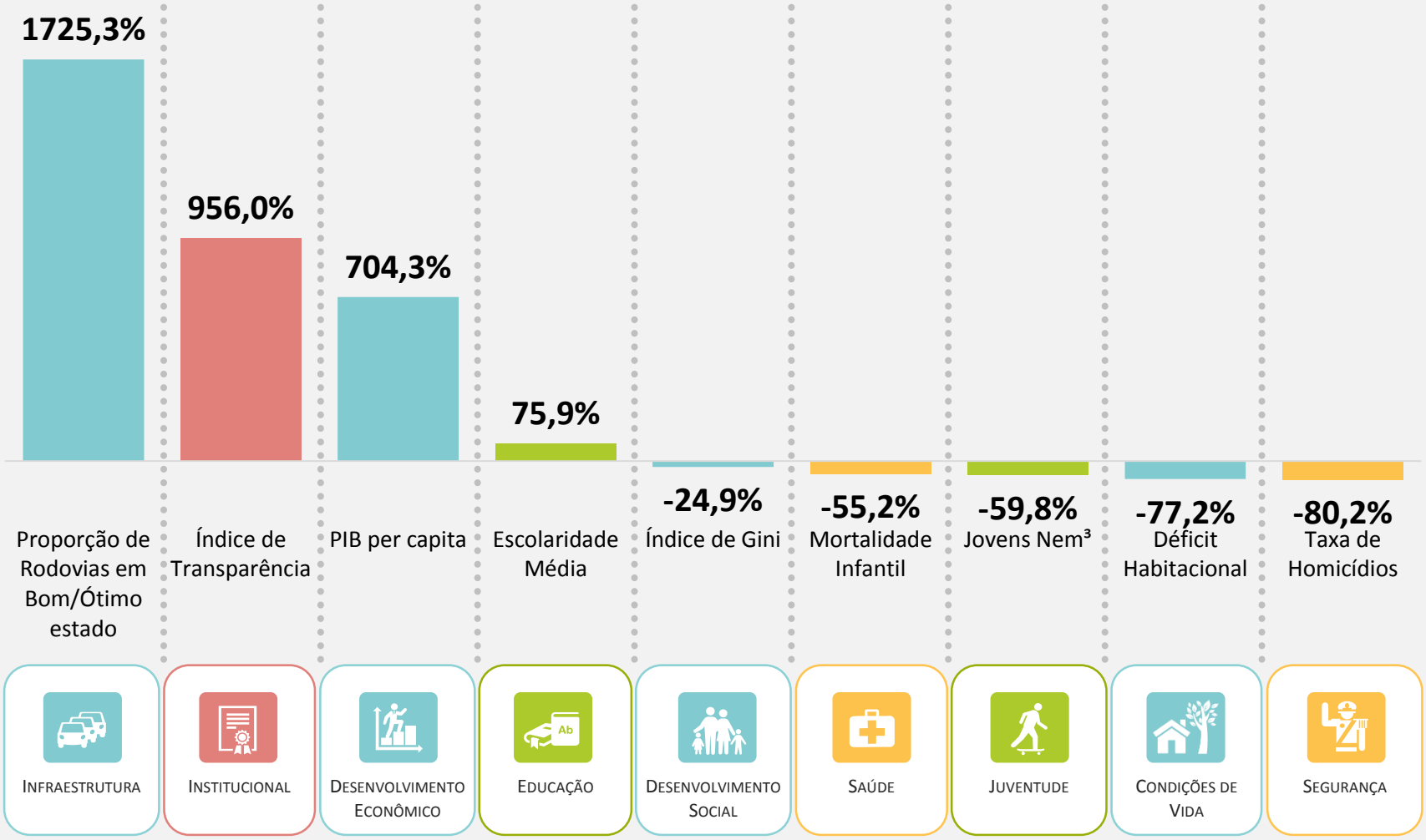
Média OCDE (2012)	8,4%
Melhor desempenho (2013): SC	8,9%
Média Brasil (2013)	14,9%
Nº UFs que alcançaram a Ref. Int.	0

Taxa de Desemprego de Jovens
% Jovens de 15 a 29 anos

Média OCDE (2012)	9,9%
Melhor desempenho (2013): MS	6,5%
Média Brasil (2013)	12,4%
Nº UFs que alcançaram a Ref. Int.	5

JUVENTUDE

Diferencial de desempenho entre o melhor e o pior Estado em indicadores selecionados



O ESTADO-MODELO EM 9 DIMENSÕES

é a soma do melhor em cada ranking

1. EDUCAÇÃO
- ESCOLARIDADE MÉDIA DO **DISTRITO FEDERAL** (10 ANOS DE ESTUDO) - 2013
- NOTA DE MATEMÁTICA DO PISA DO **DISTRITO FEDERAL** (416 PONTOS) - 2012

+

2. JUVENTUDE
- PROPORÇÃO DE JOVENS NEM-NEM-NEM DE **SANTA CATARINA** (8,86%) - 2013
- TAXA HOMICÍDIOS DE JOVENS DE **SANTA CATARINA** (23,8 POR 100 MIL HAB.) - 2012

+

3. SAÚDE
- TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL DE **SANTA CATARINA** (10,78 POR 1.000 NASCIDOS VIVOS) - 2011
- EXPECTATIVA DE VIDA DE **SANTA CATARINA** (77,7 ANOS) - 2012

+

4. SEGURANÇA
- TAXA DE HOMICÍDIOS DE **SANTA CATARINA** (12,8 POR 100 MIL HAB.) - 2012
- SISTEMA PRISIONAL DO **ESPÍRITO SANTO** (1,18 PRESO POR VAGA) - 2012

+

5. INFRAESTRUTURA
- PROPORÇÃO DE RODOVIAS BOAS/ÓTIMAS DE **SÃO PAULO** (78,48%) - 2014
- QUALIDADE DA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DE **SÃO PAULO E CEARÁ** (5 INTERRUPÇÕES/ ANO) - 2013

+

6. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
- PIB PER CAPITA DO **DISTRITO FEDERAL** (R$ 63.020,02) - 2011
- DESEMPREGO DE **SANTA CATARINA** (3,17%) - 2013

+

7. DESENVOLVIMENTO SOCIAL
- ÍNDICE DE GINI DE **SANTA CATARINA** (0,431) - 2013
- POBREZA DE **SANTA CATARINA** (5,7%) - 2013

+

8. CONDIÇÕES DE VIDA
- DÉFICIT HABITACIONAL DO **RIO GRANDE DO SUL** (5%) - 2012
- SANEAMENTO BÁSICO ADEQUADO DE **SÃO PAULO** (93,9%) - 2013

+

9. INSTITUCIONAL
- ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA DO **ESPÍRITO SANTO** (8,96) - 2014

= **ESTADO-MODELO**

Os Melhores resultados (anos mais recentes)

Número de Homicídios por 100 mil habitantes

Posição 2012	UF	2012
1	SC	12,8
2	SP	15,1
3	PI	17,2
4	RS	21,9
5	MG	22,8

Taxa de mortalidade infantil (óbitos por mil nascidos vivos)

Posição 2011	UF	2011
1	SC	10,78
2	RS	11,1
3	SP	11,63
4	ES	11,65
5	PR	11,77

Escolaridade Média 25 anos ou mais

Posição 2013	UF	2013
1	DF	10,0 anos
2	RJ	8,8 anos
3	SP	8,8 anos
4	SC	8,2 anos
5	AP	8,2 anos

Coeficiente de Gini

Posição 2013	UF	Coef. De Gini 2013
1	SC	0,431
2	PR	0,464
3	RO	0,474
4	RS	0,476
5	GO	0,480

PIB per capita a preços de 2011 Brasil e Unidades da Federação

Posição 2011	UF	2011
1	DF	R$ 63.020,02
2	SP	R$ 32.449,06
3	RJ	R$ 28.696,42
4	ES	R$ 27.542,13
5	SC	R$ 26.760,82

Proporção de Rodovias Boas/Ótimas

Posição 2014	UF	2014
1º	SP	78,48 %
2º	RJ	61,02 %
3º	AL	50,20 %
4º	PR	49,28 %
5º	DF	47,43 %

Déficit Habitacional Total Relativo

Posição 2012	UF	2012
1	RS	5%
2	ES	6,6%
3	SC	6,7%
4	PR	6,8%
5	RO	7,4%

Nem nem nem - Jovens de 15 a 29 anos

Posição 2013	UF	2013
1	SC	8,86%
2	DF	9,30%
3	RS	10,34%
4	PR	12,13%
5	GO	12,85%

Índice de Transparência

Posição 2014	UF	2014
1	ES	8,96
2	PE	8,14
3	SP	7,95
4	SC	7,60
5	PI	7,21

Os Estados do Sudeste e Sul destacam-se entre os melhores resultados

Nº de vezes UF entre os 5 melhores	UF
38	SP
32	SC
30	DF
24	RS
23	PR
20	RJ
19	ES
15	MS
13	GO
11	MG
9	MT
9	RO
8	RR
6	AC
6	AP
6	PI
5	TO
3	AL
3	CE
3	MA
3	PE
2	AM
2	BA
2	PB
2	SE
1	PA
0	RN



Foi contabilizado o número de vezes que as UFs aparecem entre os 5 melhores nos *rankings* mais recentes de 59 indicadores. Não foram incluídos os indicadores: número de habitantes por defensor público; volume de recursos destinado à assistência social; tempo médio de deslocamento; proporção de impostos sobre a tarifa de energia elétrica; além dos indicadores da área fiscal. Em educação, foram avaliados o IDEB e a taxa de distorção idade-série para o total do estado e para a rede pública estadual.

Fonte: Elaboração Macroplan

Os Piores resultados (anos mais recentes)

Número de Homicídios por 100 mil habitantes

Posição 2012	UF	2012
23	BA	41,9
24	GO	44,3
25	CE	44,6
26	ES	47,3
27	AL	64,6

Taxa de mortalidade infantil (óbitos por mil nascidos vivos)

Posição 2011	UF	2011
23	AM	19,97
24	BA	20,05
25	PA	20,59
26	PI	20,78
27	AP	24,08

Escolaridade Média 25 anos ou mais

Posição 2013	UF	2013
23	CE	6,3 anos
24	PB	6,3 anos
25	MA	5,8 anos
26	PI	5,8 anos
27	AL	5,7 anos

Coeficiente de Gini

Posição 2013	UF	Coef. De Gini 2013
23	AM	0,542
24	SE	0,556
25	BA	0,557
26	MA	0,559
27	DF	0,574

PIB per capita a preços de 2011 Brasil e Unidades da Federação

Posição 2011	UF	2011
23	CE	R$ 10.314,29
24	PB	R$ 9.348,69
25	AL	R$ 9.079,48
26	MA	R$ 7.852,71
27	PI	R$ 7.835,75

Proporção de Rodovias Boas/Ótimas

Posição 2014	UF	2014
23	MT	14,78%
24	AP	14,16%
25	PA	10,42%
26	AM	6,71%
27	AC	4,30%

Déficit Habitacional Total Relativo

Posição 2012	UF	2012
23	RR	12,4%
24	AC	14,1%
25	DF	16,2%
26	AM	16,9%
27	MA	21,9%

Nem nem nem - Jovens de 15 a 29 anos

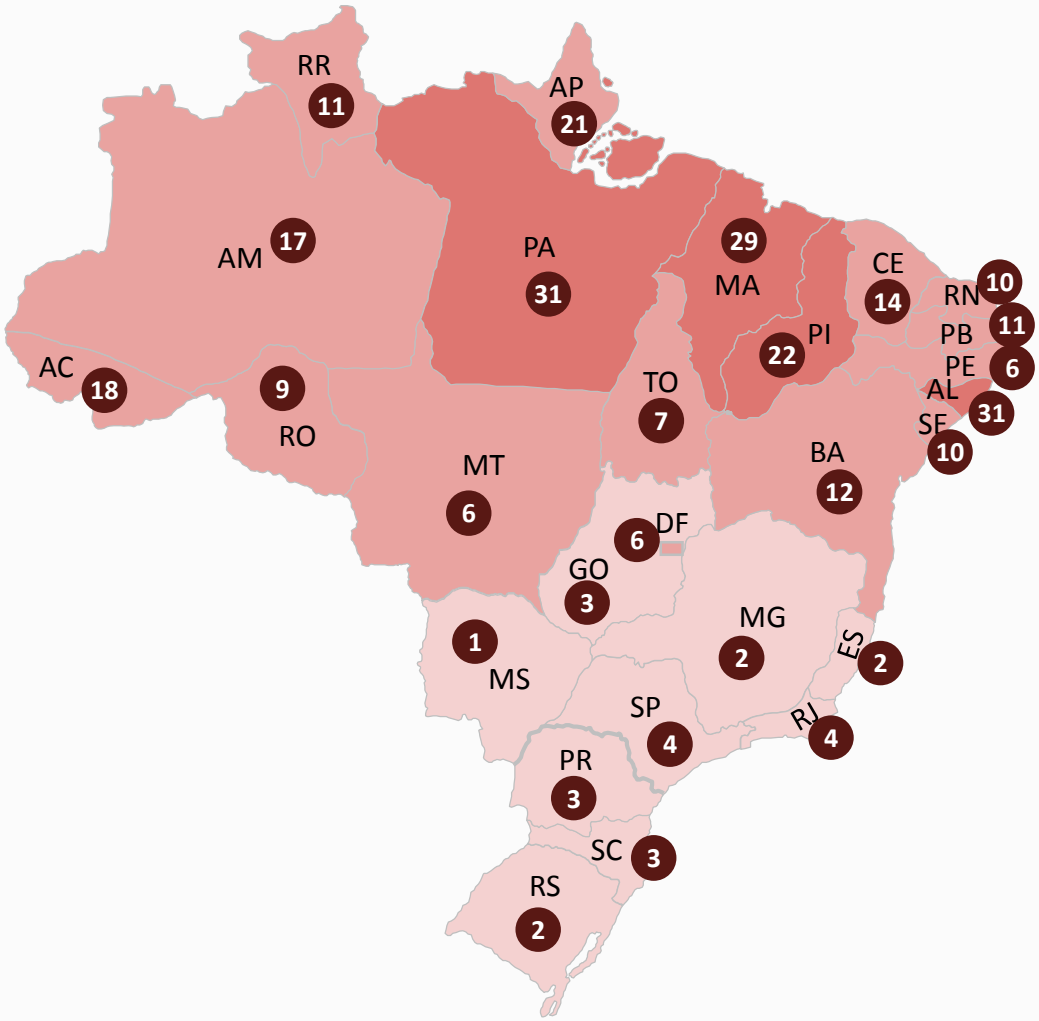
Posição 2013	UF	2013
23	PB	19,22%
24	CE	19,52%
25	PE	19,73%
26	RR	20,94%
27	AL	22,04%

Índice de Transparência

Posição 2014	UF	2014
23	TO	3,92
24	AC	3,58
25	RR	3,53
26	SE	2,42
27	RO	0,85

Os Estados do Norte e Nordeste destacam-se entre os piores resultados

Nº de vezes UF entre os 5 piores	UF
1	MS
2	RS
2	ES
2	MG
3	SC
3	PR
3	GO
4	SP
4	RJ
6	DF
6	MT
6	PE
7	TO
9	RO
10	SE
10	RN
11	RR
11	PB
12	BA
14	CE
17	AM
18	AC
21	AP
22	PI
29	MA
31	PA
31	AL



Foi contabilizado o número de vezes que as UFs aparecem entre os 5 melhores nos rankings mais recentes de 59 indicadores. Não foram incluídos os indicadores: número de habitantes por defensor público; volume de recursos destinado à assistência social; tempo médio de deslocamento; proporção de impostos sobre a tarifa de energia elétrica; além dos indicadores da área fiscal. Em educação, foram avaliados o IDEB e a taxa de distorção idade-série para o total do estado e para a rede pública estadual.

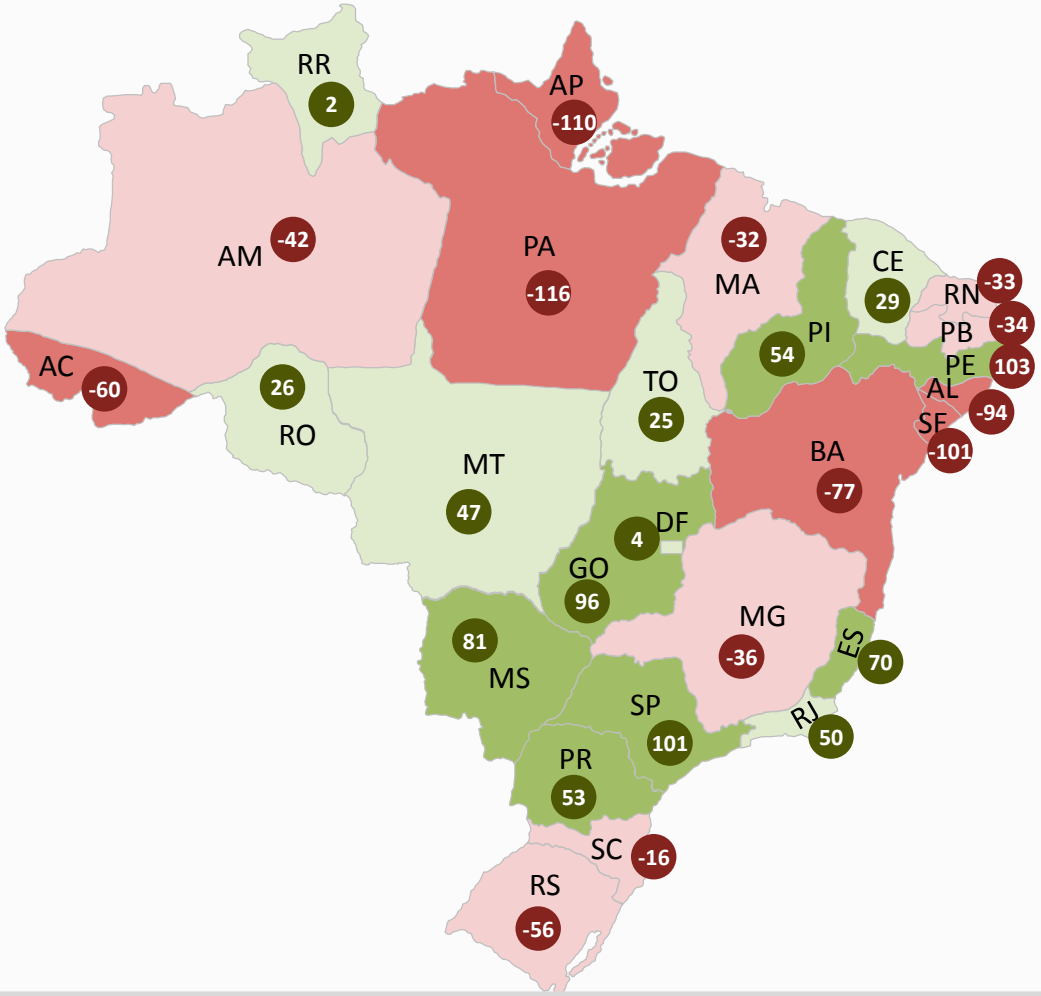
Fonte: Elaboração Macroplan

Principais ganhos de posições relativas em cada Área

1. Educação	• Escolaridade média (2004-2013) de **Tocantins e Roraima** (4 posições)
2. Juventude	• Proporção de Jovens Nem-Nem-Nem (2004-2013) de **Goiás e Rio Grande do Norte** (10 posições)
3. Saúde	• Taxa de Mortalidade Infantil (2001-2011) de **Alagoas** (11 posições)
4. Segurança	• Taxa de Homicídios (2002-2012) de **São Paulo** (21 posições)
5. Infraestrutura	• Proporção de Rodovias Boas/Ótimas (2004-2014) do **Rio Grande do Norte** (18 posições)
6. Desenvolvimento econômico	• PIB per capita (2001-2011) de **Tocantins** (6 posições)
7. Desenvolvimento social	• Índice de Gini (2004-2013) de **Pernambuco** (15 posições)
8. Condições de Vida	• Déficit Habitacional (2007-2012) do **Amapá** (13 posições)
9. Institucional	• Índice de Transparência (2010-2014) do **Mato Grosso e Piauí** (19 posições)

Evoluções Positivas e Negativas

Ranking de Variação Líquida de Posições	UF	Variação líquida de posições
1	PE	103
2	SP	101
3	GO	96
4	MS	81
5	ES	70
6	PI	54
7	PR	53
8	RJ	50
9	MT	47
10	CE	29
11	RO	26
12	TO	25
13	DF	4
14	RR	2
15	SC	-16
16	MA	-32
17	RN	-33
18	PB	-34
19	MG	-36
20	AM	-42
21	RS	-56
22	AC	-60
23	BA	-77
24	AL	-94
25	SE	-101
26	AP	-110
27	PA	-116



A análise dos rankings de 54* indicadores aponta que Pernambuco teve a maior evolução nos períodos analisados, com ganho de 103 posições. Logo após aparecem SP (101), GO (96), MS (81), ES (70). Foram calculadas as diferenças de posição nos rankings dos anos inicial e final; quando há melhora na posição, a diferença é positiva; em caso de piora na posição relativa, a diferença é negativa. Para identificar a variação total, é preciso somar esses valores, o que representa o resultado líquido das variações de posição nos rankings em questão. As maiores perdas de posição ocorreram em estados do Norte e Nordeste: BA (-77), AL (-94), SE (-101), AP (-110) e PA (-116).

Fonte: Elaboração Macroplan. *Não foram incluídos os indicadores: insuficiência alimentar; tempo médio de deslocamento; proporção de impostos sobre a tarifa de energia elétrica; taxa de crescimento do PIB; volume de recursos destinado à assistência social; famílias beneficiárias do Bolsa Família; aglomerados subnormais; recursos hídricos; número de habitantes por defensor público; além dos indicadores da área fiscal. Em educação, foram avaliados o IDEB e a taxa de distorção idade-série para o total do estado e para a rede pública estadual.

PARTE I.
SÍNTESE DO ESTUDO

3. AS REGIÕES BRASILEIRAS

Macroplan®
Prospectiva, Estratégia & Gestão

VOLTAR PARA O PAINEL DE NAVEGAÇÃO



As Regiões Brasileiras

Norte. Em geral, o desafio refere-se a levar serviços para populações relativamente pequenas e com elevada dispersão territorial. Destacam-se os problemas relacionados aos recursos humanos e físicos na saúde e infraestrutura econômica e urbana, impactando a competitividade e as condições de vida.

Nordeste. Muitos estados nordestinos figuram nas últimas posições nos *rankings* nos últimos anos disponíveis, ainda que existam boas colocações em algumas áreas: PE no ensino médio (rede estadual) e em transparência institucional, Piauí nos indicadores de segurança, Maranhão na taxa de crescimento econômico e o Ceará na distribuição de energia. Por outro lado, os indicadores sociais e econômicos são os piores do Brasil, majoritariamente em Alagoas, Maranhão e no Piauí.

Centro-Oeste. Na região, o Distrito Federal, com a especificidade de ser uma cidade-estado, aparece entre as melhores Unidades da Federação mais de 25 vezes. Goiás se destaca na qualidade do ensino, tanto nos anos finais do Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio, e nos índices de pobreza e juventude. Mato Grosso destaca-se entre as melhores taxas de crescimento do PIB e no baixo desemprego.

Sudeste. Seus estados destacam-se na maioria dos indicadores analisados, em especial: a taxa de homicídios de SP; a mortalidade infantil e a expectativa de vida em SP e ES; o IDEB em SP, MG e RJ e a competitividade de SP, RJ e MG. Apesar disso, as economias de SP e RJ tiveram baixo crescimento real em relação às demais UFs e o Rio de Janeiro apresentou piora na desigualdade, tornando-se, no período de 2004 a 2013 mais desigual do que a média do Brasil.

Sul. A região, na média, apresenta bons indicadores. Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul possuem bons indicadores de saúde, desigualdade de renda, desemprego e informalidade, competitividade e poucos jovens ociosos.

Destaques da Região Norte



ALTO DESEMPENHO

Crescimento real do PIB| RO, TO
Tarifa média de energia| AP, RR, AM
IDEB Anos Finais Ens. Fundamental| AC

Índice de Gini| RO
Congestionamento da Justiça| AP, AC, RO

BAIXO DESEMPENHO

Mortalidade Infantil| AM, PA, AP
Médicos por mil Habitantes| AC, PA, AP
Nota no PISA| PA, AC, AM
Taxa de Pobreza| AM, PA, AC

Índice de Transparência| TO, AC, RR, RO
Saneamento adequado| AC, PA, RO, AP

Desempenho entre os 5 melhores e 5 piores nos rankings dos últimos anos disponíveis.

Maiores variações na Região Norte

Percentual de Pobres

Posição 2013	UF	2013	2004	Posição 2004	Variação p.p.2004-2013	Quantas posições ganhou?
13	RR	24,4	62,3	23	-37,9	10

IDEB - E.F. II Total (Nota)

Posição 2013	UF	IDEB 2013	IDEB 2005	Posição 2005	Variação p.p.2005-2013	Quantas posições ganhou?
15	AM	3,9	2,7	24	1,2	9
5	AC	4,4	3,5	9	0,9	4

Esperança de vida ao nascer (anos)

Posição 2012	UF	2012	2002	Posição 2002	Variação 2002-2012	Quantas posições ganhou?
15	AC	72,51	67,63	23	7,2%	8

PIB per capita (preços de 2011)

Posição 2012	UF	2011	2001	Posição 2002	Variação 2001-2011	Quantas posições ganhou?
16	TO	R$ 12.891,19	R$ 8.672,17	22	48,7%	6

Número de Homicídios por 100 mil habitantes

Posição 2012	UF	2012	2002	Posição 2002	Variação 2002-2012	Quantas posições ganhou?
12	RO	32,9	42,3	24	-22,22%	12

Linhas Habilitadas por 100 Habitantes

Posição 2012	UF	2012	2002	Posição 2002	Variação % 2002-2012	Quantas posições ganhou?
3	RO	150,11	1,11	20	13.423	17
10	TO	134,85	0,89	25	15.052	15

Homicídio por 100 mil - Jovens 15 a 29 anos

Posição 2012	UF	2012	2002	Posição 2002	Variação 2002-2012	Quantas posições ganhou?
11	RR	49,5	67,6	21	-26,8%	10
10	RO	49,4	63,8	19	-22,6%	9
7	AC	45,9	50,9	15	-9,8%	8

Déficit Habitacional Total Relativo (%)

Posição 2012	UF	2012	2007	Posição 2007	Variação p.p. 2007-2012	Quantas posições ganhou?
13	AP	9	19,8	26	-10,8	13
5	RO	7,4	10,7	11	-3,3	6

Destaques da Região Nordeste



ALTO DESEMPENHO

Crescimento real do PIB| MA
IDEB Ensino Médio rede estadual| PE

Evasão Escolar| PE
Índice de Transparência| PE, PI
Taxa de Homicídios| PI

BAIXO DESEMPENHO

Informalidade| BA, SE, CE, PB
Taxa de Homicídios| BA, CE, AL
Jovens Nem Nem Nem| PB, CE, PE, AL

IDEB Total Anos Finais Ens. Fundamental| RN, PB, BA, SE, AL
Escolaridade Média| CE, PB, MA, PI, AL
Renda do Trabalho| PB, AL, CE, MA, PI

Desempenho entre os 5 melhores e 5 piores nos rankings dos últimos anos disponíveis.

Maiores variações na Região Nordeste

Taxa de Evasão Escolar no Ensino Médio (%)

Posição 2013	UF	2013	2007	Posição 2007	Variação p.p. 2007-2013	Quantas posições ganhou?
1	PE	4,7	22	26	-17,3	25
13	BA	8,6	19,9	23	-11,3	10

Nem-Nem-Nem - Jovens de 15 a 29 anos (%)

Posição 2013	UF	2013	2004	Posição 2004	Variação p.p.2004-2013	Quantas posições ganhou?
15	RN	17,08	19,69	25	-2,61	10

IDEB - E.F. II Total (nota)

Posição 2013	UF	2013	2005	Posição 2005	Variação p.p.2005-2013	Quantas posições ganhou?
5	CE	4,4	3,1	17	1,3	12

IDEB - EM. Total (Nota)

Posição 2013	UF	2013	2005	Posição 2005	Variação p.p.2005-2013	Quantas posições ganhou?
7	PE	3,8	3,0	18	0,8	11

Homicídio por 100 mil - Jovens 15 a 29 anos

Posição 2012	UF	2012	2002	Posição 2002	Variação 2002-2012	Quantas posições ganhou?
17	PE	73,8	111,3	26	-33,7%	9

Proporção de Domicílios com rede coletora de esgoto ou fossa séptica (%)

Posição 2013	UF	2013	2004	Posição 2004	Variação p.p.2004-2013	Quantas posições ganhou?
14	PE	61,1	38,3	20	22,78	6
9	PI	79,7	51,2	15	28,53	6

Coeficiente de Gini

Posição 2013	UF	2013	2004	Posição 2004	Variação 2004-2013	Quantas posições ganhou?
10	PE	0,500	0,606	25	-17,5%	15
14	PI	0,513	0,588	22	-12,9%	8

Taxa de mortalidade infantil (óbitos por mil nascidos vivos)

Posição 2011	UF	2011	2001	Posição 2001	Variação 2001-2011	Quantas posições ganhou?
15	AL	17	36,51	26	-53,4%	11
9	CE	15,15	32,12	19	-52,8%	10
17	PB	17,52	36,72	27	-52,3%	10

Destaques da Região Centro-Oeste



ALTO DESEMPENHO

IDEB Anos Finais Ens. Fundamental | GO
IDEB Ensino Médio | GO
Crescimento real do PIB | MT
Desemprego de Jovens | MS, MT

Evasão Escolar | DF, GO
Jovens Nem-Nem-Nem | GO
Nota do PISA | DF, MS

BAIXO DESEMPENHO

IDEB Ensino Médio | MT
Taxa de Homicídios | GO
Evasão Escolar | MT

Qualidade das Rodovias | MT
Congestionamento da Justiça Estadual | MT

Desempenho entre os 5 melhores e 5 piores nos rankings dos últimos anos disponíveis.

Maiores variações na Região Centro-Oeste

Professores com Ensino Superior no EF II (%)

Posição 2013	UF	2013	2011	Posição 2011	Variação p.p.2011-2013	Quantas posições ganhou?
10	MT	94,1	92,6	16	1,5	6

IDEB - E.F. II Total (Nota)

Posição 2013	UF	2013	2005	Posição 2005	Variação p.p.2005-2013	Quantas posições ganhou?
5	MT	4,4	3,1	17	1,3	12
2	GO	4,7	3,5	9	1,2	7

Renda Média Domiciliar per capita (R$)

Posição 2013	UF	2013 R$	2004 R$	Posição 2004	Variação % 2004-2013	Quantas posições ganhou?
7	MS	1.081,39	601,86	10	80,0%	3

IDEB - EM. Total (Nota)

Posição 2013	UF	2013	2005	Posição 2005	Variação p.p.2005-2013	Quantas posições ganhou?
2	GO	4,0	3,2	13	0,8	11

Taxa de Evasão Escolar no Ensino Médio (%)

Posição 2013	UF	2013	2007	Posição 2007	Variação p.p.2007-2013	Quantas posições ganhou?
5	GO	6,1	15,9	16	-9,8	11

Taxa de Distorção Idade-Série - E.M. Total (%)

Posição 2013	UF	2013	2006	Posição 2006	Variação 2006-2013	Quantas posições ganhou?
6	GO	27,2	43,9	11	-16,7	5

Informalidade (%)

Posição 2013	UF	2013	2004	Posição 2004	Variação p.p.2004-2013	Quantas posições ganhou?
12	GO	21,62	29,91	24	-8,29	12
13	MT	21,66	29,57	23	-7,91	10

Homicídio por 100 mil - Jovens 15 a 29 anos

Posição 2012	UF	2012	2002	Posição 2002	Variação 2002-2012	Quantas posições ganhou?
4	MS	42,3	52,5	16	-19,4%	12

Destaques da Região Sudeste



ALTO DESEMPENHO

IDEB Anos Finais Ens. Fundamental | MG, SP
IDEB Ensino Médio | SP, RJ
IDEB Ensino Médio da Rede Estadual | SP, MG
Escolaridade | RJ, SP

Taxa de Homicídios | SP, MG
Índice de Competitividade | SP, RJ
Qualidade das Rodovias | SP, RJ
Saneamento Básico Adequado | SP, ES, RJ, MG

BAIXO DESEMPENHO

Variação Real do PIB | SP, RJ
Tarifa Média de Energia | RJ, MG
Aglomerados Subnormais | RJ

Homicídios de Jovens | ES
Taxa de Congestionamento da Justiça Estadual | RJ, SP

Desempenho entre os 5 melhores e 5 piores nos rankings dos últimos anos disponíveis.

Maiores variações na Região Sudeste

Professores com Ensino Superior no EF II (%)

Posição 2013	UF	2013	2011	Posição 2011	Variação p.p.2011-2013	Quantas posições ganhou?
4	RJ	97,9	95,5	11	2,4	7
2	ES	98,0	96,2	8	1,8	6

Esperança de Vida ao Nascer (anos)

Posição 2012	UF	2012	2002	Posição 2002	Variação 2002-2012	Quantas posições ganhou?
4	ES	76,76	71,66	7	7,1%	3
8	RJ	74,9	70,92	11	5,6%	3

IDEB - EM. Total (Nota)

Posição 2013	UF	2013	2005	Posição 2005	Variação p.p.2005-2013	Quantas posições ganhou?
2	RJ	4,0	3,3	9	0,7	7
1	SP	4,1	3,6	5	0,5	4

Informalidade (%)

Posição 2013	UF	2013	2004	Posição 2004	Variação p.p.2004-2013	Quantas posições ganhou?
8	ES	18,00	28,02	20	-10,02	12

Taxa de Desemprego (%)

Posição 2013	UF	2013	2004	Posição 2004	Variação p.p.2004-2013	Quantas posições ganhou?
14	SP	6,55	11,12	23	-4,57	9
17	RJ	7,52	11,31	25	-3,79	8
10	MG	5,89	8,76	17	-2,87	7

Percentual de Pobres (%)

Posição 2013	UF	2013	2004	Posição 2002	Variação p.p.2004-2013	Quantas posições ganhou?
4	MG	7,8	26,6	11	-18,8	7

Déficit Habitacional Total Relativo (%)

Posição 2012	UF	2012	2007	Posição 2007	Variação p.p.2007-2012	Quantas posições ganhou?
2	ES	6,6	9	8	-2,4	6

Número de Homicídios por 100 mil habitantes

Posição 2012	UF	2012	2002	Posição 2002	Variação 2002-2012	Quantas posições ganhou?
2	SP	15,1	38,0	23	-60,26%	21
10	RJ	28,3	56,5	27	-49,91%	17

Destaques da Região Sul



ALTO DESEMPENHO

Taxa de Homicídios | SC, RS
Mortalidade Infantil | SC, RS, PR
Índice de Gini | SC, PR, RS
Taxa de Informalidade | SC, RS, PR

Distorção idade-série Ensino Médio | SC, PR
Índice de Competitividade | PR, RS, SC
Jovens Nem-Nem-Nem | SC, RS, PR

BAIXO DESEMPENHO

Variação Real do PIB | SC, RS
Habitantes por efetivo policial | PR, SC

Desempenho entre os 5 melhores e 5 piores nos rankings dos últimos anos disponíveis.

Maiores variações na Região Sul

Índice de Transparência

Posição 2014	UF	2014	2012	Posição 2012	Variação % 2012-2014	Quantas posições ganhou?
4	SC	7,60	6,91	8	10,0%	4

Taxa de Desemprego (%)

Posição 2013	UF	2013	2004	Posição 2004	Variação p.p.2004-2013	Quantas posições ganhou?
3	PR	4,22	6,06	7	-1,84	4
1	SC	3,17	4,44	4	-1,28	3

Leitos (públicos e privados) p/1.000 hab

Posição 2012	UF	2012	2005	Posição 2005	Variação 2005-2012	Quantas posições ganhou?
3	RS	2,82	2,78	7	1,4%	4

Proporção de Domicílios com Saneamento Básico adequado (%)

Posição 2013	UF	2013	2004	Posição 2004	Variação p.p.2004-2013	Quantas posições ganhou?
7	PR	75,3	63,4	10	11,86	3

Despesa Total com saúde per capita (R$ a preços de 2012)

Posição 2012	UF	2012	2002	Posição 2002	Variação 2002-2012	Quantas posições ganhou?
13	SC	794,11	384,73	20	106,41%	7

Coeficiente de Gini

Posição 2013	UF	2013	2004	Posição 2004	Variação 2004-2013	Quantas posições ganhou?
2	PR	0,464	0,543	12	-14,5%	10

PARTE I.
SÍNTESE DO ESTUDO

4. AS DIMENSÕES ANALISADAS

Macroplan®
Prospectiva, Estratégia & Gestão

VOLTAR PARA O PAINEL DE NAVEGAÇÃO



Estratégias para a melhoria da Educação

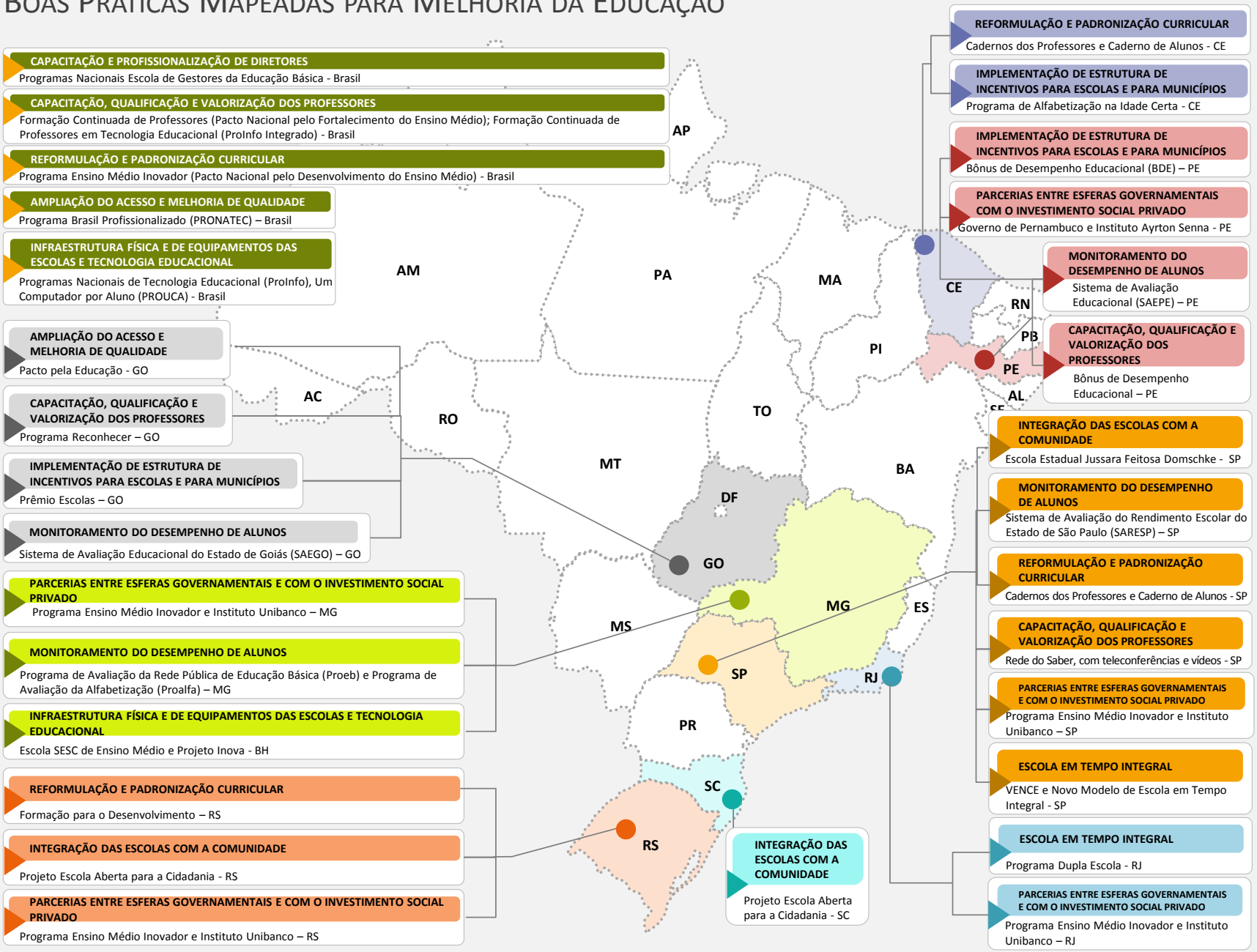
Embora a **educação** no Brasil tenha evoluído, alcançando a quase total universalização no Ensino Fundamental I na última década, o País ainda possui um considerável passivo histórico e problemas também evidentes no fluxo escolar.

Os desafios são diversos e as **estratégias propostas** buscam enfrentá-los.

Estratégias

1. Ampliar o acesso e melhorar a qualidade do ensino
2. Implantar o monitoramento do desempenho dos alunos
3. Implementar estrutura de incentivos para escolas estaduais e estimular a implantação nos municípios
4. Ampliar a escola em tempo integral
5. Promover a reformulação e padronização curricular
6. Valorizar os professores e investir na formação e qualificação continuada
7. Investir na capacitação gerencial dos diretores de escolas
8. Prover as escolas com infraestrutura física e de equipamentos adequada e investir em tecnologia educacional
9. Promover a integração das escolas com a comunidade
10. Incentivar o estabelecimento de parcerias entre esferas governamentais e entre os setores público e privado e a sociedade civil para ampliar o alcance de projetos educacionais

Boas Práticas Mapeadas para Melhoria da Educação



Estratégias para a melhoria da Qualidade de Vida dos Jovens

Os indicadores de **juventude** guardam forte relação com distintas áreas: segurança, mercado de trabalho, educação, etc.

Tais relações justificam uma abordagem transversal no que diz respeito aos jovens: seus problemas não estão isolados em campos específicos, mas socialmente relacionados, o que demanda do poder público soluções integradas.

Algumas delas propostas nas seguintes **estratégias**.

Estratégias

1. Ampliar as oportunidades de acesso dos jovens ao ensino técnico e profissionalizante.
2. Implantar uma rede de espaços da juventude, com ações integradas voltadas para a juventude em parceria com a sociedade.
3. Implantar programas de retenção e estímulos dos jovens nas escolas (bolsas de estudo e poupança-escola associadas ao desempenho escolar e à conclusão do Ensino Médio.
4. Reestruturar o Ensino Médio, expandindo sua relação com a formação técnica e com o mundo do trabalho.
5. Investir em programas integrados de prevenção aos principais riscos juvenis (violência, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez precoce, uso de drogas etc.).

Estratégias para a melhoria da Saúde

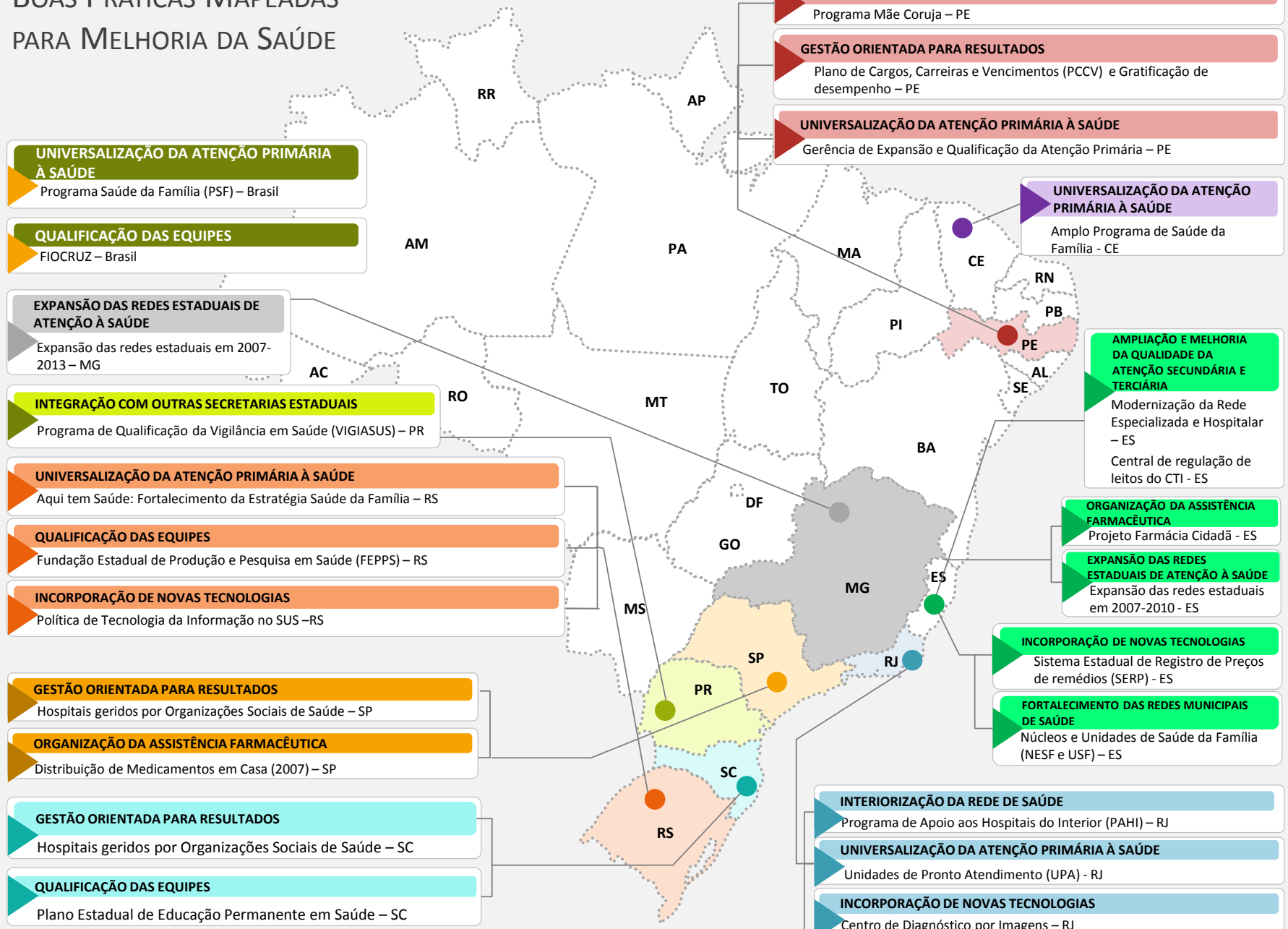
Apesar dos avanços recentes na **saúde**, registrados pela queda da mortalidade infantil e do aumento da expectativa de vida, a saúde no Brasil ainda apresenta um quadro crítico e muito heterogêneo entre os estados.

O desempenho da saúde pode ser explicado em parte por indicadores de recursos, como despesas, número de médicos e leitos, em parte por questões socioeconômicas, exigindo **estratégias** amplas para reverter este quadro.

Estratégias

1. Fomentar a universalização da atenção primária à saúde.
2. Fortalecer as redes municipais de saúde.
3. Ampliar e melhorar a qualidade da atenção secundária e terciária.
4. Fomentar a interiorização e expansão da rede de saúde.
5. Ampliar a atuação e expandir as redes estaduais de atenção à saúde.
6. Organizar a assistência farmacêutica, com foco na distribuição gratuita e facilitada de medicamentos.
7. Integrar as ações de atenção à saúde com ações de outras Secretarias Estaduais, priorizando a prevenção de doenças.
8. Capacitar continuamente os profissionais da saúde, com especial atenção aos atendentes, diretores/gestores de unidades de saúde e gestores municipais de saúde.
9. Incorporar novas tecnologias com vistas a melhorar a qualidade do atendimento, a excelência logística e a redução de custos.
10. Implantar gestão da saúde orientada a resultados.

Boas Práticas Mapeadas para Melhoria da Saúde



INTEGRAÇÃO COM OUTRAS SECRETARIAS ESTADUAIS
Programa Mãe Coruja – PE

GESTÃO ORIENTADA PARA RESULTADOS
Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV) e Gratificação de desempenho – PE

UNIVERSALIZAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE
Gerência de Expansão e Qualificação da Atenção Primária – PE

UNIVERSALIZAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE
Programa Saúde da Família (PSF) – Brasil

QUALIFICAÇÃO DAS EQUIPES
FIOCRUZ – Brasil

UNIVERSALIZAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE
Amplo Programa de Saúde da Família - CE

EXPANSÃO DAS REDES ESTADUAIS DE ATENÇÃO À SAÚDE
Expansão das redes estaduais em 2007-2013 – MG

AMPLIAÇÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DA ATENÇÃO SECUNDÁRIA E TERCIÁRIA
Modernização da Rede Especializada e Hospitalar – ES

Central de regulação de leitos do CTI - ES

INTEGRAÇÃO COM OUTRAS SECRETARIAS ESTADUAIS
Programa de Qualificação da Vigilância em Saúde (VIGIASUS) – PR

UNIVERSALIZAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE
Aqui tem Saúde: Fortalecimento da Estratégia Saúde da Família – RS

QUALIFICAÇÃO DAS EQUIPES
Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde (FEPPS) – RS

INCORPORAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS
Política de Tecnologia da Informação no SUS –RS

ORGANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA
Projeto Farmácia Cidadã - ES

EXPANSÃO DAS REDES ESTADUAIS DE ATENÇÃO À SAÚDE
Expansão das redes estaduais em 2007-2010 - ES

INCORPORAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS
Sistema Estadual de Registro de Preços de remédios (SERP) - ES

FORTALECIMENTO DAS REDES MUNICIPAIS DE SAÚDE
Núcleos e Unidades de Saúde da Família (NESF e USF) – ES

GESTÃO ORIENTADA PARA RESULTADOS
Hospitais geridos por Organizações Sociais de Saúde – SP

ORGANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA
Distribuição de Medicamentos em Casa (2007) – SP

GESTÃO ORIENTADA PARA RESULTADOS
Hospitais geridos por Organizações Sociais de Saúde – SC

QUALIFICAÇÃO DAS EQUIPES
Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde – SC

INTERIORIZAÇÃO DA REDE DE SAÚDE
Programa de Apoio aos Hospitais do Interior (PAHI) – RJ

UNIVERSALIZAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE
Unidades de Pronto Atendimento (UPA) - RJ

INCORPORAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS
Centro de Diagnóstico por Imagens – RJ

Estratégias para a melhoria da Segurança

A taxa de homicídios no Brasil manteve-se relativamente estável na última década. No entanto, houve uma mudança significativa nos índices de violência entre os estados brasileiros.

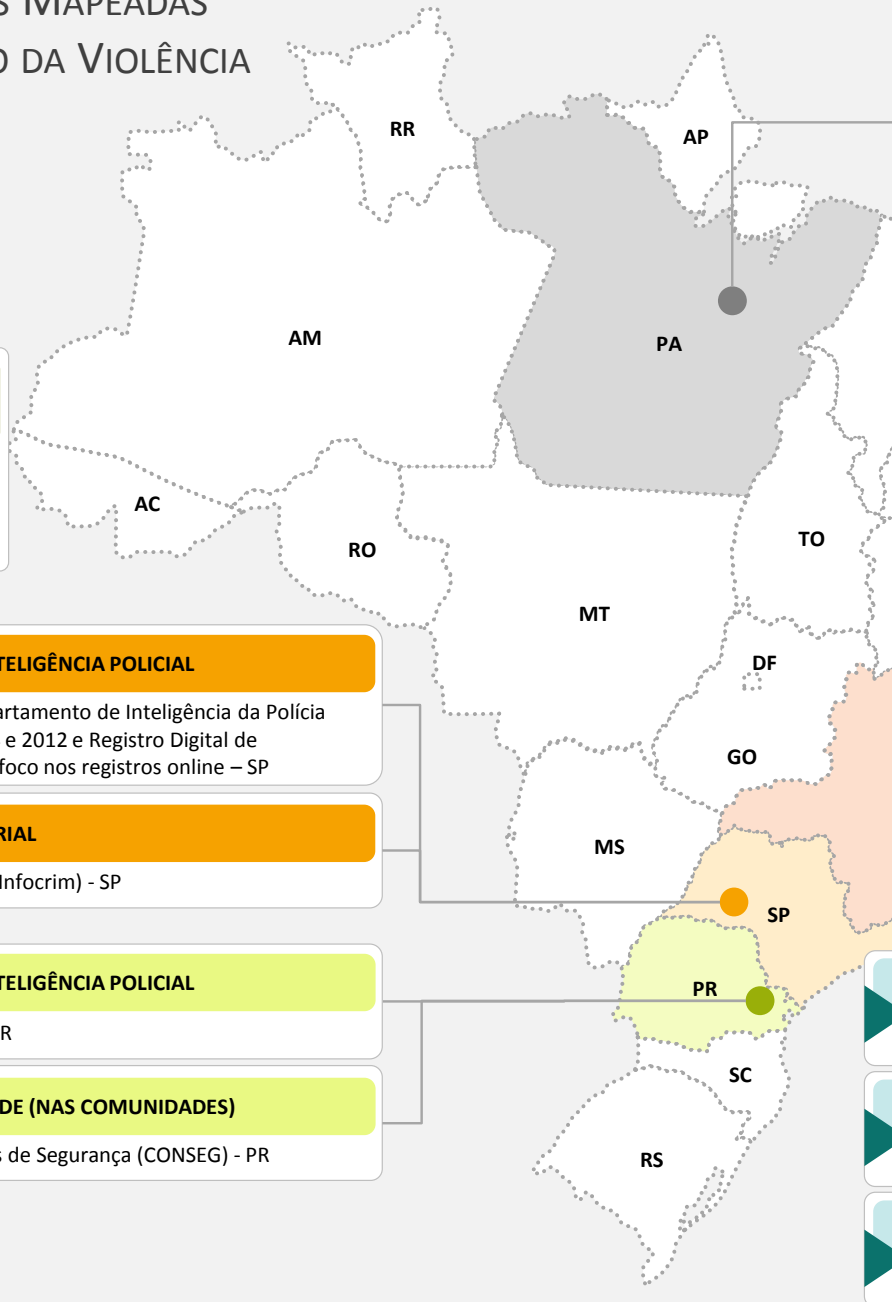
A violência letal diminuiu em estados mais ricos, como SP e RJ e aumentou em estados menos desenvolvidos, especialmente no NE.

Os desafios para a redução da criminalidade são muitos e foi identificado um conjunto de **ESTRATÉGIAS** para enfrentá-los.

Estratégias

1. Mobilizar as entidades públicas e instituições privadas e da sociedade civil para implantar um "amplo pacto pela vida".
2. Integrar o planejamento e a atuação das Polícias Civil e Militar em um ciclo completo de polícia.
3. Implantar e operar unidades de polícia nas comunidades (polícia de proximidade).
4. Aumentar sistematicamente os investimentos em inteligência policial.
5. Disseminar projetos focados na prevenção (políticas de prevenção), em especial aqueles focalizados em áreas de maior vulnerabilidade social.
6. Investir na focalização territorial.
7. Estimular a participação dos cidadãos no combate aos crimes com canais disponibilizados para denúncias.
8. Implantar sistema de premiação para bons resultados na redução da criminalidade.
9. Investir em inteligência prisional.
10. Tornar a justiça criminal rápida e eficiente.

Boas Práticas Mapeadas para Redução da Violência



INTELIGÊNCIA PRISIONAL

Mutirões da Defensoria Pública - PA

AMPLO PACTO PELA VIDA

Pacto Pela Vida (desde 2010) – PE

POLÍTICAS DE PREVENÇÃO

Prevenção Social da Violência - Pacto Pela Vida (desde 2010) - PE

ARTICULAÇÃO E DEFINIÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Implementação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) – Brasil

INVESTIMENTOS EM INTELIGÊNCIA POLICIAL

Fortalecimento do Departamento de Inteligência da Polícia Civil (DIPOL) entre 2004 e 2012 e Registro Digital de Ocorrência (RDO), com foco nos registros online – SP

INTEGRAÇÃO DO PLANEJAMENTO E DA ATUAÇÃO DAS POLÍCIAS

Integração do planejamento e da atuação das Polícias (entre 2003 e 2006) - MG

FOCALIZAÇÃO TERRITORIAL

Informações Criminais (Infocrim) - SP

POLÍCIA DE PROXIMIDADE (NAS COMUNIDADES)

Centro de Prevenção à Criminalidade (CPC) - MG

INVESTIMENTOS EM INTELIGÊNCIA POLICIAL

Delegacia Eletrônica – PR

POLÍCIA DE PROXIMIDADE (NAS COMUNIDADES)

Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) desde 2008 – RJ

POLÍCIA DE PROXIMIDADE (NAS COMUNIDADES)

Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEG) - PR

PREMIAÇÃO DE BONS RESULTADOS NA REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE

Polícia Civil e Militar (a partir de 2008) - RJ

ENVOLVIMENTO DOS CIDADÃOS NO COMBATE AOS CRIMES

Disque Denúncia - RJ

Estratégias para a melhoria da Infraestrutura

Os indicadores de **infraestrutura** refletem a desigualdade econômica do país ao apresentar uma clara superioridade das regiões Sudeste e Sul em relação às demais.

Influenciando-se mutuamente, os investimentos em infraestrutura aumentam a competitividade e o desempenho econômico destas regiões, que por sua vez ajudam a financiar a construção e o uso de redes de transportes, telecomunicações e energia elétrica.

Para melhorar a infraestrutura foram identificadas algumas **estratégias**.

Estratégias

1. Melhorar a qualidade da malha rodoviária estadual e articular com as demais esferas governamentais a melhoria de estradas federais e municipais.
2. Investir na ampliação e integração das malhas aeroviária, ferroviária, aquaviária e portuária, articulando a interligação entre os diversos modais.
3. Melhorar a mobilidade nas grandes cidades.
4. Estimular a eficiência energética, investir na geração de fontes renováveis de energia e monitorar a oferta e a qualidade do fornecimento de energia elétrica das distribuidoras estaduais.
5. Fomentar a expansão das telecomunicações, visando a universalização do acesso à conexão de dados e voz e a ampliação da qualidade e da capacidade das conexões.
6. Melhorar o financiamento e a gestão de projetos de infraestrutura.
7. Investir na melhoria da regulação e fiscalização dos serviços de infraestrutura e no fortalecimento das agências reguladoras estaduais.

Estratégias para o Desenvolvimento Econômico

A análise do crescimento econômico dos estados, de 2001 a 2011, evidencia maior expansão real do PIB nos estados menos desenvolvidos, ao passo que estados mais ricos apresentam crescimentos mais modestos. Isso indica um movimento de **difusão do crescimento econômico** para além dos grandes centros econômicos.

No entanto, ainda persistem grandes desigualdades interestaduais tanto no que se refere às variáveis de produto, quanto às variáveis de mercado de trabalho.

Para enfrentar os desafios relacionados ao desenvolvimento econômico, foram propostas as seguintes **estratégias**.

Estratégias

1. Ampliar esforços para a melhoria do ambiente de negócios.
2. Promover o adensamento de atividades produtivas e serviços nos quais os Estados tenham vantagens competitivas.
3. Criar um ambiente favorável para o desenvolvimento local diversificado e inclusivo: apoio às MPE e APLs.
4. Articular a atração de empresas inovadoras e fortalecer os instrumentos de financiamento específicos para o fomento da inovação.
5. Fomentar a qualificação da oferta de trabalho, articulada com a demanda das empresas.
6. Promover a atração e retenção de investimentos estruturadores.



Estratégias para o Desenvolvimento Social

Na última década, o Brasil passou por um processo de redução da pobreza e da desigualdade, impulsionado pelo crescimento econômico e consequente dinâmica do mercado de trabalho e, sobretudo, pelos programas de transferência de renda.

Mas ainda há muito por fazer neste campo, sobretudo nas regiões mais pobres do Brasil. Com este intuito, foram propostas algumas **estratégias**.

Estratégias

1. Fomentar o dinamismo econômico do Estado, com especial atenção à interiorização do desenvolvimento.
2. Promover a inserção produtiva por meio da formação e qualificação profissional; do apoio a redes de inclusão de jovens; e de apoio à identificação e direcionamento para oportunidades profissionais e estímulo ao empreendedorismo.
3. Fortalecer programas sociais direcionados e focalizados para redução da pobreza.
4. Desenvolver serviços socioassistenciais especializados a indivíduos e famílias em situação de risco social.
5. Fortalecer a gestão do Sistema Único de Assistência Social.
6. Intervir nas áreas urbanas de concentração de pobreza e de vulnerabilidade social com medidas articuladas de: desenvolvimento social, qualidade ambiental, geração de emprego e de prestação de serviços públicos locais.

Estratégias para a Melhoria das Condições de Vida

A despeito do aumento de renda presenciado nos últimos anos, não houve uma subsequente melhoria nas **condições de vida** da população dos Estados brasileiros, no geral e, principalmente, nos Estados mais pobres.

Os serviços básicos de saneamento não alcançam os mais necessitados e, em relação à habitação, o déficit ocorre tanto em Estados mais desfavorecidos, quanto em Estados de maior porte, que concentram maior densidade demográfica e extensas metrópoles.

Com foco na melhoria das Condições de Vida, foram propostas as seguintes **estratégias**.

Estratégias

1. Fortalecer as políticas habitacionais.
2. Estimular a ampliação do saneamento básico, implementando as diretrizes do Plano Nacional de Saneamento Básico e apoiando os municípios na ampliação da rede, urbana e rural.
3. Investir na reciclagem e na gestão de resíduos sólidos em articulação com os municípios.
4. Ampliar os sistemas de tratamento e oferta de água para consumo humano e fortalecer a capacidade de planejamento, monitoramento, gestão e regulação dos recursos hídricos.
5. Atuar como intermediador entre municípios e associações de municípios (consórcios) de modo a garantir ganhos de eficiência nas três esferas do saneamento básico, e também no manejo de resíduos sólidos.
6. Implantar modelo de gestão e monitoramento das ações em saneamento e habitação com metas para os municípios.

Estratégias para a Melhoria Institucional e da Gestão Pública

De modo geral, o **ambiente institucional** brasileiro tornou-se mais robusto quanto à transparência e acessibilidade das informações públicas, à modernização da administração pública e ao fortalecimento do acesso à Justiça.

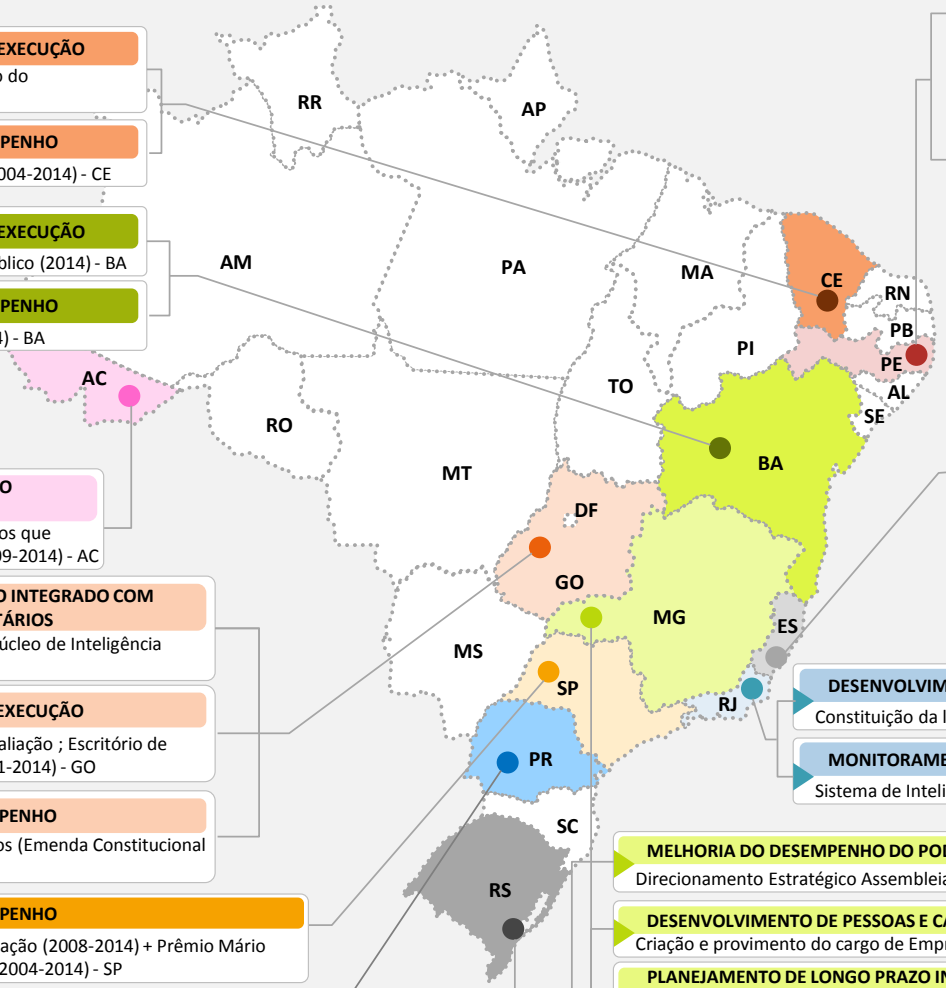
O desafio, contudo, é ganhar escala, qualidade e avançar mais para que o aperfeiçoamento institucional possa contribuir para a efetividade das políticas e da gestão pública.

A partir da experiência da Macroplan em gestão pública, 10 **estratégias** foram selecionadas.

Estratégias

1. Investir na melhoria do desempenho e da confiabilidade das instituições.
2. Melhorar a acessibilidade e a qualidade dos serviços públicos e do atendimento ao cidadão
3. Investir na profissionalização da gestão e qualificação contínua dos servidores públicos do Poder Executivo.
4. Estimular a melhoria contínua da agilidade, resolutividade e produtividade do Poder Judiciário e do Ministério Público Estadual.
5. Estimular a melhoria contínua do desempenho do Poder Legislativo estadual.
6. Apoiar sistematicamente a melhoria do desempenho e da eficiência dos Municípios.
7. Fortalecer a avaliação e o controle institucionais.
8. Estimular o desenvolvimento da Transparência e do Controle Social.
9. Promover a cooperação entre todos os poderes e os entes federados.
10. Cultivar a governança compartilhada, transparente, democrática e orientada para horizontes maiores que os dos mandatos dos governantes e legisladores.

Boas Práticas Mapeadas para Melhoria da Gestão Pública



MONITORAMENTO E GESTÃO DA EXECUÇÃO
Monitoramento e acompanhamento do programa/projetos (2011-2014) - CE

GESTÃO E PREMIAÇÃO DO DESEMPENHO
Prêmio Ceará Governo Eletrônico (2004-2014) - CE

MONITORAMENTO E GESTÃO DA EXECUÇÃO
Escritório da Qualidade do Gasto Público (2014) - BA

GESTÃO E PREMIAÇÃO DO DESEMPENHO
Prêmio Servidor Cidadão (2002-2014) - BA

MODERNIZAÇÃO E AGILIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO E/OU MP
Projeto de Virtualização dos processos que tramitam no Judiciário Estadual (2009-2014) - AC

PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO INTEGRADO COM ORÇAMENTO E PROJETOS PRIORITÁRIOS
Plano Goiás 2030. Implantação do Núcleo de Inteligência Prospectiva (NIPE) (2010-2011) - GO

MONITORAMENTO E GESTÃO DA EXECUÇÃO
Sistemática de Monitoramento e Avaliação ; Escritório de Projetos Estruturantes (GEPES) (2011-2014) - GO

GESTÃO E PREMIAÇÃO DO DESEMPENHO
Instituição dos Acordos de Resultados (Emenda Constitucional número 46 de 09/09/2010) - GO

GESTÃO E PREMIAÇÃO DO DESEMPENHO
Programa Paulista de bônus da educação (2008-2014) + Prêmio Mário Covas Inovações na Gestão Pública (2004-2014) - SP

DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS E CARREIRAS
Escola de Governo do Paraná (2004-2014) - PR

TRANSPARÊNCIA
Central do Cidadão do Governo do Rio Grande do Sul (2012-2014) - RS

MONITORAMENTO E GESTÃO DA EXECUÇÃO
Monitoramento das prioridades do governo gaúcho através do sistema de informações SME (2011-2014) - RS

PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO INTEGRADO COM ORÇAMENTO E PROJETOS PRIORITÁRIOS
Plano de Desenvolvimento Pernambuco 2035 ; Estratégia Central de Governo ; modelo integrado de gestão (PPA + LOA) (2007-2014) - PE

MONITORAMENTO E GESTÃO DA EXECUÇÃO
Pacto pela Vida (desde 2007) ; Monitoramento do desempenho de cada meta prioritária do Governo (2008-2014) - PE

PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO INTEGRADO COM ORÇAMENTO E PROJETOS PRIORITÁRIOS
Plano de Desenvolvimento ES 2025; Projetos Estruturadores; Diretrizes Estratégicas Anuais (2006-2010) - ES

MONITORAMENTO E GESTÃO DA EXECUÇÃO
Monitoramento e Gestão Intensiva de Projetos Estratégicos do Governo do Estado do Espírito Santo (2008-2010) - ES

DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS E CARREIRAS
Carreira de Especialistas em Políticas Públicas do Espírito Santo (2007-2014) - ES

TRANSPARÊNCIA
Reestruturação do Portal da Transparência do Governo do Estado do Espírito Santo (2011) - ES

DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS E CARREIRAS
Constituição da lei 5.355 de 2008, a chamada "Lei dos Gestores" (2008) - RJ

MONITORAMENTO E GESTÃO DA EXECUÇÃO
Sistema de Inteligência em Planejamento e Gestão (SIPLAG) (2007-2014) - RJ

MELHORIA DO DESEMPENHO DO PODER LEGISLATIVO
Direcionamento Estratégico Assembleia Legislativa de Minas Gerais 2010-2020 (2010) - MG

DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS E CARREIRAS
Criação e provimento do cargo de Empreendedor Público (2009) - MG

PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO INTEGRADO COM ORÇAMENTO E PROJETOS PRIORITÁRIOS
Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI 2011-2030); Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG; Projetos Estruturadores; Lei de Orçamento Anual – LOA) (2003-2014) - MG

MONITORAMENTO E GESTÃO DA EXECUÇÃO
Estado para Resultados; Sistema de Monitoramento & Avaliação; Escritório de Prioridades Estratégicas (2007-2014) - MG

GESTÃO E PREMIAÇÃO DO DESEMPENHO
Pactuação de resultados; sistema mineiro de remuneração variável; Prêmio Excelência em Gestão Pública do Estado de Minas Gerais (2007-2014) - MG

Estratégias para a Melhoria da Gestão Fiscal

As vinculações constitucionais, a pesada parcela da Previdência e pagamento da dívida e o aumento recente do comprometimento com pessoal e custeio colocam um complexo desafio para os novos governadores.

Garantir a prestação de serviços, expandida pelos recentes investimentos, seguir investindo e garantir o pagamento da dívida colocam a gestão fiscal como tema crucial para as próximas administrações.

Para enfrentar este desafio, algumas **estratégias** foram propostas.

Estratégias

1. Fazer uma avaliação detalhada da situação fiscal do estado e definir uma estratégia de ajuste imediato.
2. Promover a melhoria do ambiente de negócios, visando a geração de receitas tributárias futuras.
3. Implantar/fortalecer o modelo estadual de atração de investimentos estruturantes e atração de grandes empreendimentos.
4. Investir na melhoria contínua da qualidade e da transparência do gasto público.
5. Investir na melhoria contínua da produtividade do gasto público.
6. Implementar gestão estratégica dos ativos, do endividamento e da previdência.
7. Implementar e consolidar a gestão fiscal e financeira de alta performance.

PARTE I.
SÍNTESE DO ESTUDO

5. POR ONDE COMEÇAR

Macroplan®
Prospectiva, Estratégia & Gestão

VOLTAR PARA O PAINEL DE NAVEGAÇÃO



Ingredientes para um bom começo

- A experiência da Macroplan indica que um bom governo começa a se definir mesmo antes da posse.
- A fase de transição precisa ser bem planejada. Ela não deve se limitar à definição do nível executivo do governo. É preciso aproveitar este período para aprofundar os diagnósticos e definir ações que devem ser implementadas já a partir do primeiro dia de governo.
- O primeiro ano deve ter uma agenda dual: “arrumar a casa” e “preparar o futuro”. É nesse momento que as grandes escolhas, que serão implementadas ao longo do mandato, serão definidas.
- A Macroplan mapeou, ao longo de sua experiência, algumas iniciativas pertinentes a estes períodos (transição e primeiro ano), descritas a seguir.

Estratégia de Curto Prazo
Transição e 1º Ano de Governo

AGENDA DA TRANSIÇÃO (DA ELEIÇÃO ATÉ A POSSE)

- Fazer uma avaliação profunda e detalhada da situação financeira e fiscal do estado e definir uma estratégia de ajuste imediato:
  - Avaliar as grandes contas e as possibilidades de ajustes
  - Elaborar quadro atual e projeções fiscais e financeiras para 2015-2018
  - Analisar os grandes contratos do estado
  - Definir estratégia de ajuste e medidas imediatas
- Iniciar um diálogo estratégico com os representantes dos demais Poderes, com as forças políticas de apoio, com os sindicatos dos servidores públicos e com o empresariado para construir um pacto de viabilização fiscal e financeira e de melhoria da gestão do estado
- Elaborar um Plano de Ações Imediatas (primeiros 100 dias), com ênfase nas questões finalísticas mais importantes e urgentes. Por exemplo:
  - Estruturar “choque de segurança pública”
  - Organizar mutirão de atendimentos e ações emergenciais em saúde
  - Garantir o inicio do ano letivo em condições normais
  - Realizar ações emergenciais de melhoria do transporte público nas grandes e médias cidades

Estratégia de Curto Prazo
Transição e 1º Ano de Governo

DUAS FRENTES DE TRABALHO NO 1º ANO DO GOVERNO

"Arrumar a Casa"

- Executar o Plano de Ações Imediatas
- Fazer um inventário de obras (em projeto, em andamento, paralisadas) e dar continuidade ou retomar obras essenciais que já tenham um equacionamento financeiro
- Normalizar a oferta de serviços básicos (até o final do ano)
- Realizar a 1ª fase do ajuste fiscal e financeiro
- Implantar e operar sistema de inteligência fiscal e financeira para a gestão estratégica do caixa e dos "restos a pagar"
- Implantar a 1ª fase de um projeto de modernização e reforma administrativa
- Implantar um modelo de gestão e monitoramento intensivo de prioridades, de entregas de serviços e obras e da alocação de recursos (exemplo: modelos de Pernambuco e Minas Gerais)
- Fazer recadastramento completo do pessoal (funcionários ativos e aposentados e terceirizados)
- Realizar auditorias nas folhas de pagamento e nos grandes contratos
- Implantar uma Governança eficiente, "de portas e janelas abertas" e baseada no diálogo e na transparência

Preparar o Futuro

- Consolidar um Pacto Estratégico de Desenvolvimento de Longo Prazo (incluindo pacto de governabilidade entre Poderes e com os Sindicatos de Servidores Públicos)
- Elaborar um "banco de projetos" e iniciar a modelagem de grandes investimentos e de parcerias público-privadas
- Equacionar a viabilização financeira de médio prazo do Estado: (i) operações de crédito; (ii) operações de alongamento da dívida; (iii) "choques" de arrecadação; (iv) política proativa de cobrança da Dívida Ativa do Estado; (v) gerenciamento de compensações previdenciárias; e (vi) gestão matricial de despesas
- Fortalecer a capacidade de planejamento e execução de projetos (pessoas, métodos e sistemas)
- Realizar esforço intensivo de atração de investimentos privados

PARTE I.
SÍNTESE DO ESTUDO

6. FICHA TÉCNICA

Macroplan®
Prospectiva, Estratégia & Gestão

VOLTAR PARA O PAINEL DE NAVEGAÇÃO



A MACROPLAN®

- Empresa brasileira de consultoria especializada em **Gestão Estratégica.**
  - **Estudo de Cenários:** Antecipações de futuros para iluminar as decisões do presente
  - **Planejamento Estratégico:** Grandes escolhas, coesão, alinhamento e senso de direção a longo prazo
  - **Gestão para Resultados:** Transformação das escolhas e intenções estratégicas em ações e resultados concretos
  - **Gestão Estratégica da Inovação**: Criação de valor para aumento da competitividade e sustentabilidade das organizações
  - **Design Organizacional:** Alinhamento da organização, dos processos e equipe à estratégia para garantir resultados

- **Fundada em 1989**, com escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, e atuação em todo o Brasil.
- **23 anos de análises prospectivas** e estratégicas sobre o ambiente econômico brasileiro.
- **Mais de 250 projetos de consultoria** para grandes organizações, dos quais **140 projetos de planejamento estratégico.**
- **40 profissionais com formação pluridisciplinar** em vínculo permanente aliados a uma ampla **rede de especialistas**.
- **Soluções "sob medida"** em construção conjunta com os clientes.
- **Relacionamentos duradouros**

Estudos e Livros Publicados

Estudos associados à gestão pública



Desempenho da Gestão Pública das Maiores Cidades Brasileiras
Autor: Macroplan
2013



Royalties do Petróleo e Desenvolvimento Municipal
Autor: Macroplan
2012



O Rio tem Futuro?
Autor: Macroplan e IETS
2011



O Rio tem Futuro?
Autor: Macroplan e IETS
2006

Livros associados ao futuro do Brasil



Propostas para o Governo 2015/2018
Autores: Fábio Giambiagi e Claudio Porto (org.)
2013



2022: Propostas para um Brasil melhor no ano do bicentenário
Autores: Fábio Giambiagi e Claudio Porto (org.)
2011



Quatro Cenários para o Brasil 2005-2007
Autores: Claudio Porto, Elimar Nascimento, Enéas Aguiar, Rodrigo Ventura e Sérgio C. Buarque
2005



Cinco Cenários para o Brasil 2001-2003
Autores: Claudio Porto, Elimar Nascimento e Sérgio C. Buarque
2001

Estilo de Trabalho

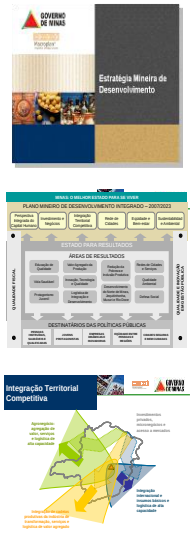
- **Disponibilidade:** Trabalhamos “para” e “com” nossos clientes
- **Entregamos resultados:** Relatórios são **meios**. Nos comprometemos com as entregas que produzam as **melhorias e mudanças** contratadas e com a satisfação do cliente
- **Transferência de conhecimento:** Trabalhamos para que o cliente **absorva nossa tecnologia e se capacite** a “fazer sozinho daí em diante”
- **Customização:** Adequamos nosso método à **cultura** e à realidade do cliente
- **Sistematização:** Consolidamos e **documentamos** todo o processo de trabalho e produtos entregues ao longo do projeto, assim como os principais insumos e elaborações intermediárias

Amostra de clientes

Prospectiva, Estratégia, Gestão e Inovação



Algumas experiências com Governos

Governo de Minas	Pernambuco 2035	Governo do Rio de Janeiro	Um Novo Espírito Santo – Governo do Estado	Governo de Alagoas	Governo do Estado de São Paulo	Prefeitura Belo Horizonte
Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica do Governo	Estratégia de Desenvolvimento de Pernambuco – 2015/2035	Cenários 2007-2027, Plano Estratégico 2007 – 2010 e Gestão Estratégica do Governo	Plano de Desenvolvimento do ES 2025 e Gestão Estratégica do Governo	Elaboração e Atualização da Estratégia de Desenvolvimento para Alagoas	Monitoramento e gerenciamento intensivo da carteira de projetos	Estratégia de Longo e Curto Prazos e Gerenciamento Orientado para Resultados
						

Equipe técnica

Diretores da Macroplan

- Claudio Porto
- José Paulo Silveira
- Alexandre Mattos
- Glaucio Neves
- Gustavo Morelli
- Gustavo Porto

Diretor do Estudo

- Gustavo Morelli

Coordenador do Estudo

- Andréa Belfort
- Adriana Fontes

Equipe técnica

- Adriana Fontes
- Andréa Belfort
- Camila Ferraz
- João Vítor Osborne
- Laura Gualda
- Katcha Poloponsky
- Pedro Lipkin
- Samuel Franco
- Sol Garson

Design

- Luiza Raj
- Mariana Bahiense



PARTE II

ANÁLISE DE CADA DIMENSÃO



Macroplan®
Prospectiva, Estratégia & Gestão

VOLTAR PARA O PAINEL DE NAVEGAÇÃO

Desafios da
GESTÃO ESTADUAL

1

Educação

Visão Geral

- ✓ A educação brasileira é regida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996
- ✓ Os estados são responsáveis pela oferta prioritária do Ensino Médio e pela garantia do Ensino Fundamental, em conjunto com os municípios. O Distrito Federal, como cidade-estado, reúne as competências destinadas a estados e municípios
- ✓ Diferente de outras áreas, a educação reúne uma grande quantidade de informações. Foram selecionados **INDICADORES DE RESULTADO** que avaliam a **COBERTURA** e a **QUALIDADE** da educação, principalmente das etapas mais afins às responsabilidades dos Estados. Como **INDICADOR DE RECURSO**, foram escolhidos o gasto educacional por aluno e a qualificação docente

RESULTADO

- Escolaridade Média – 25 anos ou mais
- Taxa de Analfabetismo – 15 anos ou mais
- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) Ensino Fundamental II e Ensino Médio (Total e Rede Pública Estadual)
- Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA)
- Taxa de Distorção Idade-Série no Ensino Médio (Total e Rede Pública Estadual)

RECURSOS

- Gasto educacional por aluno do ensino médio
- Qualificação Docente no Ensino Fundamental II

Os resultados na educação avançam muito lentamente: a **escolaridade média** ainda é baixa e desigual entre os estados...

- A escolaridade média da população brasileira com 25 anos ou mais de idade avançou de 6,4 em 2004 para **7,7 anos de estudo em 2013**, valor abaixo da escolaridade média de países da América do Sul, como Argentina (9,3 anos) e Uruguai (8,5 anos) em 2010. Nos Estados Unidos, a escolaridade média chega a 13,3 anos nesse mesmo ano[1]

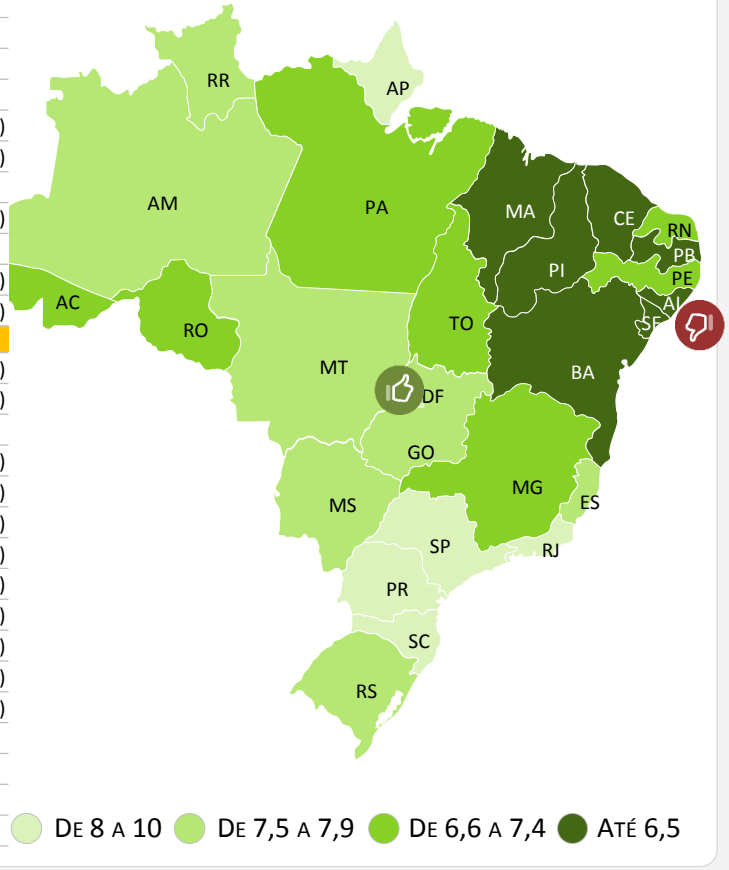
- Entre os melhores colocados estão o **DF** (10,0 anos), **RJ** e **SP** (8,8 anos)

- Dos estados do Sudeste, Minas Gerais se destaca com a menor escolaridade média (7,4 anos), inferior também à nacional

- Já **os estados do Nordeste ainda ocupam as últimas posições do *ranking***, embora tenham conquistado significativos aumentos na escolaridade média ao longo do período de referência. O pior colocado em 2013, Alagoas, apresentou a maior variação entre 2004 e 2013 (35,7%)

Escolaridade Média (anos de estudo) – 25 anos ou mais
Mudança de posição relativa na comparação com 2004 (nº)

Posição 2013	UF	Anos 2013	Δ Pos.
1	DF	10,0	–
2	RJ	8,8	–
3	SP	8,8	–
4	SC	8,2	–
5	AP	8,2	▲ (1)
6	PR	8,1	▲ (2)
7	AM	7,9	–
8	RR	7,9	▲ (4)
9	ES	7,8	–
10	RS	7,8	▼ (5)
11	GO	7,7	▼ (1)
Brasil		**7,7**	
12	MT	7,7	▼ (1)
13	MS	7,7	▼ (2)
14	MG	7,4	–
15	TO	7,1	▲ (4)
16	PE	6,8	▲ (2)
17	RO	6,7	▼ (1)
18	RN	6,7	▲ (2)
19	PA	6,7	▼ (2)
20	AC	6,6	▲ (1)
21	BA	6,5	▲ (2)
22	SE	6,5	▼ (7)
23	CE	6,3	▼ (1)
24	PB	6,3	–
25	MA	5,8	–
26	PI	5,8	–
27	AL	5,7	–



Fonte: OPE Sociais, 2014, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). [1]ONU/PNUD – "Escolaridade Média", 2013.

... E A **TAXA DE ANALFABETISMO** AINDA APRESENTA-SE BASTANTE ALTA.

TAXA DE ANALFABETISMO – POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS

Posição 2012	UF	2013 (%)	2004 (%)	Variação p.p. 2004-2012	Δ Pos.	
1	DF	3,2	4,2	-1,01	–	
2	SC	3,5	4,8	-1,27	–	
3	SP	3,7	5,5	-1,81	▲	(2)
4	RJ	3,7	4,9	-1,13	▼	(1)
5	RS	4,4	5,5	-1,06	▼	(1)
6	PR	5,3	8,0	-2,65	–	
7	AP	6,0	8,5	-2,51	–	
8	ES	6,6	9,5	-2,90	▲	(1)
9	GO	7,1	10,7	-3,64	▲	(5)
10	MS	7,2	9,5	-2,35	–	
11	AM	7,3	9,0	-1,66	▼	(3)
12	MG	7,6	9,9	-2,30	▼	(1)
13	MT	7,8	10,1	-2,26	▼	(1)
	Brasil	**8,5**	**11,5**	-2,94		
14	RO	8,6	10,5	-1,97	▼	(1)
15	RR	9,8	10,7	-0,89	–	
16	PA	10,1	14,5	-4,47	–	
17	TO	12,2	17,2	-4,99	–	
18	AC	14,6	18,1	-3,48	–	
19	BA	14,9	20,3	-5,40	▲	(1)
20	PE	15,3	21,4	-6,13	▲	(1)
21	CE	16,7	21,6	-4,91	▲	(1)
22	SE	16,9	19,4	-2,45	▼	(3)
23	RN	17,2	22,3	-5,12	–	
24	PB	18,2	25,3	-7,11	▲	(1)
25	PI	19,7	27,3	-7,57	▲	(1)
26	MA	19,8	23,1	-3,25	▼	(2)
27	AL	21,6	29,5	-7,86	–	

- A TAXA DE ANALFABETISMO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL É DE 8,5% (2013), COM MELHORA DE 3 P.P. EM RELAÇÃO A 2004. NO ENTANTO, O BRASIL AINDA ESTÁ LONGE DE CUMPRIR A META FIRMADA NA ONU DE 6,7% ATÉ 2015 E TAMBÉM MUITO ACIMA DA SITUAÇÃO DE PAÍSES VIZINHOS, COMO ARGENTINA E URUGUAI, ONDE A TAXA DE ANALFABETISMO ERA CERCA DE 2% EM 2012[1]
- ENTRE AS UFS, OS DESTAQUES SÃO O DISTRITO FEDERAL, SANTA CATARINA, SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO, COM ANALFABETISMO ABAIXO DE 4%
- ACIMA DA MÉDIA BRASIL, ENCONTRA-SE A MAIORIA DOS ESTADOS DO NORTE E DO NORDESTE, COM EXCEÇÃO DOS ESTADOS DO AMAPÁ E DO AMAZONAS
- NA PIOR COLOCAÇÃO ESTÁ NOVAMENTE ALAGOAS, AONDE MAIS DE UM QUINTO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS (21,6%) É ANALFABETA, MESMO TENDO REDUZIDO ESTE ÍNDICE EM 7,9 P.P. NO PERÍODO 2004-2013
- CHAMA A ATENÇÃO O AUMENTO, AINDA QUE PEQUENO, DA TAXA DE ANALFABETISMO DE 11 ESTADOS BRASILEIROS DE 2012 PARA 2013 (RR, AC, RN, PI, SE, CE, SC, MG, MS, RS E PR), MUITO PROVAVELMENTE INFLUENCIADA PELO EFEITO DEMOGRÁFICO

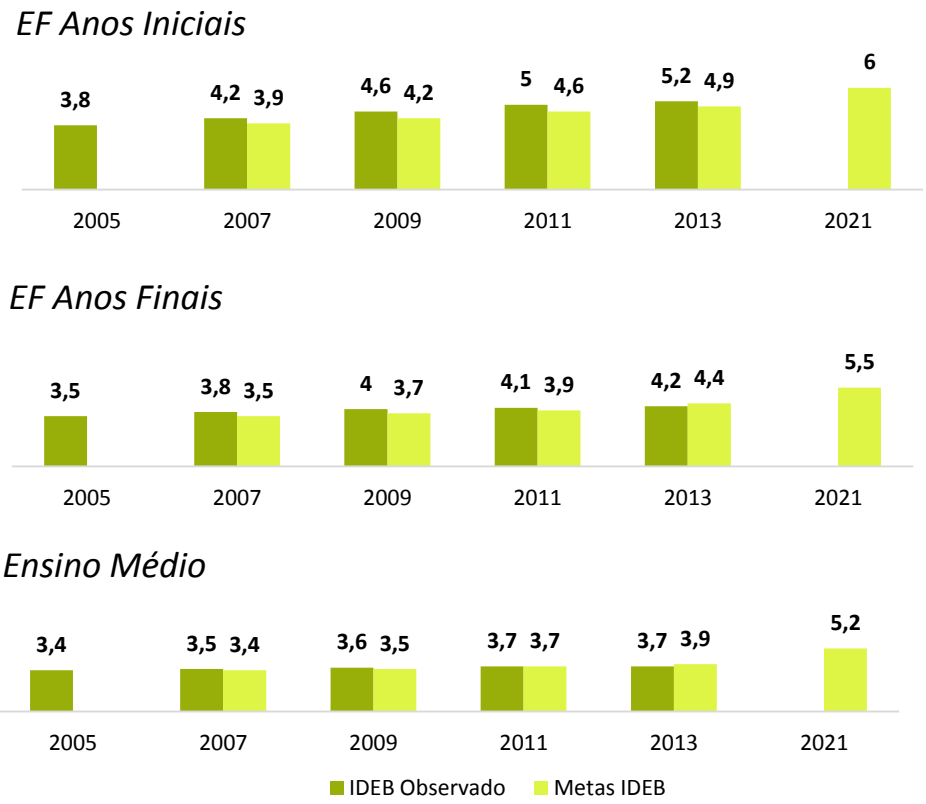
Fonte: OPE Sociais 2014, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). [1] *World Bank Indicators*, 2014

EM TERMOS DE **QUALIDADE**, O PAÍS AVANÇA NO **ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)**, MAS MUITO AQUÉM DAS NECESSIDADES...

- ✓ O BRASIL TEM APRESENTADO MELHORES RESULTADOS NAS NOTAS DO IDEB NO PRIMEIRO CICLO DO ENSINO FUNDAMENTAL (EF I), TENDO SUPERADO AS METAS TRAÇADAS DESDE 2007
- ✓ PARA 2021, A META PROJETADA É DE 6,0, O QUE PERMITIRIA AO BRASIL "ATINGIR O PATAMAR EDUCACIONAL DA MÉDIA DOS PAÍSES DA OCDE"[1] NESTA ETAPA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

- ✓ JÁ NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (EF II) E NO ENSINO MÉDIO, AS METAS NACIONAIS DEFINIDAS ATÉ 2011 TINHAM SIDO CUMPRIDAS, O QUE NÃO ACONTECEU NESTA ÚLTIMA AVALIAÇÃO. EM 2013, A NOTA NACIONAL DO IDEB TOTAL FICOU 2 PONTOS PERCENTUAIS ABAIXO DA META NESTAS DUAS ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

IDEB TOTAL BRASIL: ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO – OBSERVADO E METAS 2005 A 2021



Fonte: [1]Portal IDEB (http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/portal-ideb).

Fonte: INEP. Disponível em http://inep.gov.br/.

... e também de forma muito desigual entre os Estados. As notas do **IDEB** indicam gargalos nos **anos finais do ensino fundamental, ...**

- **Minas Gerais** é o estado melhor posicionado no *ranking* do IDEB total nos anos finais do Ensino fundamental, tendo superado as suas metas em todas as avaliações. Esta posição também é válida para a rede pública estadual mineira
- Merecem destaque também as evoluções acima de 1 ponto nas notas do IDEB total no EF II de 2005 a 2013 para os estados do **CE, MT, GO, AM, PE e MG**
- Na rede pública estadual, **Acre** e **Amazonas** destacam-se por apresentarem notas equivalentes à média dos seus estados

- No fim da lista, **Alagoas** tem a pior nota do IDEB total nesta etapa do ensino (EF II), tendo alcançado apenas 3,1 pontos em 2013 e uma nota ainda inferior na rede pública estadual (2,7)
- 19 UFs não atingiram as suas respectivas metas no IDEB no EF II em 2013

IDEB: ensino fundamental anos finais – Total e rede Pública estadual (2005, 2013)

Posição 2013	UF	IDEB Total 2013	Meta IDEB Total 2013	Acima/ Abaixo da Meta	IDEB Total 2005	IDEB Rede Estadual 2013	Meta IDEB Rede Estadual 2013
1	MG	4,8	4,6	✓	3,8	4,7	4,4
2	GO	4,7	4,4	✓	3,5	4,5	4,1
2	SP	4,7	5,0	✗	4,2	4,4	4,6
4	SC	4,5	5,1	✗	4,3	4,1	4,9
5	AC	4,4	4,4	✓	3,5	4,4	4,4
5	CE	4,4	4,0	✓	3,1	3,9	3,6
5	DF	4,4	4,7	✗	3,8	3,8	4,1
5	MT	4,4	3,9	✓	3,1	4,2	3,7
9	PR	4,3	4,4	✗	3,6	4,1	4,2
9	RJ	4,3	4,5	✗	3,6	3,6	3,7
11	ES	4,2	4,7	✗	3,8	4,0	4,4
11	RS	4,2	4,7	✗	3,8	3,9	4,4
	Brasil	**4,2**	**4,4**	✗	**3,5**	**4,0**	**4,2**
13	MS	4,1	4,2	✗	3,4	3,7	3,8
14	PI	4,0	3,9	✓	3,1	3,5	3,5
15	AM	3,9	3,6	✓	2,7	3,9	3,5
15	RO	3,9	4,2	✗	3,4	3,7	4,0
15	TO	3,9	4,2	✗	3,4	3,7	4,2
18	PE	3,8	3,6	✓	2,7	3,6	3,3
19	RR	3,7	4,3	✗	3,4	3,5	4,1
20	AP	3,6	4,4	✗	3,5	3,4	4,4
20	MA	3,6	3,9	✗	3,0	3,8	4,1
20	PA	3,6	4,2	✗	3,3	3,0	4,0
20	RN	3,6	3,7	✗	2,8	3,1	3,4
24	PB	3,5	3,6	✗	2,7	3,0	3,4
25	BA	3,4	3,6	✗	2,8	3,1	3,5
26	SE	3,2	3,9	✗	3,0	2,7	3,7
27	AL	3,1	3,3	✗	2,4	2,7	3,3

Fonte: INEP. Disponível em http://inep.gov.br/.

... COM IMPACTOS NO FRACO DESEMPENHO DO **ENSINO MÉDIO.**

- EM 2013, O IDEB BRASIL DO ENSINO MÉDIO ALCANÇOU A NOTA DE 3,7, ABAIXO DA META PROJETADA PARA O MESMO ANO (3,9). NA REDE PÚBLICA ESTADUAL, O RESULTADO FOI AINDA MENOR: 3,4
- EM GERAL, OS ESTADOS COM UM FRACO DESEMPENHO NO IDEB NO ENSINO MÉDIO SÃO TAMBÉM OS QUE APRESENTAM RESULTADOS FRÁGEIS NO ENSINO FUNDAMENTAL

- ENTRE AS MELHORES COLOCAÇÕES ESTÃO **SP, DF, GO, RJ E SC**, COM NOTAS EM TORNO DE 4,0
- DAS 27 UFS, **GO, RJ, PE E AM** FORAM OS ÚNICOS ESTADOS QUE ATINGIRAM AS METAS PRETENDIDAS, SEJA NA PONTUAÇÃO GERAL DO ESTADO, SEJA NA REDE PÚBLICA ESTADUAL. FORAM TAMBÉM OS ESTADOS QUE TIVERAM GRANDES VARIAÇÕES NO *RANKING* DE 2005 A 2013, SUBINDO 11 POSIÇÕES (GO E PE), 8 POSIÇÕES (AM) E 7 POSIÇÕES RJ)

IDEB: ENSINO MÉDIO – TOTAL E REDE PÚBLICA ESTADUAL (2005, 2013)

Posição 2013	UF	IDEB Total 2013	Meta IDEB Total 2013	IDEB Total 2005	IDEB Rede Estadual 2013	Meta IDEB Rede Estadual 2013
1	SP	4,1	4,2	3,6	3,7	3,9
2	DF	4,0	4,1	3,6	3,3	3,6
2	GO	4,0	3,8	3,2	3,8	3,4
2	RJ	4,0	3,8	3,3	3,6	3,3
2	SC	4,0	4,4	3,8	3,6	4,0
6	RS	3,9	4,3	3,7	3,7	4,0
7	ES	3,8	4,3	3,8	3,4	3,6
7	MG	3,8	4,3	3,8	3,6	4,0
7	PE	3,8	3,6	3,0	3,6	3,2
7	PR	3,8	4,2	3,6	3,4	3,9
	Brasil	**3,7**	**3,9**	**3,4**	**3,4**	**3,6**
11	CE	3,6	3,9	3,3	3,3	3,5
11	MS	3,6	3,8	3,3	3,4	3,4
11	RO	3,6	3,8	3,2	3,4	3,5
14	AC	3,4	3,8	3,2	3,3	3,5
14	RR	3,4	4,0	3,5	3,2	3,8
16	PB	3,3	3,5	3,0	3,0	3,2
16	PI	3,3	3,5	2,9	3,0	2,8
16	TO	3,3	3,6	3,1	3,2	3,4
19	AM	3,2	3,0	2,4	3,0	2,8
19	SE	3,2	3,8	3,3	2,8	3,4
21	RN	3,1	3,5	2,9	2,7	3,2
22	AL	3,0	3,6	3,0	2,6	3,3
22	AP	3,0	3,5	2,9	2,9	3,2
22	BA	3,0	3,5	2,9	2,8	3,3
22	MA	3,0	3,3	2,7	2,8	3,0
22	MT	3,0	3,7	3,1	2,7	3,1
27	PA	2,9	3,4	2,8	2,7	3,2

Fonte: INEP. Disponível em http://inep.gov.br/.

Na comparação internacional, utilizando resultados de Matemática do **PISA**, o Brasil posiciona-se entre os 10 últimos países avaliados.

Pisa – Matemática 2012 – Brasil, UFs e Países Selecionados1

Posição 2012	UF	Pontuação 2012
1	DF	416
2	SC	415
3	ES	414
4	MS	408
5	RS	407
6	SP	404
7	MG	403
8	PR	403
9	PB	395
10	RJ	389
11	PI	385
12	SE	384
13	RO	382
14	RN	380
15	GO	379
16	CE	378
17	BA	373
18	MT	370
19	TO	366
20	PE	363
21	RR	362
22	AP	360
23	PA	360
24	AC	359
25	AM	356
26	MA	343
27	AL	342


Chile | 423
51º no *Ranking*


México | 413
53º no *Ranking*


Uruguai | 409
55º no *Ranking*


Brasil | 391
58º no *Ranking*


Argentina | 388
59º no *Ranking*


Perú | 368
65º no *Ranking*

Fonte: INEP. Disponível em http://inep.gov.br/.
[1]OCDE. Disponível em http://www.oecd.org/.

- O PISA(*Programme for International Student Assessment*) avalia a cada três anos o desempenho de jovens de 15 anos de 65 países em três áreas do conhecimento: leitura, matemática e ciências
- **Em matemática, o Brasil , com 391 pontos, ficou em 58º lugar no *ranking***, mais de 100 pontos abaixo da média dos países da OCDE (494 pontos), atrás de países latino-americanos como Chile, México, Uruguai e Costa Rica e à frente de Argentina, Colômbia e Peru

Entre os estados, as melhores colocações em matemática em 2012 são do DF (416 pontos), de SC (415 pontos) e do ES (414 pontos)

Na ponta inferior do *ranking*, estão Estados das regiões Norte e Nordeste e ...

- ... 9 UFs apresentaram nota menor que o Perú, último colocado na lista de países avaliados: TO, PE, RR, AP, PA, AC, AM, MA, AL

A consequência da baixa qualidade do ensino é também registrada na elevada **taxa de distorção idade-série no Ensino Médio.**

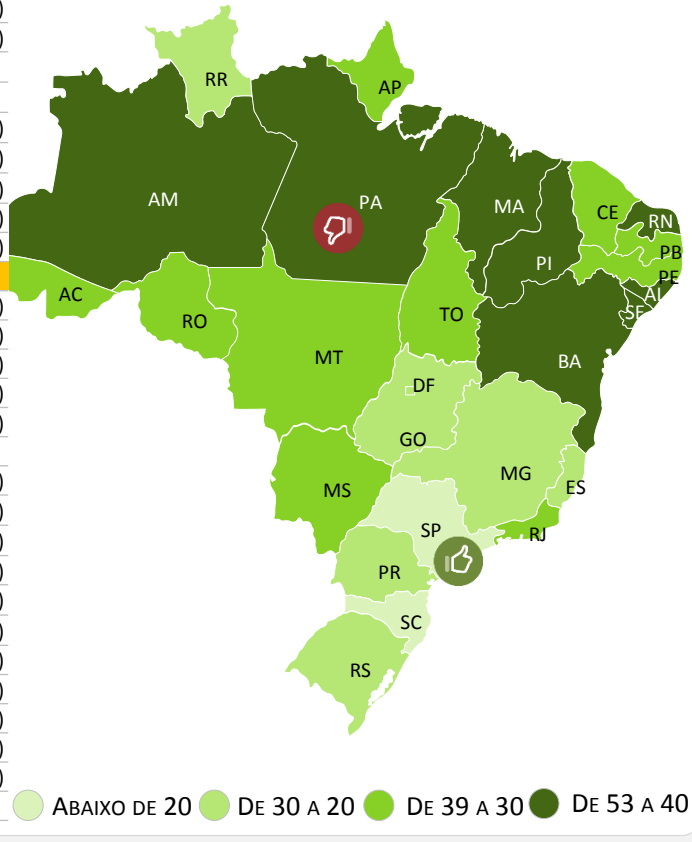
- ✓ Em 2013, 29,5% dos alunos brasileiros do Ensino Médio total (público e privado) estiveram dois anos ou mais acima da idade recomendada para a série que estão cursando. Na rede estadual, essa taxa de distorção idade-série foi ainda maior: 33%

- ✓ SP registrou a menor taxa de distorção em toda a rede e também na rede pública estadual, seguido por SC e PR
- ✓ As piores colocações estão nos estados do Nordeste e Norte. A taxa de distorção do PA é cerca de 3,4 vezes maior do que a de SP

- ✓ Ao longo do tempo, houve uma queda nas taxas de distorção de todas as UFs, considerando as redes pública e privada
- ✓ Alguns estados conseguiram reduzir suas taxas cerca de 27 pontos percentuais entre 2006 e 2013, caso de AL (-27,2 p.p.) e PB (-27,1 p.p.), seguido de PE (-26,0 p.p.), PI (-24,8 p.p.), TO (-23,9 p.p.), MA (-23,6 p.p.) e RJ (-22,3 p.p.)

Taxa de Distorção Idade-Série no Ensino Médio total (%) – 2013
Mudança de posição relativa na comparação com 2006 (nº)

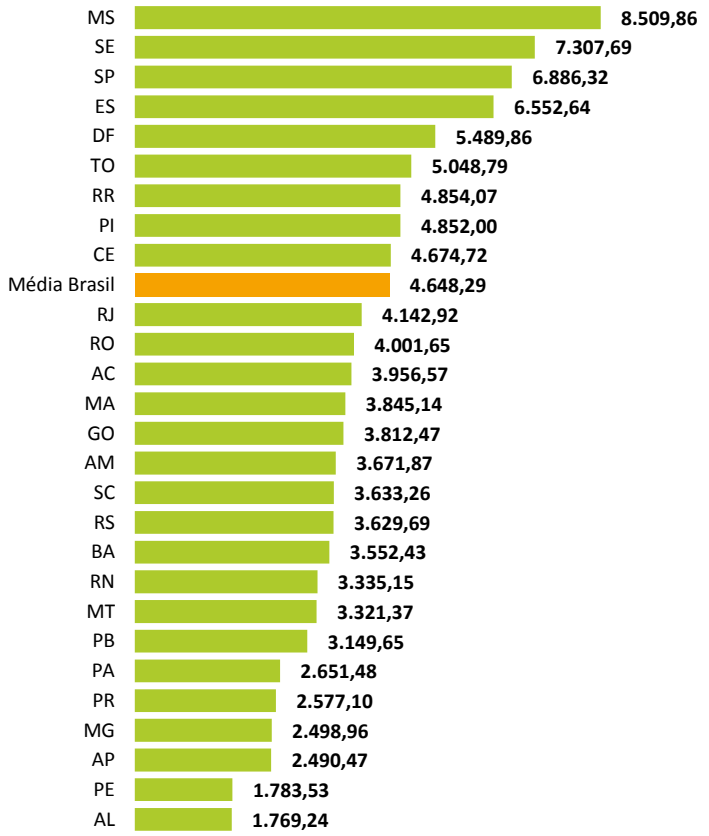
Posição 2013	UF	2013	Δ Pos.
1	SP	15,3	▲ (1)
2	SC	16,4	▼ (1)
3	PR	21,6	–
4	ES	26,6	–
5	DF	26,7	▲ (2)
6	GO	27,2	▲ (5)
7	MG	27,7	▲ (1)
8	RS	28,2	▼ (3)
9	RR	28,4	▼ (3)
Brasil		**29,5**	
10	CE	30,3	▲ (4)
11	RO	31,1	▼ (1)
12	MS	31,8	▼ (3)
13	MT	31,9	▼ (1)
14	TO	32,0	▲ (2)
15	RJ	32,6	–
16	AC	34,2	▼ (3)
17	PB	35,0	▲ (2)
18	PE	36,4	▲ (2)
19	AP	37,4	▼ (2)
20	MA	40,6	▲ (1)
21	AL	42,1	▲ (4)
22	RN	43,0	▼ (4)
23	SE	43,6	▼ (1)
24	BA	44,7	▼ (1)
25	PI	44,9	▲ (1)
26	AM	46,7	▼ (2)
27	PA	52,8	–



Fonte: INEP. Disponível em http://inep.gov.br/.

Na análise dos **recursos** destinados à educação, os **Gastos** ainda são baixos e precisam ganhar em eficiência.

Gasto Educacional do Estado por Aluno do Ensino Médio – 2012 (R$ constantes - 2012)



- ✓ Em 2011, o Brasil gastou com o ensino médio público um valor de U$ 2.605 (PPP)[1] por aluno, segundo relatório *Education at a Glance* da OCDE[2]. Em comparação, o gasto equivalente para a Argentina foi de U$ 3.184 e para a Suíça de U$15.891 (PPP)
- ✓ Os dados de 2012 para os Estados relativos aos gastos públicos com educação por aluno do ensino médio posicionam MS, SE e SP nas primeiras colocações
- ✓ Nas últimas colocações estão AL, PE e AP. O gasto alagoano, por exemplo, é cerca de 1/5 do gasto sul mato-grossense
- ✓ A Análise do montante de recursos financeiros em relação ao IDEB não mostrou correlação significativa entre as variáveis
- ✓ Como exemplo, SC teve melhor resultado no IDEB da rede pública estadual (nota 4,0) e investiu por aluno quase à metade do valor de SP, com nota 3,9

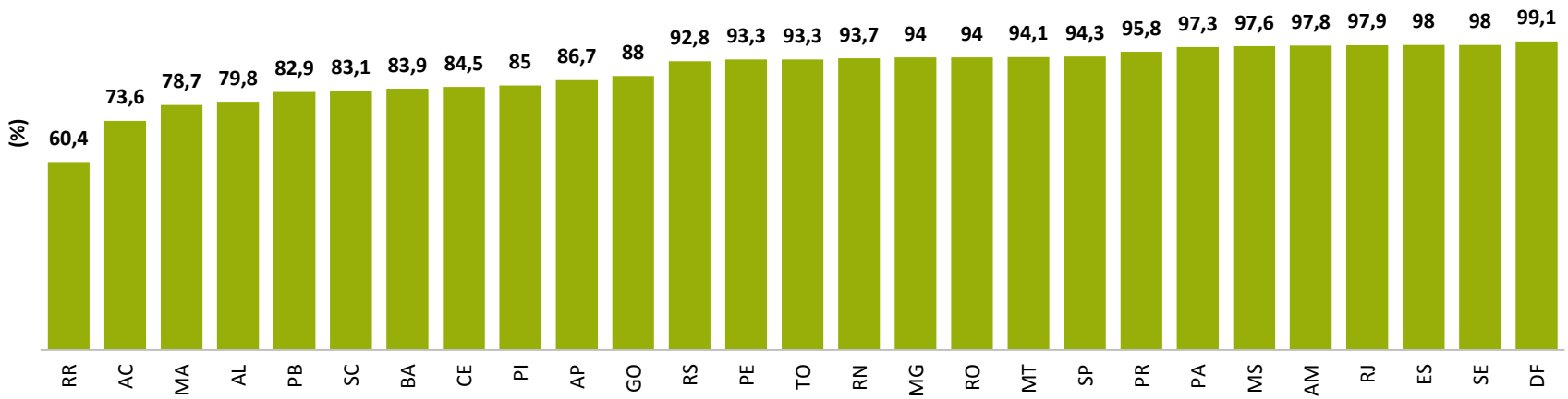
Fonte: SIOPE/FNDE. Disponível em https://www.fnde.gov.br/siope.

[1] *Purchace Power Parity* (ppp).

[2] OCDE, 2014. Education at a Glance 2014. Disponível em: http://www.oecd.org/edu/Education-at-a-Glance-2014.pdf.

A QUANTIDADE DE **DOCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL II COM CURSO SUPERIOR** VEM AUMENTANDO NA MAIORIA DOS ESTADOS, MAS AINDA HÁ CARÊNCIAS SIGNIFICATIVAS.

PERCENTUAL DE FUNÇÕES DOCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL II DA REDE ESTADUAL COM CURSO SUPERIOR (2013)



Fonte: INEP. Disponível em http://inep.gov.br/.

- SEGUNDO A LEI DE DIRETRIZES E BASES (LDB), TODOS OS DOCENTES DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DEVERIAM TER DIPLOMA DE ENSINO SUPERIOR (EM PEDAGOGIA OU LICENCIATURA). ESTA NÃO É A REALIDADE DO BRASIL, SOBRETUDO NOS ESTADOS DAS REGIÕES NORTE E NORDESTE
- ✓ O CASO MAIS GRAVE É DE RORAIMA, ONDE QUASE 40% DOS DOCENTES DA REDE PÚBLICA DO ENSINO MÉDIO NÃO TÊM A FORMAÇÃO ADEQUADA PARA ESTAR NA SALA DE AULA
- ✓ EM ALGUNS ESTADOS, O PERCENTUAL VEM CAINDO. CASO, POR EXEMPLO, DO CE, QUE REDUZIU EM 11,5 PONTOS PERCENTUAIS, ENTRE 2011 E 2013, A QUANTIDADE DE DOCENTES COM ENSINO SUPERIOR, IMPACTADO PELA SAÍDA (APOSENTADORIA OU EVASÃO) DE PROFESSORES MAIS QUALIFICADOS

O DF FOI A UF COM MAIOR NÚMERO (99,1%) DE PROFESSORES MAIS QUALIFICADOS, SEGUIDO DE ESPÍRITO SANTO E SERGIPE, AMBOS COM 98%.

CONCLUSÕES

Os indicadores educacionais no Brasil mostram carências relevantes. O País apresenta uma população pouco estudada e desprovida de um ensino de qualidade, com percentuais inadmissíveis de analfabetos, e com discrepâncias regionais que realçam as fronteiras dos diversos 'brasis'. Apesar dos avanços da última década, ainda prevalece um retrato preocupante da educação brasileira, uma área fundamental para a construção do futuro do País.

Os indicadores avaliados neste estudo privilegiam aqueles mais afins às competências dos governos estaduais, associados ao ensino médio, mas que são influenciados também pelas carências no ciclo anterior - os anos finais do ensino fundamental. Os indicadores de recurso avaliados – o gasto por aluno no ensino médio e a qualidade docente no 2º ciclo do Ensino Fundamental – evidenciam a necessidade de mais investimentos, com maior eficiência e qualidade. Nem de longe são exaustivos, mas nos dão a oportunidade de discutir algumas estratégias que contribuam para o avanço da educação no país.

Em termos de **resultado**, *o número médio de anos de estudo* ainda tem muito que evoluir no Brasil. A média nacional (7,7 anos) não alcança o encerramento do Ensino Fundamental e apenas o Distrito Federal tem escolaridade média além dos atuais 9 anos do Ensino Fundamental. SP e RJ também se destacam com escolaridades médias mais elevadas entre as UFs. Por outro lado, Estados do Nordeste, junto com Pará, ocupam as doze últimas colocações. O pior colocado, Alagoas, apresentou uma escolaridade média de apenas 5,7 anos.

Por sua vez, a *taxa de analfabetismo* da população com 15 anos ou mais no Brasil vem decrescendo em todas as UFs e em todas as regiões na última década, a despeito de ainda apresentar diferenças significativas entre elas. As disparidades são enormes: enquanto pouco mais de 3% da população do Distrito Federal ou de Santa Catarina ainda é analfabeta, em Alagoas mais de um quinto (21,6%) não sabe ler nem escrever. Essas altas taxas que ainda prevalecem em muitos estados (principalmente no Norte e Nordeste) refletem a carente herança educacional das gerações passadas.

CONCLUSÕES

Quanto à qualidade do ensino estadual, os resultados atingidos não estão conforme as metas estipuladas. No total de escolas, o *IDEB* de 2013 para o ensino médio no Brasil foi de 3,7 apenas, numa escala de 0 a 10. Essa nota é ainda mais baixa se avaliarmos apenas a rede pública estadual: 3,4. As melhores notas são de SP, DF e GO; este último merece destaque, não só pela evolução expressiva de 2005 a 2013, como pela 1ª colocação entre as escolas da rede pública estadual. As últimas posições ficaram por conta de Alagoas, Rio Grande do Norte, Sergipe e Amazonas.

Associada à qualidade do ensino está a *taxa de distorção idade-série do Ensino Médio*, que contabiliza, além das reprovações ao longo dessa etapa, os alunos que chegam com idade atrasada ao 1º ano do Ensino Médio. Esta taxa registrou, na média nacional, 29,5% em 2013. Apesar da trajetória de queda desse indicador para todos os estados, na maioria das UFs do Norte e Nordeste a taxa ultrapassa os 35%.

Em termos de **recursos**, as correlações entre as variáveis selecionadas (*gasto por aluno* e *formação superior dos professores*) e a qualidade do ensino do Estado mostraram-se frágeis. Na verdade, isoladamente, as variáveis têm pouca influência direta na qualidade final do ensino, avaliada no IDEB, o que mostra que as estratégias precisam ser articuladas para, em conjunto, contribuírem sistemicamente para equacionar a educação no Brasil.

Em suma, embora a educação no Brasil tenha evoluído, alcançando a quase total universalização no Ensino Fundamental I na última década, o País ainda possui um considerável passivo histórico e problemas também evidentes no fluxo escolar. Os desafios são diversos e algumas estratégias, exemplificadas por práticas aplicadas em alguns Estados, buscam enfrenta-los.

Conclusões

Melhores e Piores resultados

Maiores Escolaridades médias da população com 25 anos ou mais (anos de estudo) – 2013

- Distrito Federal: **10,0**
- Rio de Janeiro: **8,8**
- São Paulo: **8,8**
- Santa Catarina: **8,2**
- Amapá: **8,2**

Maiores Variações da Escolaridade média (2004-2013)

- Alagoas: **35,7%**
- Bahia: **34,0%**
- Tocantins: **32,4%**
- Paraíba: **31,9%**
- Piauí: **31,7%**

Fonte: OPE Sociais, 2014, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Menores Escolaridades médias da população com 25 anos ou mais (anos de estudo) – 2013

- Alagoas: **5,7**
- Piauí: **5,8**
- Maranhão: **5,8**
- Paraíba: **6,3**
- Ceará: **6,3**

Menores Variações da Escolaridade média (2004-2013)

- Sergipe: **13,5%**
- Rio Grande do Sul: **13,6%**
- Distrito Federal: **14,1%**
- Rio de Janeiro: **16,2%**
- São Paulo: **17,8%**

Conclusões

Melhores e Piores resultados

Menores Taxas de analfabetismo da população com 15 anos ou mais (%) - 2013

- Distrito Federal: **3,2%**
- Santa Catarina: **3,5%**
- São Paulo: **3,7%**
- Rio de Janeiro: **3,7%**
- Rio Grande do Sul: **4,4%**

Maiores reduções na taxa de analfabetismo (2004-2013) – pontos percentuais

- Alagoas: **-7,9 p.p.**
- Piauí: **-7,6 p.p.**
- Paraíba: **-7,1 p.p.**
- Pernambuco: **-6,1 p.p.**
- Bahia: **-5,4 p.p.**

Fonte: OPE Sociais, 2014, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Maiores Taxas de analfabetismo da população com 15 anos ou mais (%) - 2013

- Alagoas: **21,6%**
- Maranhão: **19,8%**
- Piauí: **19,7%**
- Paraíba: **18,2%**
- Rio Grande do Norte: **17,2%**

Menores reduções na taxa de analfabetismo (2004-2013) – pontos percentuais

- Roraima: **-0,9 p.p.**
- Distrito Federal: **-1,0 p.p.**
- Rio Grande do Sul: **-1,1 p.p.**
- Rio de Janeiro: **-1,1 p.p.**
- Santa Catarina: **-1,3 p.p.**

Conclusões

Estados com as melhores e piores posições

Notas do IDEB total do 2º ciclo do Ensino Fundamental (EF II)- 2013

- Minas Gerais: **4,8**
- Goiás: **4,7**
- São Paulo: **4,7**
- Santa Catarina: **4,5**
- Acre: **4,4**

Notas do IDEB total do Ensino Médio - 2013

- São Paulo: **4,1**
- Distrito Federal: **4,0**
- Goiás: **4,0**
- Rio de Janeiro: **4,0**
- Santa Catarina: **4,0**

Notas do IDEB total do 2º ciclo do Ensino Fundamental (EF II)- 2013

- Alagoas: **3,1**
- Sergipe: **3,2**
- Bahia: **3,4**
- Paraíba: **3,5**
- Rio Grande do Norte: **3,6**

Notas do IDEB total do Ensino Médio - 2013

- Pará: **2,9**
- Mato Grosso: **3,0**
- Maranhão: **3,0**
- Bahia: **3,0**
- Amapá: **3,0**

Fonte: INEP. Disponível em http://inep.gov.br/.

Estratégias para a Melhoria da Educação e exemplos de Boas Práticas

1 AMPLIAÇÃO DO ACESSO E MELHORIA DE QUALIDADE

- Elaborar e implementar planos estaduais de expansão do acesso e de melhoria da qualidade do ensino médio, em linha com o Plano Nacional de Educação, bem como estimular a elaboração e implementação de planos municipais de melhoria da qualidade do ensino fundamental.
- **Exemplos**: Programa Brasil Profissionalizado (PRONATEC) – Brasil; Pacto pela Educação - GO

2 MONITORAMENTO DO DESEMPENHO DE ALUNOS

- Implantar modelo de monitoramento do desempenho dos alunos, com menor periodicidade e metodologia comparável aos sistemas de avaliação federais, analisando a evolução dos resultados por escola de forma a reorientar as estratégias para melhoria do desempenho escolar.
- Fazer uso das tecnologias de informação e comunicação disponíveis para melhor aproveitamento dos resultados das avaliações, individualizando escolas e regiões do Estado e permitindo análise de conteúdos *versus* aprendizado.
- Promover o livre acesso aos resultados do monitoramento, valorizando casos de sucesso e multiplicando boas práticas, gerando pressões sobre desempenhos inferiores e permitindo a ampla repercussão na sociedade.
- **Exemplos**: Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) – SP; Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (Proeb) e Programa de Avaliação da Alfabetização (Proalfa) – MG; Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (SAEPE) – PE; Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás (SAEGO) – GO

Estratégias para a Melhoria da Educação e exemplos de Boas Práticas

IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRUTURA DE INCENTIVOS PARA ESCOLAS E PARA MUNICÍPIOS

3

- Implantar estrutura de incentivos (atrelada aos recursos estaduais destinados à educação) que premie/responsabilize as escolas de acordo com seu desempenho, considerando a diversidade socioeconômica das regiões do estado e estimulando a competição salutar entre elas.
- Multiplicar boas práticas empreendidas em escolas de alto desempenho e adaptá-las para alavancar o desempenho em outras unidades pior avaliadas.
- Estimular sistemas de avaliação nos municípios e vincular parte do repasse do ICMS do Estado aos municípios à melhoria da qualidade do ensino fundamental municipal.
- **Exemplo:** Prêmio Escolas – GO; Programa de Alfabetização na Idade Certa - CE[1]; Bônus de Desempenho Educacional (BDE) – PE

ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

4

- Ampliar a jornada escolar, adequando a infraestrutura física das escolas na perspectiva da educação integral.
- Incluir na grade de atividades o reforço no ensino centrado no desenvolvimento das habilidades e competências das disciplinas de maior carência, detectadas nas avaliações de desempenho.
- Acelerar a integração das escolas em tempo integral do ensino médio com o ensino técnico.
- **Exemplo:** VENCE e Novo Modelo de Escola em Tempo Integral - SP; Programa Dupla Escola - RJ

[1] Inspirado na experiência de gestão escolar aplicada em Sobral (CE), a partir de 2003

Estratégias para a Melhoria da Educação e exemplos de Boas Práticas



5 REFORMULAÇÃO E PADRONIZAÇÃO CURRICULAR

- Promover reforma educacional centrada nos conteúdos e recursos pedagógicos, de forma a pactuar um currículo mínimo para o ensino fundamental e médio regulares que abranja escolas públicas e privadas.
- Estabelecer objetivos de aprendizado claros e adequados à rede estadual e às redes municipais de ensino.
- Tornar o Ensino Médio mais atrativo no seu conteúdo, com opções para que os alunos possam escolher trajetórias mais adequadas aos seus interesses e possibilidades, combinando disciplinas profissionais e acadêmicas.
- **Exemplo:** Cadernos dos Professores e Caderno de Alunos – SP e CE[1]; Formação para o Desenvolvimento – RS; Programa Ensino Médio Inovador (Pacto Nacional pelo Desenvolvimento do Ensino Médio) - Brasil

6 CAPACITAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFESSORES

- Valorizar os professores por meio de um programa de carreira atrativo, com remuneração competitiva e progressão salarial vinculada, dentre outros critérios, ao desempenho dos alunos.
- Investir na formação e qualificação continuada dos professores em larga escala nos conteúdos específicos e em métodos e técnicas pedagógicas.
- Monitorar o desempenho a partir das avaliações periódicas e associar mecanismos de incentivos (premiação/ responsabilização) às escolas.
- Capacitar os professores na utilização de ferramentas educacionais tecnológicas
- Implementar medidas (campanhas educativas) para recuperar autoridade do professor em sala de aula
- **Exemplo**: Rede do Saber, com teleconferências e vídeos, SP[1]; Programa Reconhecer – GO; Bônus de Desempenho Educacional – PE; Programas Nacionais Formação Continuada de Professores (Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio); Formação Continuada de Professores em Tecnologia Educacional (ProInfo Integrado) - Brasil

[1]INEP/MEC (2010): Melhores práticas em escolas de ensino médio no Brasil.

Estratégias para a Melhoria da Educação e exemplos de Boas Práticas

7 CAPACITAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DE DIRETORES

- Garantir capacitação gerencial de alta qualidade de todos os diretores de escolas públicas e a indicação de diretores baseada em critérios técnicos (competência/mérito).
- Instituir colegiados de monitoramento e avaliação externa das unidades de ensino, associando estratégias de divulgação dos resultados, valorização da boa gestão e responsabilização/premiação das escolas.
- Implementar medidas (campanhas educativas) para recuperar autoridade das escolas e dos dirigentes no ambiente escolar.
- Desenvolver e consolidar um sistema educacional público integrado estado-municípios para uma ação integrada.
- **Exemplo:** Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica - Brasil

8 INFRAESTRUTURA FÍSICA E DE EQUIPAMENTOS DAS ESCOLAS E TECNOLOGIA EDUCACIONAL

- Investir continuamente na infraestrutura física das escolas, provendo recursos para a manutenção de um ambiente adequado, agradável e atrativo, voltado para o aprendizado dos conteúdos pedagógicos e para a formação do ser humano nas diversas dimensões.
- Oferecer às escolas instalações com computadores conectados a redes de banda larga, enquanto ferramenta de apoio ao desenvolvimento do currículo escolar.
- Expandir a disponibilidade de operação de equipamentos e tecnologia educacional com uso intensivo de novas ferramentas de comunicação e recursos didáticos avançados.
- **Exemplo:** Escola SESC de Ensino Médio e Projeto Inova - BH[1]; Programas Nacionais de Tecnologia Educacional (ProInfo), Um Computador por Aluno (PROUCA) - Brasil

[1] Primeiro projeto em forma de Parceria Publico - Privada (PPP) em Educação no Brasil

Estratégias para a Melhoria da Educação e exemplos de Boas Práticas

INTEGRAÇÃO DAS ESCOLAS COM A COMUNIDADE

9

- Promover o fortalecimento das comunidades escolares, com o envolvimento ativo das famílias e dos principais setores sociais no acompanhamento dos indicadores de qualidade do ensino, no desenvolvimento dos alunos e na motivação dos jovens para obter qualificação profissional.
- Garantir a participação dos profissionais das unidades escolares no desenvolvimento e aplicação do projeto pedagógico, articulando membros, lideranças representativas e a comunidade local em conselhos escolares.
- **Exemplo:** Projeto Escola Aberta para a Cidadania - SC[1] e RS[2]; Escola Estadual Jussara Feitosa Domschke - SP[3]

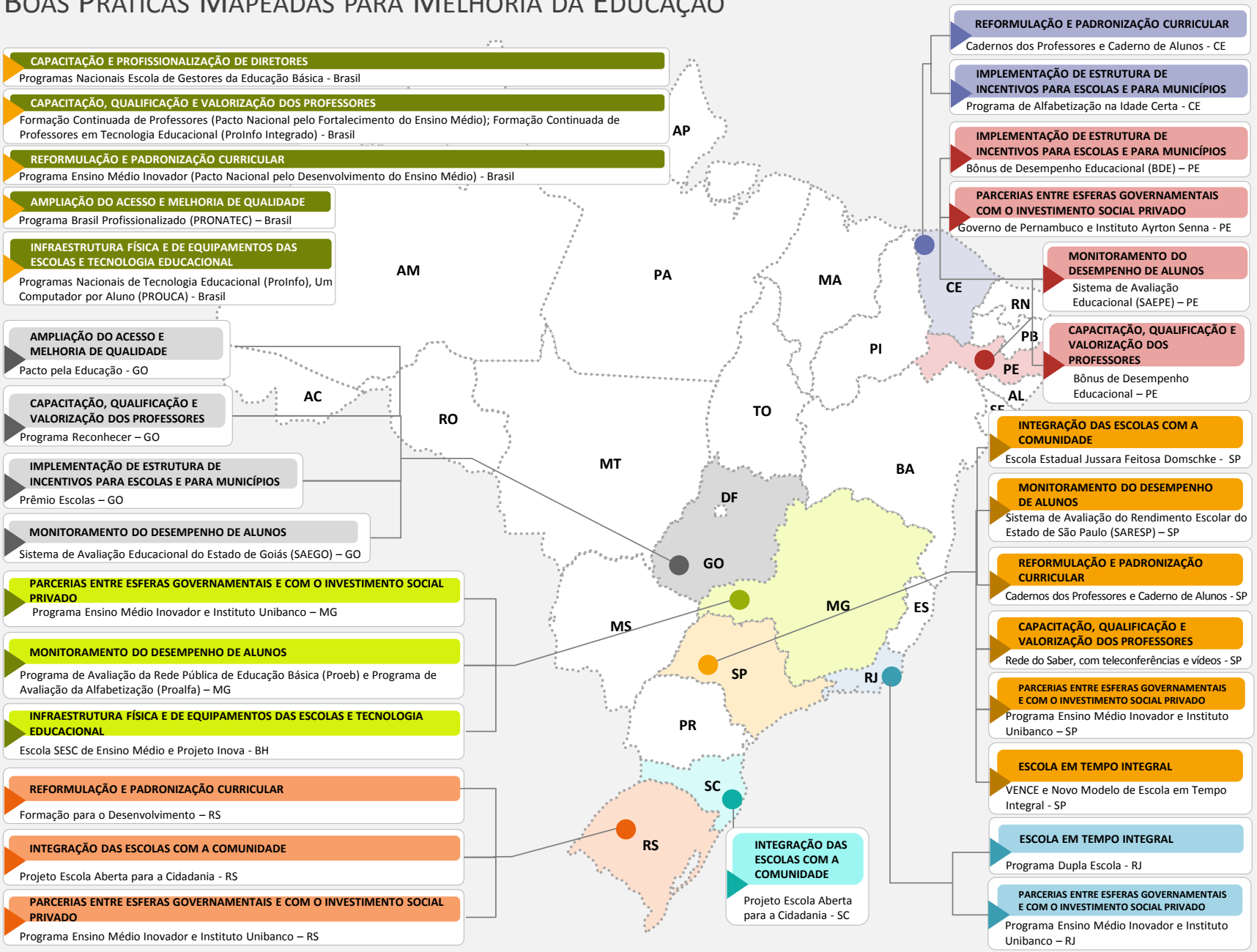
PARCERIAS ENTRE ESFERAS GOVERNAMENTAIS E COM O INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO

10

- Estimular os municípios na melhoria da qualidade na educação infantil e no ensino fundamental por meio de parcerias em projetos conjuntos, capacitação de professores, apoio na construção de creches etc.
- Incentivar a criação de parcerias de gestão compartilhada entre o setor público, privado e a sociedade civil, para ampliar o alcance dos programas implementados pelas Secretarias municipais e estaduais.
- **Exemplos:** Programa Ensino Médio Inovador e Instituto Unibanco – RJ, RS, SP e MG[4]; Governo de Pernambuco e Instituto Ayrton Senna - PE[4]

[1] Veloso (2009) "A Evolução Recente e Propostas para a Melhoria da Educação no Brasil." [2] Site da Secretaria estadual de Educação http://www.educacao.rs.gov.br/
[3] Finalista do prêmio Gestão Escolar 2013 no estado de São Paulo [4] Em parceria com as respectivas Secretarias estaduais de Educação

Boas Práticas Mapeadas para Melhoria da Educação



Dicionário de Variáveis

RESULTADO

Escolaridade Média: Média de anos de estudo da população de 25 anos ou mais. Fonte: OPE Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios –PNAD / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2004-2012.

Taxa de Analfabetismo: Número de pessoas de 15 anos ou mais que não sabem ler e escrever um bilhete simples em português, em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária. Fonte: OPE Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios –PNAD / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2004-2012.

Taxa de Distorção Idade-Série no Ensino Médio: Percentual de alunos no Ensino Médio com idade superior à idade recomendada para cada uma das séries. Considera-se como distorção o aluno que tem idade igual ou dois anos acima da idade recomendada. Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP / Ministério da Educação - MEC, 2006-2013.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): Índice que mensura a qualidade da educação brasileira. Em seu cálculo são combinados dois fatores: desempenho dos estudantes na Prova Brasil, aplicada a cada dois anos, e a Taxa de Aprovação das redes. O Índice é calculado para cada ciclo em cada escola e é depois agregado por tipo de administração (Pública ou Privada), e dentro da administração pública, pela gestão responsável: Federal, Estadual ou Municipal. O IDEB Total agrega as informações de escolas de ambas administrações, ponderando pelos respectivos números de alunos. Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP / Ministério da Educação - MEC, 2005-2013.

Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA): Nota da prova aplicada a cada três anos para jovens de 15 anos. São elegíveis todos alunos nesta faixa etária, matriculados da 7ª série até o final do Ensino Médio. Vale ressaltar que, para corrigir o viés de baixa do PISA, o comitê responsável passou a incluir uma quantidade considerável (cerca de 2/3 da amostra total) de alunos especificamente do 1º ano do ensino médio (série adequada para a idade de referência de 15 anos), independentemente de sua idade. A prova aborda três áreas do conhecimento: Leitura, Matemática e Ciências. Fonte: Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, 2009/2012.

Dicionário de Variáveis

ESFORÇO

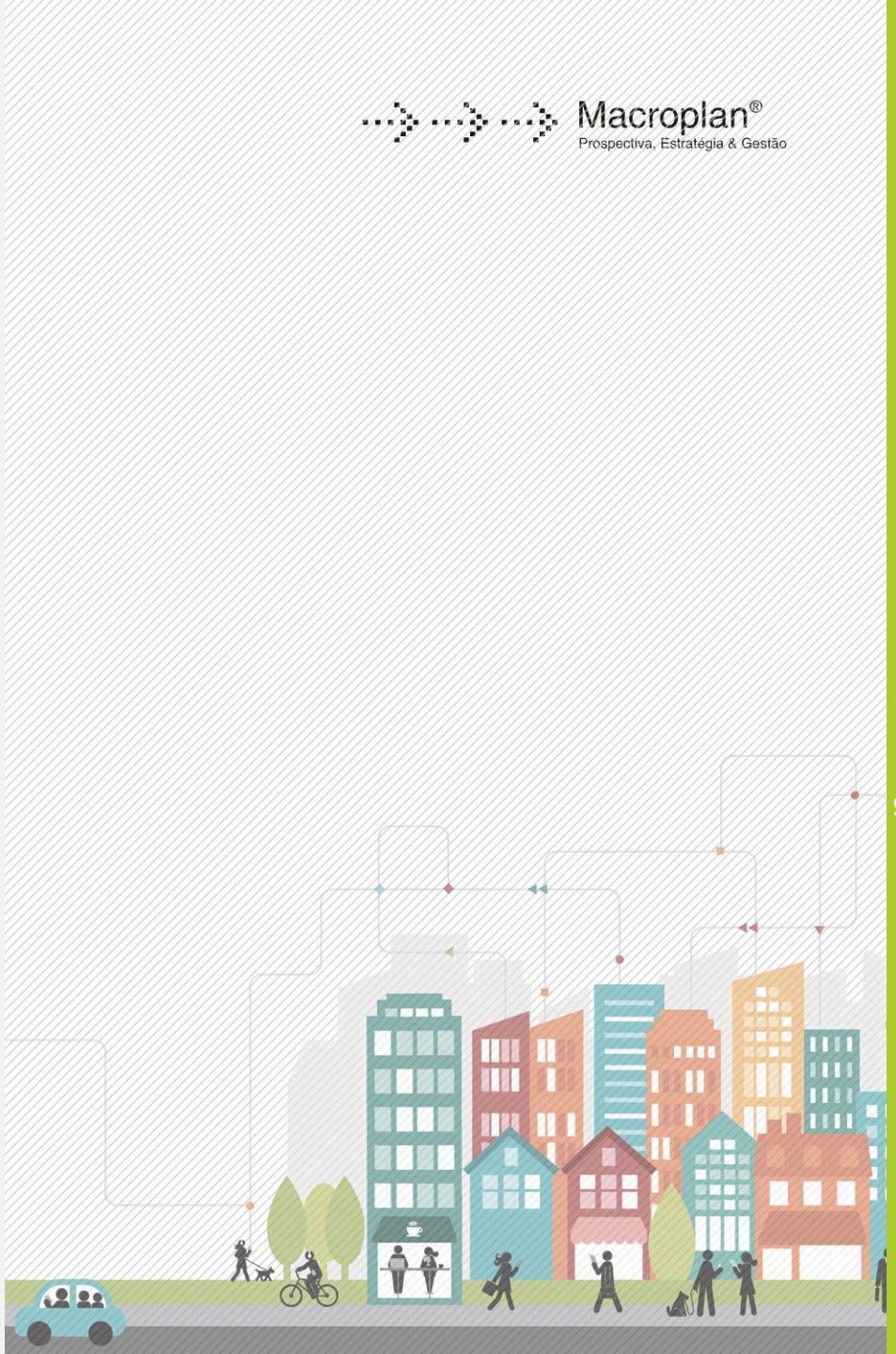
Qualificação Docente: percentual de docentes com grau de formação de Ensino Superior em exercício em determinado nível de ensino (Neste Estudo, Ensino Fundamental II) da rede estadual em relação ao total de docentes no Ensino Médio da rede estadual. Fonte: Censo Escolar / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-INEP / Ministério da Educação - MEC, 2011-2012.

Gasto Educacional por aluno do Ensino Médio: Gasto público estadual médio em educação por aluno no Ensino Médio na rede estadual. Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação – SIOPE / Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, 2009-2012.

BIBLIOGRAFIA

- FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE). *Gasto Educacional por aluno do Ensino Médio.* Disponível em https://www.fnde.gov.br/siope. Acessado em agosto de 2014.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *IDEB, Taxa de Distorção Idade-Série e Qualificação Docente.* Disponível em http://inep.gov.br/. Acessado em setembro de 2014.
- OCDE. Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. *PISA.* Disponível em http://www.oecd.org/pisa/. Acessado em junho de 2014.
- OCDE. Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. *Education at a Glance 2014 – OECD Indicators*. Disponível em http://www.oecd.org/edu/Education-at-a-Glance-2014.pdf. Acessado em agosto de 2014.
- ONU/PNUD. Organização das Nações Unidas/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Disponível. *Relatório sobre Escolaridade média, 2013*. Disponível em: http://www.un.cv/files/HDR2013%20Report%20Portuguese.pdf. Acessado em junho de 2014.
- OPE Sociais. Oportunidade, Pesquisa e Estudos Sociais. Tabulações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD. *Escolaridade Média e Taxa de Analfabetismo*. Acessado em setembro de 2014.
- *World Bank Indicators*, 2014. Disponível em: http://data.worldbank.org/indicator/SE.ADT.LITR.ZS/countries. Acessado em junho de 2014.

Anexo



Escolaridade Média

ESCOLARIDADE MÉDIA (ANOS DE ESTUDO) – 25 ANOS OU MAIS

Posição 2013	UF	2013	2004	Posição 2004	Variação 2004 - 2013	Posição Variação
1	DF	10,0	8,8	1	14,1%	25
2	RJ	8,8	7,6	2	16,2%	24
3	SP	8,8	7,4	3	17,8%	23
4	SC	8,2	6,9	4	19,6%	20
5	AP	8,2	6,7	6	22,5%	16
6	PR	8,1	6,7	8	21,2%	17
7	AM	7,9	6,7	7	18,1%	22
8	RR	7,9	6,2	12	27,9%	8
9	ES	7,8	6,6	9	18,1%	21
10	RS	7,8	6,8	5	13,6%	26
11	GO	7,7	6,2	10	24,3%	13
	Brasil	**7,7**	**6,4**	**10**	**20,6%**	**12**
12	MT	7,7	6,1	13	25,4%	12
13	MS	7,7	6,2	11	24,0%	15
14	MG	7,4	6,1	14	21,0%	18
15	TO	7,1	5,4	19	32,4%	3
16	PE	6,8	5,4	18	26,2%	11
17	RO	6,7	5,6	16	20,4%	19
18	RN	6,7	5,2	20	29,3%	6
19	PA	6,7	5,4	17	24,2%	14
20	AC	6,6	5,2	21	27,7%	9
21	BA	6,5	4,9	23	34,0%	2
22	SE	6,5	5,8	15	13,5%	27
23	CE	6,3	5,0	22	27,9%	7
24	PB	6,3	4,8	24	31,9%	4
25	MA	5,8	4,6	25	26,5%	10
26	PI	5,8	4,4	26	31,7%	5
27	AL	5,7	4,2	27	35,7%	1

Fonte: OPE Sociais, com base na PNAD/IBGE.

Taxa de Analfabetismo

TAXA DE ANALFABETISMO – 15 ANOS OU MAIS

Posição 2013	UF	(%) 2013	(%) 2004	Posição 2004	Variação p.p. 2004 - 2013	Posição Variação
1	DF	3,2	4,2	1	-1,01	26
2	SC	3,5	4,8	2	-1,27	23
3	SP	3,7	5,5	5	-1,81	21
4	RJ	3,7	4,9	3	-1,13	24
5	RS	4,4	5,5	4	-1,06	25
6	PR	5,3	8,0	6	-2,65	14
7	AP	6,0	8,5	7	-2,51	15
8	ES	6,6	9,5	9	-2,90	13
9	GO	7,1	10,7	14	-3,64	10
10	MS	7,2	9,5	10	-2,35	17
11	AM	7,3	9,0	8	-1,66	22
12	MG	7,6	9,9	11	-2,30	18
13	MT	7,8	10,1	12	-2,26	19
	Brasil	**8,5**	**11,5**	**8**	-2,94	
14	RO	8,6	10,5	13	-1,97	20
15	RR	9,8	10,7	15	-0,89	27
16	PA	10,1	14,5	16	-4,47	9
17	TO	12,2	17,2	17	-4,99	7
18	AC	14,6	18,1	18	-3,48	11
19	BA	14,9	20,3	20	-5,40	5
20	PE	15,3	21,4	21	-6,13	4
21	CE	16,7	21,6	22	-4,91	8
22	SE	16,9	19,4	19	-2,45	16
23	RN	17,2	22,3	23	-5,12	6
24	PB	18,2	25,3	25	-7,11	3
25	PI	19,7	27,3	26	-7,57	2
26	MA	19,8	23,1	24	-3,25	12
27	AL	21,6	29,5	27	-7,86	1

Fonte: OPE Sociais, com base na PNAD/IBGE.

IDEB TOTAL NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

IDEB TOTAL NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Posição 2013	UF	IDEB 2013	Meta 2013	IDEB 2005	Posição 2005	Variação p.p. 2005 - 2013	Posição Variação
1	MG	4,8	4,6	3,8	3	1,0	6
2	GO	4,7	4,4	3,5	9	1,2	3
2	SP	4,7	5,0	4,2	2	0,5	18
4	SC	4,5	5,1	4,3	1	0,2	25
5	AC	4,4	4,4	3,5	9	0,9	7
5	CE	4,4	4,0	3,1	17	1,3	1
5	DF	4,4	4,7	3,8	3	0,6	15
5	MT	4,4	3,9	3,1	17	1,3	1
9	PR	4,3	4,4	3,6	7	0,7	12
9	RJ	4,3	4,5	3,6	7	0,7	12
11	ES	4,2	4,7	3,8	3	0,4	21
11	RS	4,2	4,7	3,8	3	0,4	21
	Brasil	**4,2**	**4,4**	**3,5**		**0,7**	
13	MS	4,1	4,2	3,4	12	0,7	12
14	PI	4,0	3,9	3,1	17	0,9	8
15	AM	3,9	3,6	2,7	24	1,2	4
15	RO	3,9	4,2	3,4	12	0,5	18
15	TO	3,9	4,2	3,4	12	0,5	18
18	PE	3,8	3,6	2,7	24	1,1	5
19	RR	3,7	4,3	3,4	12	0,3	23
20	AP	3,6	4,4	3,5	9	0,1	27
20	MA	3,6	3,9	3,0	20	0,6	16
20	PA	3,6	4,2	3,3	16	0,3	23
20	RN	3,6	3,7	2,8	22	0,8	9
24	PB	3,5	3,6	2,7	24	0,8	10
25	BA	3,4	3,6	2,8	22	0,6	16
26	SE	3,2	3,9	3,0	20	0,2	25
27	AL	3,1	3,3	2,4	27	0,7	11

Fonte: INEP/MEC.

IDEB nos anos finais do Ensino Fundamental na Rede Pública Estadual

IDEB NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA REDE PÚBLICA ESTADUAL

Posição 2013	UF	IDEB 2013	Meta 2013	IDEB 2005	Posição 2005	Variação p.p. 2005 - 2013	Posição Variação
1	MG	4,7	4,4	3,6	3	1,1	5
2	GO	4,5	4,1	3,3	9	1,2	2
3	AC	4,4	4,4	3,5	4	0,9	7
3	SP	4,4	4,6	3,8	2	0,6	12
5	MT	4,2	3,7	2,9	16	1,3	1
6	PR	4,1	4,2	3,3	9	0,8	10
6	SC	4,1	4,9	4,1	1	0,0	24
8	ES	4,0	4,4	3,5	4	0,5	14
	Brasil	**4,0**	**4,2**	**3,3**		**0,7**	
9	AM	3,9	3,5	2,7	21	1,2	4
9	CE	3,9	3,6	2,8	20	1,1	5
9	RS	3,9	4,4	3,5	4	0,4	20
12	DF	3,8	4,1	3,3	9	0,5	14
12	MA	3,8	4,1	3,2	12	0,6	13
14	MS	3,7	3,8	2,9	16	0,8	9
14	RO	3,7	4,0	3,2	12	0,5	14
14	TO	3,7	4,2	3,4	8	0,3	21
17	PE	3,6	3,3	2,4	27	1,2	2
17	RJ	3,6	3,7	2,9	16	0,7	11
19	PI	3,5	3,5	2,6	22	0,9	8
19	RR	3,5	4,1	3,2	12	0,3	22
21	AP	3,4	4,4	3,5	4	-0,1	25
22	BA	3,1	3,5	2,6	22	0,5	14
22	RN	3,1	3,4	2,6	22	0,5	14
24	PA	3,0	4,0	3,1	15	-0,1	25
24	PB	3,0	3,4	2,5	25	0,5	14
26	AL	2,7	3,3	2,5	25	0,2	23
26	SE	2,7	3,7	2,9	16	-0,2	27

Fonte: INEP/MEC.

IDEB TOTAL NO ENSINO MÉDIO

IDEB TOTAL NO ENSINO MÉDIO

Posição 2013	UF	IDEB 2013	Meta 2013	IDEB 2005	Posição 2005	Variação p.p. 2005 - 2013	Posição Variação
1	SP	4,1	4,2	3,6	5	0,5	5
2	DF	4,0	4,1	3,6	5	0,4	6
2	GO	4,0	3,8	3,2	13	0,8	2
2	RJ	4,0	3,8	3,3	9	0,7	4
2	SC	4,0	4,4	3,8	1	0,2	13
6	RS	3,9	4,3	3,7	4	0,2	15
7	ES	3,8	4,3	3,8	1	0,0	22
7	MG	3,8	4,3	3,8	1	0,0	22
7	PE	3,8	3,6	3,0	18	0,8	2
7	PR	3,8	4,2	3,6	5	0,2	15
	Brasil	**3,7**	**3,9**	**3,4**		**0,3**	
11	CE	3,6	3,9	3,3	9	0,3	9
11	MS	3,6	3,8	3,3	9	0,3	9
11	RO	3,6	3,8	3,2	13	0,4	6
14	AC	3,4	3,8	3,2	13	0,2	15
14	RR	3,4	4,0	3,5	8	-0,1	26
16	PB	3,3	3,5	3,0	18	0,3	11
16	PI	3,3	3,5	2,9	21	0,4	6
16	TO	3,3	3,6	3,1	16	0,2	15
19	AM	3,2	3,0	2,4	27	0,8	1
19	SE	3,2	3,8	3,3	9	-0,1	25
21	RN	3,1	3,5	2,9	21	0,2	13
22	AL	3,0	3,6	3,0	18	0,0	22
22	AP	3,0	3,5	2,9	21	0,1	19
22	BA	3,0	3,5	2,9	21	0,1	19
22	MA	3,0	3,3	2,7	26	0,3	11
22	MT	3,0	3,7	3,1	16	-0,1	26
27	PA	2,9	3,4	2,8	25	0,1	19

Fonte: INEP/MEC.

IDEB no Ensino Médio na Rede Pública Estadual

IDEB NO ENSINO MÉDIO NA REDE ESTADUAL

Posição 2013	UF	IDEB 2013	Meta 2013	IDEB 2005	Posição 2005	Variação p.p. 2005 - 2013	Posição Variação
1	GO	3,8	3,4	2,9	12	0,9	1
2	RS	3,7	4,0	3,4	2	0,3	11
2	SP	3,7	3,9	3,3	4	0,4	7
4	MG	3,6	4,0	3,4	2	0,2	17
4	PE	3,6	3,2	2,7	18	0,9	1
4	RJ	3,6	3,3	2,8	14	0,8	3
4	SC	3,6	4,0	3,5	1	0,1	19
8	ES	3,4	3,6	3,1	7	0,3	13
8	MS	3,4	3,4	2,8	14	0,6	6
8	PR	3,4	3,9	3,3	4	0,1	19
8	RO	3,4	3,5	3,0	8	0,4	8
	Brasil	**3,4**	**3,6**	**3,0**		**0,4**	
12	AC	3,3	3,5	3,0	8	0,3	13
12	CE	3,3	3,5	3,0	8	0,3	13
12	DF	3,3	3,6	3,0	8	0,3	13
15	RR	3,2	3,8	3,2	6	0,0	25
15	TO	3,2	3,4	2,9	12	0,3	11
17	AM	3,0	2,8	2,3	26	0,7	4
17	PB	3,0	3,2	2,6	21	0,4	8
17	PI	3,0	2,8	2,3	26	0,7	4
20	AP	2,9	3,2	2,7	18	0,2	18
21	BA	2,8	3,3	2,7	18	0,1	24
21	MA	2,8	3,0	2,4	25	0,4	8
21	SE	2,8	3,4	2,8	14	0,0	25
24	MT	2,7	3,1	2,6	21	0,1	19
24	PA	2,7	3,2	2,6	21	0,1	19
24	RN	2,7	3,2	2,6	21	0,1	19
27	AL	2,6	3,3	2,8	14	-0,2	27

Fonte: INEP/MEC.

Taxa de Distorção Idade-Série no ensino médio total

TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NO ENSINO MÉDIO TOTAL

Posição 2013	UF	2013	2006	Posição 2006	Variação p.p. 2006 - 2013	Posição Variação
1	SP	15,3	22,6	2	-7,3	25
2	SC	16,4	21,7	1	-5,3	27
3	PR	21,6	30,0	3	-8,4	21
4	ES	26,6	34,4	4	-7,8	22
5	DF	26,7	37,7	7	-11,0	18
6	GO	27,2	43,9	11	-16,7	14
7	MG	27,7	37,9	8	-10,2	19
8	RS	28,2	34,6	5	-6,4	26
9	RR	28,4	36,1	6	-7,7	23
	Brasil	**29,5**	**44,9**		**-15,4**	
10	CE	30,3	50,5	14	-20,2	11
11	RO	31,1	39,6	10	-8,5	20
12	MS	31,8	39,4	9	-7,6	24
13	MT	31,9	44,4	12	-12,5	17
14	TO	32,0	55,9	16	-23,9	5
15	RJ	32,6	54,9	15	-22,3	7
16	AC	34,2	47,9	13	-13,7	16
17	PB	35,0	62,1	19	-27,1	2
18	PE	36,4	62,4	20	-26,0	3
19	AP	37,4	57,1	17	-19,7	12
20	MA	40,6	64,2	21	-23,6	6
21	AL	42,1	69,3	25	-27,2	1
22	RN	43,0	59,2	18	-16,2	15
23	SE	43,6	65,2	22	-21,6	8
24	BA	44,7	65,6	23	-20,9	9
25	PI	44,9	69,7	26	-24,8	4
26	AM	46,7	67,2	24	-20,5	10
27	PA	52,8	70,3	27	-17,5	13

Fonte: INEP/MEC.

Taxa de Distorção Idade-Série no ensino médio estadual

TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NO ENSINO MÉDIO NA REDE PÚBLICA ESTADUAL

Posição 2013	UF	2013	2006	Posição 2006	Variação p.p. 2006 - 2013	Posição Variação
1	SP	17,2	25,4	2	-8,2	23
2	SC	18,6	24,9	1	-6,3	27
3	PR	24,5	32,6	3	-8,1	24
4	MG	30,3	41,8	7	-11,5	19
5	ES	30,6	40,0	6	-9,4	21
6	RR	30,6	38,7	5	-8,1	24
7	GO	31,2	49,0	12	-17,8	13
8	RS	31,3	38,6	4	-7,3	26
	Brasil	**33,0**	**49,5**		**-16,5**	
9	CE	33,2	55,4	14	-22,2	8
10	RO	33,9	42,7	8	-8,8	22
11	DF	34,1	47,1	10	-13,0	18
12	TO	34,1	58,4	15	-24,3	6
13	MT	34,8	48,1	11	-13,3	17
14	MS	35,1	45,0	9	-9,9	20
15	AC	35,8	51,4	13	-15,6	16
16	RJ	39,3	63,7	17	-24,4	5
17	PE	40,1	69,8	22	-29,7	1
18	PB	40,7	68,7	20	-28,0	3
19	AP	40,8	60,3	16	-19,5	12
20	MA	42,5	66,6	19	-24,1	7
21	AL	48,0	76,9	27	-28,9	2
22	BA	48,4	69,4	21	-21,0	10
23	AM	49,3	70,9	23	-21,6	9
24	PI	50,4	76,5	26	-26,1	4
25	RN	50,6	66,3	18	-15,7	15
26	SE	51,5	72,1	24	-20,6	11
27	PA	57,5	75,1	25	-17,6	14

Fonte: INEP/MEC.

Professores com Ensino Superior no Segundo Ciclo do Ensino Fundamental

PROFESSORES COM ENSINO SUPERIOR NO EF II NA REDE ESTADUAL

Posição 2013	UF	2013	2011	Posição 2011	Variação p.p. 2011 - 2013	Posição Variação
1	DF	99,1	99,2	3	-0,1	16
2	ES	98,0	96,2	8	1,8	6
3	SE	98,0	96,5	6	1,5	7
4	RJ	97,9	95,5	11	2,4	4
5	AM	97,8	96,3	7	1,5	7
6	MS	97,6	99,9	1	-2,3	19
7	PA	97,3	94,3	12	3,0	3
8	PR	95,8	99,9	1	-4,1	22
9	SP	94,3	98,9	4	-4,6	23
10	MT	94,1	92,6	16	1,5	7
11	MG	94,0	97,3	5	-3,3	21
12	RO	94,0	93,4	13	0,6	13
13	RN	93,7	91,5	18	2,2	5
14	PE	93,3	92,9	15	0,4	14
15	TO	93,3	92,2	17	1,1	11
16	RS	92,8	95,6	10	-2,8	20
17	GO	88,0	93,4	13	-5,4	24
18	AP	86,7	82,1	23	4,6	2
19	PI	85,0	83,7	22	1,3	10
20	CE	84,5	96,0	9	-11,5	27
21	BA	83,9	74,2	25	9,7	1
22	SC	83,1	91,3	19	-8,2	26
23	PB	82,9	84,7	21	-1,8	18
24	AL	79,8	85,9	20	-6,1	25
25	MA	78,7	78,1	24	0,6	12
26	AC	73,6	73,8	26	-0,2	17
27	RR	60,4	60,3	27	0,1	15

Fonte: INEP/MEC.

Macroplan®
Prospectiva, Estratégia & Gestão

VOLTAR PARA O PAINEL DE NAVEGAÇÃO

Desafios da
GESTÃO ESTADUAL

2

Juventude

Visão Geral



- ✓ Essencial para a capacidade produtiva futura e para o desenvolvimento socioeconômico, o tema da juventude tem caráter transversal, dialogando com diversas áreas
- ✓ A formulação e execução de políticas locais voltadas para a juventude é responsabilidade dos gestores estaduais e municipais

- ✓ Os **indicadores de resultado** selecionados procuram explicitar os desafios a serem enfrentados no âmbito da juventude em áreas como educação, mercado de trabalho e segurança

INDICADORES DE RESULTADO

- Taxa de desemprego dos jovens (15 a 29 anos)
- Taxa de evasão escolar no Ensino Médio
- Proporção de Jovens (15 a 29 anos) que não estudam, não trabalham e não procuram emprego (Nem-nem-nem)
- Proporção de nascidos vivos por mães jovens (15 a 19 anos)
- Número de homicídios de jovens por 100 mil jovens (15 a 29 anos)

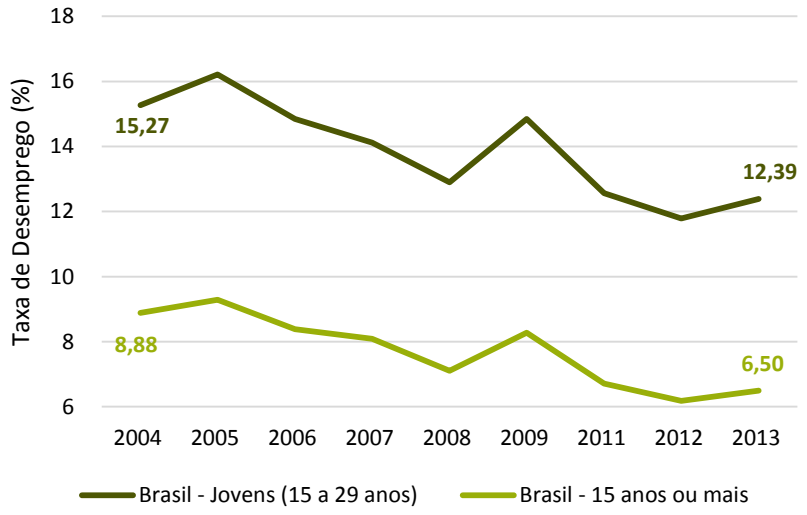
Entre os jovens, a **taxa de desemprego** é mais elevada comparada à população em geral.

- ✓ Apesar de mostrar uma tendência de queda, o desemprego no Brasil atinge mais fortemente os jovens. A taxa de desemprego dos jovens brasileiros de 15 a 29 anos é de 12,4% (2013), 2,9 pontos percentuais inferior a de 2004, mas quase o dobro da mesma taxa para o total da população no mesmo ano
- ✓ Os estados do Norte e Nordeste concentram os maiores índices e, além disso, em 10 estados destas regiões, o desemprego juvenil cresceu. Já as menores taxas estão nos estados do Sul e Centro-Oeste
- ✓ Mato Grosso do Sul tem a menor taxa de desemprego (6,5% em 2013), taxa igual à média brasileira para o total da população no mesmo ano

TAXA DE DESEMPREGO DE JOVENS (15 A 29 ANOS) – 2013 (%)

Posição 2013	UF	2013 (%)	Variação p.p. 2004-2013	Δ Pos.
1	MS	6,5	-5,24	▲ (7)
2	SC	6,6	-1,02	▲ (1)
3	MT	8,0	-1,13	▲ (1)
4	PR	8,6	-2,07	▲ (2)
5	RS	9,1	-2,37	▲ (2)
6	GO	10,2	-2,15	▲ (4)
7	RO	11,0	0,94	▼ (2)
8	MG	11,2	-3,74	▲ (9)
9	ES	11,5	-0,90	▲ (2)
10	SP	11,6	-6,94	▲ (13)
11	CE	12,2	-0,89	▲ (1)
Brasil		**12,4**	**-2,88**	
12	MA	12,4	0,09	▼ (3)
13	TO	12,8	5,71	▼ (10)
14	RR	12,9	-0,40	–
15	PI	13,0	6,22	▼ (14)
16	PE	14,2	-3,55	▲ (5)
17	RJ	14,5	-5,29	▲ (7)
18	SE	15,3	-3,11	▲ (4)
19	PB	15,5	0,73	▼ (4)
20	BA	15,8	-1,18	–
21	PA	15,9	1,59	▼ (7)
22	AM	16,7	-4,51	▲ (3)
23	AC	18,0	2,13	▼ (5)
24	DF	19,0	-4,26	▲ (3)
25	AL	19,9	5,11	▼ (9)
26	RN	22,2	6,24	▼ (7)
27	AP	25,9	3,07	▼ (1)

EVOLUÇÃO TAXA DE DESEMPREGO DE JOVENS (15 A 29 ANOS) E TAXA DE DESEMPREGO TOTAL (15 ANOS OU MAIS) 2004-2013 - %



Fonte: OPE Sociais, 2014, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

CONTRIBUI PARA DIFICULTAR A INSERÇÃO PRODUTIVA DO JOVEM A **ELEVADA EVASÃO ESCOLAR** NO ENSINO MÉDIO.

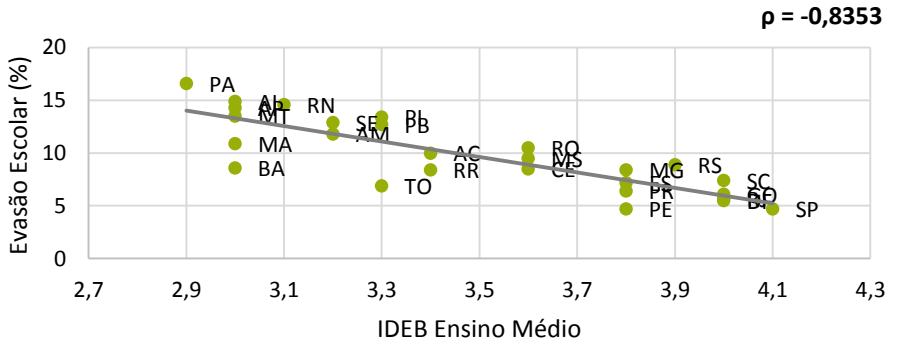
TAXA DE EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO 2007-2013

Posição 2013	UF	(%) 2013	(%) 2007	Var. p.p. 2007-2013	Δ Pos.	
1	PE	4,7	22	-17,3	▲	(25)
2	SP	4,7	5,2	-0,5	▼	(1)
3	DF	5,5	8	-2,5	–	
4	RJ	5,7	14	-8,3	▲	(9)
5	GO	6,1	15,9	-9,8	▲	(11)
6	PR	6,4	9	-2,6	▼	(1)
7	TO	6,9	11,7	-4,8	–	
8	ES	7,2	12,5	-5,3	▲	(1)
9	SC	7,4	7,1	0,3	▼	(7)
	Brasil	**8,1**	**13,2**	**-5,1**		
10	MG	8,4	12	-3,6	▼	(2)
11	RR	8,4	8,9	-0,5	▼	(7)
12	CE	8,5	14,7	-6,2	▲	(2)
13	BA	8,6	19,9	-11,3	▲	(10)
14	RS	8,9	13	-4,1	▼	(3)
15	MS	9,5	12,7	-3,2	▼	(5)
16	AC	10	14,9	-4,9	▼	(1)
17	RO	10,5	13,2	-2,7	▼	(5)
18	MA	10,9	17,5	-6,6	▼	(1)
19	AM	11,8	11,2	0,6	▼	(13)
20	PB	12,7	18,9	-6,2	–	
21	SE	12,9	18,3	-5,4	▼	(2)
22	PI	13,4	19,7	-6,3	–	
23	MT	13,5	17,9	-4,4	▼	(5)
24	AP	14,3	19,6	-5,3	▼	(3)
25	RN	14,6	24,2	-9,6	▲	(2)
26	AL	14,9	19,9	-5	▼	(3)
27	PA	16,6	20	-3,4	▼	(2)

Fonte: INEP/MEC.

- ✓ A TAXA DE EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO NO BRASIL, ISTO É, ALUNOS QUE SE MATRICULARAM E DEPOIS ABANDONARAM ALGUMA DAS SÉRIES DO ENSINO MÉDIO, É DE 8,1% (2013)
- ✓ ESSA TAXA TEVE UMA QUEDA SIGNIFICATIVA NA MAIORIA DOS ESTADOS ENTRE 2007 E 2013, TENDO AUMENTADO APENAS EM DOIS: AM (0,6 P.P.) E SC (0,3 P.P.)
- ✓ VALE DESTACAR A FORTE MELHORA DE PERNAMBUCO. EM 2007, O ESTADO OCUPAVA A 26º POSIÇÃO, COM UMA TAXA DE EVASÃO DE 22%. EM 2013, ESSA TAXA ESTÁ EM 4,7%, OCUPANDO O PRIMEIRO LUGAR
- ✓ EXISTE FORTE CORRELAÇÃO NEGATIVA ENTRE A TAXA DE EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO E O DESEMPENHO DAS ESCOLAS DA REDE NO IDEB, OU SEJA, ESTADOS COM BOM DESEMPENHO TENDEM A APRESENTAR MENORES ÍNDICES DE EVASÃO ESCOLAR

TAXA DE EVASÃO ESCOLAR (2013) X IDEB NO ENSINO MÉDIO (2013)



FENÔMENO CRESCENTE, A PRESENÇA DE **JOVENS QUE NÃO ESTUDAM, NÃO TRABALHAM E NÃO PROCURAM EMPREGO** APRESENTA PATAMAR ELEVADO.

PROPORÇÃO DE JOVENS (15 A 29 ANOS) QUE NÃO ESTUDAM, NÃO TRABALHAM E NÃO PROCURAM EMPREGO

Posição 2013	UF	2013 %	2004 %	Var. p.p. 2004-2013	Δ Pos.	
1	SC	8,86	9,38	-0,52	–	
2	DF	9,30	13,09	-3,79	▲	(7)
3	RS	10,34	10,78	-0,44	▼	(1)
4	PR	12,13	11,25	0,88	▼	(1)
5	GO	12,85	13,79	-0,94	▲	(10)
6	MG	12,90	12,14	0,77	▲	(1)
7	SP	12,93	11,91	1,02	▼	(1)
8	MS	14,66	13,63	1,03	▲	(5)
	Brasil	**14,90**	**13,34**	**1,56**		
9	ES	15,37	13,52	1,85	▲	(3)
10	MT	15,52	13,47	2,05	▲	(1)
11	RJ	15,61	12,32	3,29	▼	(3)
12	TO	15,70	13,44	2,26	▼	(3)
13	SE	16,44	11,62	4,81	▼	(8)
14	BA	16,95	13,70	3,24	–	
15	RN	17,08	19,69	-2,61	▲	(10)
16	RO	17,19	16,65	0,53	▲	(4)
17	PI	17,61	11,43	6,18	▼	(13)
18	PA	17,97	16,48	1,48	▲	(1)
19	AM	18,09	17,05	1,04	▲	(2)
20	MA	18,36	15,41	2,95	▼	(3)
21	AC	18,38	15,99	2,40	▼	(3)
22	AP	18,60	17,41	1,19	▲	(2)
23	PB	19,22	17,37	1,85	▼	(1)
24	CE	19,52	15,04	4,48	▼	(8)
25	PE	19,73	17,38	2,35	▼	(2)
26	RR	20,94	20,53	0,41	–	
27	AL	22,04	20,75	1,29	–	

- ✓ EM 2012, A PARCELA DOS JOVENS QUE NÃO ESTUDAM, NÃO TRABALHAM E NÃO PROCURAM EMPREGO ("NEM-NEM-NEM") NA MÉDIA DOS PAÍSES DA OCDE ERA DE 8,4% E NA ZONA DO EURO, DE 7,2%. EM COMPENSAÇÃO, ESSA TAXA ERA DE 18,5% NO MÉXICO[1]

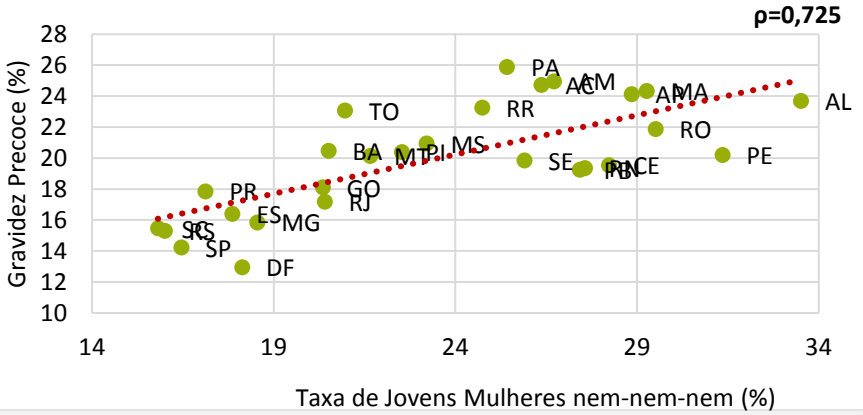
- ✓ NO BRASIL, OS JOVENS DE 15 A 29 ANOS, QUE ALÉM DE **NÃO ESTUDAREM E NÃO TRABALHAREM, TAMBÉM NÃO PROCURAM EMPREGO (NEM-NEM-NEM),** SOMARAM 14,9% EM 2013, 1,56 PONTOS PERCENTUAIS A MAIS DO QUE EM 2004
- ✓ NENHUM ESTADO DO NORTE OU DO NORDESTE TEM PROPORÇÃO MENOR DO QUE A MÉDIA BRASILEIRA
- ✓ SC E DF OCUPAM AS PRIMEIRAS POSIÇÕES, COM MENOS DE 10% DE JOVENS "NEM–NEM–NEM"

Fonte: OPE Sociais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). [1] Fonte: OCDE, 2014. Education at a Glance 2014. Disponível em http://www.oecd.org/edu/Education-at-a-Glance-2014.pdf

Entre as mulheres, a população nem-nem-nem é, em parte, justificada pela **gravidez precoce**, também muito elevada.

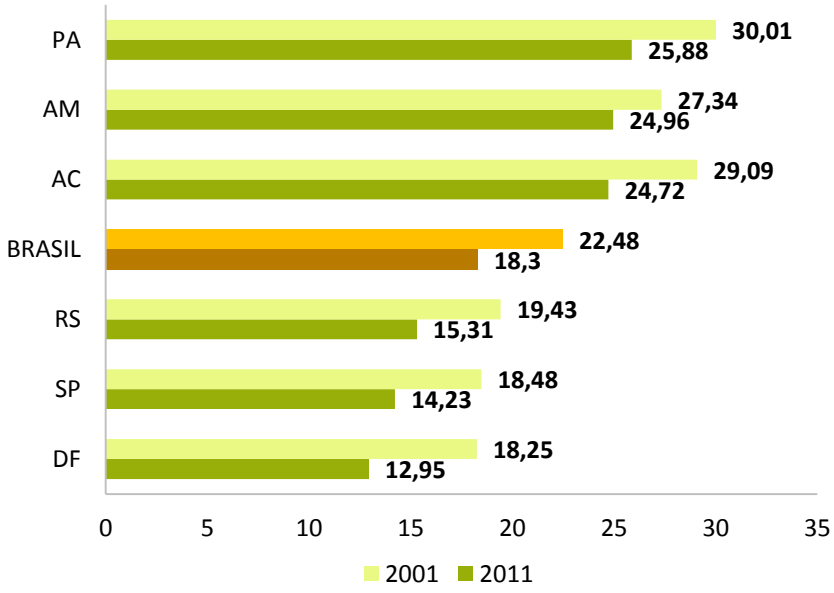
- ✓ Embora em queda, a gravidez precoce ainda é uma realidade em boa parte dos estados brasileiros, sobretudo no Norte e no Nordeste
- ✓ Em 2011, 18,3% dos nascidos vivos no Brasil eram filhos de mães jovens (entre 15 e 19 anos). Os destaques negativos são Pará e Amazonas, onde um a cada quatro nascidos vivos é filho de mãe adolescente
- ✓ Além de possuir a menor taxa de gravidez precoce em 2011, o Distrito Federal foi o que apresentou a maior queda, seguido pelo MS. Mais grave, as menores reduções ocorreram em estados com índices mais elevados : AM, AP, PA e AC

Jovens mulheres "nem-nem-nem" - % (2011) x gravidez precoce (2011) - %



- ✓ Há uma relação positiva entre mulheres jovens "nem-nem-nem" e gravidez precoce. A gravidez pode influenciar nas possibilidades de estudo e trabalho e contribui para explicar a maior presença de jovens mulheres "Nem-Nem-Nem"

Gravidez precoce - % de nascidos vivos filhos de mães com 15 a 19 anos (2001-2011) – 3 maiores e 3 menores taxas



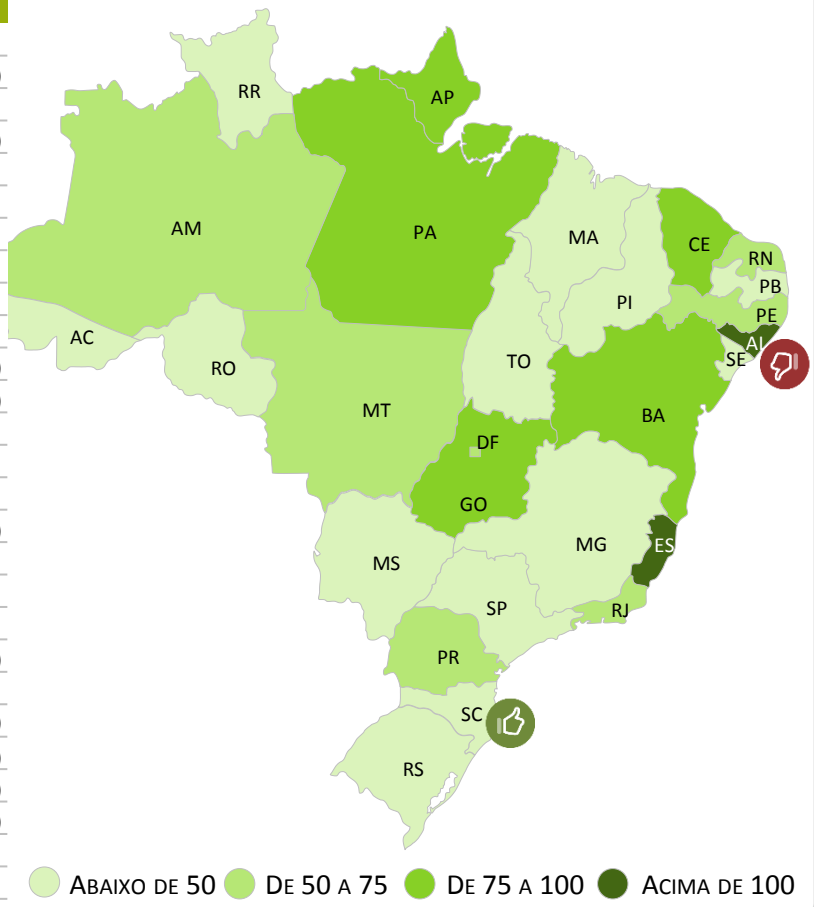
Fontes: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC).

Por fim, a **taxa de homicídios** é o retrato mais crítico deste grupo populacional,...

- ✓ **A taxa de homicídios entre os jovens no Brasil é quase o dobro da taxa de homicídios total.** Na última década, ela se manteve praticamente estável assim como a taxa total, porém, mostrou comportamentos distintos entre as regiões, com queda no Sudeste e crescimento nas demais
- ✓ No Rio Grande do Norte, estado com maior aumento, morreram 3,9 vezes mais jovens por 100 mil habitantes em 2012 do que em 2002
- ✓ Destacando-se entre as menores taxas de homicídios entre jovens em 2012, SP, SC e PI também mantêm estas posições no quadro geral
- ✓ Menor taxa em 2012: SC
  - No entanto, a taxa cresceu 6,7 pontos percentuais de 2002 a 2012
- ✓ Maior taxa em 2012: AL
  - AL mais do que dobrou a taxa de homicídios de jovens na década

HOMICÍDIOS DE JOVENS (15 A 29 ANOS) POR 100 MIL HABITANTES – 2012
Mudança de posição relativa na comparação com 2002 (Nº).

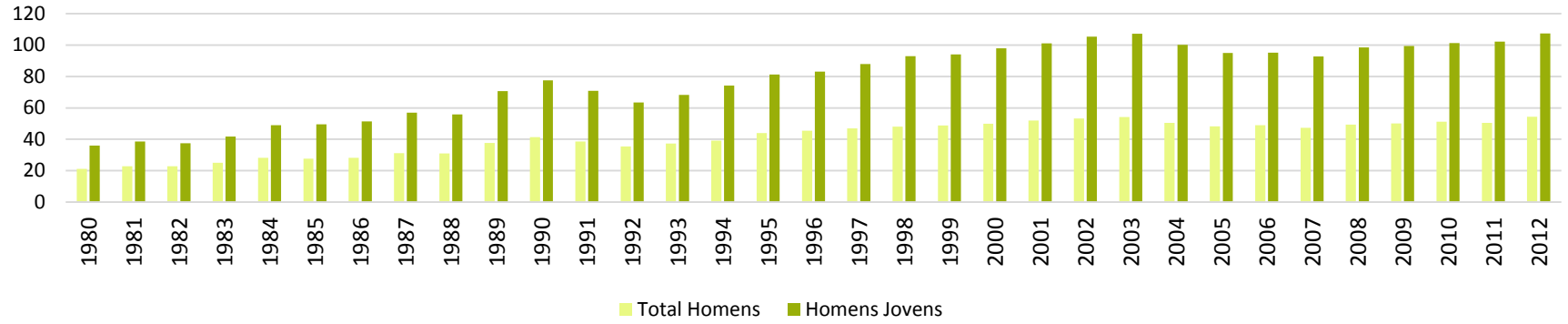
Posição 2012	UF	Hom. 2012	Δ Pos.
1	SC	23,8	▲ (1)
2	SP	24,9	▲ (22)
3	PI	31,0	▲ (1)
4	MS	42,3	▲ (12)
5	RS	42,7	▲ (7)
6	TO	43,5	▼ (1)
7	AC	45,9	▲ (8)
8	MA	47,8	▼ (7)
9	MG	47,9	▼ (2)
10	RO	49,4	▲ (9)
11	RR	49,5	▲ (10)
12	RJ	56,5	▲ (15)
13	MT	60,5	▲ (4)
14	PR	67,4	–
15	AM	68,7	▼ (4)
16	RN	70,5	▼ (13)
17	PE	73,8	▲ (9)
18	DF	74,5	▲ (4)
19	AP	76,5	▲ (4)
20	PA	77,9	▼ (12)
21	SE	78,9	▼ (3)
22	PB	87,1	▼ (13)
23	BA	87,4	▼ (17)
24	GO	87,5	▼ (11)
25	CE	94,6	▼ (15)
26	ES	101,7	▼ (1)
27	AL	138,3	▼ (7)



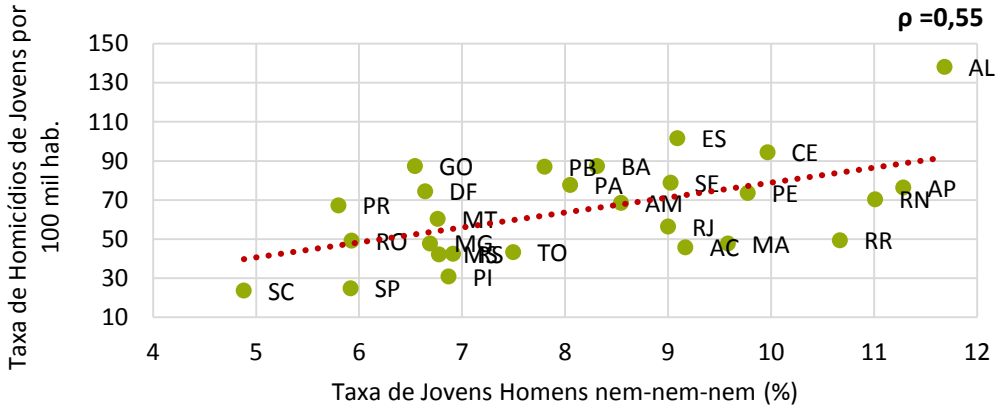
Fonte: Waiselfisz, J. J. - Mapa da Violência 2014.

... PRINCIPALMENTE ENTRE OS **HOMENS**, MAIS EXPOSTOS A RISCOS.

TAXA DE HOMICÍDIOS DE HOMENS/100 MIL E HOMENS JOVENS/100 MIL NO BRASIL (1980-2012)



TAXA DE HOMICÍDIOS DE JOVENS/100 MIL (2012) X JOVENS HOMENS NEM-NEM-NEM (2012) - %



- ✓ HÁ UMA CORRELAÇÃO POSITIVA ENTRE HOMICÍDIOS E OCIOSIDADE JUVENIL MASCULINA: ESTADOS COM MAIOR PORCENTAGEM DE JOVENS QUE NÃO TRABALHAM, NÃO ESTUDAM E NÃO PROCURAM EMPREGO APESENTAM MAIORES TAXAS DE HOMICÍDIO JUVENIL, UMA VEZ QUE ESTÃO MAIS EXPOSTOS A RISCOS

Fontes: Waiselfisz, J. J. Mapa da Violência 2014 (para Homicídios); Macroplan a partir dos microdados da PNAD/IBGE para jovens "nem nem nem" por gênero

Conclusões

Melhores e Piores Resultados

Menores taxas de jovens "nem-nem-nem" – 15 a 29 anos (%) - 2013

- Santa Catarina: **8,9%**
- Distrito Federal: **9,3%**
- Rio Grande do Sul: **10,3%**
- Paraná: **12,1%**
- Goiás: **12,8%**

Maiores reduções (p.p.) nas taxas de jovens "nem-nem-nem": 2004-2013

- Distrito Federal: **- 3,8 p.p.**
- Rio Grande do Norte: **- 2,6 p.p.**
- Goiás: **- 0,9 p.p.**
- Santa Catarina: **- 0,5 p.p.**
- Rio Grande do Sul: **- 0,4 p.p.**

Maiores taxas de jovens "nem-nem-nem" – 15 a 29 anos (%) - 2013

- Alagoas: **22,0%**
- Roraima: **20,9%**
- Pernambuco: **19,7%**
- Ceará: **19,5%**
- Paraíba: **19,2%**

Maiores aumentos (p.p.) nas taxas de jovens "nem-nem-nem": 2004-2013

- Piauí: **6,2 p.p.**
- Sergipe: **4,8 p.p.**
- Ceará: **4,5 p.p.**
- Rio de Janeiro: **3,3 p.p**.
- Bahia: **3,2 p.p.**

Conclusões

Melhores e Piores Resultados

MENORES TAXAS DE HOMICÍDIO DE JOVENS/100 MIL JOVENS - 2012

- Santa Catarina: **23,8**
- São Paulo: **24,9**
- Piauí: **31,0**
- Mato Grosso do Sul: **42,3**
- Rio Grande do Sul: **42,7**

MAIORES REDUÇÕES (%) NAS TAXAS DE HOMICÍDIO DE JOVENS: 2002-2012

- São Paulo: **- 69,0%**
- Rio de Janeiro: **- 51,7%**
- Pernambuco: **- 33,7%**
- Roraima: **- 26,8%**
- Rondônia: **- 22,6%**

MAIORES TAXAS DE HOMICÍDIO DE JOVENS/100 MIL JOVENS - 2012

- Alagoas: **138,3**
- Espírito Santo: **101,7**
- Ceará: **94,6**
- Goiás: **87,5**
- Bahia: **87,4**

MAIORES AUMENTOS (%) NAS TAXAS DE HOMICÍDIO DE JOVENS: 2002-2012

- Rio Grande do Norte: **293,9%**
- Bahia: **249,6%**
- Maranhão: **184,5%**
- Ceará: **176,6%**
- Paraíba: **160,8%**

Conclusões

Ainda que sejam áreas distintas – segurança, mercado de trabalho, educação, etc.– elas guardam forte relação com os indicadores da juventude. Tais relações entre os diferentes assuntos justificam uma abordagem mais transversal no que diz respeito aos jovens: seus problemas não estão isolados em campos específicos, mas socialmente relacionados, o que demanda do poder público soluções integradas.

Quando se desagregam os indicadores de mercado de trabalho por faixa de idade, verifica-se uma situação muito mais crítica entre os jovens de 15 a 29 anos. Os jovens brasileiros possuem taxa de desemprego mais elevada (12,4%), sendo a taxa média do Brasil de 6,5%.

Em geral, Estados do Nordeste e Norte têm maiores porcentagens de jovens “nem-nem-nem”. No Sudeste, vale destacar negativamente o Rio de Janeiro, que tinha em 2013 uma proporção acima da média brasileira e de todos os Estados do Sudeste, Sul e Centro-Oeste. As mulheres são maioria entre estes jovens, embora o maior crescimento de “nem-nem-nem” tenha ocorrido entre os homens.

Um grave problema a ser enfrentado no caso dos jovens refere-se à evasão escolar no ensino médio. Observou-se que em 2013, 8,1% dos jovens matriculados no Ensino Médio abandonaram o curso antes do fim do ano letivo. Essa taxa vem caindo significativamente nos últimos anos, mas na maioria dos Estados do Norte e Nordeste continua sendo bastante elevada.

CONCLUSÕES

A disparidade entre os Estados fica evidente a partir da comparação entre Santa Catarina, que apresenta bons resultados nos indicadores analisados, e Alagoas, que tem alguns dos piores desempenhos em todos os indicadores considerados, com destaque para as taxas de homicídios juvenis no país.

No Brasil, a taxa de homicídios foi de 57,6 por 100 mil habitantes para a faixa etária de 15 a 29 anos em 2012. Essa taxa estava num nível muito mais elevado que para o total da população (29,0 por 100 mil hab.), refletindo a grande concentração dos homicídios entre os mais jovens. Alagoas está na pior posição no ranking, o que é verdade também neste indicador para o total da população. Houve melhoria substancial nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, que situavam-se em posições muito ruins em 2002.

Estratégias para a Melhoria da Qualidade de Vida dos Jovens



1 ENSINO TÉCNICO E PROFISSIONAL

- Ampliar as oportunidades de acesso dos jovens ao ensino técnico e profissionalizante mediante ampliação da rede pública de ensino técnico, criação de parcerias com entidades privadas, sistema "S" e universidades para esforço de formação técnica e profissional de qualidade e orientada pelas demandas do mercado e das empresas.
- Fomentar de forma transversal o empreendedorismo nas escolas e nos jovens líderes comunitários, com apoio do SEBRAE e outras entidades do Sistema S.

2 ESPAÇOS DA JUVENTUDE

- Implantar uma rede de espaços da juventude, com ações integradas voltadas para a juventude em parceria com a sociedade: formação e capacitação profissional, atividades culturais, esportivas, sociais, de conectividade eletrônica e outros temas de interesse dos jovens.

3 POUPANÇA JOVEM

- Adotar medidas de retenção e estímulo dos jovens nas escolas por meio de bolsas de estudo e poupança-escola atreladas ao desempenho escolar e à conclusão do Ensino Médio.
- Estimular projetos de promoção de talentos jovens nos Estados como concursos e premiações, bolsas de estudos internacional, participação em incubadoras e financiamento para abertura de negócios, valorizando o empreendedorismo, além de acompanhamento e orientação profissional dos jovens.

Estratégias para a Melhoria da Qualidade de Vida dos Jovens



4 REESTRUTURAÇÃO DO ENSINO MÉDIO

- Atuar para que todos os jovens terminem o ensino fundamental na idade correta, prontos para ingressar no Ensino Médio e com um projeto de vida para o seu futuro.
- Revitalizar o Ensino Médio a partir de uma perspectiva empreendedora e inovadora, expandindo sua relação com a formação técnica e com o mundo do trabalho, aumentando a diversidade e a flexibilidade dos currículos e adotando medidas para assegurar a permanência dos jovens na escola.

5 PREVENÇÃO DOS PRINCIPAIS RISCOS JUVENIS

- Desenvolver campanhas educativas e programas de prevenção à violência, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez precoce e uso de drogas, com foco nos jovens em situação de risco, integrando as áreas de educação, saúde, segurança pública e assistência social.
- Implementar, incentivar e apoiar iniciativas voltadas ao cuidado e desenvolvimento saudável e profissional com a população jovem, especialmente em idades e regiões mais tendenciosas ao tráfico e uso de drogas e à criminalidade.

Dicionário de Variáveis

INDICADORES DE RESULTADO

Taxa de Desemprego entre Jovens (15 a 29 anos): razão entre o total de jovens com idade entre 15 e 29 anos que estão desempregados e procuram emprego e a População Economicamente Ativa (pessoas que estão trabalhando ou estão procurando emprego) nesta faixa etária. Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2004-2012.

Taxa de Evasão Escolar no Ensino Médio: Proporção de alunos que abandonaram a série que estavam cursando durante o ano letivo em relação ao total de alunos matriculados (que foram aprovados, reprovados ou abandonaram) na respectiva série. Alguns dos alunos que abandonaram voltam à escola no ano seguinte, em condição de distorção idade-série. Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP / Ministério da Educação – MEC, 2007-2013.

Proporção de Jovens "nem-nem-nem" (15 a 29 anos): Proporção de Jovens que não estudam, não trabalham e não procuram emprego em relação ao total de jovens nesta faixa etária, total e por sexo. Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2004-2013.

O Mapa da Violência 2014 passou a usar a faixa de 15 a 29 anos para jovens à partir deste ano. A fim de utilizar os valores mais atuais e fazer um estudo mais coerente, adotamos a mesma faixa etária para os indicadores Taxa de Desemprego e Percentual de Jovens "Nem Nem Nem".

Dicionário de Variáveis

INDICADORES DE RESULTADO

Proporção de nascidos vivos por mães jovens (15 a 19 anos): proporção de nascidos vivos filhos de mães jovens (15 a 19 anos de idade no dia do nascimento) em relação ao total de nascidos vivos no ano. Fonte: Sistema de Informações sobre nascidos vivos – SINASC / Secretaria de Vigilância em Saúde / Ministério da Saúde, 2001-2011.

Número de Homicídios de Jovens (15 a 29 anos) por 100 mil Jovens: Homicídios Dolosos, ou simplesmente Homicídios, que correspondem à somatória das causas de óbitos X85 a Y09 estabelecidas pelo CID-10 (última versão da Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial da Saúde), recebendo o título genérico de Agressões. Têm como característica a presença de uma agressão intencional de terceiros, que utilizam qualquer meio para provocar danos ou lesões que originam a morte da vítima. Não se incluem aqui mortes acidentais, homicídios culposos, mortes no trânsito etc., que têm códigos específicos de classificação. Para o cálculo das taxas por 100 mil habitantes (população de 15 a 29 anos), foram utilizadas as estimativas intercensitárias disponibilizadas pelo Datasus. Fonte: Waiselfisz, J. J. – Mapa da Violência 2014 a partir de dados do Sistema de Informação Sobre Mortalidade – SIM / Secretaria de Vigilância em Saúde / Ministério da Saúde, 2002-2012.

O Mapa da Violência 2014 passou a usar a faixa de 15 a 29 anos para jovens à partir deste ano. A fim de utilizar os valores mais atuais e fazer um estudo mais coerente, adotamos a mesma faixa etária para os indicadores Taxa de Desemprego e Percentual de Jovens "Nem Nem Nem".

BIBLIOGRAFIA

- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). *População 2002-2013 e PIB 2002-2011*. Disponível em http://www.ibge.gov.br/. Acessado em junho de 2014.

- OPE Sociais. Oportunidade, Pesquisa e Estudos Sociais. *Proporção de jovens (15 a 29 anos)"Nem nem nem" 2004-2013, Taxa de Participação de jovens (15 s 29 anos) e Taxa de desemprego entre jovens (15 a 29 anos) 2004-2013*. Acessado em setembro de 2014.

- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. *Taxa de Evasão Escolar*. Disponível em http://portal.inep.gov.br/. Acessado em setembro de 2014.

- Waiselfisz, J. J. – Mapa da Violência 2014. *Número de homicídios de jovens (15 a 29 anos) por 100 mil 2002-2012*. Disponível em http://www.mapadaviolencia.org.br/. Acessado em julho de 2014.

Anexo



Taxa de Desemprego entre 2004 e 2012

TAXA DE DESEMPREGO (%) – 15 A 29 ANOS

Posição 2013	UF	2013 - %	2004 - %	Posição 2004	Variação 2004-2013 p.p.	Posição Variação
1	MS	6,49	11,73	8	-5,24	3
2	SC	6,64	7,67	3	-1,02	14
3	MT	8,04	9,17	4	-1,13	13
4	PR	8,57	10,64	6	-2,07	11
5	RS	9,13	11,50	7	-2,37	9
6	GO	10,22	12,37	10	-2,15	10
7	RO	10,98	10,04	5	0,94	20
8	MG	11,18	14,92	17	-3,74	6
9	ES	11,47	12,37	11	-0,90	15
10	SP	11,62	18,56	23	-6,94	1
11	CE	12,22	13,11	12	-0,89	16
	Brasil	**12,39**	**15,27**		**-2,88**	
12	MA	12,41	12,32	9	0,09	18
13	TO	12,77	7,06	2	5,71	25
14	RR	12,92	13,31	13	-0,40	17
15	PI	12,98	6,76	1	6,22	26
16	PE	14,24	17,79	21	-3,55	7
17	RJ	14,46	19,75	24	-5,29	2
18	SE	15,28	18,39	22	-3,11	8
19	PB	15,49	14,76	15	0,73	19
20	BA	15,85	17,03	20	-1,18	12
21	PA	15,86	14,27	14	1,59	21
22	AM	16,74	21,26	25	-4,51	4
23	AC	18,02	15,89	18	2,13	22
24	DF	18,99	23,25	27	-4,26	5
25	AL	19,95	14,84	16	5,11	24
26	RN	22,17	15,92	19	6,24	27
27	AP	25,95	22,87	26	3,07	23

Fonte: OPE Sociais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Taxa de Evasão Escolar no Ensino Médio

TAXA DE EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO (%) - 2007-2013

Posição 2013	UF	(%) 2013	(%) 2007	Posição 2007	Var. p.p. 2007-2013	Posição Variação
1	PE	4,7	22	26	-17,3	1
2	SP	4,7	5,2	1	-0,5	24
3	DF	5,5	8	3	-2,5	23
4	RJ	5,7	14	13	-8,3	5
5	GO	6,1	15,9	16	-9,8	3
6	PR	6,4	9	5	-2,6	22
7	TO	6,9	11,7	7	-4,8	15
8	ES	7,2	12,5	9	-5,3	12
9	SC	7,4	7,1	2	0,3	26
	Brasil	**8,1**	**13,2**		**-5,1**	
10	MG	8,4	12	8	-3,6	18
11	RR	8,4	8,9	4	-0,5	24
12	CE	8,5	14,7	14	-6,2	8
13	BA	8,6	19,9	23	-11,3	2
14	RS	8,9	13	11	-4,1	17
15	MS	9,5	12,7	10	-3,2	20
16	AC	10	14,9	15	-4,9	14
17	RO	10,5	13,2	12	-2,7	21
18	MA	10,9	17,5	17	-6,6	6
19	AM	11,8	11,2	6	0,6	27
20	PB	12,7	18,9	20	-6,2	8
21	SE	12,9	18,3	19	-5,4	10
22	PI	13,4	19,7	22	-6,3	7
23	MT	13,5	17,9	18	-4,4	16
24	AP	14,3	19,6	21	-5,3	11
25	RN	14,6	24,2	27	-9,6	4
26	AL	14,9	19,9	23	-5	13
27	PA	16,6	20	25	-3,4	19

Fonte: INEP/MEC.

GRAVIDEZ PRECOCE ENTRE 2001 E 2011

GRAVIDEZ PRECOCE (%) – 15 A 19 ANOS

Posição 2011	UF	2011 - %	2001 - %	Posição 2001	Variação 2001-2011 p.p.	Posição Variação
1	DF	12,95	18,25	1	-5,3	9
2	SP	14,23	18,48	2	-4,3	14
3	RS	15,31	19,43	3	-4,1	15
4	SC	15,46	19,86	5	-4,4	12
5	MG	15,85	19,74	4	-3,9	19
6	ES	16,39	22,33	9	-5,9	7
7	RJ	17,19	20,03	6	-2,8	23
8	PR	17,85	21,51	7	-3,7	20
9	GO	18,11	24,9	15	-6,8	3
	Brasil	**18,3**	**22,48**		-4,2	
10	PB	19,26	23,36	11	-4,1	15
11	RN	19,35	24,75	13	-5,4	8
12	CE	19,54	22,5	10	-3,0	22
13	SE	19,84	22,15	8	-2,3	26
14	MT	20,13	28,25	22	-8,1	1
15	PE	20,21	23,72	12	-3,5	21
16	PI	20,38	27,08	19	-6,7	4
17	BA	20,48	25,65	16	-5,2	10
18	MS	20,94	26,08	17	-5,1	11
19	RO	21,88	28,26	23	-6,4	6
20	TO	23,08	30,7	26	-7,6	2
21	RR	23,27	27,26	20	-4,0	18
22	AL	23,69	24,8	14	-1,1	27
23	AP	24,12	26,54	18	-2,4	24
24	MA	24,33	31	27	-6,7	4
25	AC	24,72	29,09	24	-4,4	12
26	AM	24,96	27,34	21	-2,4	24
27	PA	25,88	30,01	25	-4,1	15

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC).

JOVENS NEM-NEM-NEM ENTRE 2004 E 2013

JOVENS NEM-NEM-NEM (%) – 15 A 29 ANOS

Posição 2013	UF	2013 - %	2004 - %	Posição 2004	Variação p.p. 2004-2013	Posição Variação
1	SC	8,86	9,38	1	-0,52	4
2	DF	9,30	13,09	9	-3,79	1
3	RS	10,34	10,78	2	-0,44	5
4	PR	12,13	11,25	3	0,88	9
5	GO	12,85	13,79	15	-0,94	3
6	MG	12,90	12,14	7	0,77	8
7	SP	12,93	11,91	6	1,02	10
8	MS	14,66	13,63	13	1,03	11
	Brasil	**14,90**	**13,34**		**1,56**	
9	ES	15,37	13,52	12	1,85	17
10	M	15,52	13,47	11	2,05	18
11	RJ	15,61	12,32	8	3,29	24
12	TO	15,70	13,44	10	2,26	19
13	SE	16,44	11,62	5	4,81	26
14	BA	16,95	13,70	14	3,24	23
15	RN	17,08	19,69	25	-2,61	2
16	RO	17,19	16,65	20	0,53	7
17	PI	17,61	11,43	4	6,18	27
18	PA	17,97	16,48	19	1,48	15
19	AM	18,09	17,05	21	1,04	12
20	MA	18,36	15,41	17	2,95	22
21	AC	18,38	15,99	18	2,40	21
22	AP	18,60	17,41	24	1,19	13
23	PB	19,22	17,37	22	1,85	16
24	CE	19,52	15,04	16	4,48	25
25	PE	19,73	17,38	23	2,35	20
26	RR	20,94	20,53	26	0,41	6
27	AL	22,04	20,75	27	1,29	14

Fonte: OPE Sociais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

NÚMERO DE HOMICÍDIOS DE JOVENS POR 100 MIL JOVENS

Nº HOMICÍDIOS POR 100 MIL JOVENS – 15 A 29 ANOS

Posição 2012	UF	2012	2002	Posição 2002	Variação % 2002-2012	Posição Variação
1	SC	23,8	17,1	2	39,18	14
2	SP	24,9	80,2	24	-68,95	1
3	PI	31	19,6	4	58,16	17
4	MS	42,3	52,5	16	-19,43	6
5	RS	42,7	35,9	12	18,94	12
6	TO	43,5	23,8	5	82,77	18
7	AC	45,9	50,9	15	-9,82	7
8	MA	47,8	16,8	1	184,52	25
9	MG	47,9	31,7	7	51,10	15
10	RO	49,4	63,8	19	-22,57	5
11	RR	49,5	67,6	21	-26,78	4
12	RJ	56,5	117	27	-51,71	2
	BR	**57,3**	**56,1**		**2,67**	
13	MT	60,5	54,7	17	10,60	11
14	PR	67,4	44,6	14	51,12	16
15	AM	68,7	34,6	11	98,55	19
16	RN	70,5	17,9	3	293,85	27
17	PE	73,8	111,3	26	-33,69	3
18	DF	74,5	68,4	22	8,92	10
19	AP	76,5	74,7	23	2,41	9
20	PA	77,9	32,3	8	141,18	22
21	SE	78,9	57,6	18	36,98	13
22	PB	87,1	33,4	9	160,78	23
23	BA	87,4	25	6	249,60	27
24	GO	87,5	42,5	13	105,88	20
25	CE	94,6	34,2	10	176,61	24
26	ES	101,7	101,6	25	0,10	8
27	AL	138,3	65,6	20	110,82	21

Fonte: Mapa da Violência 2014, Julio Jacobo Waiselfisz.

Macroplan®
Prospectiva, Estratégia & Gestão

VOLTAR PARA O PAINEL DE NAVEGAÇÃO

Desafios da
GESTÃO ESTADUAL

3

Saúde

Visão Geral

- ✓ Às Unidades Federativas compete a coordenação do Sistema Único de Saúde (SUS) na esfera estadual.
- ✓ De forma geral, significa coordenar e, complementarmente às diretrizes do Ministério da Saúde, formular, executar, acompanhar e avaliar ações e serviços de vigilância epidemiológica, vigilância sanitária, alimentação e nutrição, saúde do trabalhador, laboratórios de saúde pública, hemocentros, insumos e equipamentos para saúde.
- ✓ Além disso, o estado também deve agir prestando apoio técnico e financeiro (transferências e repasses) para seus municípios.
- ✓ Os **indicadores de resultado** a serem analisados são os mais comumente utilizados: mortalidade infantil e expectativa de vida. Os **indicadores de recursos** centram-se em despesa, número de leitos e médicos. [1]

INDICADORES DE RESULTADO

- Mortalidade Infantil
- Expectativa de Vida

INDICADORES DE RECURSOS

- Despesa total com saúde *per capita*
- Médicos por 100 mil habitantes
- Número de Leitos por 100 mil habitantes
- Insuficiência Alimentar

[1] Para uma definição mais precisa dos indicadores, ver o Dicionário de Variáveis.

O QUADRO DA SAÚDE NO BRASIL AVANÇA, MAS AINDA É CRÍTICO: A ***TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL*** APRESENTA-SE MUITO DESIGUAL ENTRE OS ESTADOS ...

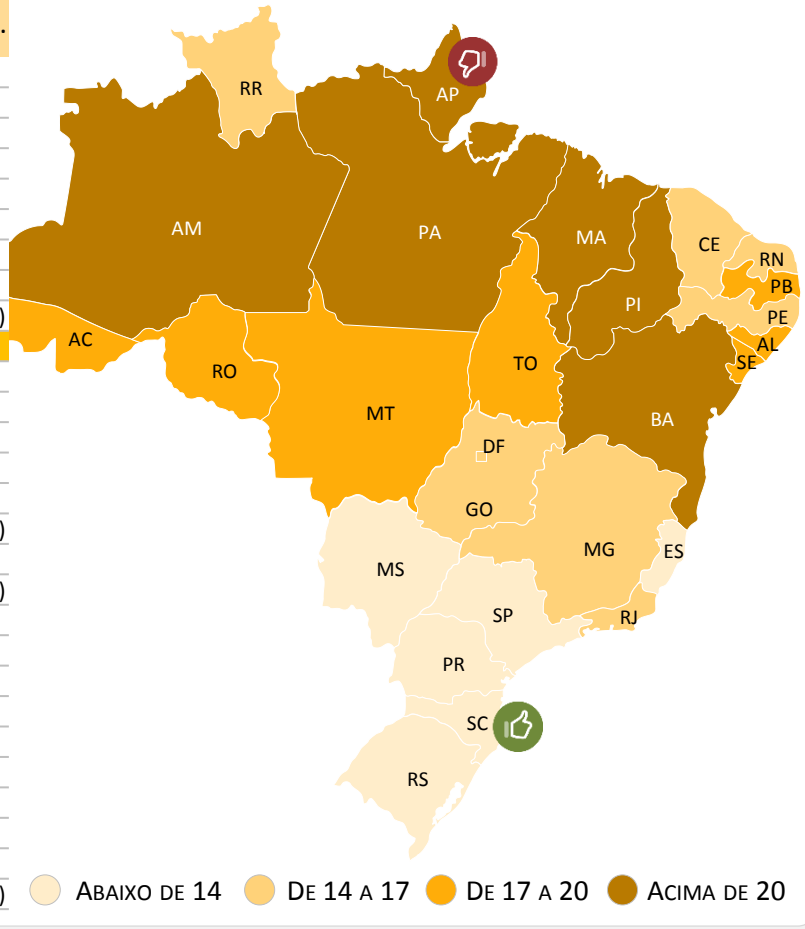
- ✓ OS ESTADOS QUE APRESENTAM MENORES TAXAS DE MORTALIDADE INFANTIL SÃO OS DO SUL E SUDESTE.
  - MERECE DESTAQUE, ENTRETANTO, A MORTALIDADE INFANTIL DE MG (15,51), ABAIXO DO DESEMPENHO NACIONAL (15,27)

- ✓ DEZOITO ESTADOS APRESENTAM TAXAS DE MORTALIDADE SUPERIORES À MÉDIA NACIONAL, CONCENTRADOS MAJORITARIAMENTE NAS REGIÕES NORTE/NORDESTE
  - O PIOR DESEMPENHO É DO AMAPÁ, ONDE A TAXA É MAIS DO DOBRO DA DE SANTA CATARINA.

- ✓ NEM MESMO O MELHOR ESTADO, SANTA CATARINA ALCANÇA OS PADRÕES CONSIDERADOS COMO ACEITÁVEIS PELA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (10/ POR 1.000 NASCIDOS VIVOS)[1]

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL[2] – 2011
MUDANÇA DE POSIÇÃO RELATIVA NA COMPARAÇÃO COM 2001 (Nº).

Posição 2011	UF	Taxa	Δ Pos.
1	SC	10,8	▲ (2)
2	RS	11,1	–
3	SP	11,6	▲ (1)
4	ES	11,7	▲ (1)
5	PR	11,8	▲ (1)
6	DF	12,1	▼ (5)
7	MS	13,9	▲ (3)
8	RJ	14,1	▼ (1)
9	CE	15,2	▲ (10)
Brasil		**15,3**	
10	RR	15,4	▼ (1)
11	MG	15,5	–
212	PE	15,6	▲ (3)
13	GO	16,1	▼ (5)
14	RN	16,9	▲ (3)
15	AL	17,0	▲ (11)
16	RO	17,1	–
17	PB	17,5	▲ (10)
18	SE	17,6	▲ (6)
19	MT	18,5	▼ (7)
20	AC	18,5	▼ (6)
21	TO	19,3	▲ (4)
22	MA	20,0	▼ (2)
23	AM	20,0	▼ (2)
24	BA	20,1	▼ (2)
25	PA	20,6	▼ (7)
26	PI	20,8	▼ (3)
27	AP	24,1	▼ (14)

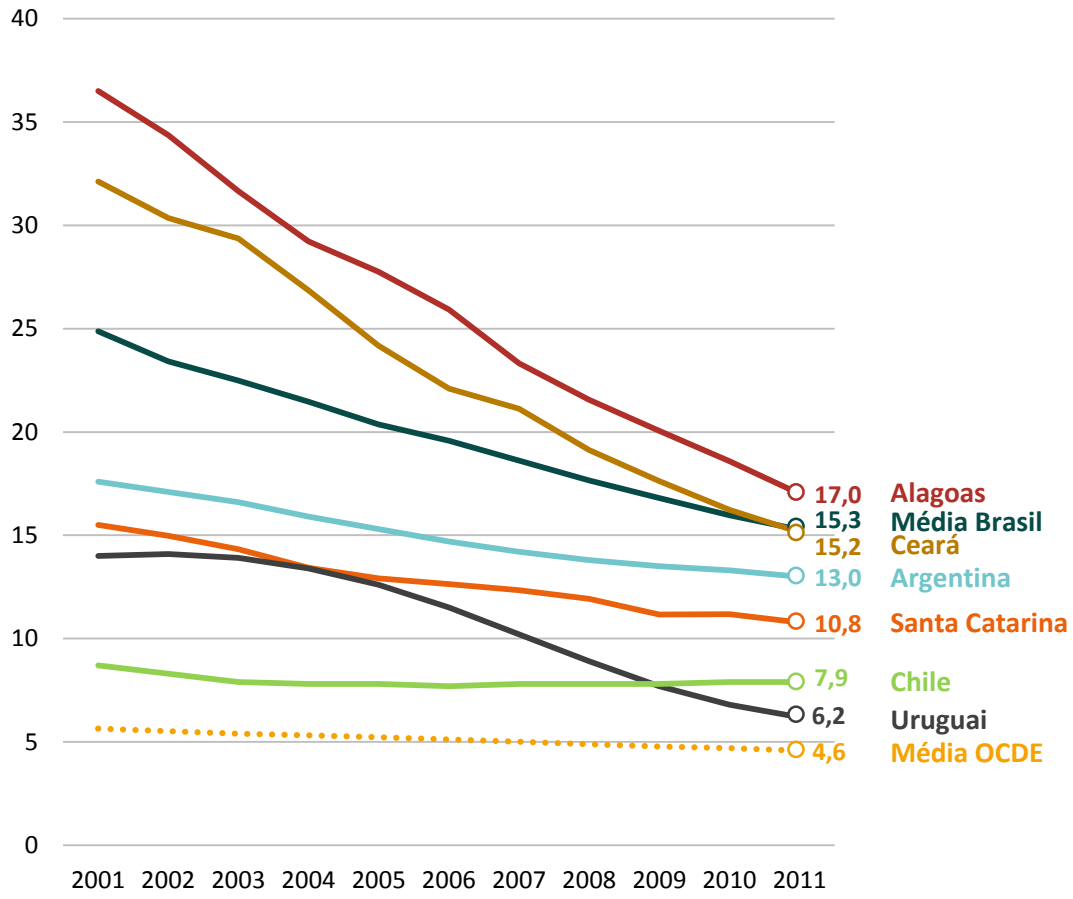


[1] **Fonte:** World Health Organization: WHO.

[2] Nº de óbitos infantis (menores de 1 ano)/1000 nascidos vivos. **Fonte:** IDB - DATASUS 2012.

... E AINDA **PERMANECE ELEVADA,** APESAR DO **DECLÍNIO EXPRESSIVO** NA ÚLTIMA DÉCADA.

EVOLUÇÃO DA TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL - 2001-2011



- ✓ O PAÍS APRESENTOU UMA FORTE TENDÊNCIA DE QUEDA NA MORTALIDADE INFANTIL NA ÚLTIMA DÉCADA, GENERALIZADA EM TODAS AS UF, MAS MAIS SIGNIFICATIVA NOS ESTADOS DO NORDESTE
- ✓ DESTAQUE PARA ALAGOAS, COM A MAIOR QUEDA (-53,4%), E CEARÁ (-52,8%), QUE MELHOROU EXPRESSIVAMENTE DE POSIÇÃO[1], ALCANÇANDO A MÉDIA BRASILEIRA.
- ✓ AINDA ASSIM, O BRASIL SE ENCONTRA BEM ACIMA DAS TAXAS DE MORTALIDADE DE PAÍSES RICOS E TAMBÉM DE PAÍSES VIZINHOS.
- ✓ SANTA CATARINA, ESTADO COM MENOR TAXA DE MORTALIDADE, TEM ÍNDICE SUPERIOR AO CHILENO E AO URUGUAIO, POR EXEMPLO.

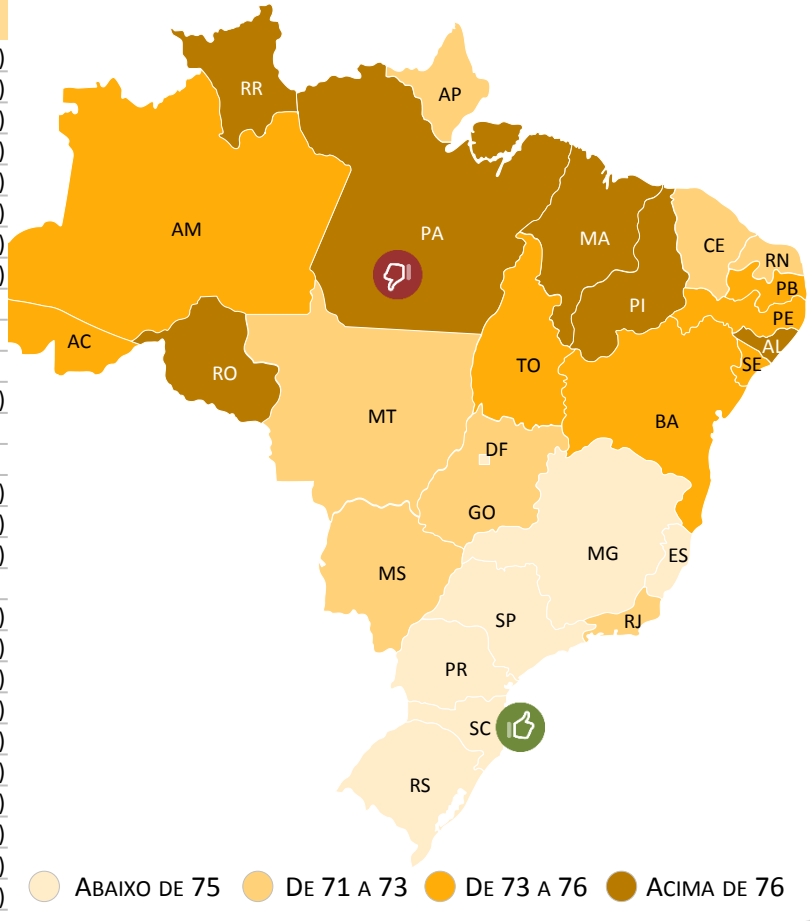
[1] A expressiva melhora no indicador de alguns estados – em especial do NO e NE - deve-se, em parte, a piores bases comparativas (taxas muito elevadas de mortalidade em 2001).Ver Mortalidade Infantil no anexo.
Fonte: IDB - DATASUS 2012. Outros países: World Development Indicators.

Além disso, uma **crescente**, porém baixa, ***expectativa de vida*** retrata desigualdades e carências da saúde.

- ✓ A expectativa de vida do brasileiro é de 74,5 anos, cerca de seis anos a menos do que a média dos países da OCDE (80,6)[1]. Nem SC, estado com maior expectativa de vida, alcança esse patamar
- ✓ O Brasil também está atrás do valor chileno (79,5), uruguaio (76,9) e argentino (76)[1].
- ✓ Há grande diferença em termos de anos de vida entre os estados: o catarinense vive, em média, 10 anos a mais do que o paraense, menor expectativa de vida (67,9 anos)
- ✓ Na última década, todos estados avançaram, porém em ritmos diferentes:
  - Em 2012, o pernambucano vivia 5,7 anos a mais do que em 2002, estado com maior variação
  - Já no Pará, o ganho de expectativa de vida foi de apenas 1,5 ano, estado com menor variação

Expectativa de vida (anos) – 2012
Mudança de posição relativa na comparação com 2002 (nº).

Posição 2012	UF	Anos vida	Δ Pos.
1	SC	77,7	▲ (1)
2	DF	77,0	▼ (1)
3	SP	76,8	▲ (2)
4	ES	76,8	▲ (3)
5	RS	76,6	▼ (3)
6	MG	76,1	▼ (2)
7	PR	75,8	▼ (1)
8	RJ	74,9	▲ (3)
9	RN	74,7	–
Brasil		**74,5**	
10	MS	74,4	–
11	GO	73,5	▼ (3)
12	MT	73,2	–
13	CE	72,9	–
14	AP	72,8	▲ (1)
15	AC	72,5	▲ (8)
16	BA	72,5	▼ (2)
17	TO	72,2	–
18	PE	72,1	▲ (6)
19	PB	71,9	▲ (2)
20	SE	71,6	▼ (4)
21	AM	70,9	▲ (1)
22	RO	70,5	▼ (3)
23	PI	70,3	▼ (5)
24	MA	70,2	▼ (4)
25	RR	70,2	▲ (1)
26	AL	70,0	▲ (1)
27	PA	67,9	▼ (2)



[1] **Fonte:** World Developent Indicators - World Bank.

Fonte: IDB – DATASUS 2012.

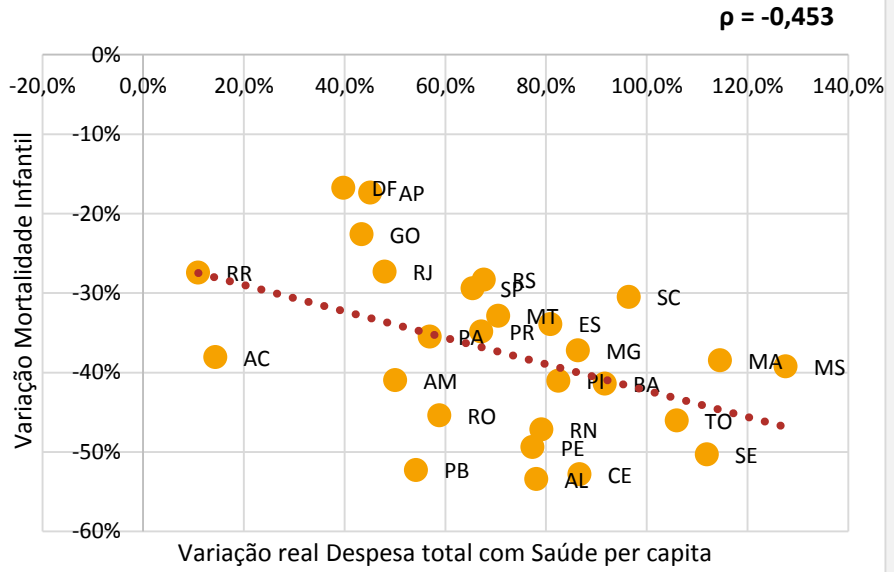
NA ANÁLISE DE ALGUNS RECURSOS, APESAR DE RECENTE ELEVAÇÃO, AS ***DESPESAS*** **PERSISTEM BAIXAS, ...**

- ✓ OS GASTOS PÚBLICOS EM SAÚDE NO BRASIL EM RELAÇÃO AO PIB SOMAM 4,14%. ESSE VALOR É BASTANTE INFERIOR AO DE PAÍSES COMO ALEMANHA (8,4%) E DINAMARCA (9%)[1].
- ✓ EM TERMOS *PER CAPITA*, O GASTO MÉDIO COM SAÚDE NO BRASIL É DE 903 REAIS. ENTRE 2002 E 2012, ESSE GASTO CRESCEU 88% EM TERMOS REAIS[2]. ESSA TENDÊNCIA DE AUMENTO É VERIFICADA EM TODOS OS ESTADOS, SENDO SC O QUE APRESENTOU O MAIOR AUMENTO DA DÉCADA (106%).
- ✓ O GRÁFICO ABAIXO MOSTRA QUE O AUMENTO DAS DESPESAS COM SAÚDE ESTÁ, DE CERTA FORMA, ASSOCIADO COM A QUEDA DA TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL.

DESPESA COM SAÚDE *PER CAPITA*

Posição 2012	UF	2012 (R$)	Variação real* 2002-2012	Posição 2012	UF	2012 (R$)	Variação real* 2002-2012
1º	AC	1046,9	69%	14º	RO	774,3	64%
2º	TO	1040,9	94%	15º	SE	760,3	99%
3º	RR	987,5	34%	16º	RN	737,6	64%
4º	MS	924,8	105%	17º	PR	733,4	89%
5º	SP	924,7	61%	18º	MG	730,7	101%
	Brasil	**903,5**	**88%**	19º	PE	667,9	69%
6º	AP	865,4	17%	20º	PB	662,7	64%
7º	ES	858,9	105%	21º	GO	625,4	61%
8º	DF	858,4	15%	22º	PI	622,8	100%
9º	RJ	856,6	40%	23º	CE	618,1	76%
10º	AM	843,8	43%	24º	AL	584,2	51%
11º	RS	813,0	87%	25º	BA	582,5	82%
12º	MT	795,3	72%	26º	MA	519,1	89%
13º	SC	794,1	106%	27º	PA	482,6	57%

VARIAÇÃO DESPESA TOTAL COM SAÚDE PER CAPITA (2001-2011) X VARIAÇÃO TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (2001-2011)



Fonte: IDB DATASUS 2012.

[1]Valor brasileiro em 2010 com base em informação do DATASUS. Os dados da Alemanha e Dinamarca referem-se a 2012 com base em informação da *OECD.Statextracts.* Acessados em agosto/2014.
[2]Variação calculada com base em preços constantes, com base em 2012, usando o IPCA como deflator.

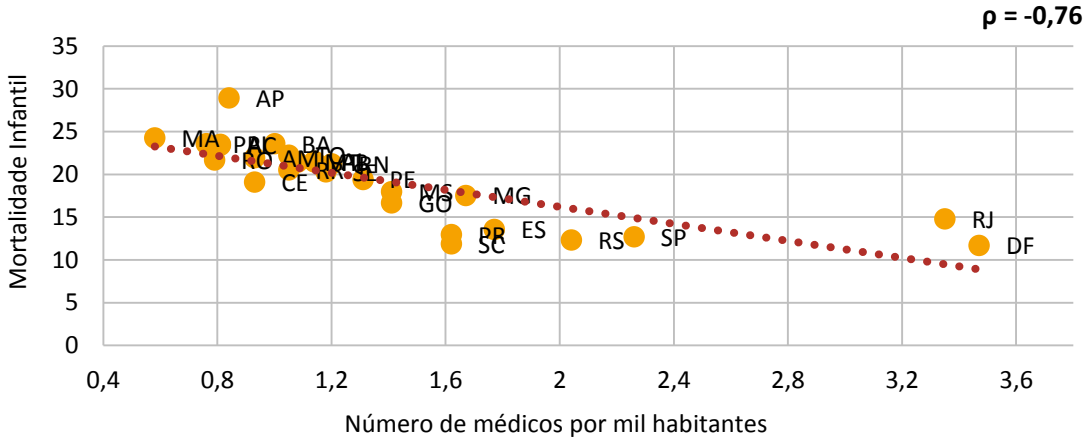
... O *NÚMERO DE MÉDICOS* PERMANECE INSUFICIENTE ...

MÉDICOS POR MIL HABITANTES - 2010

Posição 2010	UF	2010
1	DF	3,6
2	RJ	3,5
3	SP	2,5
4	RS	2,4
5	PR	2,0
6	ES	1,9
	Brasil	**1,9**
7	MG	1,8
8	SC	1,7
9	MS	1,5
10	GO	1,4
11	PE	1,4
12	SE	1,3
13	RR	1,2
14	RN	1,2
15	PB	1,2
16	AL	1,2
17	MT	1,1
18	BA	1,1
19	AM	1,1
20	CE	1,1
21	RO	1,0
22	TO	1,0
23	PI	0,9
24	AC	0,9
25	PA	0,8
26	AP	0,8
27	MA	0,5

- ✓ 58,1% da população apontou, em 2011, a falta de médicos como o maior problema do Sistema Único de Saúde (SUS), segundo pesquisa do IPEA[1].
- ✓ O Brasil contava em 2010, em média, com 1,9 médicos para mil habitantes[2]. Esse valor foi duas vezes mais alto em países como Alemanha, Suíça e Espanha[3].
- ✓ No Rio de Janeiro ou Distrito Federal são mais de 3, enquanto em cinco estados do Norte e Nordeste não se chega a um médico por mil habitantes.
- ✓ Pode-se observar uma estreita correlação entre o número de médicos e a taxa de mortalidade infantil.

NÚMERO DE MÉDICOS POR MIL HABITANTES (2010) X TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (2010)

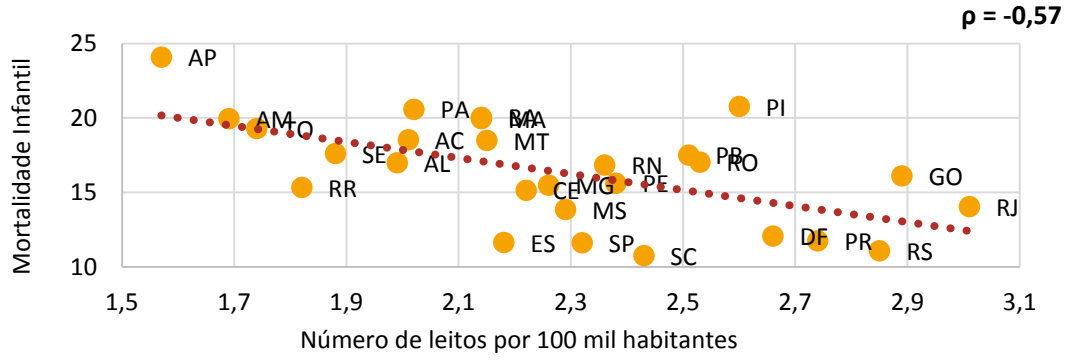


Fonte: IDB - DATASUS 2012.
Obs: À diferença do dado brasileiro, os valores espanhol, alemão e suíço englobam também os médicos trabalhando no setor de saúde como gestores, educadores, pesquisadores, etc, o que representa uma superestimação em torno entre 5-10% do dado desses países.
[1] IPEA. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=7187 . [2] Este dado não capta os efeitos do Programa Mais Médicos, programa recente do Governo Federal. [3] Valores referentes a 2011. Fonte: OCDE Health at a Glance 2013.

... E O *NÚMERO DE LEITOS* CONTINUA AQUÉM DA NECESSIDADE DA POPULAÇÃO.

- ✓ O Brasil apresenta 2,4 leitos hospitalares, tanto públicos quanto privados, por cada mil habitantes. Esse número é **3, 4 vezes** maior na Alemanha (8,3 leitos por mil habitantes) e **5,5 vezes** maior no Japão (13,4 leitos por mil habitantes)[1]
- ✓ 6 estados, todos do Norte/Nordeste, apresentam menos do que 2 leitos por mil habitantes, enquanto no Rio de Janeiro são quase 3.
- ✓ O Brasil conta com 37% de leitos públicos e 63% privados. Mas há grandes disparidades entre os estados. No Rio Grande do Sul, apenas 19% são públicos, enquanto em Roraima esse valor chega a 94%.
- ✓ Dos 12 estados com maior presença de leitos públicos (acima de 50%), todos encontram-se nas regiões Norte e Nordeste.
- ✓ O número total de leitos por mil habitantes está fortemente associado à taxa de mortalidade infantil.

NÚMERO DE LEITOS POR MIL HABITANTES (2011) X TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (2011)



NÚMERO DE LEITOS POR MIL HABITANTES - 2012

Posição 2012	UF	2012
1	RJ	2,9
2	GO	2,9
3	RS	2,8
4	PR	2,7
5	RO	2,7
6	PI	2,6
7	DF	2,5
8	PB	2,4
9	SC	2,4
	Brasil	**2,4**
10	PE	2,3
11	RN	2,3
12	SP	2,3
13	MS	2,3
14	CE	2,2
15	MG	2,2
16	MT	2,2
17	ES	2,1
18	BA	2,1
19	MA	2,1
20	PA	2,0
21	AL	2,0
22	AC	1,9
23	SE	1,8
24	RR	1,8
25	TO	1,7
26	AM	1,7
27	AP	1,6

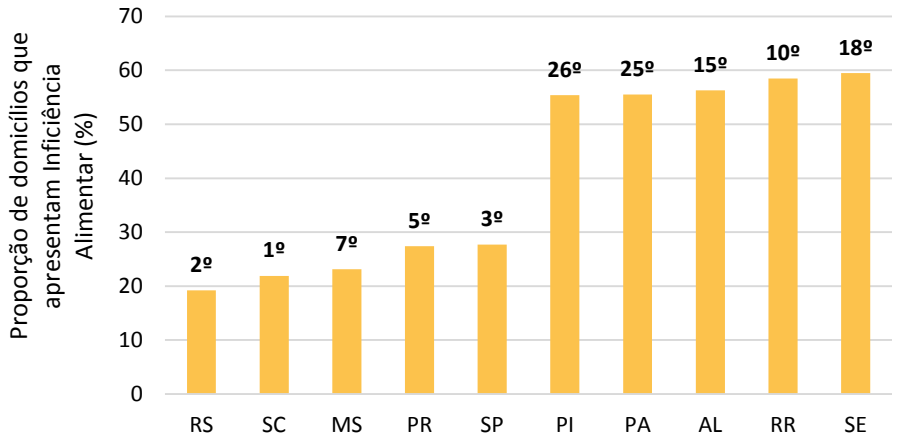
[1] Valores para 2012

Fonte: IDB – DATASUS 2012; OECD Health Statistics.

A *INSUFICIÊNCIA ALIMENTAR* DA POPULAÇÃO TAMBÉM AFETA O QUADRO DE SAÚDE BRASILEIRO.

- ✓ O acesso à alimentação adequada é um importante elemento de prevenção à problemas de saúde da população.
- ✓ No que se refere à quantidade de alimento consumida nos domicílios, classificada como sempre ou às vezes insuficiente, nota-se que a desnutrição está mais concentrada nos estados do Norte e Nordeste.
- ✓ O Brasil registrou 35,5% dos domicílios com quantidade de alimentação insuficiente. Sergipe registrou a maior proporção, enquanto Rio Grande do Sul, a menor (19,2%).

INSUFICIÊNCIA ALIMENTAR (2008-2009) E POSIÇÃO RELATIVA DE MORTALIDADE INFANTIL (2011) – 5 MELHORES E 5 PIORES



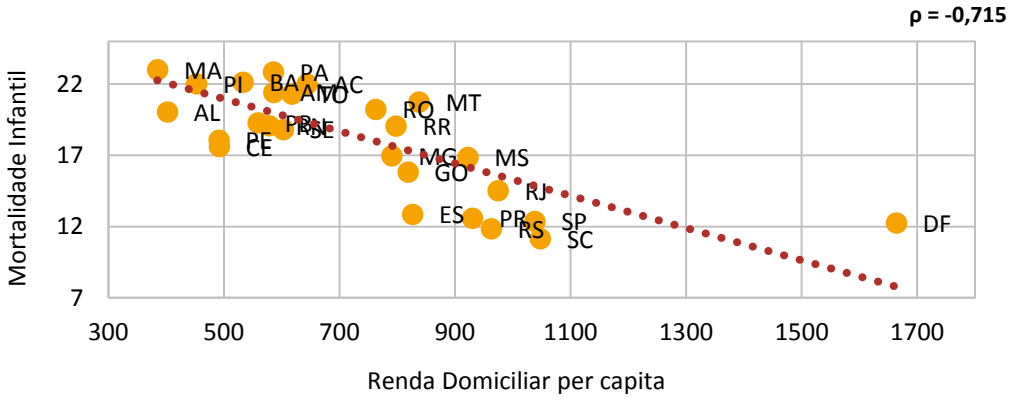
Proporção de domicílios (%) por avaliação da quantidade de alimento consumida considerada 'normalmente insuficiente' ou 'às vezes insuficiente'[1] (POF-2008-2009)[2]

Posição 2008-2009	UF	2008-2009
1	SE	59,5
2	RR	58,5
3	AL	56,3
4	PA	55,5
5	PI	55,4
6	AM	53,6
7	TO	52,8
8	MA	52,5
9	CE	50,3
10	BA	48,9
11	AC	48,1
12	PE	48,1
13	RN	47,9
14	AP	40,8
15	PB	39,7
16	DF	38,4
	Brasil	**35,5**
17	RJ	34,4
18	RO	34,1
19	GO	33,3
20	ES	32,1
21	MT	31,3
22	MG	28,3
23	SP	27,7
24	PR	27,4
25	MS	23,1
26	SC	21,9
27	RS	19,2

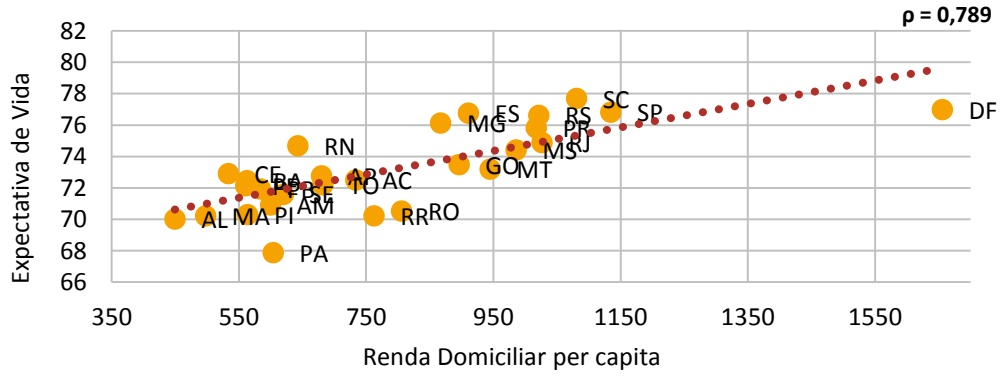
Fonte: IBGE-POF, 2008-2009; IDB-DATASUS, 2012.

FATORES EXÓGENOS ADVERSOS TAMBÉM IMPACTAM A SITUAÇÃO CRÍTICA DA SAÚDE, TAIS COMO A ***POBREZA ...***

RENDA DOMICILIAR PER CAPITA (2011) X TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (2011)



RENDA DOMICILIAR PER CAPITA (2012) X EXPECTATIVA DE VIDA (2012)



- ✓ AS CONDIÇÕES DE SAÚDE ESTÃO INTIMAMENTE ASSOCIADAS À SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA NOS ESTADOS, MEDIDA, POR EXEMPLO, PELA RENDA DOMICILIAR PER CAPITA.

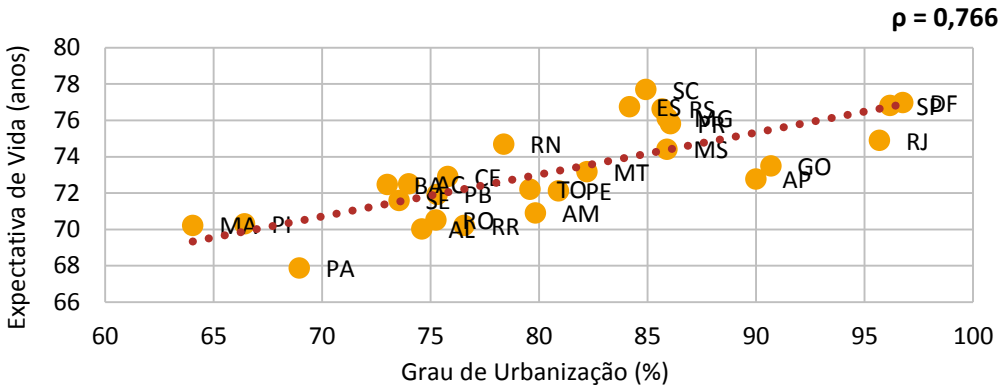
- ✓ ESTADOS COM MAIOR RENDA FAMILIAR APRESENTAM MAIOR ÍNDICE DE EXPECTATIVA DE VIDA E MENOR MORTALIDADE INFANTIL.

Fonte: IDB – DATASUS 2012.

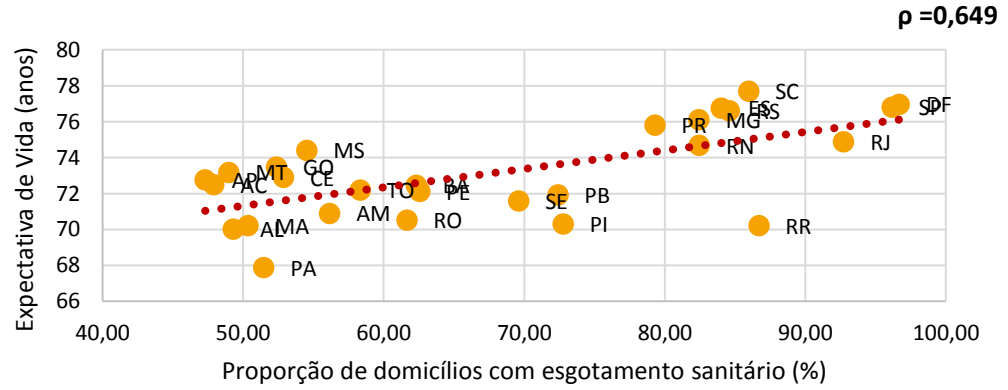
... E AS PRECÁRIAS CONDIÇÕES DE *SANEAMENTO* E *URBANIZAÇÃO*.

- ✓ OUTRA CONDIÇÃO SOCIOECONÔMICA ASSOCIADA AO DESEMPENHO EM SAÚDE É O GRAU DE URBANIZAÇÃO DO ESTADO.
- ✓ NO GERAL, QUANTO MAIS URBANO FOR O ESTADO, MAIS ANOS VIVEM SEUS HABITANTES E MENOR É A MORTALIDADE INFANTIL.
- ✓ SANEAMENTO TAMBÉM É UMA VARIÁVEL COM ELEVADA CORRELAÇÃO COM OS INDICADORES DE RESULTADO EM SAÚDE.

GRAU DE URBANIZAÇÃO (2012) X EXPECTATIVA DE VIDA (2012)



SANEAMENTO (2012) X EXPECTATIVA DE VIDA (2012)



Obs: Considera-se escoamento sanitário adequado os domicílios com rede geral ou fossa ligada a rede geral.
Fonte: IDB – DATASUS 2012; PNAD 2012.

Conclusões

Apesar de nos últimos anos ter havido avanços em termos da queda da mortalidade infantil e do aumento da expectativa de vida, a saúde no Brasil ainda apresenta um quadro crítico. Em comparações internacionais, os índices de mortalidade infantil de quase todos os estados perdem para os países vizinhos, como Uruguai e Chile, e ficam muito atrás do desempenho de países ricos da OCDE. O mesmo é válido para a expectativa de vida.

As piores taxas de mortalidade continuam concentradas nos estados do Norte e Nordeste. No entanto, os estados nordestinos mostraram, ao longo da última década, as maiores reduções na mortalidade infantil: Alagoas, Ceará, Paraíba, Sergipe e Pernambuco reduziram seu número de óbitos até um ano à metade.

Embora em tendência crescente, a expectativa de vida também apresenta-se de forma heterogênea entre os estados: o catarinense vive, em média, 10 anos a mais do que o paraense, menor expectativa de vida (67,9 anos). Além da necessidade de redução destas diferenças interestaduais, o envelhecimento da população suscita novas exigências e demandas em termos de políticas públicas de saúde e de inserção ativa dos idosos na vida social.

CONCLUSÕES

O desempenho da saúde nos estados pode ser em parte explicado pelos indicadores de recursos. A começar pelas despesas, a proporção de gastos em saúde em relação ao PIB no Brasil – apesar de mostrar crescimento nos últimos anos – correspondeu a 4,14% em 2011, proporção bastante inferior a de outros países do mundo. O gasto *per capita* cresceu em todos os estados brasileiros.

A análise da infraestrutura em termos de recursos físicos e humanos também sugere a necessidade de avanços. Houve aumento generalizado do número e médicos no país, embora sua disponibilidade ainda seja bastante desigual entre os estados: não se chega a 1 médico por mil habitantes em 5 dos 27 estados. Já o número de leitos registrou variação negativa em todos os estados, sendo que dos 12 com maior presença de leitos públicos (acima de 50%), todos encontram-se nas regiões Norte e Nordeste.

A desnutrição também apresenta-se como fator de influência na saúde da população, estando mais concentrada nos estados do Norte e Nordeste. Possuem também grande capacidade de influenciar os indicadores de saúde as condições socioeconômicas associadas a pobreza e ao saneamento; e à urbanização e violência no trânsito.

[1] Após a aprovação da Emenda Constitucional 92 em 2000, todas as 27 Unidades Federativas - à exceção de Piauí, Paraná e Rio Grande do Sul - dedicam 12% ou mais de recursos próprios do estado à Saúde, o que pode ter contribuído para esta expansão dos gastos. Fonte: Macroplan com base nos dados do SIOPS 2013.

Conclusões

5 Melhores e Piores Resultados

MENORES TAXAS DE MORTALIDADE INFANTIL- 2011

- Santa Catarina: **10,8**
- Rio Grande do Sul: **11,1**
- São Paulo: **11,6**
- Espírito Santo: **11,6**
- Paraná: **11,8**

VARIAÇÕES NAS TAXAS DE MORTALIDADE INFANTIL (2001-2011) - %

- Alagoas: **-53%**
- Ceará: **- 53%**
- Paraíba: **-52%**
- Sergipe: **-50%**
- Pernambuco: **-49%**

MAIORES TAXAS DE MORTALIDADE INFANTIL - 2011

- Amapá: **24,0**
- Piauí: **20,8**
- Pará: **20,6**
- Bahia: **20,0**
- Amazonas: **19,9**

VARIAÇÕES NAS TAXAS DE MORTALIDADE INFANTIL (2001-2011) - %

- Distrito Federal: **-17%**
- Amapá: **-17%**
- Goiás: **-23%**
- Rio de Janeiro: **-27%**
- Roraima: **-27%**

Conclusões

5 Melhores e Piores Resultados

Maiores expectativas de vida – 2012 – em anos

- Santa Catarina: **77,7**
- Distrito Federal: **77,0**
- São Paulo: **76,8**
- Espírito Santo: **76,8**
- Rio Grande do Sul: **76,6**

Menores expectativas de vida – 2012 – em anos

- Pará: **67,9**
- Alagoas: **70,0**
- Roraima: **70,2**
- Maranhão: **70,2**
- Piauí: **70,3**

Maiores variações da expectativa de vida – 2002-2012 - %

- Pernambuco: **8,7%**
- Acre: **7,2%**
- Alagoas: **7,2%**
- Espírito Santo: **7,1%**
- Santa Catarina: **6,2%**

Menores variações da expectativa de vida – 2002-2012 - %

- Pará: **2,4%**
- Goiás: **2,6%**
- Piauí: **2,9%**
- Maranhão: **3,1%**
- Rondônia: **3,3%**

Estratégias para a melhoria da Saúde & Boas Práticas Mapeadas

1 UNIVERSALIZAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

- Trabalhar em articulação com os municípios para fomentar a universalização e o aprimoramento da Atenção Primária à Saúde (APS), por meio de ações preventivas e curativas, e também da atenção a indivíduos e comunidades a partir do atendimento médico familiar.
- **Exemplos:** Aqui tem Saúde: Fortalecimento da Estratégia Saúde da Família – RS; Gerência de Expansão e Qualificação da Atenção Primária – PE; Unidades de Pronto Atendimento (UPA) – RJ; Amplo Programa de Saúde da Família – CE; Programa Saúde da Família (PSF) – BR

2 FORTALECIMENTO DAS REDES MUNICIPAIS DE SAÚDE

- Financiar a implantação de Núcleos de Saúde da Família (NESF) e Unidades de Saúde da Família (USF) e unidades municipais de pronto atendimento.
- **Exemplos:** Núcleos e Unidades de Saúde da Família (NESF e USF) entre 2007 e 2010 – ES

Estratégias para a melhoria da Saúde & Boas Práticas Mapeadas

3 AMPLIAÇÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DA ATENÇÃO SECUNDÁRIA E TERCIÁRIA

- Melhorar a qualidade do atendimento e a resolutividade da atenção secundária e terciária em saúde (Rede Estadual).
- Reduzir o tempo médio de espera por consultas, procedimentos e cirurgias.
- Garantir os insumos e equipamentos nos padrões exigidos.
- Ampliar a oferta de serviços e diagnósticos especializados.
- Fazer parcerias com a iniciativa privada para uso de parte da capacidade de atendimento mediante “compra” de capacidade, quando necessário.
- **Exemplos:** Modernização da Rede Especializada e Hospitalar – ES; Central de regulação de leitos do CTI (compra de vagas no CTI de hospitais privados) - ES

4 INTERIORIZAÇÃO DA REDE DE SAÚDE

- Ampliar os equipamentos físicos (hospitais, postos, leitos) e a presença de profissionais da saúde nos municípios polo.
- Incentivar a articulação eficiente e eficaz entre hospitais, postos de saúde, UPA, urgências e emergências (em níveis regionais e municipais), visando à racionalização dos serviços por eles prestados, e, por conseguinte, a expansão da capacidade de atendimento dos sistemas de saúde no âmbito estadual.
- **Exemplo:** Programa de Apoio aos Hospitais do Interior (PAHI) – RJ

Estratégias para a melhoria da Saúde & Boas Práticas Mapeadas

5 EXPANSÃO DAS REDES ESTADUAIS DE ATENÇÃO À SAÚDE

- Ampliar a atuação e expandir as redes estaduais de atenção à saúde, com prioridade para a saúde materno-infantil e dos idosos.
- **Exemplos:** Expansão das redes estaduais em 2007-2013 – MG; e em 2007-2010 - ES

6 ORGANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

- Implantar a distribuição gratuita de medicamentos para pacientes crônicos, idosos e portadores de necessidades especiais.
- Implantar a distribuição de medicamentos direta aos pacientes (no domicílio).
- **Exemplo:** Distribuição de Medicamentos em Casa (2007) – SP; Projeto Farmácia Cidadã - ES

7 INTEGRAÇÃO COM OUTRAS SECRETARIAS ESTADUAIS

- Integrar as ações de atenção à saúde com ações de outras Secretarias Estaduais, priorizando a prevenção de doenças associadas à desnutrição alimentar, a hábitos não-saudáveis e drogas, à violência, à acidentes no trânsito e ao saneamento e urbanização.
- **Exemplo:** Programa de Qualificação da Vigilância em Saúde (VIGIASUS) – PR, Programa Mãe Coruja – PE

Estratégias para a melhoria da Saúde & Boas Práticas Mapeadas

QUALIFICAÇÃO DAS EQUIPES

8

- Capacitar continuamente os profissionais da saúde, com programas de educação permanente, dando especial atenção para a capacitação dos atendentes e dos diretores/gestores de hospitais, postos e unidades de atendimento do Estado e também para os gestores municipais de saúde.
- **Exemplos:** Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde (FEPPS) – RS; Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde – SC; FIOCRUZ - BR

INCORPORAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS

9

- Incorporar novas tecnologias, tanto de capital quanto de gestão da informação (prontuário eletrônico, por exemplo), visando proporcionar uma melhor qualidade do atendimento, excelência logística e redução de custos da Saúde Pública estadual.
- Expandir os serviços de saúde à distância.
- **Exemplo:** Centro de Diagnóstico por Imagens – RJ; Política de Tecnologia da Informação no SUS – RS; Sistema Estadual de Registro de Preços de Remédios (SERP) – ES.

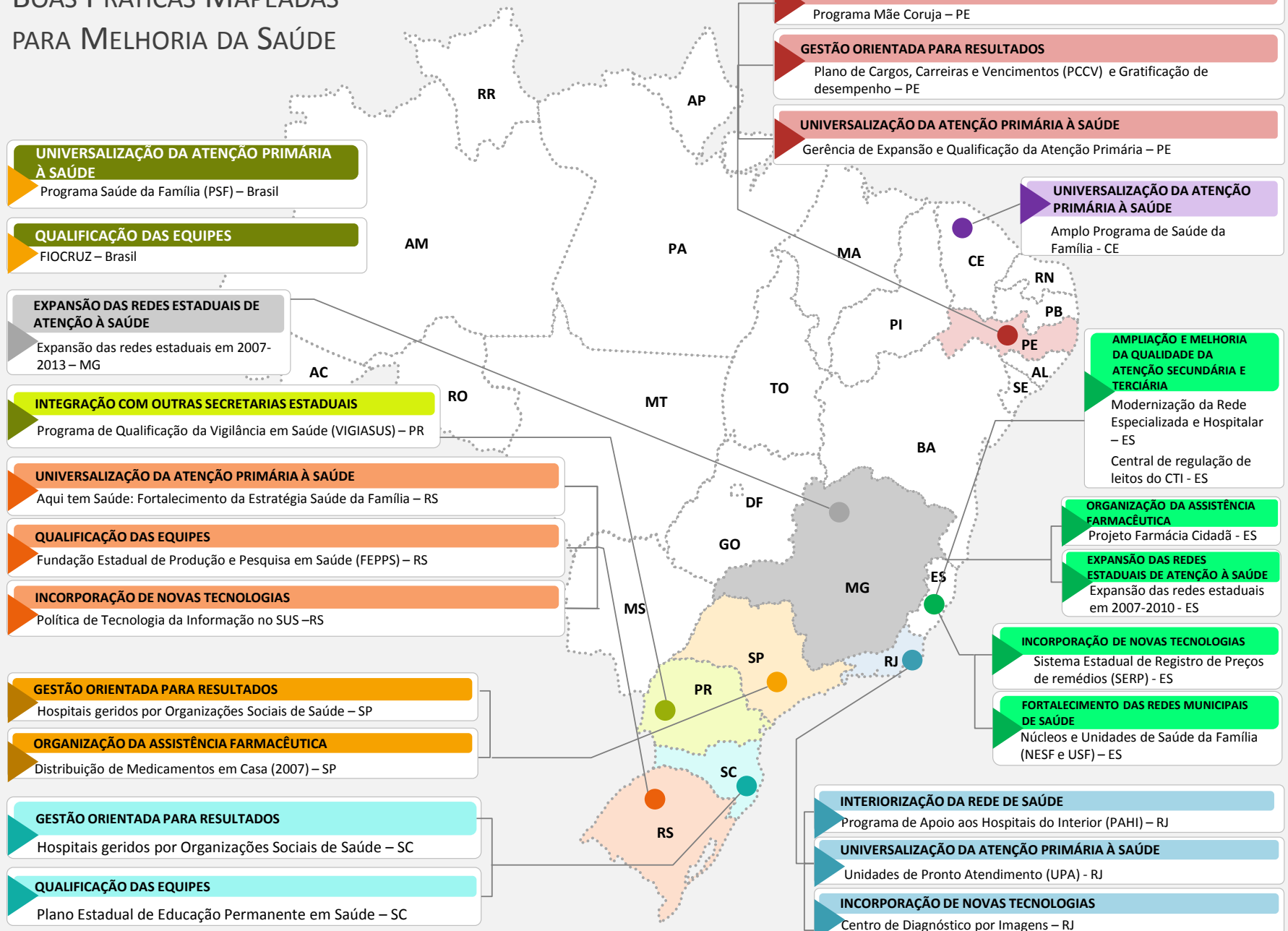
Estratégias para a melhoria da Saúde & Boas Práticas Mapeadas

GESTÃO ORIENTADA PARA RESULTADOS

10

- Implantar gestão da saúde orientada a resultados, focando na contratualização de resultados (com metas definidas e monitoradas) e também na estipulação de mecanismos de remuneração variável baseados em desempenho, visando à eficiência, equidade e melhoria da qualidade do atendimento e serviços hospitalares.
- Estimular a formação de Organizações Sociais de Saúde.
- **Exemplo:** Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV) e Gratificação de desempenho – PE; Hospitais geridos por Organizações Sociais de Saúde - SC e SP

Boas Práticas Mapeadas para Melhoria da Saúde



INTEGRAÇÃO COM OUTRAS SECRETARIAS ESTADUAIS
Programa Mãe Coruja – PE

GESTÃO ORIENTADA PARA RESULTADOS
Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV) e Gratificação de desempenho – PE

UNIVERSALIZAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE
Gerência de Expansão e Qualificação da Atenção Primária – PE

UNIVERSALIZAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE
Programa Saúde da Família (PSF) – Brasil

QUALIFICAÇÃO DAS EQUIPES
FIOCRUZ – Brasil

UNIVERSALIZAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE
Amplo Programa de Saúde da Família - CE

EXPANSÃO DAS REDES ESTADUAIS DE ATENÇÃO À SAÚDE
Expansão das redes estaduais em 2007-2013 – MG

AMPLIAÇÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DA ATENÇÃO SECUNDÁRIA E TERCIÁRIA
Modernização da Rede Especializada e Hospitalar – ES

Central de regulação de leitos do CTI - ES

INTEGRAÇÃO COM OUTRAS SECRETARIAS ESTADUAIS
Programa de Qualificação da Vigilância em Saúde (VIGIASUS) – PR

UNIVERSALIZAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE
Aqui tem Saúde: Fortalecimento da Estratégia Saúde da Família – RS

QUALIFICAÇÃO DAS EQUIPES
Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde (FEPPS) – RS

INCORPORAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS
Política de Tecnologia da Informação no SUS –RS

ORGANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA
Projeto Farmácia Cidadã - ES

EXPANSÃO DAS REDES ESTADUAIS DE ATENÇÃO À SAÚDE
Expansão das redes estaduais em 2007-2010 - ES

INCORPORAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS
Sistema Estadual de Registro de Preços de remédios (SERP) - ES

FORTALECIMENTO DAS REDES MUNICIPAIS DE SAÚDE
Núcleos e Unidades de Saúde da Família (NESF e USF) – ES

GESTÃO ORIENTADA PARA RESULTADOS
Hospitais geridos por Organizações Sociais de Saúde – SP

ORGANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA
Distribuição de Medicamentos em Casa (2007) – SP

GESTÃO ORIENTADA PARA RESULTADOS
Hospitais geridos por Organizações Sociais de Saúde – SC

QUALIFICAÇÃO DAS EQUIPES
Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde – SC

INTERIORIZAÇÃO DA REDE DE SAÚDE
Programa de Apoio aos Hospitais do Interior (PAHI) – RJ

UNIVERSALIZAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE
Unidades de Pronto Atendimento (UPA) - RJ

INCORPORAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS
Centro de Diagnóstico por Imagens – RJ

DICIONÁRIO

INDICADORES DE RESULTADO

- **Mortalidade Infantil**: número de óbitos infantis (menores de 1 ano) por 1.000 nascidos vivos. Fonte: IDB-DATASUS a partir dos dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC e do Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM/Secretaria de Vigilância em Saúde/Ministério da Saúde, 2001-2011.
- **Expectativa de Vida**: número médio de anos de vida esperados para um recém-nascido, mantido o padrão de mortalidade existente na população residente. Fonte: IDB-DATASUS a partir dos dados da Coordenação de População e Indicadores Sociais/DPE/IBGE, 2002-2012.

INDICADORES DE RECURSOS

- **Despesa total com saúde per capita**: gasto total com ações e serviços públicos em saúde envolvendo todos os dispêndios feitos pela Federação, pelo estado e também pelos municípios nos limites territoriais de cada Unidade Federativa em questão, dividido pela população residente no estado. Fonte: Ministério da Saúde/Secretaria Executiva/Departamento de Economia da Saúde e Desenvolvimento/Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS), 2012.
- **Médicos por mil habitantes**: quantidade total de médicos (tanto do setor público quanto do setor privado). A categoria profissionais de saúde engloba Médicos, Odontólogos, Enfermeiros, Nutricionistas, Médicos Veterinários, Farmacêuticos, Técnicos de Enfermagem e Auxiliares de Enfermagem. Fonte: IDB-DATASUS a partir dos dados do Ministério da Saúde/SGTES/DEGERTS/CONPROF - Conselhos profissionais, 2000-2010.
- **Número de Leitos por mil habitantes**: quantidade total de leitos (tanto do setor público quanto do setor privado). Fonte: IDB-DATASUS a partir dos dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES/Ministério da Saúde/SAS, 2005-2012.
- **Insuficiência alimentar:** quantidade de alimento consumido pela família, classificado em “normalmente insuficiente”, “às vezes insuficiente” ou “sempre suficiente”. Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

Bibliografia

- Aqui tem Saúde: Fortalecimento da Estratégia Saúde da Família, RS. Disponível em: http://www.saude.rs.gov.br/upload/1401460929_Informativo%20AB%2001.pdf
- Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde (FEPPS), RS. Disponível em: http://www.fepps.rs.gov.br/lista/5/Conhe%C3%A7a_a_FEPPS Acessado em junho de 2014.
- Gerência de Expansão e Qualificação da Atenção Primária, PE. Disponível em: http://portal.saude.pe.gov.br/programa/secretaria-executiva-de-atencao-saude/gerencia-de-expansao-e-qualificacao-da-atencao Acessado em junho de 2014.
- Gratificação de Desempenho, PE. Disponível em: http://portal.saude.pe.gov.br/programa/secretaria-executiva-de-gestao-do-trabalho-e-educacao-em-saude/gratificacao-de-desempenho Acessado em junho de 2014.
- Hospitais geridos por Organizações Sociais em Saúde, SC. Disponível em: http://portalses.saude.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=636&Itemid=385 Acesso em junho de 2014.
- Indicadores e Dados Básicos do DATASUS (IDB-DATASUS 2012). Mortalidade Infantil, Expectativa de Vida, Médicos por mil habitantes, Número de Leitos por mil habitantes. Disponível em www2.datasus.gov.br/. Acessado em junho de 2014.
- Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS). Renda Domiciliar per capita. Disponível em www.iets.org.br/dados/. Acessado em junho de 2014.

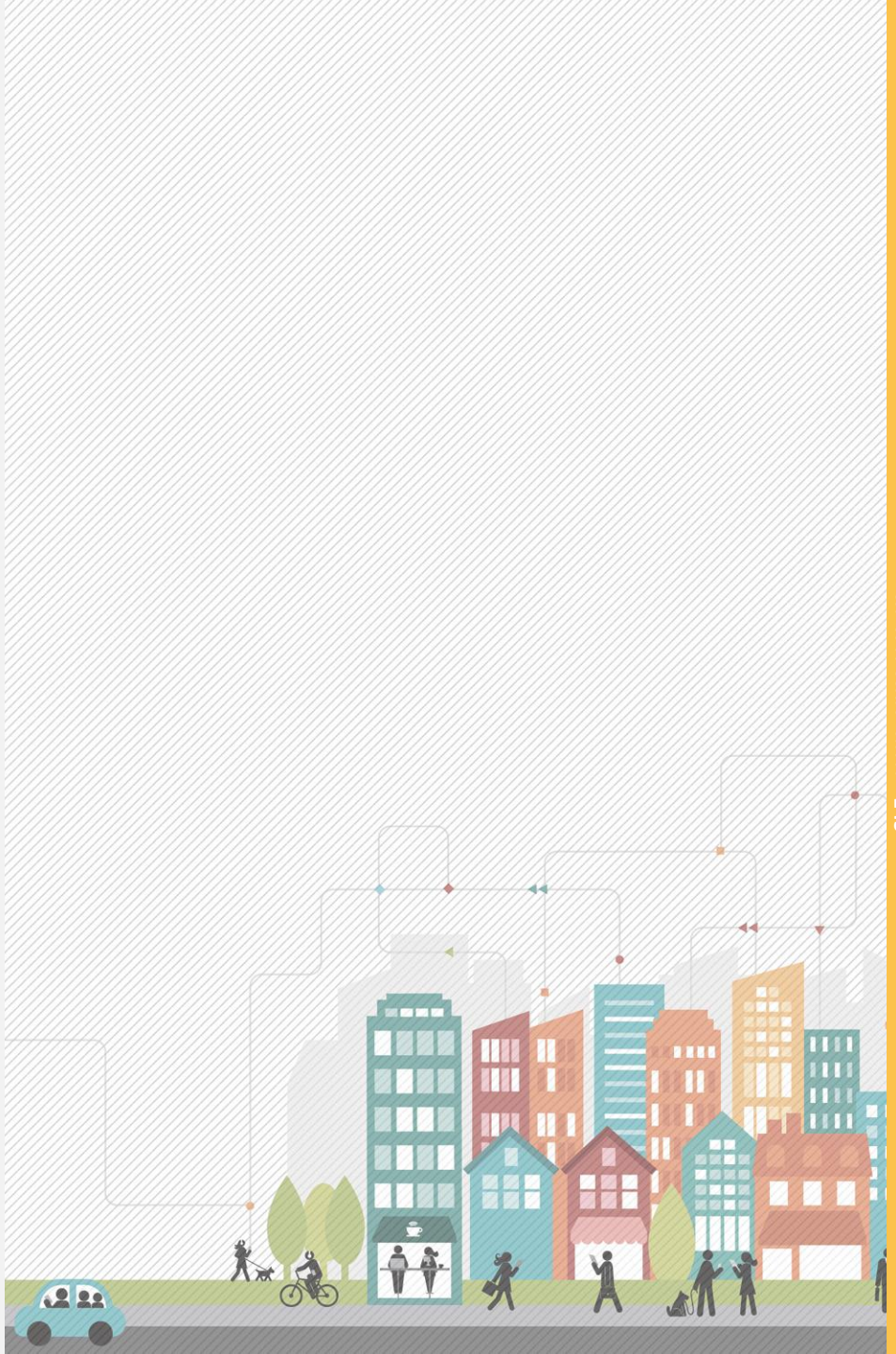
BIBLIOGRAFIA

- O Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) do IPEA. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=7187
- *OECD Library*: *OECD Health Statistics*. Número de leitos por mil habitante. Disponível em: http://www.oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/hospital-beds_20758480-table5 a partir de relatório *Health at a Glance 2013.* Disponível em http://www.oecd.org/els/health-systems/Health-at-a-Glance-2013.pdf Ambos acessados em agostos de 2014.
- Origem e evolução do programa de agentes comunitários de saúde no Ceará. Disponível em: http://ojs.unifor.br/index.php/RBPS/article/view/2067/2360 Acessado em Outubro de 2014.
- Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009 (IBGE). Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009_analise_consumo/default.shtm
- Programa Saúde da Família. Disponível em: http://dab.saude.gov.br/atencaobasica.php Acessado em junho de 2014.
- Programa de Apoio aos Hospitais do Interior (PAHI), RJ. Disponível em: http://www.saude.rj.gov.br/programas-e-acoes/752-programas/programa-de-apoio-aos-hospitais-do-interior-pahi.html Acessado em junho de 2014.
- Plano de Cargos, Carreiras e Vencimento, PE. Disponível em: http://portal.saude.pe.gov.br/programa/secretaria-executiva-de-gestao-do-trabalho-e-educacao-em-saude/plano-de-cargos-carreiras-e Acessado em junho de 2014.
- Plano Estadual De Educação Permanente Em Saúde, SC. Disponível em: http://portalses.saude.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&Itemid=251 Acessado em junho de 2014.

BIBLIOGRAFIA

- Política de Tecnologia da Informação no SUS, RS. Disponível em http://www.saude.rs.gov.br/lista/281/Pol%C3%ADtica_de_Tecnologia_da_Informa%C3%A7%C3%A3o_no_SUS_do_RS Acessado em junho de 2014.
- Programa de Qualificação da Vigilância em Saúde (VIGIASUS), PR. Disponível em: http://www.saude.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=2979 Acessado em junho de 2014.
- Programa Estadual de Apoio aos Consórcios Intermunicipais de Saúde (COMSUS), PR. Disponível em: http://www.saude.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=2890 Acessado em junho de 2014.
- Programa Mãe Coruja, PE. Disponível em: http://portal.saude.pe.gov.br/noticias/secretaria-executiva-de-atencao-saude/programa-mae-coruja-e-premiado-pela-onu Acessado em junho de 2014.
- Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS). Gasto total com ações e serviços públicos em saúde. Disponível em portalsaude.saude.gov.br/. Acessado em junho de 2014.
- *The World Bank* (Banco Mundial): World Development Indicators. Taxas internacionais de Mortalidade Infantil. Disponível em data.worldbank.org/data-catalog/world-development-indicators. Acessado em junho de 2014.
- *World Health Organization* (Organização Mundial de Saúde). Limite padrão de mortalidade infantil. Disponível em www.who.int/. Acessado em junho de 2014.

Anexo



TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL

MORTALIDADE INFANTIL (óbitos por mil nascidos vivos)

Posição 2011	UF	2011	2001	Posição 2001	Variação 2001-2011	Posição Variação
1	SC	10,78	15,51	3	-30%	20
2	RS	11,1	15,49	2	-28%	22
3	SP	11,63	16,48	4	-29%	21
4	ES	11,65	17,63	5	-34%	18
5	PR	11,77	18,07	6	-35%	17
6	DF	12,09	14,53	1	-17%	27
7	MS	13,86	22,81	10	-39%	12
8	RJ	14,06	19,35	7	-27%	24
9	CE	15,15	32,12	19	-53%	2
	Brasil	**15,27**	**24,87**		**-39%**	
10	RR	15,35	21,16	9	-27%	23
11	MG	15,51	24,71	11	-37%	15
12	PE	15,64	30,92	15	-49%	5
13	GO	16,12	20,83	8	-23%	25
14	RN	16,85	31,9	17	-47%	6
15	AL	17	36,51	26	-53%	1
16	RO	17,05	31,23	16	-45%	8
17	PB	17,52	36,72	27	-52%	3
18	SE	17,62	35,48	24	-50%	4
19	MT	18,5	27,57	12	-33%	19
20	AC	18,54	29,94	14	-38%	14
21	TO	19,3	35,79	25	-46%	7
22	MA	19,96	32,45	20	-38%	13
23	AM	19,97	33,84	21	-41%	11
24	BA	20,05	34,23	22	-41%	9
25	PA	20,59	31,93	18	-36%	16
26	PI	20,78	35,27	23	-41%	10
27	AP	24,08	29,15	13	-17%	26

Fonte: IDB - DATASUS 2012.

EXPECTATIVA DE VIDA

EXPECTATIVA DE VIDA (ANOS)

Posição 2012	UF	2012	Posição 2002	2002	Variação 2002-2012	Posição Variação
1	SC	77,7	73,18	2	6,2%	5
2	DF	76,98	73,19	1	5,2%	12
3	SP	76,82	72,48	5	6,0%	7
4	ES	76,76	71,66	7	7,1%	4
5	RS	76,63	73,18	2	4,7%	17
6	MG	76,13	72,6	4	4,9%	15
7	PR	75,82	72,09	6	5,2%	13
8	RJ	74,9	70,92	11	5,6%	10
9	RN	74,69	71,14	9	5,0%	14
10	MS	74,42	70,98	10	4,8%	16
11	GO	73,49	71,61	8	2,6%	26
12	MT	73,19	70,19	12	4,3%	21
13	CE	72,91	70,08	13	4,0%	22
14	AP	72,78	68,91	15	5,6%	9
	Brasil	**74,52**	**70,73**		**5,4%**	
15	AC	72,51	67,63	23	7,2%	2
16	BA	72,47	69,4	14	4,4%	19
17	TO	72,21	68,43	17	5,5%	11
18	PE	72,13	66,34	24	8,7%	1
19	PB	71,94	67,98	21	5,8%	8
20	SE	71,6	68,45	16	4,6%	18
21	AM	70,91	67,94	22	4,4%	20
22	RO	70,53	68,29	19	3,3%	23
23	PI	70,31	68,31	18	2,9%	25
24	MA	70,23	68,1	20	3,1%	24
25	RR	70,22	66,18	26	6,1%	6
26	AL	70,03	65,32	27	7,2%	3
27	PA	67,89	66,31	25	2,4%	27

Fonte: IDB - DATASUS 2012.

DESPESA PER CAPITA COM SAÚDE

DESPESA *PER CAPITA (R$ a preços de 2012)*

Posição 2012	UF	2012	2002	Posição 2002	Variação 2002-2012	Posição Variação
1	AC	1.046,92	618,68	4	69,22	15
2	TO	1.040,92	536,42	8	94,05	7
3	RR	987,49	738,99	2	33,63	25
4	MS	924,83	452,12	11	104,55	3
5	SP	924,70	574,99	7	60,82	20
	Brasil	**903,52**	**480,63**		**87,99**	
6	AP	865,39	736,52	3	17,50	26
7	ES	858,92	419,26	14	104,87	2
8	DF	858,40	744,27	1	15,33	27
9	RJ	856,61	613,21	5	39,69	24
10	AM	843,79	590,34	6	42,93	23
11	RS	812,97	435,01	13	86,89	10
12	MT	795,28	463,48	10	71,59	13
13	SC	794,11	384,73	20	106,41	1
14	RO	774,30	471,48	9	64,23	17
15	SE	760,32	382,59	21	98,73	6
16	RN	737,62	449,74	12	64,01	18
17	PR	733,42	388,93	17	88,57	9
18	MG	730,65	364,28	22	100,58	4
19	PE	667,86	394,51	16	69,29	14
20	PB	662,73	403,40	15	64,29	16
21	GO	625,40	388,56	18	60,95	19
22	PI	622,82	310,85	25	100,36	5
23	CE	618,12	351,08	23	76,06	12
24	AL	584,20	386,33	19	51,22	22
25	BA	582,49	320,05	24	82,00	11
26	MA	519,11	274,72	27	88,96	8
27	PA	482,63	307,27	26	57,07	21

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) 2013

Número de Médicos por mil habitantes

NÚMERO DE MÉDICOS

Posição 2012	UF	2012	2011	Posição 2011	Variação 2011-2012	Posição Variação
1	DF	3,61	2,64	2	37%	16
2	RJ	3,52	3	1	17%	26
3	SP	2,5	1,92	3	30%	20
4	RS	2,37	1,84	4	29%	23
5	PR	1,97	1,2	7	64%	7
6	ES	1,93	1,33	6	45%	13
	Brasil	**1,86**	**1,39**		**34%**	
7	MG	1,82	1,35	5	35%	17
8	SC	1,68	1,09	8	54%	10
9	MS	1,46	1,01	11	45%	14
10	GO	1,4	1,07	9	31%	19
11	PE	1,37	1,06	10	29%	22
12	SE	1,3	0,83	16	57%	9
13	RR	1,24	0,57	19	118%	2
14	RN	1,23	0,89	14	38%	15
15	PB	1,19	0,92	13	29%	21
16	AL	1,17	0,94	12	24%	25
17	MT	1,14	0,64	18	78%	5
18	BA	1,12	0,84	15	33%	18
19	AM	1,07	0,53	21	102%	3
20	CE	1,06	0,72	17	47%	12
21	RO	1,03	0,04	26	2475%	1
22	TO	0,99	-	-	-	-
23	PI	0,93	0,57	19	63%	8
24	AC	0,92	0,52	22	77%	6
25	PA	0,77	0,51	23	51%	11
26	AP	0,75	0,4	25	88%	4
27	MA	0,53	0,42	24	26%	24

Fonte: IDB - DATASUS 2012.

NÚMERO DE LEITOS POR MIL HABITANTES

NÚMERO DE LEITOS

Posição 2012	UF	2012	2011	Posição 2011	Variação 2011-2012	Posição Variação
1	RJ	2,92	3,17	2	-7,9%	18
2	GO	2,85	3,19	1	-10,7%	20
3	RS	2,82	2,78	7	1,4%	4
4	RO	2,68	2,34	16	14,5%	2
5	PR	2,68	2,89	4	-7,3%	15
6	PI	2,56	2,76	8	-7,2%	13
7	DF	2,49	2,68	10	-7,1%	12
8	PB	2,43	3,03	3	-19,8%	25
9	SC	2,43	2,62	11	-7,3%	14
	Brasil	**2,35**	**2,53**		**-7,1%**	
10	PE	2,33	2,62	11	-11,1%	21
11	RN	2,31	2,73	9	-15,4%	24
12	SP	2,28	2,38	15	-4,2%	8
13	MS	2,25	2,82	5	-20,2%	26
14	MG	2,24	2,43	14	-7,8%	17
15	CE	2,23	2,23	18	0,0%	5
16	MT	2,17	2,46	13	-11,8%	23
17	ES	2,13	2,18	19	-2,3%	7
18	BA	2,11	2,28	17	-7,5%	16
19	MA	2,08	2,81	6	-26,0%	27
20	PA	1,99	1,87	23	6,4%	3
21	AL	1,95	2,07	20	-5,8%	10
22	AC	1,93	2,07	20	-6,8%	11
23	SE	1,84	2,07	20	-11,1%	22
24	RR	1,79	1,48	27	20,9%	1
25	TO	1,7	1,86	24	-8,6%	19
26	AM	1,67	1,77	25	-5,6%	9
27	AP	1,6	1,6	26	0,0%	5

Fonte: Ministério da Saúde/SAS - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) em IDB - DATASUS 2012.

Macroplan®
Prospectiva, Estratégia & Gestão

VOLTAR PARA O PAINEL DE NAVEGAÇÃO

Desafios da
GESTÃO ESTADUAL

4

Segurança

Visão Geral

- ✓ A promoção da segurança pública compete primordialmente ao governo estadual. É de sua responsabilidade a gestão da Polícia Militar, da Polícia Civil e também do Sistema Penitenciário
- ✓ Como **indicador de resultado**, foi escolhida a Taxa de Homicídios, por representar a violência no seu grau mais extremo e ser o indicador mais utilizado para medir a violência
- ✓ Neste estudo, foram incluídos adicionalmente **indicadores de recurso**, que medem sob diversas perspectivas elementos que contribuem para o aumento da segurança

INDICADORES DE RESULTADO

Número de homicídios por 100 mil habitantes

INDICADORES DE RECURSOS

- Despesa Estadual em Segurança Pública *per capita*
- Habitantes por Efetivo policial
- Número de presos por 100 mil habitantes acima de 18 anos
- Capacidade do Sistema Penitenciário (vagas e razão presos por vagas)

O Brasil se destaca pela elevada **Taxa de homicídios** em grande parte dos estados ...

- ✓ Todos os estados brasileiros ultrapassam a referência utilizada pela OMS de 10 homicídios por 100 mil habitantes. A taxa média dos países da OCDE é de 4,5/100 mil habitantes (2011)[1]

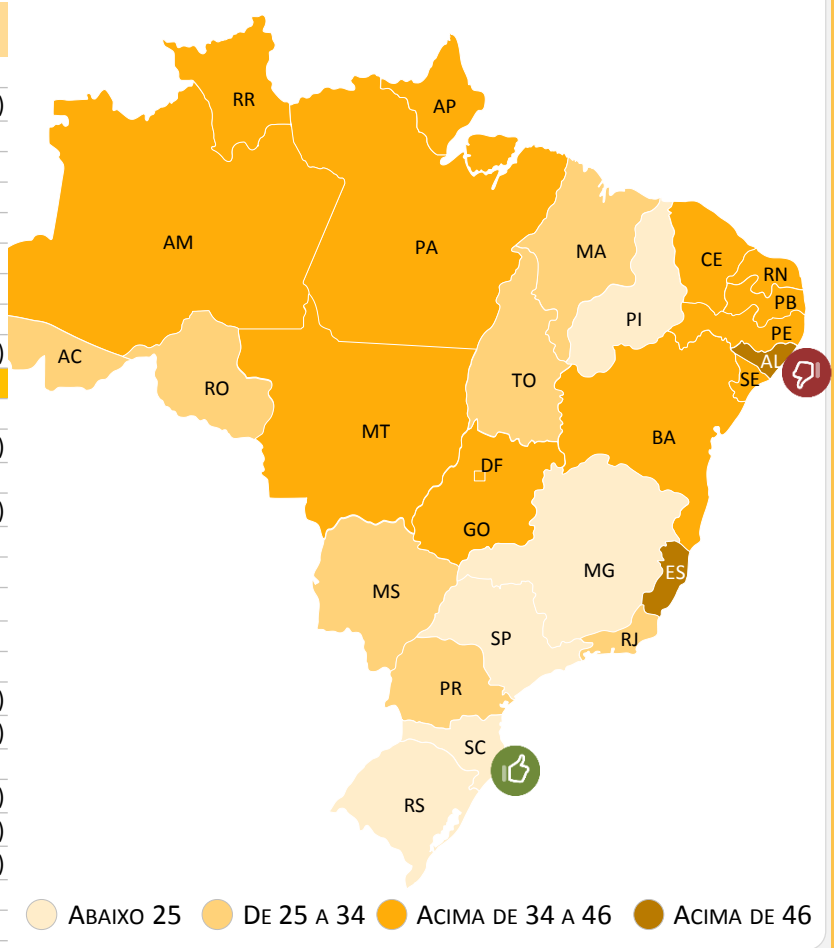
- ✓ Dez estados apresentam taxa inferior à média nacional (29,0/100 mil hab.), distribuídos nas 5 regiões

- ✓ Melhor desempenho em 2012: SC
  - No entanto, a taxa cresceu 24% de 2002 a 2012

- ✓ Pior desempenho em 2012: AL
  - AL teve sua taxa multiplicada por 1,9 vezes na última década

Nº de homicídios por 100 mil habitantes – 2012
Mudança de posição relativa na comparação com 2002 (Nº).

Posição 2012	UF	Nº Hom.	Δ Pos.
1	SC	12,8	▲ (1)
2	SP	15,1	▲ (21)
3	PI	17,2	▲ (1)
4	RS	21,9	▲ (6)
5	MG	22,8	▲ (2)
6	MA	26	▼ (5)
7	TO	26,2	▼ (1)
8	MS	27,1	▲ (9)
9	AC	27,5	▲ (6)
10	RJ	28,3	▲ (17)
Brasil		**29,0**	
11	PR	32,7	▲ (2)
12	RO	32,9	▲ (12)
13	MT	34,3	▲ (9)
14	RN	34,7	▼ (11)
15	RR	35,4	▲ (5)
16	AP	35,9	▲ (5)
17	AM	36,7	▼ (9)
18	PE	37,1	▲ (8)
19	DF	38,9	–
20	PB	40,1	▼ (11)
21	PA	41,7	▼ (10)
22	SE	41,8	▼ (6)
23	BA	41,9	▼ (18)
24	GO	44,3	▼ (10)
25	CE	44,6	▼ (13)
26	ES	47,3	▼ (1)
27	AL	64,6	▼ (9)

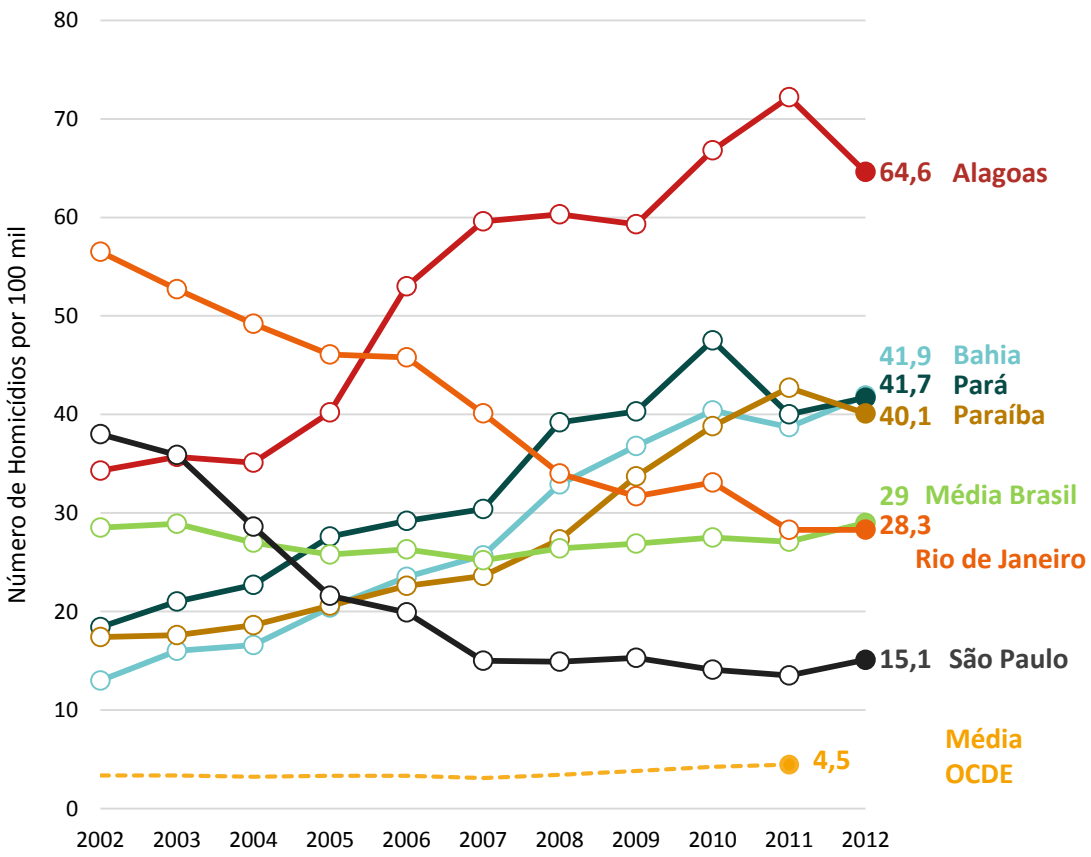


[1] **Fonte:** World Developent Indicators - World Bank. Disponível em data.worldbank.org/data-catalog/world-development-indicators.

Fonte: Waiselfisz, J. J. - Mapa da Violência 2014. Disponível em http://www.mapadaviolencia.org.br/.

... E APRESENTA **EVOLUÇÕES DIFERENCIADAS** DA VIOLÊNCIA LETAL.

EVOLUÇÃO DA TAXA DE HOMICÍDIOS – 2002-2012



- ✓ A TAXA DE HOMICÍDIOS NO BRASIL MANTEVE-SE RELATIVAMENTE ESTÁVEL NA ÚLTIMA DÉCADA, COM VARIAÇÃO DE 1,8% ENTRE 2002 E 2012
- ✓ ENQUANTO ESTADOS COM TAXAS MUITO ELEVADAS NO COMEÇO DA DÉCADA, COMO SP, RJ E PE, REDUZIRAM SIGNIFICATIVAMENTE OS HOMICÍDIOS EM 60,3%, 49,9% E 32,3%, RESPECTIVAMENTE, ...
- ✓ ... ESTADOS COM TAXAS MENORES NO INÍCIO DO NOVO MILÊNIO, COMO BAHIA, PARAÍBA E PARÁ, EXIBIRAM UM CRESCIMENTO ACENTUADO: 222,3%, 130,5% E 126,6%

Fonte: Waiselfisz, J. J. - Mapa da Violência 2014. Disponível em http://www.mapadaviolencia.org.br/.

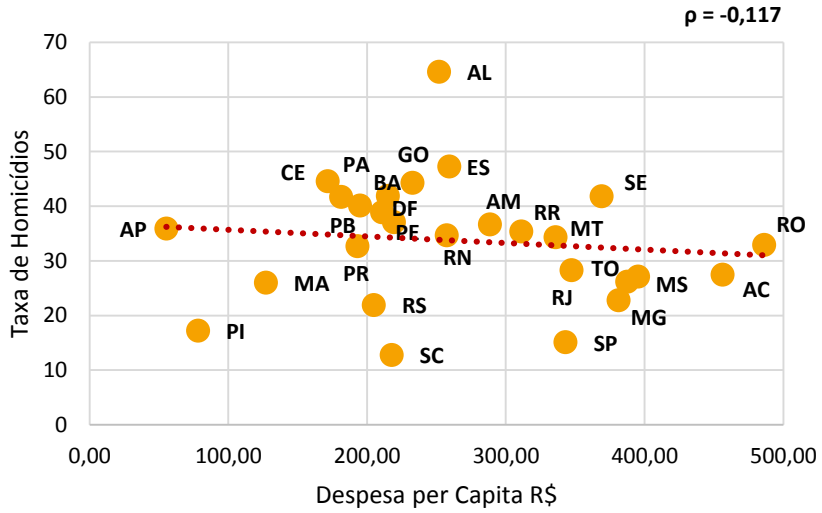
Estados com **Despesas** semelhantes com Segurança possuem taxas de homicídio distintas.

- ✓ Em 2012, cada estado gastou em média 8,6% do total de suas despesas estaduais com Segurança Pública[1].
- ✓ Apesar do aumento real* (de 47,6%) no gasto *per capita* em segurança no país (apenas 3 estados registraram queda no indicador), há grande desigualdade entre os estados. O Amapá registrou a menor despesa (R$55), enquanto Rondônia registrou a maior (R$486)
- ✓ Não foi verificada correlação entre a despesa *per capita* com segurança e a taxa de homicídios para 2012. Em geral, o índice de homicídios e o aumento dos gastos estão defasados no tempo. Um índice alto de homicídios exige aumento dos gastos com segurança. Havendo resultados positivos, os gastos com segurança devem ser mantidos por um tempo considerável para sustentar esta redução do índice até que, no longo prazo, possa haver uma melhor equação Despesas *per capita* x Homicídios.

DESPESA PER CAPITA

Posição 2012	UF	2012 (R$)	Variação real* 2005-2012
1	RO	486,29	75,0%
2	AC	456,26	46,5%
3	MS	395,42	69,7%
4	TO	387,55	109,9%
5	MG[2]	381,35	54,7%
6	SE	369,05	140,2%
7	RJ	347,34	2,2%
8	SP[3]	343,07	55,0%
9	MT	335,88	43,2%
10	RR	311,27	29,5%
11	AM	288,66	66,5%
	Brasil	**271,12**	**47,6%**
12	ES	259,31	42,4%
13	RN	257,54	112,4%
14	AL	251,91	62,5%
15	GO	232,81	42,2%
16	PE	219,43	59,2%
17	SC	217,88	-15,9%
18	BA	214,98	66,9%
19	DF	210,91	193,6%
20	RS	204,87	20,4%
21	PB	195,01	74,8%
22	PR	193,09	61,8%
23	PA	181,41	85,6%
24	CE	171,56	148,4%
25	MA	127,08	71,4%
26	PI	78,14	-17,0%
27	AP	55,00	-80,7%

DESPESA PER CAPITA (2012) X HOMICÍDIO POR 100 MIL (2012)



*Variação calculada com base em preços constantes, com base em 2012, usando o IPCA como deflator.

Fontes: Fórum Brasileiro de Segurança. 2013. Disponível em http://www.forumseguranca.org.br/. [1] Macroplan a partir de dados do Fórum Brasileiro de Segurança. [2]Secretarias de Estado da Fazenda e de Planejamento e Gestão do Estado de MG, 2014. [3]Secretaria de Fazenda do Estado de SP, 2014.

Recursos, como o **Efetivo Policial**, se apresentam de forma heterogênea ...

HABITANTES POR EFETIVO POLICIAL - 2012

Posição 2012	UF	2012
1	DF	138,9
2	AP	151,3
3	RO	205,0
4	RR	214,8
5	AC	216,3
6	TO	248,8
7	RJ	309,6
8	AM	320,5
9	MT	337,9
10	PB	338,7
11	SE	347,2
12	SP	347,3
13	AL	347,8
14	ES	351,7
15	RS	362,6
16	MS	370,5
17	PE	371,3
18	MG	375,1
19	BA	384,7
20	GO	412,9
21	PI	444,3
22	PA	467,8
23	PR	534,5
24	CE	543,8
25	SC	585,2
26	MA	724,0
27	RN[1]	2235,7

[1]No RN está contabilizado apenas o efetivo da Polícia Civil.
Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança, 2014. Disponível em www.forumseguranca.org.br.

- ✓ O Brasil conta com um efetivo de 527.192 policiais civil e militares. 1 policial para cada **373,4 habitantes**
- ✓ Para cada policial no DF há cerca de 138 habitantes. No Maranhão, o pior índice, são 724 habitantes para cada policial (5,2 vezes mais do que no DF)

- ✓ Não foi verificada uma correlação significativa entre o efetivo policial e a taxa de homicídio

... E O MESMO OCORRE COM A **CAPACIDADE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO** (VAGAS E RAZÃO PRESOS POR VAGAS).

NÚMERO DE PRESOS E CAPACIDADE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO - 2012

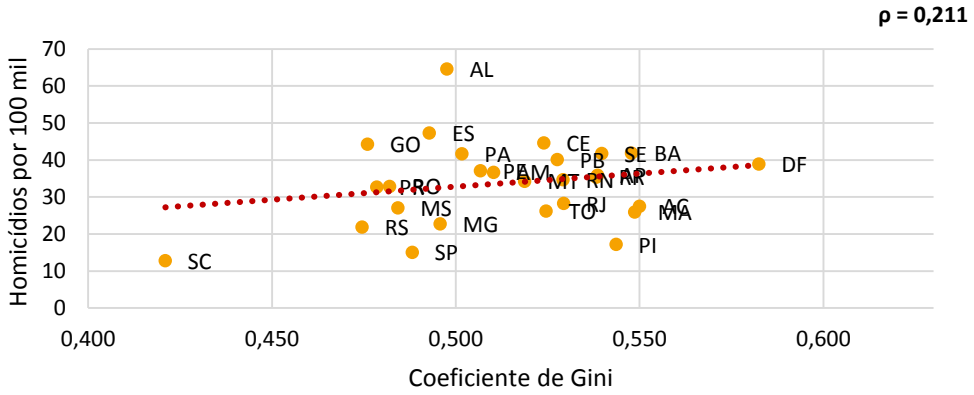
Posição	Estado	Presos/Pop. acima de 18	Número de Presos*	Razão Presos/Vagas
1	MA	125	5.417	2,44
2	BA	131	13.105	2,83
3	PI	133	2.927	1,31
4	AL	217	4.614	4,15
5	PA	227	11.806	1,64
6	TO	261	2.518	1,41
7	GO	265	12.113	1,71
8	RJ	274	33.826	1,40
9	SE	279	4.130	1,85
10	RN	303	7.141	2,84
11	CE	305	18.619	1,75
12	PB	320	8.723	1,62
13	AM	338	7.775	3,02
14	SC	343	16.623	1,70
15	MG	351	51.598	1,91
16	RS	359	29.243	1,36
17	PR	398	31.312	1,75
18	PE	454	28.769	2,51
19	AP	469	2.045	2,41
20	MT	479	10.613	1,84
21	ES	555	14.790	1,18
22	DF	582	11.438	1,80
23	RR	588	1.783	1,61
24	SP	614	195.695	1,91
25	MS	659	12.170	1,82
26	RO	677	7.448	1,59
27	AC	735	3.545	1,81

*Em cadeias e sob custódia da polícia. Número de presos sob custódia da polícia não é divulgado para 9 Estados (ver Anexo).
Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2014. Disponível em www.forumseguranca.org.br.

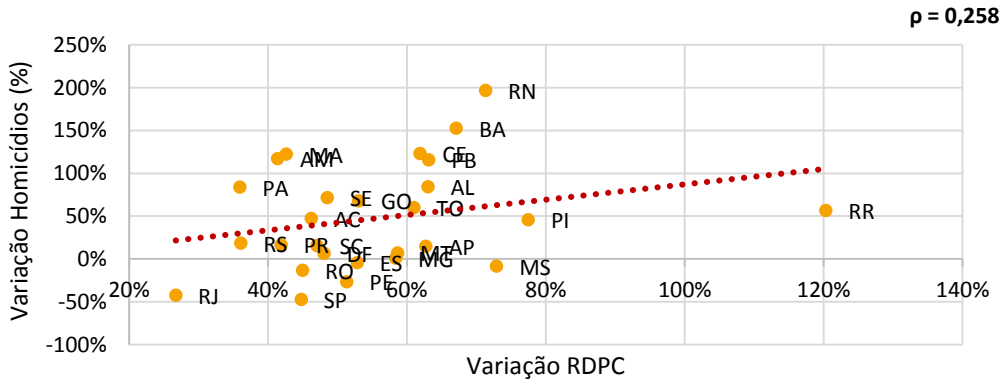
- ✓ São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro possuem juntos mais da metade da população carcerária brasileira (51,8%). Em termos populacionais, esses estados representam 40% do total brasileiro
- ✓ Em 2012, o Brasil tinha um déficit de vagas carcerárias da ordem de 246 mil. Esse déficit cresceu 80% entre 2005 e 2012
- ✓ A taxa de ocupação (razão preso/vagas) em Alagoas em 2012 é a maior do Brasil, com mais de 4 presos por vaga

De modo geral, a violência é influenciada por fatores socioeconômicos, como desigualdade e variação da renda.

DESIGUALDADE – GINI (2012) X HOMICÍDIO POR 100 MIL (2012)



VARIAÇÃO DA RDPC (2004-2012) X VARIAÇÃO HOMICÍDIO POR 100 MIL (2004-2012)



- ✓ Em geral, estados com maior desigualdade têm maiores taxas de homicídio
- ✓ Além disso, o aumento da renda foi acompanhado por aumento da violência letal na maioria dos estados, especialmente no Nordeste
- ✓ Rio de Janeiro e São Paulo destacam-se pelo crescimento mais baixo da renda, acompanhado de forte redução dos homicídios

Obs: Evolução temporal da renda *per capita* e do GINI sem a área rural da região Norte.

Fontes: Waiselfisz, J. J. Mapa da Violência 2014 (Homicídios por 100 mil) Disponível em http://www.mapadaviolencia.org.br/. OPE Sociais a partir de dados da PNAD (para Renda per capita e GINI).

Conclusões

No período 2002-2012, a taxa de homicídios no Brasil manteve-se relativamente estável, com aumento de apenas 1,8%. No entanto, houve uma mudança significativa nos índices de violência entre os estados brasileiros. A violência letal diminuiu em estados mais ricos, como São Paulo e Rio de Janeiro, e aumentou em estados menos desenvolvidos como Alagoas, Paraíba, Maranhão e Bahia.

Dois fenômenos têm sido observados: interiorização da violência (os municípios do interior do estado tornam-se mais violentos do que as capitais/regiões metropolitanas) e sua disseminação entre estados fronteiriços (Waiselfisz, J. J. Mapa da Violência 2014).

Observa-se também uma correlação positiva entre as taxas de homicídios e os índices de desigualdade e de crescimento da renda. Sobretudo no Nordeste, o aumento da renda foi acompanhado por aumento da violência na maioria dos estados. O acesso à armas e, sobretudo, o tráfico de drogas também estão fortemente associados aos crimes violentos no Brasil (Cerqueira, 2010), com ação e medidas de combate que perpassam as fronteiras estaduais, exigindo cada vez mais a articulação entre as diversas esferas governamentais no combate à criminalidade.

Dentre os indicadores de esforço analisados - despesa *per capita* com segurança pública e número de efetivo policial – não foi observada correlação com a taxa de homicídios.

Conclusões

Menores taxas de homicídio/100 mil habitantes - 2012

- Santa Catarina: **12,8**
- São Paulo: **15,1**
- Piauí: **17,2**
- Rio Grande do Sul: **21,9**
- Minas Gerais: **22,8**

Maiores reduções nas taxas de homicídio: 2002-2012

- São Paulo: **- 60,3%**
- Rio de Janeiro: **- 49,9%**
- Pernambuco: **- 32,3%**
- Rondônia: **- 22,2%**
- Mato Grosso do Sul: **- 16,4%**

Maiores taxas de homicídio/100 mil habitantes - 2012

- Alagoas: **64,6**
- Espírito Santo: **47,3**
- Ceará: **44,6**
- Goiás: **44,3**
- Bahia: **41,9**

Maiores aumentos nas taxas de homicídio: 2002-2012

- Rio Grande do Norte: **227,4%**
- Bahia: **222,1%**
- Maranhão: **162,6%**
- Ceará: **136%**
- Paraíba: **130,5%**

Estratégias para a redução da Violência & Boas Práticas Mapeadas

1 AMPLO PACTO PELA VIDA

- Mobilizar as entidades públicas de todos os poderes (estaduais, federais e municipais) e também de instituições privadas e da sociedade civil que podem contribuir para a redução da criminalidade para elaborar programa integrado de redução da criminalidade, participar da execução e fazer o monitoramento intensivo de ações e resultados.
- Articular estratégias de cooperação, com atribuições de responsabilidades entre União, Estados e Município, a partir da criação de efetivos mecanismos legais de parceria entre os Estados e os demais Poderes no combate à criminalidade.
- **Exemplo:** Pacto Pela Vida (desde 2010) – PE; Implementação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP)

2 INTEGRAÇÃO DO PLANEJAMENTO E DA ATUAÇÃO DAS POLÍCIAS

- Integrar o planejamento e a atuação das Polícias Civil e Militar em um ciclo completo de polícia, incluindo compartilhamento de banco de dados, informações e conhecimentos georreferenciados (sobretudo os respectivos sistemas informatizados).
- Integrar as áreas territoriais de atuação
- Implantar métodos de gestão e planejamento conjuntos de ações.
- Integrar o ensino policial (academias únicas de polícia).
- **Exemplo: I**ntegração do planejamento e da atuação das Polícias (entre 2003 e 2006) - MG

Estratégias para a redução da Violência & Boas Práticas Mapeadas

3 POLÍCIA DE PROXIMIDADE (NAS COMUNIDADES)

- Implantar e operar unidades de polícia de forma mais preventiva do que ostensiva: unidades caracterizadas por sua relação próxima com as comunidades e pela mediação de conflitos.
- **Exemplo:** Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) desde 2008 – RJ; Centro de Prevenção à Criminalidade (CPC) MG; Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEG) - PR

4 INVESTIMENTOS EM INTELIGÊNCIA POLICIAL

- Aumentar sistematicamente os investimentos em inteligência policial, compreendendo a capacidade de identificação e esclarecimento de crimes, o aumento substancial das áreas de monitoramento via vídeo, e a promoção da autonomia de Polícias Técnico-Científicas, com maior redirecionamento de recursos para as mesmas.
- Instalar órgão gerador de estatísticas, com dimensionamento adequado e controle de qualidade, capaz de tratar dados de forma ampla e georreferenciada, possibilitando o registro *online* dos incidentes criminais, a elaboração de diagnósticos para maior efetividade das políticas de segurança e a publicação de estatísticas.
- **Exemplo:** Fortalecimento do Departamento de Inteligência da Polícia Civil (DIPOL) entre 2004 e 2012 – SP; Delegacia Eletrônica – PR; e Registro Digital de Ocorrência (RDO), com foco nos registros *online* – SP.

Estratégias para a redução da Violência & Boas Práticas Mapeadas

POLÍTICAS DE PREVENÇÃO

5

- Disseminar e consolidar projetos focados na prevenção, em especial, aqueles focalizados em áreas de maior vulnerabilidade social, destinados aos jovens, e estabelecidos em parcerias entre diferentes esferas do governo (sobretudo entre Estado-Município) e com o setor privado.
- **Exemplo:** Prevenção Social da Violência - Pacto Pela Vida (desde 2010) - PE

FOCALIZAÇÃO TERRITORIAL

6

- Mapear os territórios conflagrados, com o intuito de delimitar geograficamente *hotspots* (áreas específicas de maior criminalidade).
- Identificar os mais frequentes grupos de agressores e levantar fatores causais (porte de armas, drogadição, mercados negros, etc), diagnosticando mais precisamente a criminalidade para remediá-la.
- **Exemplo:** Informações Criminais (Infocrim) - SP

ENVOLVIMENTO DOS CIDADÃOS NO COMBATE AOS CRIMES

7

- Implantar e/ou aperfeiçoar sistema tipo 0800 para recepção protegida de denúncias de cidadãos relativas a criminosos, assaltantes, traficantes de drogas, sequestros etc.
- **Exemplo:** Disque Denúncia - RJ

Estratégias para a redução da Violência & Boas Práticas Mapeadas

PREMIAÇÃO DE BONS RESULTADOS NA REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE

8

- Implantar sistema de premiação (remuneração variável) de unidades e/ou equipes da polícia que tiverem sucesso na redução sistemática de crimes nas áreas sob sua jurisdição.
- **Exemplo:** Polícia Civil e Militar (a partir de 2008) - RJ

INTELIGÊNCIA PRISIONAL

9

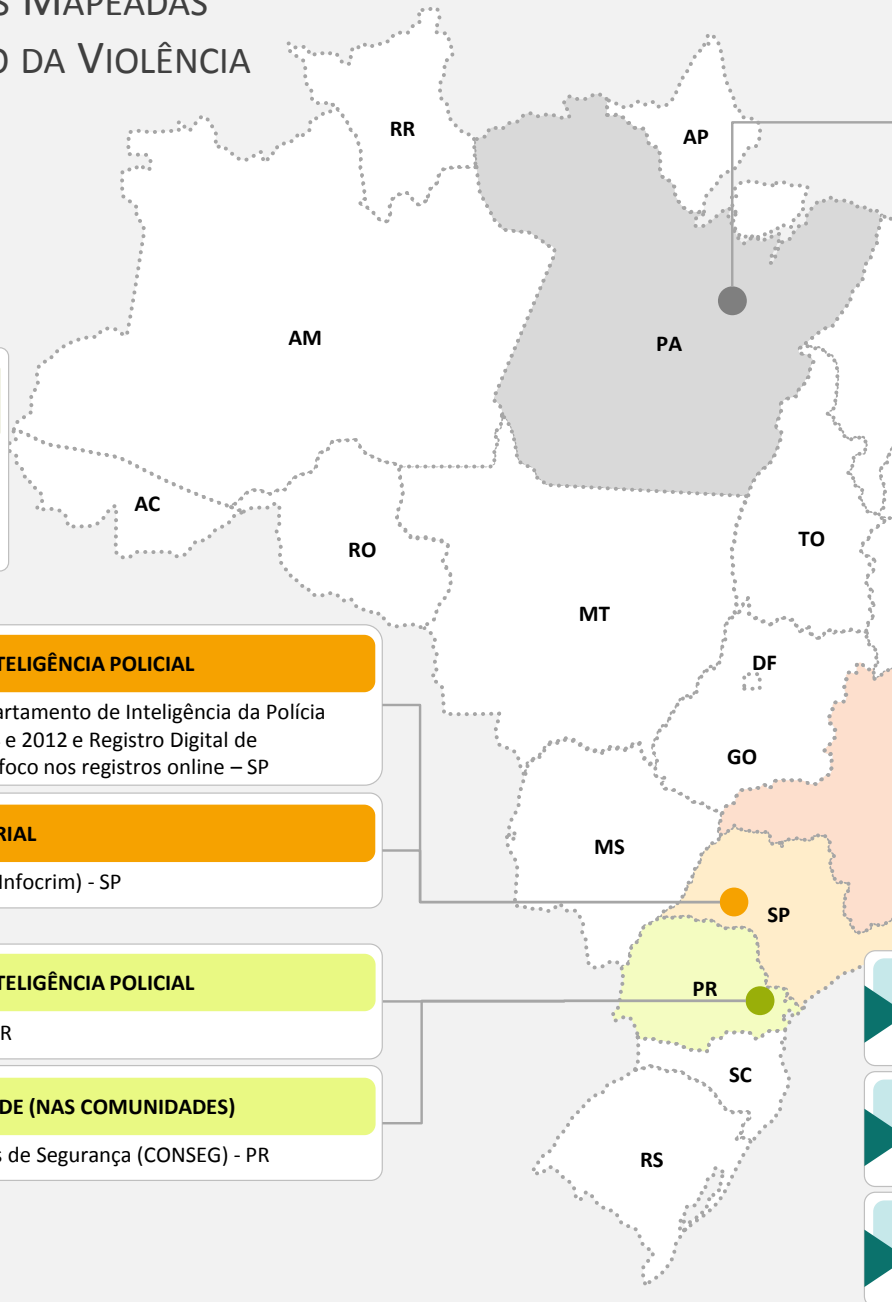
- Aprimorar o monitoramento do fluxo prisional (réus julgados, período de cumprimento de penas etc.).
- Modernizar o sistema prisional e aperfeiçoar o atendimento aos adolescentes infratores.
- Realizar mutirões, em articulação com o poder judiciário, para regularização prisional.
- **Exemplo:** Mutirões da Defensoria Pública - PA

JUSTIÇA CRIMINAL RÁPIDA E EFICIENTE

10

- Estimular a criação de juizados especiais cíveis e criminais, com forte suporte de tecnologias de informação, para resolver e punir pequenas infrações de forma rápida e eficiente.
- **Exemplo:** Juízos Comunitários - EUA

Boas Práticas Mapeadas para Redução da Violência



INTELIGÊNCIA PRISIONAL

Mutirões da Defensoria Pública - PA

AMPLO PACTO PELA VIDA

Pacto Pela Vida (desde 2010) – PE

POLÍTICAS DE PREVENÇÃO

Prevenção Social da Violência - Pacto Pela Vida (desde 2010) - PE

ARTICULAÇÃO E DEFINIÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Implementação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) – Brasil

INVESTIMENTOS EM INTELIGÊNCIA POLICIAL

Fortalecimento do Departamento de Inteligência da Polícia Civil (DIPOL) entre 2004 e 2012 e Registro Digital de Ocorrência (RDO), com foco nos registros online – SP

INTEGRAÇÃO DO PLANEJAMENTO E DA ATUAÇÃO DAS POLÍCIAS

Integração do planejamento e da atuação das Polícias (entre 2003 e 2006) - MG

FOCALIZAÇÃO TERRITORIAL

Informações Criminais (Infocrim) - SP

POLÍCIA DE PROXIMIDADE (NAS COMUNIDADES)

Centro de Prevenção à Criminalidade (CPC) - MG

INVESTIMENTOS EM INTELIGÊNCIA POLICIAL

Delegacia Eletrônica – PR

POLÍCIA DE PROXIMIDADE (NAS COMUNIDADES)

Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) desde 2008 – RJ

POLÍCIA DE PROXIMIDADE (NAS COMUNIDADES)

Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEG) - PR

PREMIAÇÃO DE BONS RESULTADOS NA REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE

Polícia Civil e Militar (a partir de 2008) - RJ

ENVOLVIMENTO DOS CIDADÃOS NO COMBATE AOS CRIMES

Disque Denúncia - RJ

Dicionário de Variáveis

INDICADORES DE RESULTADO

Número de homicídios por 100 mil habitantes: Homicídios Dolosos, ou simplesmente Homicídios, que correspondem à somatória das causas de óbitos X85 a Y09 estabelecidas pelo CID-10 (última versão da Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial da Saúde), recebendo o título genérico de Agressões. Têm como característica a presença de uma agressão intencional de terceiros, que utilizam qualquer meio para provocar danos ou lesões que originam a morte da vítima. Não se incluem aqui mortes acidentais, homicídios culposos, mortes no trânsito etc., que têm códigos específicos de classificação. Para o cálculo das taxas por 100 mil habitantes, foram utilizadas as estimativas intercensitárias disponibilizadas pelo Datasus. Fonte: Waiselfisz, J. J. – Mapa da Violência a partir de dados do Sistema de Informação Sobre Mortalidade – SIM / Secretaria de Vigilância em Saúde / Ministério da Saúde, 2002-2012.

INDICADORES DE RECURSOS

Despesa Estadual em Segurança Pública *per capita*: Despesas realizadas com a função segurança pública, incluindo policiamento, defesa civil, informação, inteligência e demais subfunções (não especificadas no anuário). O valor indicado inclui encargos financeiros relativos a despesas com servidores inativos e despesas do Departamento Estadual de Trânsito. Para o cálculo das taxas por 100 mil habitantes, foram utilizadas as estimativas populacionais do IBGE. Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública a partir de dados do Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais, Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Minas Gerais, Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2005-2012.

Dicionário de Variáveis

INDICADORES DE RECURSOS

Habitantes por Efetivo Policial: Efetivo das Polícias Militares (Oficiais, Praças e agentes, aspirantes a oficial, cadetes e alunos oficiais e alunos soldado) e Civis (delegados na ativa, não delegados e outros). Taxa de habitantes por efetivo policial calculada por Macroplan utilizando as estimativas populacionais do IBGE. Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública a partir de dados do Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP)/ Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/ Pesquisa de Informações Básicas Municipais, 2011-2012.

Número de Presos por 100 mil habitantes acima de 18 anos: Número de presos nos Sistemas penitenciários (condenados, sob medida de segurança e provisórios) e sob Custódia das Polícias em dezembro de cada ano. Taxa por 100 mil habitantes acima de 18 anos calculada por Macroplan utilizando as estimativas populacionais do IBGE. Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública a partir de dados do Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional – Depen; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/Estimativas populacionais, 2005-2012.

Capacidade do Sistema Penitenciário – Vagas: Número de vagas existentes nos sistemas penitenciários em dezembro de cada ano; **Razão presos por vaga:** razão entre o número de presos nos sistemas penitenciários e sob custódia das polícias e o número de vagas existentes nos sistemas penitenciários em dezembro de cada ano. Razão Presos por vaga calculada por macroplan. Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança pública a partir de dados do Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional – Depen e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2005-2012.

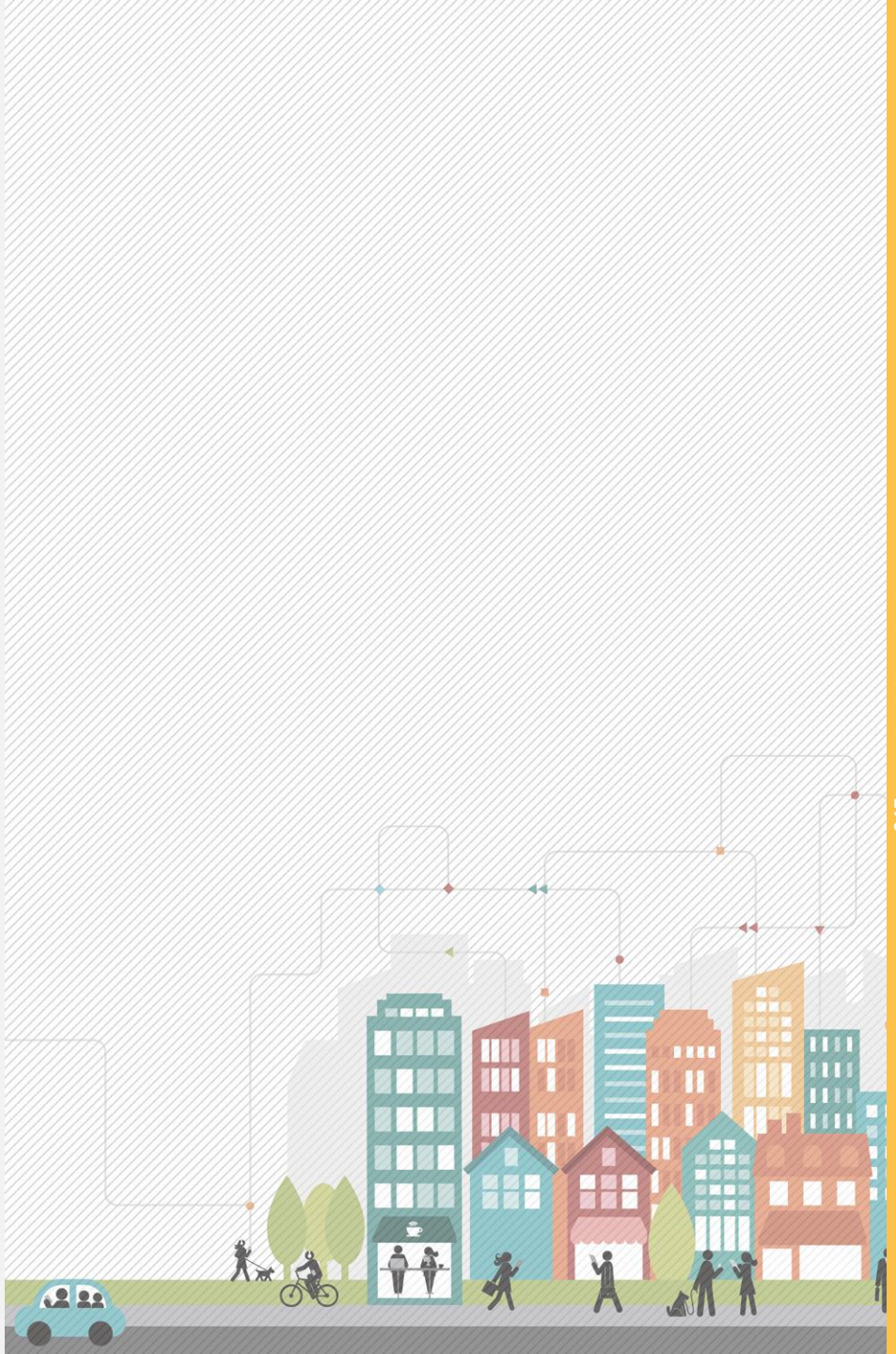
BIBLIOGRAFIA

- Cerqueira, D. R. C. – Causas e Consequências do Crime no Brasil. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio. Tese de Doutorado, 2010.
- Coordenação Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança do Paraná. Disponível em http://www.conseg.pr.gov.br/. Acessado em junho de 2014.
- Delegacia Eletrônica – Polícia Civil do Paraná. Disponível em http://www.delegaciaeletronica.pr.gov.br/. Acessado em junho de 2014.
- Departamento de Inteligência da Polícia Civil do Estado de São Paulo. Disponível em http://www.ssp.sp.gov.br/acoes/acoes_reforma-dipol.aspx. Acessado em julho de 2014.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública – Anuário Brasileiro de Segurança Pública. *Despesa Estadual em Segurança Pública per capita 2005-2012.* Disponível em http://www.forumseguranca.org.br/. Acessado em junho de 2014.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). *População 2002-2012*. Disponível em http://www.ibge.gov.br/. Acessado em junho de 2014.
- OPE Sociais. Oportunidade, Pesquisa e Estudos Sociais. Tabulações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD. Acessado em setembro de 2014.
- Ministério da Justiça – Segurança Pública. Disponível em http://portal.mj.gov.br/. Acessado em junho de 2014.

BIBLIOGRAFIA

- Pacto pela Vida - Governo do Estado de Pernambuco. Disponível em http://www.pe.gov.br/. Acessado em junho de 2014.
- Polícia Civil do Estado de São Paulo. Disponível em http://www2.policiacivil.sp.gov.br/. Acessado em junho de 2014.
- Sapori, L.F.; Andrade; S. Integração policial em Minas Gerais: Desafios da governança da política de segurança pública. *Civitas*, Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 428-453, set./dez. 2008 .
- Secretaria de Estado de Defesa Social. Disponível em https://www.seds.mg.gov.br/. Acessado em junho de 2014.
- *The World Bank* (Banco Mundial) - World Development Indicators. *Taxa média de Homicídios por 100 mil habitantes OCDE 2002-2011*. Disponível em data.worldbank.org/data-catalog/world-development-indicators. Acessado em junho de 2014.
- Unidade de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro. Disponível em http://www.upprj.com/. Acessado em junho de 2014.
- Waiselfisz, J. J. – Mapa da Violência 2014. *Número de homicídios por 100 mil habitantes, Efetivo Policial, Capacidade do Sistema Penitenciário 2002-2012*. Disponível em http://www.mapadaviolencia.org.br/. Acessado em julho de 2014.

Anexo



Taxa de homicídios por 100 mil habitantes e variação entre 2002 e 2012

HOMICÍDIO POR 100 MIL

Posição 2012	UF	2012	2002	Posição 2002	Variação 2002-2012	Posição Variação
1	SC	12,8	10,3	2	24,3%	13
2	SP	15,1	38	23	-60,3%	1
3	PI	17,2	10,9	4	57,8%	17
4	RS	21,9	18,3	10	19,7%	12
5	MG	22,8	16,2	7	40,7%	15
6	MA	26	9,9	1	162,6%	25
7	TO	26,2	14,9	6	75,8%	18
8	MS	27,1	32,4	17	-16,4%	5
9	AC	27,5	25,7	15	7,0%	10
10	RJ	28,3	56,5	27	-49,9%	2
11	PR	32,7	22,7	13	44,1%	16
12	RO	32,9	42,3	24	-22,2%	4
13	MT	34,3	37	22	-7,3%	7
14	RN	34,7	10,6	3	227,4%	27
15	RR	35,4	34,9	20	1,4%	8
16	AP	35,9	35	21	2,6%	9
17	AM	36,7	17,3	8	112,1%	21
18	PE	37,1	54,8	26	-32,3%	3
19	DF	38,9	34,7	19	12,1%	11
20	PB	40,1	17,4	9	130,5%	23
21	PA	41,7	18,4	11	126,6%	22
22	SE	41,8	29,7	16	40,7%	14
23	BA	41,9	13	5	222,3%	26
24	GO	44,3	24,5	14	80,8%	19
25	CE	44,6	18,9	12	136,0%	24
26	ES	47,3	51,2	25	-7,6%	6
27	AL	64,6	34,3	18	88,3%	20
	Brasil	**29,0**	**28,5**		**1,8%**	

Fonte: Mapa da Violência 2014, Julio Jacobo Waiselfisz. http://www.mapadaviolencia.org.br/.

DESPESA COM SEGURANÇA *PER CAPITA* ENTRE 2005 E 2012

DESPESA COM SEGURANÇA PER CAPITA (*A PREÇOS DE 2012*)

Posição 2012	UF	2012	Posição 2005	2005	Variação real 2005-2012	Posição variação
1	RO	486,29	277,90	4	74,98%	7
2	AC	456,26	311,40	2	46,52%	18
3	MS	395,42	233,04	9	69,68%	10
4	TO	387,55	184,60	11	109,93%	5
5	MG	381,35	246,53	6	54,69%	17
6	SE	369,05	153,66	17	140,17%	3
7	RJ	347,34	339,95	1	2,17%	24
8	SP	343,07	221,29	10	55,03%	16
9	MT	335,88	234,57	8	43,19%	19
10	RR	311,27	240,33	7	29,51%	22
11	AM	288,66	173,41	13	66,46%	12
	Brasil	**265,68**	**179,96**		**47,63%**	
12	ES	259,31	182,14	12	42,37%	20
13	RN	257,54	121,24	20	112,43%	4
14	AL	251,91	155,05	16	62,47%	13
15	GO	232,81	163,73	15	42,20%	21
16	PE	219,43	137,85	18	59,19%	15
17	SC	217,88	258,96	5	-15,86%	25
18	BA	214,98	128,84	19	66,86%	11
19	DF	210,91	71,85	26	193,56%	1
20	RS	204,87	170,22	14	20,36%	23
21	PB	195,01	111,56	22	74,81%	8
22	PR	193,09	119,32	21	61,83%	14
23	PA	181,41	97,75	23	85,58%	6
24	CE	171,56	69,07	27	148,39%	2
25	MA	127,08	74,13	25	71,41%	9
26	PI	78,14	94,17	24	-17,02%	26
27	AP	55,32	286,48	3	-80,69%	27

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2013. www.forumseguranca.org.br

Habitantes por Efetivo Policial entre 2011 e 2012

HABITANTES POR EFETIVO POLICIAL

Posição 2012	UF	2012	2011	Posição 2011	Variação 2011-2012	Posição Variação
1	DF	138,94	128,55	1	8%	21
2	AP	151,34	146,84	2	3%	11
3	RO	205,00	198,69	4	3%	12
4	RR	214,82	-			
5	AC	216,26	197,43	3	10%	22
6	TO	248,76	258,06	5	-4%	2
7	RJ	309,60	307,42	7	1%	6
8	AM	320,54	352,32	14	-9%	1
9	MT	337,89	328,09	9	3%	10
10	PB	338,65	345,65	12	-2%	4
11	SE	347,16	324,64	8	7%	18
12	SP	347,30	352,76	15	-2%	5
13	AL	347,83	334,70	11	4%	13
14	ES	351,67	361,77	18	-3%	3
15	RS	362,56	354,52	16	2%	9
16	MS	370,47	333,29	10	11%	23
17	PE	371,25	350,96	13	6%	17
18	MG	375,14	358,78	17	5%	15
19	BA	384,69	378,08	19	2%	8
20	GO	412,85	390,85	20	6%	16
21	PI	444,31	437,36	21	2%	7
22	PA	467,81	-			
23	PR	534,51	498,13	23	7%	19
24	CE	543,81	506,25	24	7%	20
25	SC	585,24	441,91	22	32%	24
26	MA	724,00	693,50	25	4%	14
27	RN	2235,69	294,83	6		
	Brasil	**373,45**	**370,60**		**0,8%**	

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2013. www.forumseguranca.org.br. Inclui os efetivos da PM e da PC. No RN está contabilizado apenas o efetivo da Polícia Civil.

Número de Presos entre 2005 e 2012

NÚMERO DE PRESOS POR 100 MIL HABITANTES COM PELO MENOS 18 ANOS

Posição 2012	UF	2012	2005	Posição 2005	Variação 2005-2012	Posição Variação
1	MA	125,22	136,80	4	-8%	1
2	BA	131,35	80,61	2	63%	23
3	PI	133,29	92,49	3	44%	17
4	AL	216,93	145,16	5	49%	20
5	PA	227,17	172,69	7	32%	12
6	TO	260,66	145,44	6	79%	25
7	GO	265,40	257,14	14	3%	3
8	RJ	274,32	245,25	13	12%	5
9	SE	279,05	206,66	11	35%	13
10	RN	303,10	189,12	9	60%	22
11	CE	304,93	194,73	10	57%	21
12	PB	319,88	257,28	15	24%	8
13	AM	338,04	188,75	8	79%	24
14	SC	342,67	242,63	12	41%	16
15	MG	351,17	47,80	1	635%	27
16	RS	358,55	301,17	17	19%	7
	Brasil	**388,70**	**276,07**		**41%**	
17	PR	397,76	267,47	16	49%	19
18	PE	454,06	331,61	19	37%	14
19	AP	469,04	461,81	23	2%	2
20	MT	479,36	385,33	20	24%	9
21	ES	554,56	306,30	18	81%	26
22	DF	582,09	449,72	22	29%	11
23	RR	588,45	406,94	21	45%	18
24	SP	614,12	487,49	25	26%	10
25	MS	658,91	557,24	26	18%	6
26	RO	677,09	481,86	24	41%	15
27	AC	735,48	667,97	27	10%	4

NÚMERO DE PRESOS TOTAL

Posição 2012	2012	2005	Posição 2005	Variação 2005-2012	Posição Variação
8	5.417	5.156	11	5%	1
18	13.105	7.144	15	83%	21
4	2.927	1.785	4	64%	16
7	4.614	2.671	6	73%	19
15	11.806	7.298	17	62%	14
3	2.518	1.181	2	113%	26
16	12.113	9.802	20	24%	3
25	33.826	27.755	26	22%	2
6	4.130	2.732	7	51%	11
9	7.141	3.788	9	89%	23
21	18.619	10.116	22	84%	22
12	8.723	6.118	12	43%	9
11	7.775	3.673	8	112%	25
20	16.623	10.108	21	64%	17
26	51.598	6.289	13	720%	27
23	29.243	22.621	25	29%	5
	20.362	**12.717**		**60%**	
24	31.312	18.715	24	67%	18
22	28.769	18.318	23	57%	13
2	2.045	1.584	3	29%	4
13	10.613	7.221	16	47%	10
19	14.790	7.054	14	110%	24
14	11.438	7.299	18	57%	12
1	1.783	997	1	79%	20
27	195.695	138.116	27	42%	8
17	12.170	8.693	19	40%	7
10	7.448	4.568	10	63%	15
5	3.545	2.565	5	38%	6

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2013. www.forumseguranca.org.br .

Observação: para os dados de 2012, não constam as prisões sob custódia da policia para os seguintes estados: AC, AP, MT, PB, PE, PI, RS, RO, SE. Para os dados de 2005, não constam os mesmos dados para os seguintes estados: DF, MG, PB.

Razão Presos/Vagas entre 2005 e 2012

RAZÃO PRESOS/VAGAS

Posição 2012	UF	2012	2005	Posição 2005	Variação 2005-2012	Posição Variação
1	ES	1,18	1,92	15	-38,45%	2
2	PI	1,31	0,85	2	54,23%	24
3	RS	1,36	1,41	7	-3,34%	11
4	RJ	1,40	1,40	6	-0,51%	12
5	TO	1,41	0,74	1	90,55%	25
6	RO	1,59	2,18	18	-26,78%	6
7	RR	1,61	2,16	17	-25,30%	7
8	PB	1,62	1,49	9	8,27%	16
9	PA	1,64	1,39	5	18,34%	19
10	SC	1,70	1,41	8	19,88%	20
11	GO	1,71	3,10	26	-44,76%	1
12	PR	1,75	2,53	23	-31,13%	3
13	CE	1,75	1,71	12	2,40%	13
14	DF	1,80	1,29	3	40,35%	23
15	AC	1,81	2,49	22	-27,40%	5
	Brasil	**1,81**	**1,66**		**8,89%**	
16	MS	1,82	2,36	20	-23,08%	8
17	MT	1,84	1,73	13	6,68%	15
18	SE	1,85	2,38	21	-22,28%	9
19	MG	1,91	2,06	16	-7,17%	10
20	SP	1,91	1,55	10	23,24%	21
21	AP	2,41	1,88	14	27,89%	22
22	MA	2,44	3,44	27	-29,12%	4
23	PE	2,51	2,23	19	12,17%	18
24	BA	2,83	1,36	4	108,29%	26
25	RN	2,84	2,78	25	2,44%	14
26	AM	3,02	2,72	24	11,10%	17
27	AL	4,15	1,70	11	143,21%	27

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2013. www.forumseguranca.org.br.

Macroplan®
Prospectiva, Estratégia & Gestão

VOLTAR PARA O PAINEL DE NAVEGAÇÃO

Desafios da
GESTÃO ESTADUAL

5

Infraestrutura

Visão Geral

- ✓ A solução dos problemas de **infraestrutura** é condição necessária para melhoria do bem-estar da população, permitindo que todos tenham acesso a transportes, serviços de telecomunicações e energia elétrica. Além disso, o acesso à infraestrutura de qualidade contribui para redução de custos, melhoria da produtividade da economia e ampliação da integração regional.

- ✓ Cabe aos governos estaduais, em conjunto com a União, promover **a manutenção e a ampliação da infraestrutura** necessária para o atendimento da demanda no território estadual, através da atuação de suas Secretarias Estaduais e de órgãos reguladores e executores competentes (federais [1] e estaduais [2])



Transportes (rodovias e mobilidade urbana)



Telecomunicações



Energia Elétrica

[1] A regulação e fiscalização dos serviços de infraestrutura são atribuições das Agências Reguladoras Nacionais e das Agencias Reguladoras estaduais a elas vinculadas. As Reguladoras Nacionais são: ANEEL: Agência Nacional de Energia Elétrica; ANATEL: Agência Nacional de Telecomunicações; ANTT: Agência Nacional de Transportes Terrestres; ANAC: Agência Nacional de Aviação Civil; e. .ANTAQ: Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

[2] À exceção de Sergipe, todas as Unidades Federativas contam com pelo menos uma Agência reguladora estadual.

Transportes



A Situação dos transportes em cada Unidade da Federação é um fator determinante da competitividade da economia. Embora o tipo de modal mais utilizado varie entre as distintas regiões do país, foi enfatizado o modal rodoviário por ainda ser o meio de transporte preponderante no país e por ter indicadores comparativos para todos os estados

RESULTADO

- Densidade rodoviária (total e total pavimentada) em km/100 km²
- Qualidade das rodovias Federais e Estaduais pavimentadas
- Tempo médio de deslocamento nas Regiões Metropolitanas
- Frota de automóveis

O transporte rodoviário predomina no país, com ampla **densidade de rodovias, ...**

DENSIDADE DE RODOVIAS (Km por 100 KM²) - 2013

Posição 2013	UF	Densidade Total 2013	Densidade Pavimentadas 2013	Proporção Pavimentadas no Total 2013
1º	SP	80,09	13,54	16,9%
2º	ES	66,82	7,76	11,6%
3º	SC	65,53	8,07	12,3%
4º	PB	62,31	6,69	10,7%
5º	PR	59,51	10,19	17,1%
6º	RS	54,53	4,48	8,2%
7º	RJ	52,64	17,01	32,3%
8º	RN	51,92	8,50	16,4%
9º	AL	47,59	8,90	18,7%
10º	MG	46,61	4,46	9,6%
11º	PE	44,67	7,04	15,8%
12º	CE	35,07	6,07	17,3%
13º	DF	26,40	16,86	63,9%
14º	GO	25,87	3,71	14,3%
15º	SE	24,83	10,10	40,7%
16º	PI	23,07	2,89	12,5%
17º	BA	23,06	2,85	12,4%
18º	MA	16,77	2,20	13,1%
Brasil		**18,61**	**2,60**	**14,0%**
19º	TO	11,16	2,46	22,0%
20º	MT	9,87	2,22	22,5%
21º	RO	9,76	1,21	12,4%
22º	MS	6,92	0,89	12,8%
23º	AC	5,37	0,93	17,4%
24º	RR	3,38	0,65	19,3%
25º	PA	2,90	0,44	15,3%
26º	AP	1,61	0,33	20,6%
27º	AM	0,40	0,14	35,4%

Obs: a baixa densidade rodoviária dos estados da região NO é complementada pelo transporte hidroviário, principal modal desta região.

- ✓ O Brasil tem 18,6 Km de rodovias por 100 Km² (2013), uma densidade rodoviária semelhante à de países como o México e a Colômbia (19 Km/100 Km²) e cerca de duas vezes superior às do Chile e da Argentina (10 e 9 Km/100 Km², respectivamente) em 2011[1]

- ✓ No entanto, apenas 14% deste total está pavimentado, um número pouco significativo para o principal modal de transporte do país

- ✓ Entre os Estados brasileiros, destaca-se a densidade de rodovias pavimentadas no RJ (17 Km por 100 Km²), melhor índice do país, mas que não chega à metade do valor auferido nos Estados Unidos para esse indicador em 2010 (43 Km/100 Km²)[2]

Fonte: DNIT, 2003-2013 (extensão rodoviária total e pavimentada), disponível em http://www.dnit.gov.br/. IBGE/Pnad/CENSO, 2002-2013 (população residente por UF) 2002-2013, disponível em http://www.sidra.ibge.gov.br.

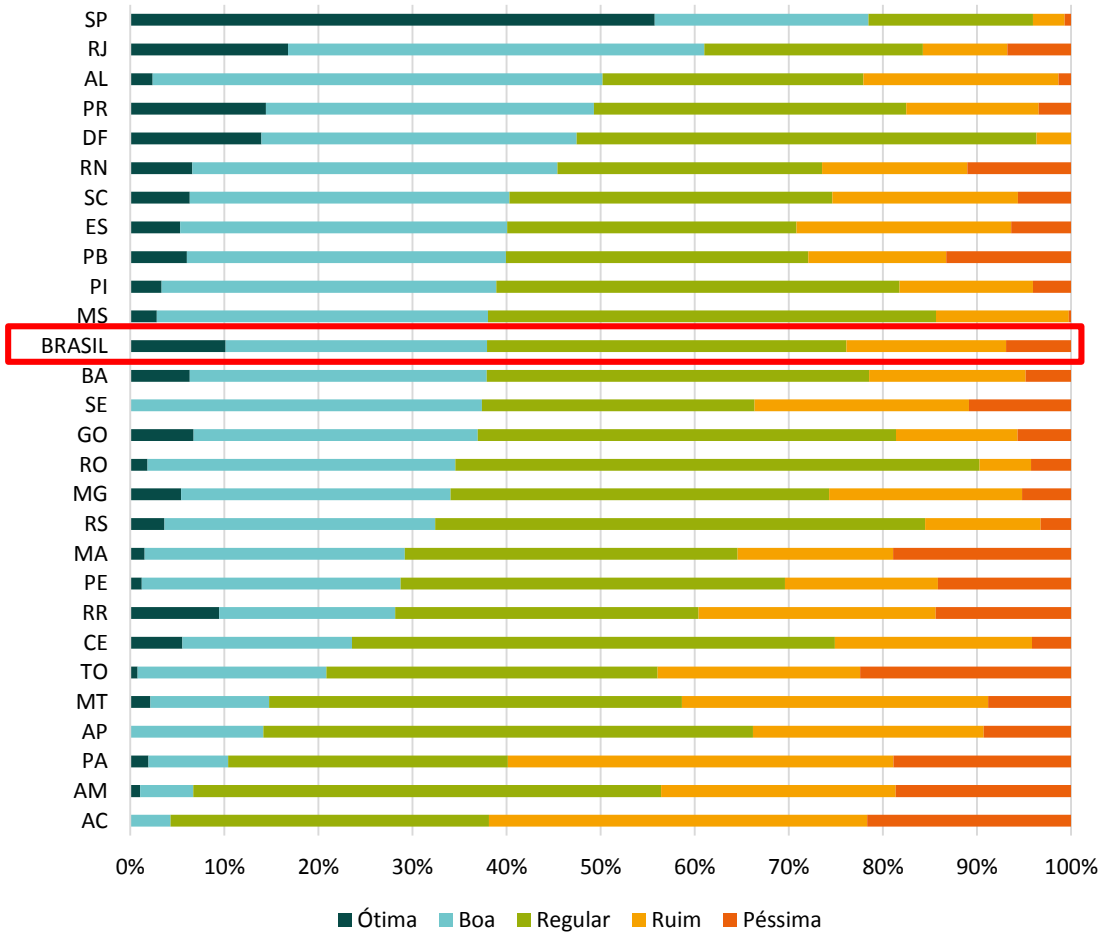
[1]Data World Bank, 2014 (densidades rodoviárias internacionais). Disponível em http://data.worldbank.org/US.

[2]Department of Transportation – Highway Statistics Series (densidade rodoviária pavimentada EUA), Disponível em https://www.fhwa.dot.gov/.

... PORÉM A **QUALIDADE DAS RODOVIAS FEDERAIS E ESTADUAIS** É BAIXA, SOBRETUDO NOS ESTADOS DO NORTE E NORDESTE.

- ✓ NO BRASIL, 38% DAS RODOVIAS FEDERAIS E ESTADUAIS SÃO CONSIDERADAS ÓTIMAS OU BOAS, ENQUANTO 62% SÃO PÉSSIMAS, RUINS OU REGULARES
- ✓ SP, RJ E AL SE DESTACAM COMO OS TRÊS ESTADOS COM RODOVIAS MELHOR AVALIADAS (ACIMA DE 50% CONSIDERADAS BOAS OU ÓTIMAS)
- ✓ O NORTE E O NORDESTE FIGURAM ENTRE AS 10 ÚLTIMAS COLOCAÇÕES. POUCO ACIMA ESTÃO RS (17º) E MG (16º), ÚNICOS DAS REGIÕES SUL E SUDESTE ABAIXO DA MÉDIA BRASILEIRA

QUALIDADE DAS RODOVIAS PAVIMENTADAS FEDERAIS E ESTADUAIS[1]
2014; PESQUISA CNT DE RODOVIAS



[1]Amostra definida pela CNT: todas as rodovias federais pavimentadas em cada Estado e as principais estaduais pavimentadas em 2014.

Fonte: CNT, Pesquisa CNT de Rodovias em 2014. Disponível em http://pesquisarodovias.cnt.org.br.

COM A EXPANSÃO CRESCENTE DA **FROTA DE AUTOMÓVEIS, ...**

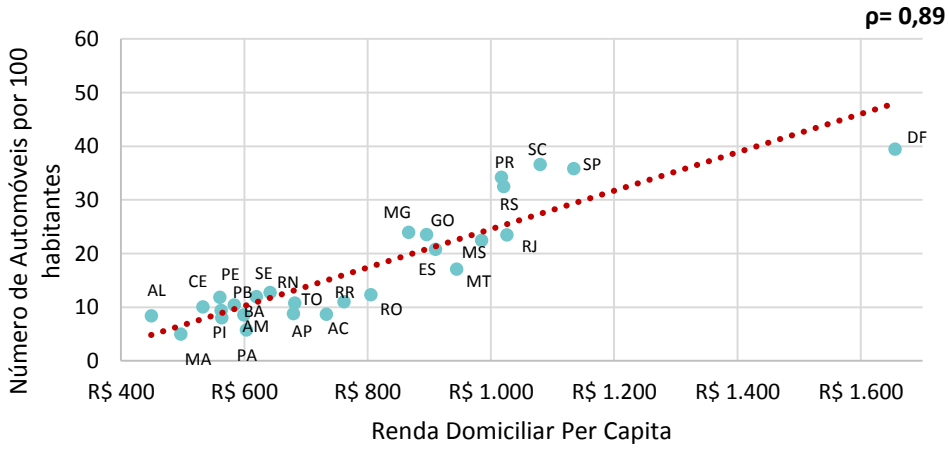
NÚMERO DE AUTOMÓVEIS POR 100 HABITANTES

Posição 2013	UF	2013	2003	% 2013-2003
1º	DF	39	25	56
2º	SC	37	20	79
3º	SP	36	23	56
4º	PR	34	19	79
5º	RS	32	20	65
6º	MG	24	13	85
7º	GO	24	12	98
8º	RJ	23	15	59
Brasil		**23**	**13**	**68**
9º	MS	22	12	87
10º	ES	21	11	87
11º	MT	17	8	125
12º	RN	13	6	110
13º	RO	12	7	79
14º	SE	12	6	90
15º	PE	12	6	84
16º	RR	11	7	68
17º	TO	11	4	174
18º	PB	10	5	109
19º	CE	10	5	93
20º	BA	9	5	108
21º	AP	9	4	104
22º	AC	9	5	60
23º	AM	9	6	50
24º	AL	8	4	105
25º	PI	8	3	142
26º	PA	6	4	42
27º	MA	5	2	158

- ✓ A INDÚSTRIA AUTOMOTIVA TEM RECEBIDO DIVERSOS INCENTIVOS GOVERNAMENTAIS NA ÚLTIMA DÉCADA, O QUE TEM, JUNTAMENTE COM O AUMENTO DA RENDA, INCENTIVADO O AUMENTO DA FROTA

- ✓ ENTRE 2003 E 2013, A TAXA DE AUTOMÓVEIS POR 100 HABITANTES MAIS DO QUE DUPLICOU EM 9 ESTADOS. A MENOR VARIAÇÃO, DO PA, FOI SUPERIOR A 40%.
- ✓ A TAXA BRASILEIRA (23/100 HAB) EM 2013 É QUASE METADE DA TAXA DE PORTUGAL (44,6), DO REINO UNIDO (44,6) E DO JAPÃO (45,5)[1] EM 2011.

RENDA DOMICILIAR PER CAPITA (2012) X AUTOMÓVEIS (2012)



Fonte: DENATRAN., 2003-2013 (frota de veículos) disponível em http://www.denatran.gov.br/frota.htm. IBGE/Pnad/CENSO, 2002-2013 (população residente por UF) disponível em http://www.sidra.ibge.gov.br. IETS, 2002-2012 (renda domiciliar *per capita)* disponível em http://www.iets.org.br/. [1]Dados internacionais: World Development Indicators/World Bank.

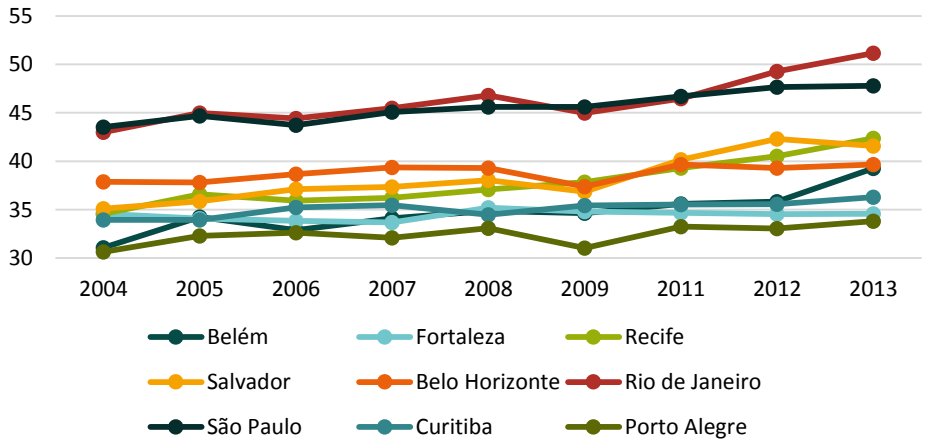
... A QUALIDADE DE VIDA, ESPECIALMENTE NAS GRANDES METRÓPOLES, FICA COMPROMETIDA, CONFORME EVIDENCIA O **TEMPO DESLOCAMENTO NAS REGIÕES METROPOLITANAS.**

- ✓ NO BRASIL, VERIFICA-SE UMA PIORA NAS CONDIÇÕES DE MOBILIDADE NOS ÚLTIMOS ANOS. A PROPORÇÃO DE PESSOAS QUE DEMORAM UMA HORA OU MAIS NO PERCURSO DIÁRIO DE IDA DA RESIDÊNCIA PARA O TRABALHO FOI DE 10% EM 2013, SUPERIOR À DE 2004 (8,5%). RESSALTA-SE QUE A SITUAÇÃO DA MOBILIDADE É MAIS CRÍTICA NAS REGIÕES METROPOLITANAS (RMS) BRASILEIRAS
- ✓ CONSIDERANDO 9 RMS BRASILEIRAS, COM EXCEÇÃO DO CE, TODAS ELAS AUMENTARAM O TEMPO MÉDIO DE DESLOCAMENTO DE 2004 PARA 2013. AS MAIORES VARIAÇÕES OCORRERAM NAS RMS DO PA (26%), PE (23%) E RJ (19%)
- ✓ O RETRATO DAS RMS BRASILEIRAS TAMBÉM É PRECÁRIO NA COMPARAÇÃO INTERNACIONAL: O TEMPO MÉDIO DE DESLOCAMENTO DAS 9 RMS BRASILEIRAS, DE 40,7 MINUTOS EM MÉDIA, É SUPERIOR AO DE 22 RMS NO MUNDO[1], PERDENDO APENAS PARA SHANGAI

TEMPO MÉDIO DE DESLOCAMENTO CASA-TRABALHO – REGIÕES METROPOLITANAS SELECIONADAS

Posição 2013	UF	2013 (min.)	2004 (min.)	Variação (min.)	Variação %
1º	Rio de Janeiro – RJ	51,1	43,0	8,16	19%
2º	São Paulo – SP	47,8	43,5	4,25	10%
3º	Recife – PE	42,4	34,6	7,80	23%
4º	Salvador – BA	41,6	35,1	6,46	18%
5º	Belo Horizonte – MG	39,6	37,9	1,77	5%
6º	Belém – PA	39,3	31,1	8,18	26%
7º	Curitiba – PR	36,3	33,9	2,38	7%
8º	Fortaleza – CE	34,6	34,6	0,01	0%
	Brasil	**34,0**	**32,1**	**1,84**	**6%**
9º	Porto Alegre - RS	33,8	30,6	3,17	10%

EVOLUÇÃO DO TEMPO MÉDIO DE DESLOCAMENTO CASA TRABALHO – REGIÕES METROPOLITANAS SELECIONADAS (Minutos)



Fonte: Fonte: OPE Sociais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). DENATRAN, 2002-2012 (frota de veículos), disponível em http://www.denatran.gov.br/frota.htm. IBGE/Pnad, 2002-2013 (população residente por UF), disponível em http://www.sidra.ibge.gov.br.

[1]Scorecard on Prosperity – 2014. Disponível no ANEXO e em: http://www.bot.com/advocacy/Documents/Scorecard/Scorecard_2014.pdf

Telecomunicações



A despeito da amplitude do setor de telecomunicações, os indicadores selecionados estão focados no acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), que representam um conjunto de recursos tecnológicos disponíveis para facilitar a interação e disseminar informação na sociedade

RESULTADO

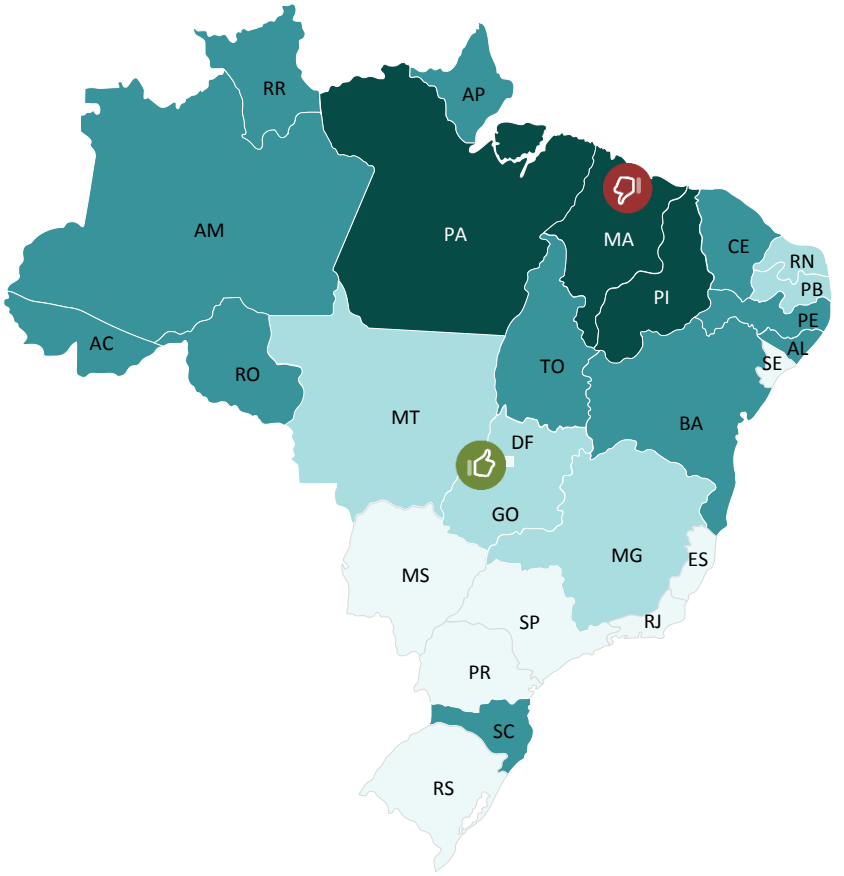
- Proporção de Domicílios com acesso à Internet
- Número de Linhas Móveis Habilitadas por habitante



Há grande potencial de crescimento da **conectividade** nos estados, em especial no Norte e Nordeste, ...

Proporção de domicílios com computador com acesso à internet (%) - 2013

Posição 2013	UF	(%) 2013
1º	DF	66,68
2º	SP	57,15
3º	SC	53,52
4º	RJ	52,40
5º	PR	47,63
6º	RS	46,25
7º	ES	45,75
8º	MG	43,25
	Brasil	**42,41**
9º	MS	39,25
10º	GO	38,48
11º	MT	35,73
12º	RN	33,42
13º	PE	31,43
14º	BA	30,27
15º	PB	30,11
16º	RO	29,92
17º	AM	28,36
18º	SE	26,87
19º	CE	26,10
20º	AL	25,58
21º	AP	25,57
22º	RR	25,27
23º	AC	25,25
24º	TO	24,80
25º	PA	19,87
26º	PI	18,69
27º	MA	15,96

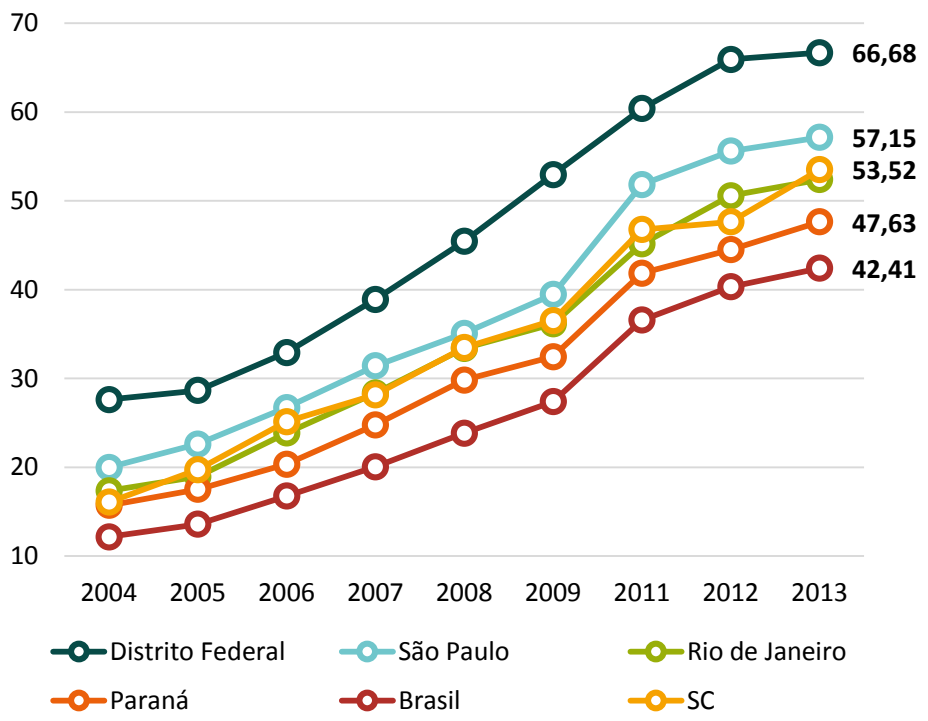


- ✓ 42,4% dos domicílios brasileiros têm computador com acesso à internet (2013), valor 3,5 vezes superior ao registrado em 2004 (12,2%)
- ✓ Ao todo, são 89,6 milhões[1] de pessoas em domicílios com computador com acesso à internet
- ✓ Melhor desempenho em 2013: **DF – 66,7%**
- ✓ Pior desempenho em 2013: **MA – 16%**
- ✓ No entanto, o custo e a velocidade do serviço de banda larga no país ainda são desafios a serem superados

Fonte: IBGE/PNAD. Proporção de domicílios particulares permanentes com computador com acesso à internet, 2004-2013.
[1]Moradores em domicílios particulares permanentes com acesso à internet. Disponível em http://www.sidra.ibge.gov.br.

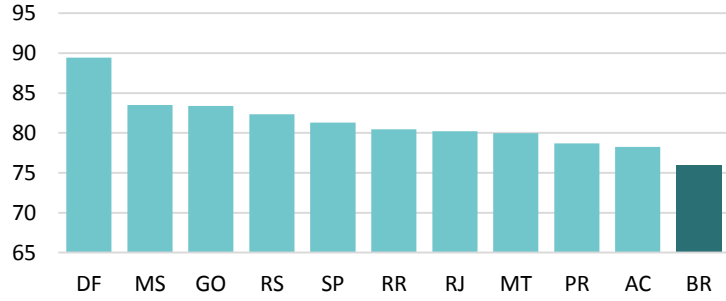
... MESMO COM AS EVOLUÇÕES EXPONENCIAIS DO **ACESSO À INTERNET EM DOMICÍLIOS** NA ÚLTIMA DÉCADA.

PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS (%) COM ACESSO À INTERNET DOS 5 MELHORES ESTADOS EM 2013 E MÉDIA BRASIL – 2004-2013



✓ AS MAIORES VARIAÇÕES OCORRERAM NOS ESTADOS DE TO, RR, PI, PB E CE E PODEM SER JUSTIFICADAS PELA BAIXÍSSIMA BASE COMPARATIVA EM 2004

PROPORÇÃO DE PESSOAS (%) COM MAIS DE 10 ANOS QUE ACESSARAM A INTERNET NOS ÚLTIMOS 3 MESES (2013) – 10 Maiores e Média Brasil



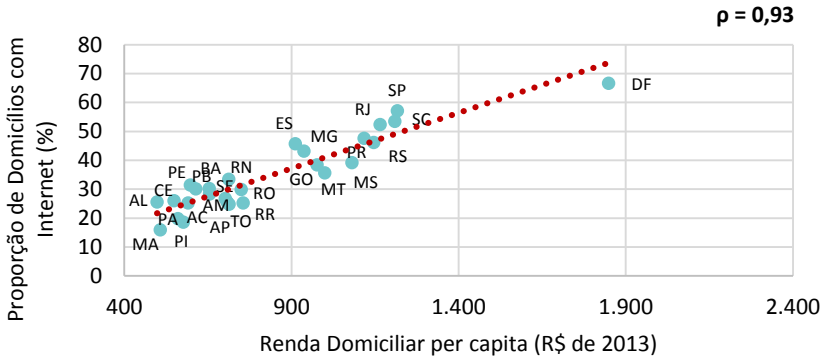
✓ EM 2013, 76% DOS BRASILEIROS COM MAIS DE 10 ANOS ACESSARAM A INTERNET PELO MENOS UMA VEZ ENTRE JUNHO E SETEMBRO, SEJA DE CASA, DO TRABALHO/ESCOLA, NO CELULAR OU EM OUTROS ESTABELECIMENTOS

✓ COM A EXPANSÃO DA COBERTURA DE INTERNET MÓVEL E DA BANDA LARGA, A PROPORÇÃO DE PESSOAS COM POSSIBILIDADE DE ACESSO À INTERNET, TANTO EM SEUS DOMICÍLIOS QUANTO FORA, TEVE AUMENTO DE 18 P.P. NO BRASIL, MAS PASSOU DE 25 P.P. EM RR, PI E PB

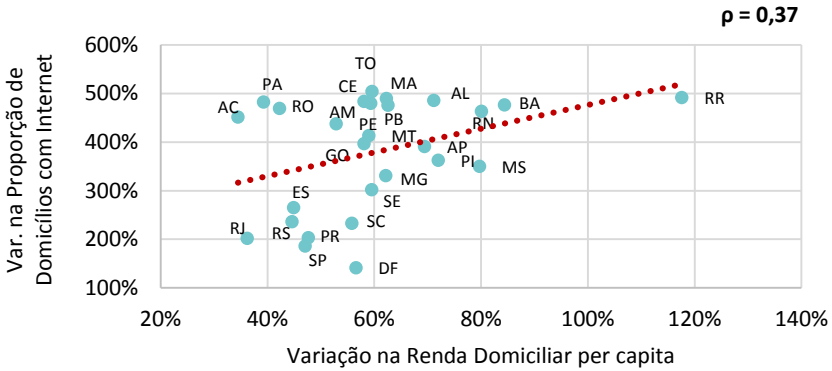
Fonte: OPE Sociais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

A **CONECTIVIDADE** VEM ACOMPANHANDO A EXPANSÃO DA RENDA.

RENDA DOMICILIAR PER CAPITA (2013) X ACESSO À INTERNET (2013)



VARIAÇÃO RENDA DOMICILIAR PER CAPITA X VARIAÇÃO ACESSO À INTERNET (2004-2013)



- ✓ HÁ FORTES CORRELAÇÕES ENTRE A RENDA DOMICILIAR E O ACESSO À INTERNET, EXPLICANDO, EM PARTE, A RÁPIDA EXPANSÃO DA CONECTIVIDADE NOS ESTADOS

- ✓ VALE DESTACAR TAMBÉM A ATUAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE BANDA LARGA (PNBL), A PARTIR DE 2010, NA POPULARIZAÇÃO DA INTERNET

Fonte: OPE Sociais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

A **TELEFONIA MÓVEL** AVANÇOU SIGNIFICATIVAMENTE, COM MAIOR PARTICIPAÇÃO DO CELULAR PRÉ-PAGO NAS ECONOMIAS DE MENOR RENDA.

LINHAS HABILITADAS (ACESSO MÓVEL) POR 100 HABITANTES 2002-2012
MUDANÇA DE POSIÇÃO RELATIVA NA COMPARAÇÃO COM 2002 (Nº).

Posição 2012	UF	2012	2002	Δ Pos.
1º	DF	220,52	5,47	–
2º	SP	150,12	2,48	▲ (2)
3º	RO	150,11	1,11	▲ (17)
4º	MS	149,51	2,19	▲ (1)
5º	GO	144,37	1,92	▲ (3)
6º	RJ	143,17	3,86	▼ (4)
7º	MT	140,70	1,94	–
8º	RS	140,12	3,08	▼ (5)
9º	AP	139,86	1,80	▲ (5)
10º	TO	134,85	0,89	▲ (15)
11º	SC	132,92	2,19	▼ (6)
12º	RN	132,75	1,32	▲ (6)
13º	PE	130,92	1,60	▲ (2)
14º	PR	130,00	1,88	▼ (2)
15º	AC	129,72	1,38	▲ (1)
16º	ES	128,23	1,90	▼ (7)
17º	SE	126,79	1,38	▼ (1)
18º	MG	123,81	1,86	▼ (5)
19º	PB	119,31	1,02	▲ (4)
20º	CE	116,22	1,10	▲ (1)
21º	RR	114,87	1,89	▼ (11)
22º	AM	114,67	1,89	▼ (12)
23º	PI	114,24	0,63	▲ (3)
24º	BA	113,50	0,99	–
25º	PA	113,42	1,08	▼ (3)
26º	AL	113,27	1,22	▼ (7)
27º	MA	90,34	0,63	▼ (1)

Fonte: ANATEL, 2014 (densidade do SMP). Disponível em www.anatel.gov.br.

- ✓ EM 2012, O BRASIL TINHA 261,8 MILHÕES DE CELULARES HABILITADOS, COM 80,5% DE LINHAS PRÉ-PAGAS E 19,5% DE LINHAS PÓS-PAGAS, O QUE CORRESPONDE A 1,32 CELULARES POR HABITANTE

- ✓ ENQUANTO NA REGIÃO SUDESTE, AS LINHAS PRÉ-PAGAS CORRESPONDEM A 75% DO TOTAL DE LINHAS EM 2012, NO NORTE E NORDESTE, ELAS SÃO EM TORNO DE 90%, O QUE SUGERE RELAÇÃO COM A MENOR RENDA PER CAPITA DESTAS REGIÕES

- ✓ MAIOR PROPORÇÃO:
  DF – 2,2 LINHAS HABILITADAS POR HAB.

- ✓ MENOR PROPORÇÃO:
  MA – 0,9 LINHAS HABILITADAS POR HAB.

Energia elétrica



A energia é fator primordial para o desenvolvimento econômico, por representar não apenas uma necessidade social para a população, mas também importante fator de competitividade para o estado. O foco deste estudo é a distribuição de energia elétrica que está circunscrita ao território estadual

INDICADORES DE RESULTADO

- **Volume** de energia elétrica no estado (Consumo residencial anual *per capita, em* KWh/hab)
- **Qualidade** da distribuição de energia elétrica no estado (número e duração de interrupções no fornecimento de energia elétrica por unidade consumidora - FEC e DEC)
- **Custos** atrelados à energia elétrica estadual (Tarifa média de fornecimento de energia elétrica – residencial, em R$/MWh e Proporção de impostos/tarifa)

O ACESSO E O **CONSUMO RESIDENCIAL *PER CAPITA* DE ENERGIA ELÉTRICA** NO BRASIL AVANÇOU NA ÚLTIMA DÉCADA...

CONSUMO ANUAL RESIDENCIAL *PER CAPITA* (KWH/HABITANTE) – 2002-2012

Posição 2012	UF	2012	2002	Var % 2012-2002	Δ Pos.
1º	SP	886,7	591,3	49,94	▲ (2)
2º	DF	761,9	567,3	34,32	▲ (2)
3º	RJ	751,5	610,9	23,02	▼ (2)
4º	SC	721,9	538,7	34,02	▲ (1)
5º	RS	676,6	507,6	33,29	▲ (2)
6º	RR	675,6	605,0	11,67	▼ (4)
7º	RO	656,6	516,2	27,2	▼ (1)
8º	PR	621,8	449,2	38,42	▲ (1)
9º	AP	617,1	479,3	28,74	▼ (1)
10º	MT	609,7	417,6	46,02	▲ (1)
Brasil		**597,5**	**419,4**	**42,48**	
11º	GO	592,8	383,3	54,64	▲ (3)
12º	ES	569,4	370,9	53,54	▲ (3)
13º	MS	567,5	415,2	36,66	–
14º	RN	498,5	259,6	92,01	▲ (5)
15º	MG	471,5	367,1	28,44	▲ (1)
16º	AC	462,9	415,7	11,36	▼ (4)
17º	PE	444,9	279,2	59,38	▲ (1)
18º	AM	422,2	419,4	0,68	▼ (8)
19º	TO	413,8	232,4	78,06	▲ (2)
20º	SE	413,8	239,1	73,04	–
21º	BA	385,1	212,9	80,92	▲ (3)
22º	CE	383,6	214,1	79,21	▲ (1)
23º	PI	373,2	186,9	99,74	▲ (3)
24º	PB	370,6	214,9	72,46	▼ (2)
25º	AL	341,8	192,5	77,55	–
26º	MA	329,9	162,8	102,64	▲ (1)
27º	PA	301,6	335,4	-10,06	▼ (10)

✓ NO BRASIL, O ACESSO À ENERGIA ELÉTRICA ESTÁ PRATICAMENTE UNIVERSALIZADO EM 2012. SÃO MAIS DE 99% DOS DOMICÍLIOS URBANOS E 97% DOS DOMICÍLIOS RURAIS COM ELETRICIDADE. A MAIOR EXPANSÃO OCORREU JUSTAMENTE NO MEIO RURAL: EM 2002, 80% DOS DOMICÍLIOS TINHAM ACESSO À ELETRICIDADE [1].

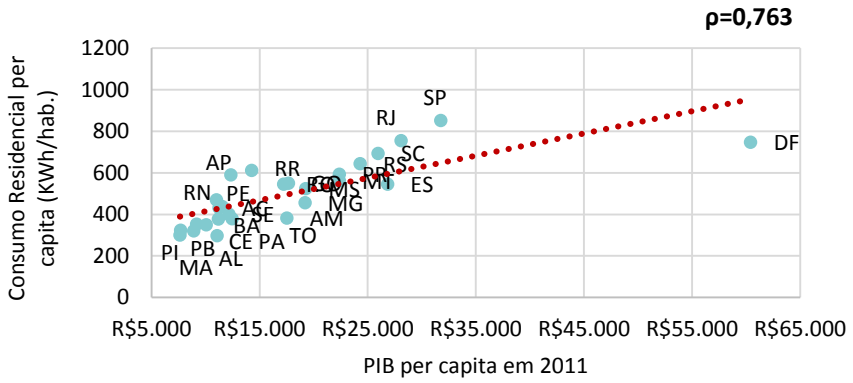
✓ EM MÉDIA, CADA BRASILEIRO CONSOME 598 KWH DE ENERGIA ELÉTRICA EM 2012 - UM CRESCIMENTO DE 42,5% DESDE 2002 (PERÍODO PÓS RACIONAMENTO DE ENERGIA). EM COMPARAÇÃO, O CONSUMO MÉDIO[2] DE CADA NORTE-AMERICANO FOI DE 4.569 KWH EM 2011, UM VALOR 7,6 VEZES SUPERIOR À MÉDIA BRASILEIRA; CADA ALEMÃO CONSUMIU 1.714 KWH.

✓ DENTRE OS ESTADOS BRASILEIROS, DESTACA-SE O CONSUMO RESIDENCIAL DE SÃO PAULO (887 KWH/HAB), COMPARÁVEL AO CONSUMO MÉDIO[2] DA ARGENTINA EM 2011 (887 KWH/HAB)

Média Brasil: consumo anual residencial de todas as UF's/população brasileira.
Fontes: EPE, 2002-2012 (consumo residencial anual de energia elétrica), disponível em http://epe.gov.br/; IBGE/Pnad 2002-2012 (população), disponível em http://www.sidra.ibge.gov.br/;
[1]O programa "Luz pra Todos", coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás desde 2003, tem por objetivo ampliar o acesso à energia elétrica para população do meio rural. Para mais informações, ver: https://www.mme.gov.br/luzparatodos/asp/
[2]World Energy Council - Energy Efficiency Indicators, 2011 (valores internacionais para Consumo Anual Residencial per capita), disponível em www.worldenergy.org/data/efficiency-indicators/.

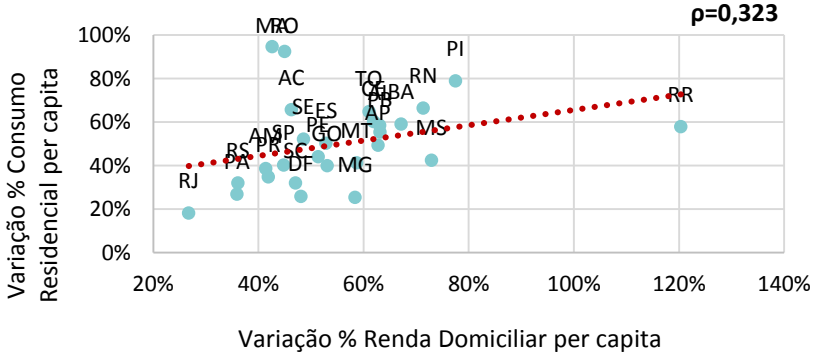
... E TAL EXPANSÃO GUARDA ESTREITA RELAÇÃO COM A EVOLUÇÃO DO **PIB** E DA **RENDA DOMICILIAR PER CAPITA.**

PIB PER CAPITA (2011) X CONSUMO RESIDENCIAL PER CAPITA (2011)



✓ O CRESCIMENTO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA ACOMPANHA O CRESCIMENTO DO PIB. EM PARTICULAR, NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO, CRESCIMENTO DO CONSUMO É SUPERIOR À EXPANSÃO DO PIB[1].

VARIAÇÃO RENDA DOMICILIAR PER CAPITA X VARIAÇÃO CONSUMO RESIDENCIAL PER CAPITA (2004-2012)



✓ OS ESTADOS DO NORDESTE FORAM OS QUE MAIS ELEVARAM O CONSUMO MÉDIO *PER CAPITA*, FRUTO DO MAIOR AUMENTO DA RENDA E, CONSEQUENTEMENTE, DA AQUISIÇÃO E DO USO DE MAIS ELETRODOMÉSTICOS.

Fontes: EPE, 2002-2012 (consumo residencial anual de energia elétrica), disponível em http://epe.gov.br/; IBGE/Pnad 2002-2012 (população); IBGE/Pnad 2002-2011 (PIB per capita), disponível em http://www.sidra.ibge.gov.br/; OPE Sociais com base nos dados da PNAD 2004-2012 (Renda Domiciliar per capita).

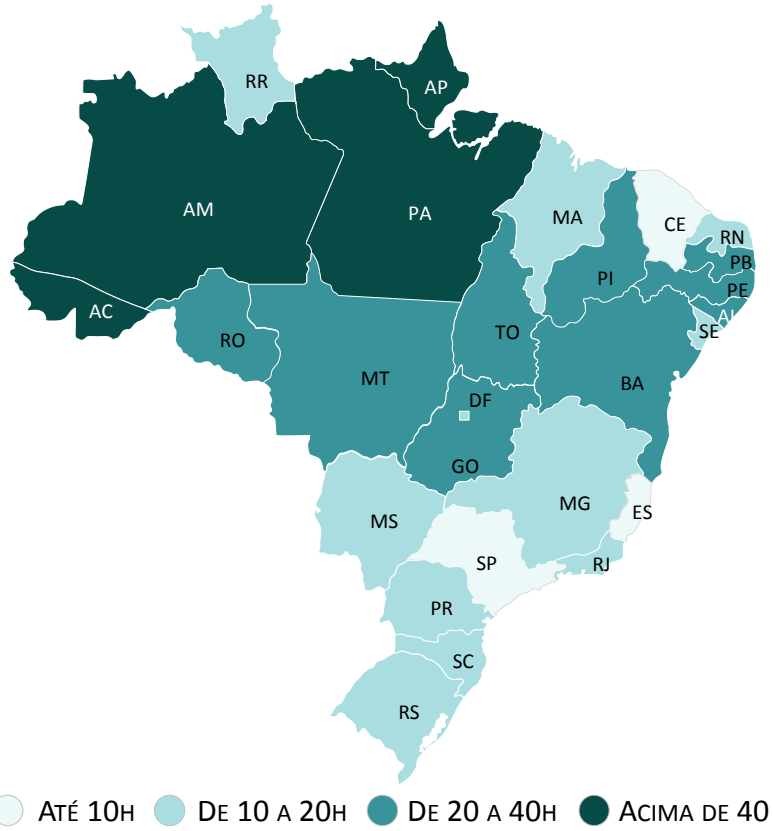
[1]Fonte: Plano Nacional de Energia 2030/Ministério de Minas e Energia. Disponível em: http://www.mme.gov.br/mme/galerias/arquivos/publicacoes/pne_2030/PlanoNacionalDeEnergia2030.pdf

No entanto, há muito o que avançar, tanto em termos de **Qualidade da Distribuição de Energia Elétrica**...

- São Paulo foi o estado com menos interrupção de energia elétrica (quantidade e horas de interrupções) em 2013
- Países desenvolvidos como Alemanha e Dinamarca tiveram menos de 30 minutos de interrupções por ano entre 2008 e 2012 segundo relatório da CEER[1]
- Na última década, o Maranhão teve a maior redução no tempo de interrupção de energia elétrica, reduzindo em 72% o indicador de 2003 (67,9h) para 2013 (18,8h)
- O estado com mais horas sem energia em 2013 foi o Pará (73,3 horas divididas em 38 interrupções)

Duração das interrupções no fornecimento de energia elétrica no ano (horas) - 2013

Posição 2013	UF	Duração (DEC) Horas	Nº Interrupções (FEC)
1	SP	7,8	5
2	CE	9,1	5
3	ES	9,7	6
4	PR	11,6	8
5	MS	11,8	8
6	MG	12,5	6
7	RR	13	22
8	RN	13,7	9
9	SE	14,7	9
10	SC	15,5	11
11	DF	17,7	16
Brasil		**18,4**	**10**
12	RS	18,5	11
13	MA	18,9	11
14	RJ	19,1	9
15	PB	20,3	11
16	PE	22	8
17	BA	22,5	9
18	PI	29,8	23
19	MT	30,1	23
20	AL	30,7	16
21	RO	38,9	32
22	TO	39,8	18
23	GO	40	26
24	AM	56,8	39
25	AP	70,4	58
26	AC	72	47
27	PA	73,3	38



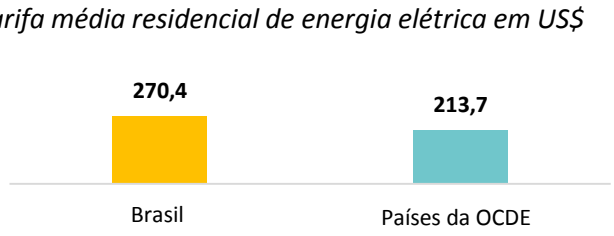
Fonte: Macroplan, 2014 a partir de dados da ABRADEE, 2003-2013 (DEC e FEC das Companhias de distribuição), disponível em http://abradee.com.br/ e da ANEEL, 2003-2013 (número de clientes por Companhia), disponível em http://www.aneel.gov.br.

[1]CEER - Council of European Energy Regulators, 2014. Disponível em: http://www.ceer.eu.

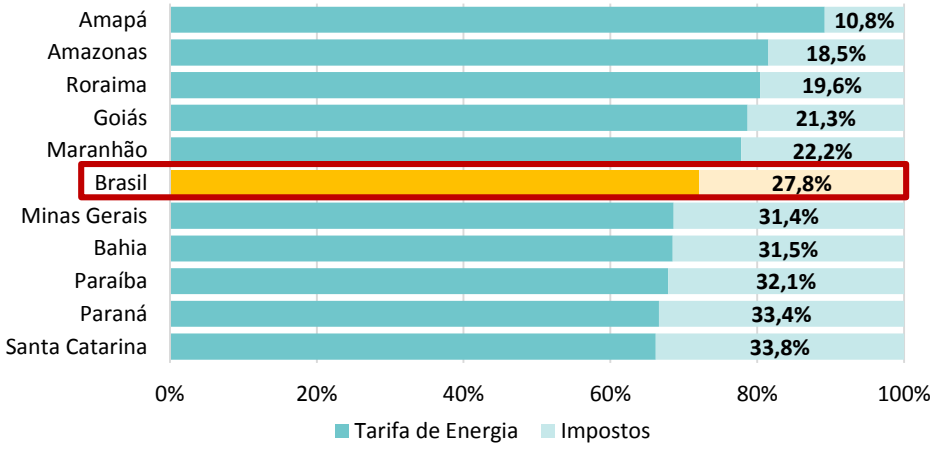
... QUANTO NA REDUÇÃO DOS ENCARGOS DA **TARIFA MÉDIA DE ENERGIA ELÉTRICA RESIDENCIAL.**

- ✓ A TARIFA MÉDIA DE ENERGIA ELÉTRICA RESIDENCIAL NO BRASIL ATINGIU R$389 EM 2013. SEGUNDO DADOS DA IEA (AGENCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA), ESTA TARIFA É SUPERIOR À MÉDIA DOS PAÍSES DA OCDE[1]. NO ENTANTO, DEVERIA SER INFERIOR AOS VALORES INTERNACIONAIS, DADO QUE O CUSTO MÉDIO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL É MAIS BAIXO EM FUNÇÃO DA PREDOMINÂNCIA DA GERAÇÃO HIDRELÉTRICA.
- ✓ VALE LEMBRAR QUE O CRESCIMENTO RECENTE DO USO DE TERMELÉTRICAS NA MATRIZ ELÉTRICA NACIONAL TERÁ INFLUÊNCIA NO CUSTO DA ENERGIA NOS PRÓXIMOS ANOS.

COMPARAÇÃO DAS TARIFAS MÉDIAS RESIDENCIAIS DE ENERGIA ELÉTRICA, EM US$[1]



PROPORÇÃO IMPOSTOS/TARIFA RESIDENCIAL – 2013 – ESTADOS COM 5 MAIORES E 5 MENORES PROPORÇÕES DE IMPOSTOS



- ✓ A ELEVADA TARIFA PODE SER EXPLICADA, EM GRANDE PARTE, PELA CARGA DE IMPOSTOS. NO BRASIL O PESO DOS IMPOSTOS É DE 28% E APRESENTA DIFERENÇAS RELEVANTES ENTRE OS ESTADOS. A MAIOR PROPORÇÃO (SC: 34%) É 3 VEZES SUPERIOR À DO ESTADO COM MENOR CARGA (AP: 11%)

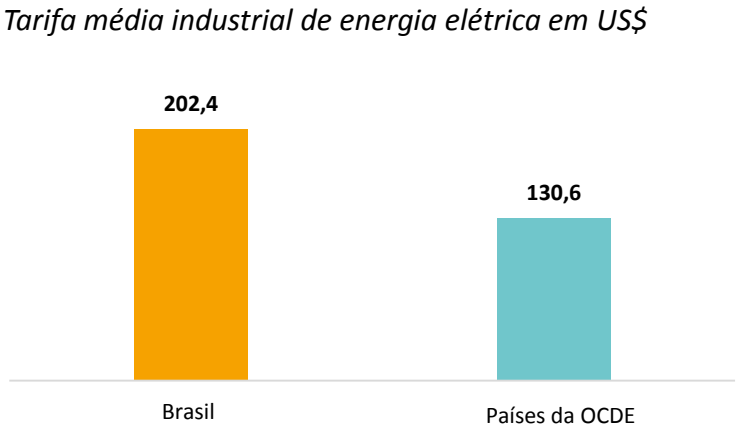
- ✓ SOMENTE EM AM, GO E AP A PROPORÇÃO DE IMPOSTOS NA TARIFA CAIU DURANTE A DÉCADA: 18%, 14% E 12%, RESPECTIVAMENTE

Fonte: Macroplan a partir de dados da ANEEL, 2003-2013. Disponível em http://www.aneel.gov.br. [1]Dados internacionais: World Key Energy Statistics 2013 - International Energy Agency (IEA). O valor da tarifa foi convertido pelo fator de conversão PPP de consumo privado de 2012: 1,71. Disponível em: http://data.worldbank.org/indicator/PA.NUS.PRVT.PP

Essa análise também é valida para a **Tarifa Média de Energia Elétrica industrial,** com impactos sobre a competitividade do país.

- ✓ A maior distância, porém, entre Brasil e países da OCDE está na comparação da tarifa média de energia elétrica consumida pela Indústria. Esse tem sido foco de alguns estudos recentes[1], atentando para a perda de competitividade relativa da indústria brasileira.
- ✓ No Brasil, esta tarifa foi de R$ 311,2 reais em 2013, com 26% referentes a impostos.
- ✓ A tarifa brasileira chega a ser 54% mais cara que a tarifa média dos países da OCDE.

COMPARAÇÃO DAS TARIFAS MÉDIAS INDUSTRIAIS DE ENERGIA ELÉTRICA, 2012, EM US$[2]



- ✓ Cabe ressaltar que, em geral, as indústrias eletrointensivas não utilizam esta tarifa associada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), visto que tendem a optar pela autogeração ou contrato direto com as concessionárias. Da mesma forma, o consumo de energia industrial associado ao SIN não considera o consumo total de energia elétrica industrial do país. Em função disso, não foram avaliados o consumo e a tarifa média industrial de energia elétrica por estado.

Fonte: Macroplan a partir de dados da ANEEL, 2003-2013. Disponível em http://www.aneel.gov.br. Dados internacionais: World Key Energy Statistics 2013 - International Energy Agency (IEA)
[1]Nota: Artigos e estudos tem afirmado que a tarifa de energia industrial brasileira é uma das mais caras do mundo: http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/quem-paga-mais-pela-energia-eletrica-no-mundo; http://www.epe.gov.br/AnuarioEstatisticodeEnergiaEletrica/Forms/Anurio.aspx ; http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CEC30E85C950131B3B6A4A069BE.htm
[2]O valor da tarifa foi convertido pelo fator de conversão PPP de consumo privado de 2012: 1,71. Disponível em: http://data.worldbank.org/indicator/PA.NUS.PRVT.PP

Conclusões

Os indicadores de infraestrutura refletem a desigualdade econômica do país ao apresentar uma clara superioridade das regiões Sudeste e Sul em relação às demais. Influenciando-se mutuamente, os investimentos em infraestrutura aumentam a competitividade e o desempenho econômico destas regiões, que, por sua vez, ajudam a financiar a construção e o uso de redes de transportes, telecomunicações e energia elétrica.

Dentre os Estados, destacam-se entre as três primeiras posições São Paulo e Rio de Janeiro, seja na qualidade das rodovias pavimentadas do país, na proporção de domicílios com acesso à internet, seja no consumo residencial anual de energia elétrica. No lado negativo, Estados do Nordeste e do Norte alternam-se nas piores colocações, com destaque para o Pará, que está entre os 3 piores colocados nesses indicadores.

Nos transportes, o principal modal brasileiro é o rodoviário. São 18,6 Km de rodovias para 100 Km^2 (2013), uma densidade rodoviária semelhante à de países como o México e a Colômbia (19 km/100 km^2) em 2011, segundo dados do banco mundial. Mas apenas 14% deste total está pavimentado. Na avaliação de qualidade das principais rodovias pavimentadas, os estados que apresentam melhor avaliação (ótima e boa) pela Pesquisa CNT são SP, RJ e AL, com mais de 50% das rodovias classificadas como ótimas ou boas.

Conclusões

Em telecomunicações, o avanço foi exponencial. Em 2013, 42,4% dos domicílios brasileiros tinham computadores com acesso à internet, atingindo, ao todo, 89,6 milhões de pessoas. Todos os estados ampliaram significativamente a sua conexão e os mais bem colocados estão no Centro-Sul do país: DF, SP, SC, RJ e PR. Já as maiores variações foram registradas em estados do Norte (TO e RR) e do Nordeste (MA, AL e CE), que apresentavam valores bem mais tímidos em 2003. Foi verificada uma forte relação entre a renda domiciliar *per capita* e o acesso à internet.

Na telefonia móvel, houve avanços impressionantes. O Brasil tem atualmente 261,8 milhões de celulares habilitados, o que corresponde a 1,32 celulares por habitante. O Distrito Federal lidera o *ranking*, com 2,2 celulares por hab., enquanto na pior colocação está o Maranhão, com 0,9 celulares por hab., mesmo assim, um valor considerável.

No acesso a energia elétrica, o avanço foi relevante na última década. A universalização está concluída: são mais de 99% dos domicílios urbanos e 97% dos domicílios rurais com eletricidade, com o maior avanço na última década no meio rural. Mas o brasileiro consome ainda pouca eletricidade (598 KWh em 2012) se comparado aos países desenvolvidos, o que revela amplo potencial de crescimento. A evolução ao longo da década foi mais positiva para os Estados do Nordeste, fruto da maior variação da renda per capita na região.

Na qualidade da energia elétrica fornecida, os recortes regionais não são tão nítidos. Neste indicador, chama a atenção o Estado do Rio de Janeiro, que ficou 19,1h sem eletricidade em 2013, um valor superior à média nacional (18,4h.) e o Ceará tem um destaque positivo, se comparado à sua região. As tarifas de energia elétrica também apresentam grande disparidade no valores e na carga de impostos.

Conclusões

Principais Destaques Positivos e Negativos

Transportes – Qualidade das Rodovias Pavimentadas - % Ótimas e Boas - 2014

- **São Paulo:** 78,5%
- **Rio de Janeiro:** 61%
- **Alagoas:** 50,2%

Telecomunicações – Proporção de domicílios com acesso à internet - 2013

- **Distrito Federal:** 66,7%
- **São Paulo:** 57,1%
- **Santa Catarina:** 53,5%

Energia Elétrica – Consumo Anual Residencial per capita - 2012

- **São Paulo:** 886,7 KWh/hab
- **Distrito Federal:** 761,9 KWh/hab
- **Rio de Janeiro:** 751,5 KWh/hab

Transportes – Qualidade das Rodovias Pavimentadas - % Ótimas e Boas - 2014

- **Acre:** 4,3%
- **Amazonas:** 6,7%
- **Pará:** 10,4%

Telecomunicações – Proporção de domicílios com acesso à internet - 2013

- **Maranhão:** 16%
- **Piauí:** 18,7%
- **Pará:** 19,9%

Energia Elétrica – Consumo Anual Residencial per capita - 2012

- **Pará:** 301,6 KWh/hab
- **Maranhão:** 329,9 KWh/hab
- **Alagoas:** 341,8 KWh/hab

Estratégias para melhoria da Infraestrutura

1 QUALIDADE DAS RODOVIAS

- Melhorar a qualidade da malha rodoviária estadual e a integração entre as redes de cidades médias do Estado e aos outros modais de transporte inter-regionais.
- Viabilizar a restauração e ampliação de rodovias federais em cada estado mediante acordos com a União, transferência de rodovias para o Estado nos casos em que o Estado tiver condições, e/ou a concessão de rodovias à iniciativa privada.
- Atrair investimentos privados em parcerias (PPPs) para a ampliação e a manutenção da malha rodoviária em trechos que demonstrem viabilidade econômica.

2 AMPLIAÇÃO E INTEGRAÇÃO DAS MALHAS AEROVIÁRIA, FERROVIÁRIA, AQUAVIÁRIA E PORTUÁRIA

- Ampliar a malha ferroviária e integrá-la a outros modais para escoamento de produção.
- Ampliar e integrar a infraestrutura aeroportuária para propiciar a melhoria da malha aérea intra e interestadual.
- Implantar *hub* logístico no entorno dos principais aeroportos e dos principais portos marítimos ou hidroviários nos estados para reforçar a articulação comercial externa.

3 MELHORIA DA MOBILIDADE NAS GRANDES CIDADES

- Investir na malhar metroviária e de trens urbanos, articuladas com as diversas alternativas de transporte nas regiões metropolitanas.
- Estimular o transporte público oferecendo mais conforto com a modernização da frota, mais rapidez com a integração de modais e conexões com corredores expressos de alta capacidade e racionalização de tarifas com a integração tarifária intermunicipal.
- Promover atividades de educação, conscientização e fiscalização no trânsito, bem como projetos voltados para a ampliação da mobilidade não motorizada (ciclovias), integrada ao uso do transporte público.

Estratégias para melhoria da Infraestrutura

4 EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

- Ampliar a geração de energia, por meio de uma matriz energética mais diversificada, com vistas à redução de custos, aumento da eficiência energética e à sustentabilidade ambiental.
- Monitorar a oferta e a qualidade do fornecimento de energia elétrica, bem como a eficiência dos serviços das distribuidoras estaduais.
- Apoiar atividades de fiscalização dos serviços de distribuição de energia elétrica, por meio das Agências Reguladoras Estaduais, em articulação com a ANEEL.
- Apoiar e estimular pesquisas no campo das fontes alternativas de energia, com destaque para energia solar e novas fronteiras à eficiência energética combinada com ensino em escola especializada.

5 EXPANSÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES

- Fomentar e difundir o uso e o fornecimento de bens e serviços de tecnologias de informação e comunicação, de modo a universalizar o acesso à conexão de dados e voz, e ampliar a qualidade e a capacidade das conexões.
- Implantar rede de infovias nos estados priorizando a ligação entre polos de desenvolvimento e o adensamento do sistema de comunicação de banda larga.
- Estimular a concorrência entre empresas de serviços de telecomunicação a fim de reduzir os preços e aumentar a produtividade e a inovação no setor.

Estratégias para melhoria da Infraestrutura

MELHORIA DO FINANCIAMENTO E GESTÃO DE PROJETOS DE INFRAESTRUTURA

6

- Adotar um planejamento logístico integrado que permita ampliar, otimizar o uso e baratear o transporte de pessoas e cargas por meio da integração dos diversos modais de transporte: rodoviário, aquaviário, ferroviário e aeroportuário.
- Regulamentar o modelo de Parceria Público-Privada para investimentos e gestão privada de equipamentos de infraestrutura em transporte e seus diferentes modais e em energia e telecomunicações.
- Implantar novo modelo de contratação, acompanhamento e gerenciamento de elaboração dos projetos básicos e executivos de infraestrutura para redução do tempo e do custo de investimentos em infraestrutura econômica e social.
- Aprimorar o sistema de gerenciamento de projetos de investimentos públicos para incorporar a participação e comunicação com partes interessadas (órgãos ambientais, de controle, etc.) nas fases de formulação e aprovação dos projetos, com vistas a ampliar a taxa de execução.
- Avançar na montagem de um modelo (descentralizado e com controle e coordenação) para conduzir os principais processos de licitação e execução dos contratos de serviços e obras de investimentos estratégicos, contando com funcionários de altas capacidades técnicas e jurídicas.

MELHORIA DA REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

7

- Monitorar a oferta e a qualidade dos serviços de infraestrutura a cargo das concessionárias estaduais, por meio das agências reguladoras estaduais, em articulação com as agências federais.
- Investir no fortalecimento das agências reguladoras estaduais, ampliando as suas competências e dotando-as de equipes com alta capacidade técnica.

Dicionário de variáveis

TRANSPORTES

Densidade rodoviária – Total e Pavimentada (km/100 km²): extensão da malha rodoviária estadual, federal e municipal (total e pavimentada). Densidade por 100 km² calculada por Macroplan a partir da extensão territorial de cada estado segundo o IBGE. Fonte: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2003-2013.

Qualidade das rodovias pavimentadas: avaliação do Estado geral de cada rodovia, através da qualificação do pavimento, sinalização e geometria da via (para mais detalhes sobre as categorias ver os relatórios anuais da CNT) de todas as rodovias federais e as principais estaduais pavimentadas (amostra definida pela CNT). O Estado geral de cada trecho rodoviário está classificado como Péssimo, Ruim, Regular, Bom ou Ótimo, de acordo com a média da avaliação de cada categoria. Fonte: Pesquisa CNT de Rodovias/Confederação Nacional de Transportes - CNT, 2003-2013.

Tempo Médio de Deslocamento Casa – Trabalho nas Regiões Metropolitanas: tempo de percurso diário de ida da residência para o local de trabalho (trabalho único ou principal da pessoa ocupada na semana de referência, exclusive o trabalhador na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso). O tempo médio foi estimado considerando 20 minutos para os que informaram até 30 minutos, 45 minutos para os que informaram entre 30 e 60 minutos, 90 minutos para os que informaram entre 60 e 120 minutos e 120 minutos para os que informaram mais de 120 minutos. Fonte: OPE Sociais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2004-2013.

Número de Automóveis por 100 habitantes: frota de automóveis emplacados. Taxa por 100 habitantes calculada por Macroplan a partir das estimativas populacionais do IBGE. Fonte: Departamento Nacional de Transito – DENATRAN e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2002-2013.

Dicionário de variáveis

TELECOMUNICAÇÕES

Proporção de Domicílios com Internet: proporção de domicílios com microcomputador que tenham acesso à internet. Fonte: OPE Sociais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Densidade de Acessos Móveis Pessoal: quantidade mensal acumulada, em número de linhas habilitadas, de Acessos por Plano de Serviço em cada operadora por 100 habitantes. Para cálculo da densidade por 100 habitantes a ANATEL utilizou a Projeção Mensal da população do Brasil segundo o IBGE. Fonte: Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL a partir de dados fornecidos pelas operadores de serviços móveis de telecomunicações e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2002-2012.

Dicionário de variáveis

ENERGIA

Consumo Anual Residencial *per capita*: consumo anual de energia elétrica anual da unidade consumidora com fim residencial, ressalvado o rural residencial, considerando-se as seguintes subclasses: residencial; residencial de baixa renda, conforme disposições legais e regulamentares vigentes; residencial de baixa renda indígena, residencial de baixa renda quilombola; residencial baixa renda benefício de prestação continuada da assistência social (BPC). Indicador *per capita* calculado por Macroplan a partir das estimativas populacionais do IBGE. Fonte: Empresa de Pesquisa Energética – EPE e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2002-2012.

Tarifa Residencial Média com Impostos (R$/MWh): preço da tarifa média de fornecimento cobrada na classe residencial incluindo os impostos incidentes no setor (ICMS, PIS/PASEP, COFINS, COSIP e ECE) por cada companhia energética. A tarifa é calculada pela ANEEL através da razão entre a receita total de cada companhia e o respectivo número de unidades consumidoras. Indicador estadual calculado por Macroplan[1]. Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, 2003-2013.

Proporção Impostos / Tarifa: parcela dos impostos incidentes no setor na tarifa média de fornecimento cobrada na classe residencial por cada companhia energética. Indicador estadual calculado por Macroplan[1]. Fonte: Macroplan a partir dos dados "Tarifa Residencial Média com Impostos" e "Tarifa Residencial Média sem Impostos" da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, 2003-2013.

Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC: indica quantas vezes, em média, as unidades consumidoras de cada companhia energética sofreram interrupção durante o ano. Indicador estadual calculado por Macroplan[1]. Fonte: Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE a partir de dados da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, 2003-2013.

Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC: indica o número de horas que, em média, as unidades consumidoras de cada companhia energética ficaram sem energia elétrica durante o ano. Indicador estadual calculado por Macroplan[1]. Fonte: Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE a partir de dados da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, 2003-2013.

[1] **Amostra:** 31 companhias energéticas com mais de 500 mil clientes de cada estado, mais as companhias elétricas do Acre, Roraima e Amapá (que embora não se tenham a quantidade de clientes descrita são as únicas nos respectivos estados). Para Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo, estados com mais de uma companhia nesta categoria, calculamos a média ponderada pelo número de unidades consumidoras para chegar à tarifa média de fornecimento do estado

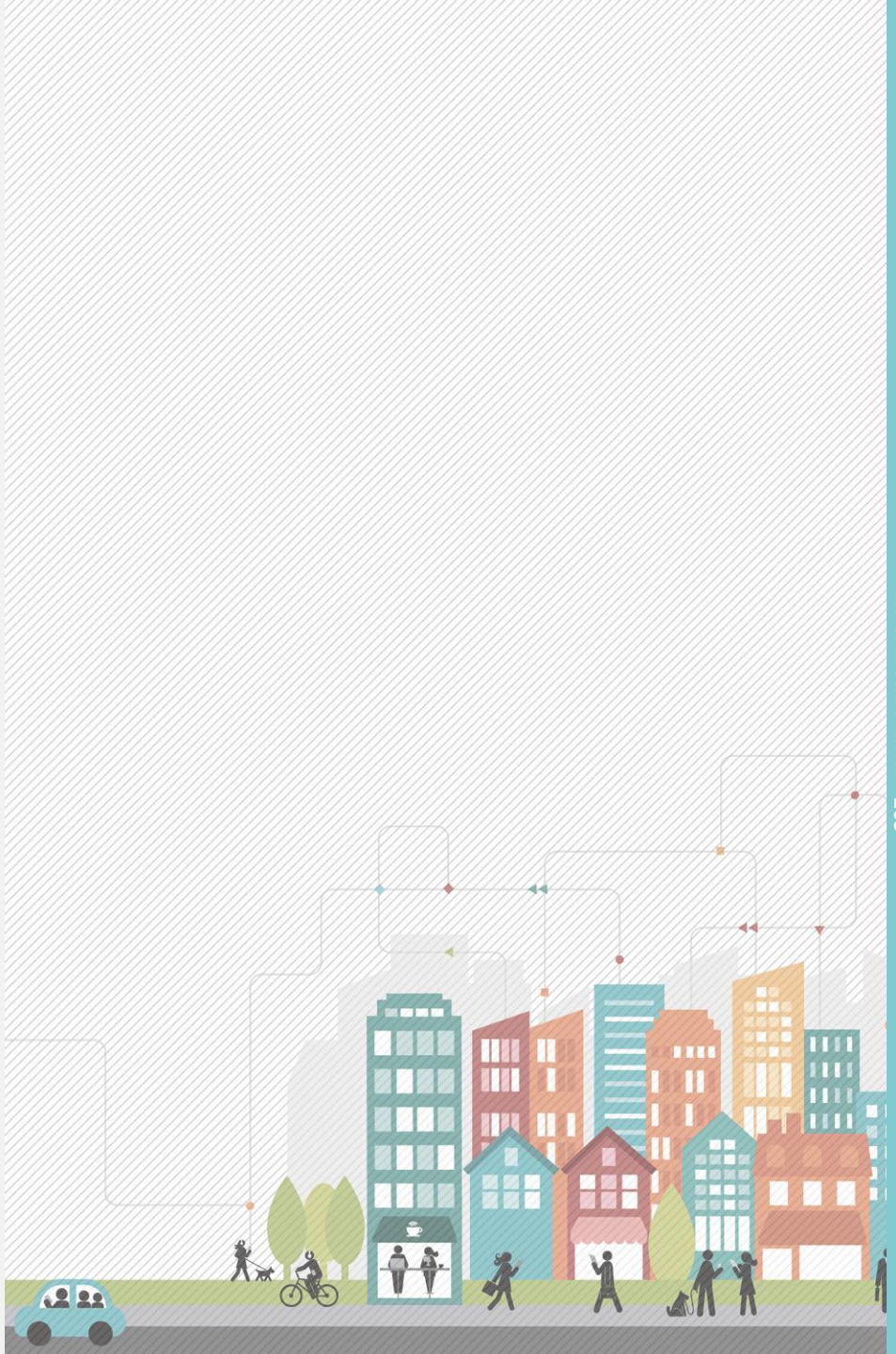
BIBLIOGRAFIA

- ANATEL. Agência Nacional de Telecomunicações. *Densidade do Serviço Móvel Pessoal (SMP) 2002/2012.* Disponível em www.anatel.gov.br. Acessado em junho de 2014.
- ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica. *Tarifa Média de Fornecimento de Energia com Impostos 2003-2013*. Disponível em www.aneel.gov.br, acessado em maio/2014.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). *Proporção de Domicílios com acesso à internet*. Disponível em www.sidra.ibge.gov.br. Acessado em junho de 2014.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). *População 2002-2013 e PIB 2002-2011*. Disponível em www.sidra.ibge.gov.br. Acessado em junho de 2014.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). *Tempo de deslocamento casa-trabalho*. Disponível em http://www.ibge.gov.br/ (microdados). Acessado em junho de 2014.
- *CEER.* Council of European Energy Regulators. *CEER Benchmarking Report 5.1 on the Continuity of Electricity Supply- Data update*. *Dados de interrupções de energia internacionais System Average Interruption Duration Index (SAIDI) e System Average Interruption Frequency Index (SAIFI), 2014*. Disponível em http://www.ceer.eu. Acessado em junho de 2014.
- CNT. Confederação Nacional de Transportes. *Pesquisa CNT de Rodovias: Estado Geral das rodovias 2003-2013; Pesquisa CNT da Navegação Interior: vias economicamente navegadas; e Transporte e Economia - O Sistema ferroviário brasileiro: transporte ferroviário de mercadorias 2012.* Disponível em http://www.cnt.org.br. Acessado em maio de 2014.
- *Data World Bank*. Malha ferroviária e *Densidade rodoviária de países selecionados 2011*. Disponível em http://data.worldbank.org/US. Acessado em junho de 2014.

BIBLIOGRAFIA

- DENATRAN. Departamento Nacional de Trânsito. *Frota de Automóveis e Motos 2002-2012*. Disponível em http://www.denatran.gov.br/frota.htm. Acessado em junho de 2014.
- Department of Transportation – U.S. *Densidade rodoviária pavimentada dos Estados Unidos 2010.* Disponível em https://www.fhwa.dot.gov/. Acessado em junho de 2014.
- DNIT. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. *Extensão da Malha Rodoviária 2003-2013.* Disponível em http://www.dnit.gov.br/. Acessado em junho de 2014.
- EPE. Empresa de Pesquisa Energética. *Consumo residencial anual de energia elétrica 2002/2012*. Disponível em www.epe.gov.br. Acessado em maio de 2014.
- OPE Sociais. Oportunidade, Pesquisa e Estudos Sociais. Tabulações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD. Acessado em setembro de 2014.
- Macroplan. *DEC e FEC de energia elétrica entre 2003/2013*, a partir de dados da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE) e ANEEL. DEC e FEC das 31 Companhias de Distribuição de Energia Elétrica com mais de 500 mil clientes entre 2003 2013 disponíveis em http://www.abradee.com.br. Número de clientes por Companhia de Distribuição de Energia Elétrica entre 2003 e 2013 disponível em www.aneel.gov.br. Acessados em maio de 2014.
- *World Energy Council*. *Consumo de Energia Elétrica per capita, países selecionados, 2011*. Disponível em www.worldenergy.org/data/efficiency-indicators/. Acessado em maio de 2014.

Anexo



DENSIDADE DE RODOVIAS

DENSIDADE DE RODOVIAS POR 100 KM² - 2003-2013

Posição 2013	UF	Densidade Total 2013	Densidade Pavimentadas 2013	Proporção Pavimentadas no Total 2013	Densidade Total 2003	Densidade Pavimentadas 2003	Proporção Pavimentadas no Total 2003
1º	SP	80,09	13,54	16,9%	78,60	11,06	14,1%
2º	ES	66,82	7,76	11,6%	65,85	7,15	10,9%
3º	SC	65,53	8,07	12,3%	65,54	7,09	10,8%
4º	PB	62,31	6,69	10,7%	62,86	6,61	10,5%
5º	PR	59,51	10,19	17,1%	60,37	10,63	17,6%
6º	RS	54,53	4,48	8,2%	54,21	4,12	7,6%
7º	RJ	52,64	17,01	32,3%	51,58	13,87	26,9%
8º	RN	51,92	8,50	16,4%	52,19	8,53	16,4%
9º	AL	47,59	8,90	18,7%	46,82	8,23	17,6%
10º	MG	46,61	4,46	9,6%	46,38	3,90	8,4%
11º	PE	44,67	7,04	15,8%	42,44	5,65	13,3%
12º	CE	35,07	6,07	17,3%	34,34	4,76	13,9%
13º	DF	26,40	16,86	63,9%	31,17	13,90	44,6%
14º	GO	25,87	3,71	14,3%	25,74	3,27	12,7%
15º	SE	24,83	10,10	40,7%	24,32	9,37	38,5%
16º	PI	23,07	2,89	12,5%	22,85	1,68	7,4%
17º	BA	23,06	2,85	12,4%	21,22	2,24	10,6%
	Brasil	**18,61**	**2,60**	**14,0%**	**18,76**	**2,13**	**11,4%**
18º	MA	16,77	2,20	13,1%	16,67	2,08	12,5%
19º	TO	11,16	2,46	22,0%	9,02	0,57	6,4%
20º	MT	9,87	2,22	22,5%	9,01	1,33	14,8%
21º	RO	9,76	1,21	12,4%	9,49	0,64	6,8%
22º	MS	6,92	0,89	12,8%	6,00	0,63	10,5%
23º	AC	5,37	0,93	17,4%	4,54	0,56	12,3%
24º	RR	3,38	0,65	19,3%	3,12	0,49	15,6%
25º	PA	2,90	0,44	15,3%	2,84	0,34	11,8%
26º	AP	1,61	0,33	20,6%	1,50	0,21	14,3%
27º	AM	0,40	0,14	35,4%	0,39	0,09	24,0%

Fonte: DNIT, 2014 (Km de Rodovias) disponível em http://www.dnit.gov.br/. IBGE, 2014 (dimensão territorial Km²) www.ibge.gov.br..

QUALIDADE DAS RODOVIAS PAVIMENTADAS

PROPORÇÃO DE RODOVIAS CLASSIFICADAS COMO BOAS/ÓTIMAS – 2004-2014

Posição 2014	UF	2014 - %	2004 - %	Posição 2004	Variação p.p. 2004-2014	Posição Variação
1º	SP	78,48	75,71	1	2,77	21
2º	RJ	61,02	52,61	3	8,41	15
3º	AL	50,20	10,72	20	39,48	1
4º	PR	49,28	46,18	5	3,10	20
5º	DF	47,43	52,92	2	-5,49	25
6º	RN	45,41	6,79	24	38,62	2
7º	SC	40,31	31,98	7	8,33	16
8º	ES	40,08	41,68	6	-1,60	24
9º	PB	39,94	12,56	19	27,38	4
10º	PI	38,90	7,19	23	31,71	3
11º	MS	38,03	13,14	18	24,89	6
	Brasil	**37,94**	**25,33**		12,61	
12º	BA	37,89	14,28	16	23,62	7
13º	SE	37,36	23,45	9	13,92	12
14º	GO	36,92	19,26	11	17,66	9
15º	RO	34,57	28,32	8	6,25	17
16º	MG	34,03	13,84	17	20,19	8
17º	RS	32,41	47,85	4	-15,44	27
18º	MA	29,20	14,49	15	14,70	11
19º	PE	28,74	19,78	10	8,97	14
20º	RR	28,15	1,09	27	27,06	5
21º	CE	23,56	7,22	22	16,34	10
22º	TO	20,85	14,72	14	6,13	18
23º	MT	14,78	16,19	13	-1,41	23
24º	AP	14,16	3,97	25	10,20	13
25º	PA	10,42	9,28	21	1,14	22
26º	AM	6,71	1,16	26	5,55	19
27º	AC	4,30	16,57	12	-12,27	26

Fonte: Pesquisa CNT de Rodovias, disponível em http://pesquisarodovias.cnt.org.br.

Frota de Automóveis

NÚMERO DE AUTOMÓVEIS POR 100 HABITANTES - 2003-2013

Posição 2013	UF	2013	2003	% 2013-2003
1º	DF	39	25	56
2º	SC	37	20	79
3º	SP	36	23	56
4º	PR	34	19	79
5º	RS	32	20	65
6º	MG	24	13	85
7º	GO	24	12	98
8º	RJ	23	15	59
	Brasil	**23**	**13**	**68**
9º	MS	22	12	87
10º	ES	21	11	87
11º	MT	17	8	125
12º	RN	13	6	110
13º	RO	12	7	79
14º	SE	12	6	90
15º	PE	12	6	84
16º	RR	11	7	68
17º	TO	11	4	174
18º	PB	10	5	109
19º	CE	10	5	93
20º	BA	9	5	108
21º	AP	9	4	104
22º	AC	9	5	60
23º	AM	9	6	50
24º	AL	8	4	105
25º	PI	8	3	142
26º	PA	6	4	42
27º	MA	5	2	158

Fonte: DENATRAN, disponível em http://www.denatran.gov.br/frota.htm.

Tempo Médio de Deslocamento

TEMPO MÉDIO DE DESLOCAMENTO DE CASA PARA O TRABALHO PRINCIPAL – REGIÕES METROPOLITANAS

Região Metropolitana	Ano	Tempo Médio de deslocamento de casa para o trabalho principal
Calgary – Canadá	2010	26
Oslo – Noruega	2009	26
Dalas - EUA	2011	27
Milão - Itália	2009	27
Seattle - EUA	2011	28
Barcelona - Espanha	2009	28
Los Angeles – EUA	2011	29
São Francisco - EUA	2011	29
Boston – EUA	2011	29
Vancouver - Canadá	2010	30
Berlim – Alemanha	2009	30
Chicago – EUA	2011	31
Montréal – Canadá	2010	31
Sydney – Austrália	2012	33
Toronto – Canadá	2010	33
Porto Alegre – Brasil	**2013**	**34**
Média Brasil	2013	34
Paris – França	2009	34
Tóquio – Japão	2011	35
Nova Iorque – EUA	2011	35
Estocolmo – Suécia	2009	35
Curitiba - Brasil	**2013**	**35**
Londres – Inglaterra	2009	37
Madri – Espanha	2009	40
São Paulo – Brasil	**2013**	**48**
Xangai - China	2010	50
Rio de Janeiro – Brasil	**2013**	**51**

Fonte: Dados Internacionais: Scorecard on Prosperity -2014. Disponível em http://www.bot.com/advocacy/Documents/Scorecard/Scorecard_2014.pdf. Dados para Brasil: OPE Sociais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM ACESSO À INTERNET

PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM INTERNET

Posição 2013	UF	(%) 2013	(%) 2004	Posição 2004	% 2004-2013	Posição Variação
1	DF	66,68	27,62	1	141%	27
2	SP	57,15	19,97	2	186%	26
3	SC	53,52	16,06	4	233%	23
4	RJ	52,40	17,34	3	202%	25
5	PR	47,63	15,71	5	203%	24
6	RS	46,25	13,75	6	236%	22
7	ES	45,75	12,53	7	265%	21
8	MG	43,25	10,03	8	331%	19
	Brasil	**42,41**	**12,16**		**249%**	
9	MS	39,25	8,72	9	350%	18
10	GO	38,48	7,74	10	397%	15
11	MT	35,73	6,95	11	414%	14
12	RN	33,42	5,93	13	464%	11
13	PE	31,43	5,84	14	438%	13
14	BA	30,27	5,24	16	477%	8
15	PB	30,11	5,23	17	476%	9
16	RO	29,92	5,25	15	470%	10
17	AM	28,36	4,89	19	480%	7
18	SE	26,87	6,68	12	302%	20
19	CE	26,10	4,47	21	484%	5
20	AL	25,58	4,36	22	486%	4
21	AP	25,57	5,21	18	391%	16
22	RR	25,27	4,27	23	492%	2
23	AC	25,25	4,57	20	452%	12
24	TO	24,80	4,10	24	504%	1
25	PA	19,87	3,41	26	483%	6
26	PI	18,69	4,04	25	363%	17
27	MA	15,96	2,70	27	490%	3

Fonte: OPE Sociais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Proporção de Pessoas com acesso à Internet

PROPORÇÃO DE PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS QUE ACESSARAM A INTERNET NOS ÚLTIMOS 3 MESES

Posição 2013	UF	(%) 2013	(%) 2009	Posição 2009	% 2009-2013	Posição Variação
1	DF	89,43	79,05	1	10,38	27
2	MS	83,48	68,84	3	14,64	22
3	GO	83,40	67,15	4	16,26	19
4	RS	82,34	70,11	2	12,22	26
5	SP	81,30	63,96	9	17,33	15
6	RR	80,47	53,64	17	26,83	1
7	RJ	80,22	64,90	5	15,32	20
8	MT	79,97	61,64	10	18,32	14
9	PR	78,69	61,40	11	17,28	16
10	AC	78,26	64,13	8	14,13	23
11	ES	78,06	59,03	12	19,03	11
12	RO	77,32	64,64	6	12,68	24
13	AM	77,15	56,12	15	21,03	9
14	SC	77,14	64,54	7	12,61	25
15	PA	76,25	53,41	18	22,85	7
	Brasil	**75,97**	**58,30**		**17,67**	
16	AP	75,56	49,68	21	25,88	3
17	MG	75,48	58,99	13	16,49	17
18	SE	74,95	58,61	14	16,34	18
19	TO	74,64	53,15	19	21,48	8
20	RN	73,95	54,93	16	19,02	12
21	PB	72,96	47,47	23	25,48	4
22	PE	70,05	51,61	20	18,43	13
23	BA	67,03	43,25	24	23,78	5
24	CE	64,49	49,30	22	15,19	21
25	AL	63,71	40,19	25	23,52	6
26	PI	62,55	36,50	26	26,05	2
27	MA	52,31	32,52	27	19,80	10

Fonte: OPE Sociais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Linhas móveis Habilitadas por habitante

LINHAS HABILITADAS (ACESSO MÓVEL) POR 100 HABITANTES (2002-2012)

Posição 2012	UF	2012	2002	Posição 2002	% 2012-2002	Posição Variação
1º	DF	220,52	5,47	1	3.931	26
2º	SP	150,12	2,48	4	5.953	24
3º	RO	150,11	1,11	20	13.423	4
4º	MS	149,51	2,19	5	6.727	18
5º	GO	144,37	1,92	8	7.419	15
6º	RJ	143,17	3,86	2	3.609	27
7º	MT	140,70	1,94	7	7.153	16
8º	RS	140,12	3,08	3	4.449	25
9º	AP	139,86	1,80	14	7.670	14
10º	TO	134,85	0,89	25	15.052	2
11º	SC	132,92	2,19	5	5.969	22
	Brasil	**132,79**	**2,03**		**6.441**	
12º	RN	132,75	1,32	18	9.957	9
13º	PE	130,92	1,60	15	8.083	13
14º	PR	130,00	1,88	12	6.815	17
15º	AC	129,72	1,38	16	9.300	10
16º	ES	128,23	1,90	9	6.649	19
17º	SE	126,79	1,38	16	9.088	12
18º	MG	123,81	1,86	13	6.556	20
19º	PB	119,31	1,02	23	11.597	5
20º	CE	116,22	1,10	21	10.465	7
21º	RR	114,87	1,89	10	5.978	21
22º	AM	114,67	1,89	10	5.967	23
23º	PI	114,24	0,63	26	18.033	1
24º	BA	113,50	0,99	24	11.365	6
25º	PA	113,42	1,08	22	10.402	8
26º	AL	113,27	1,22	19	9.184	11
27º	MA	90,34	0,63	26	14.240	3

Densidade de Acessos Móveis Pessoal (ANATEL): quantidade mensal acumulada, em número de linhas habilitadas, de Acessos por Plano de Serviço em cada operadora por estado.
Fonte: ANATEL, 2014 (densidade do SMP). Disponível em www.anatel.gov.br, acessado em junho, 2014.

PROPORÇÃO DE PESSOAS COM CELULAR

PROPORÇÃO DE PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS COM CELULAR PARA USO PESSOAL

Posição 2013	UF	(%) 2013	(%) 2009	Posição 2009	% 2009-2013	Posição Variação
1	DF	89,43	79,05	1	10,38	27
2	MS	83,48	68,84	3	14,64	22
3	GO	83,40	67,15	4	16,26	19
4	RS	82,34	70,11	2	12,22	26
5	SP	81,30	63,96	9	17,33	15
6	RR	80,47	53,64	17	26,83	1
7	RJ	80,22	64,90	5	15,32	20
8	MT	79,97	61,64	10	18,32	14
9	PR	78,69	61,40	11	17,28	16
10	AC	78,26	64,13	8	14,13	23
11	ES	78,06	59,03	12	19,03	11
12	RO	77,32	64,64	6	12,68	24
13	AM	77,15	56,12	15	21,03	9
14	SC	77,14	64,54	7	12,61	25
15	PA	76,25	53,41	18	22,85	7
	Brasil	**75,97**	**58,30**		**17,67**	
16	AP	75,56	49,68	21	25,88	3
17	MG	75,48	58,99	13	16,49	17
18	SE	74,95	58,61	14	16,34	18
19	TO	74,64	53,15	19	21,48	8
20	RN	73,95	54,93	16	19,02	12
21	PB	72,96	47,47	23	25,48	4
22	PE	70,05	51,61	20	18,43	13
23	BA	67,03	43,25	24	23,78	5
24	CE	64,49	49,30	22	15,19	21
25	AL	63,71	40,19	25	23,52	6
26	PI	62,55	36,50	26	26,05	2
27	MA	52,31	32,52	27	19,80	10

Fonte: OPE Sociais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Agências reguladoras Estaduais

Estado	Agência	Site
AC	AGEAC - Agência Reguladora de Serviços Públicos do estado do Acre	http://www.ac.gov.br
AL	ARSAL - Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Alagoas	http://www.arsal.al.gov.br
AM	ARSAM - Agência Reguladora dos Serviços Públicos Concedidos do Estado do Amazonas	http://www.arsam.am.gov.br
AP	ARSAP - Agência Reguladora de Serviços Delegados do Estado do Amapá	
BA	AGERBA - Agência de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia; AGERSA - Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia	http://www.agerba.ba.gov.br; http://www.agersa.ba.gov.br/
CE	ARCE - Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado do Ceará	http://www.arce.ce.gov.br
DF	ADASA - Agência Reguladora de Águas e Saneamento Distrital	http://www.adasa.df.gov.br
ES	ASPE - Agência de Serviços Público de Energia do Estado do Espírito Santo; ARSI - Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária do Espírito Santo	http://www.aspe.es.gov.br; www.arsi.es.gov.br/
GO	AGR - Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos	http://www.agr.go.gov.br
MA	ARSEP – Agência Reguladora de Serviços Públicos doMaranhão	http://www.arsep.ma.gov.br/
MG	ARSAE - Agência Reguladora de Água e Esgoto de Minas Gerais	http://www.arsae.mg.gov.br/
MS	AGEPAN - Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos do Mato Grosso do Sul	http://www.agepan.ms.gov.br
MT	AGER - Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado do Mato Grosso	http://www.ager.mt.gov.br
PA	ARCON - Agência Estadual de Regulação e Controle dos Serviços Públicos do Pará	http://www.arcon.pa.gov.br/site/
PB	ARPB - Agência de Regulação do Estado da Paraíba	http://www.arpb.pb.gov.br/
PE	ARPE - Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco	http://www.arpe.pe.gov.br
PI	AGRESPI - Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do Estado do Piauí	http://www.agrespi.pi.gov.br/
PR	AGEPAR - Agência Reguladora do Paraná; Águas Paraná - Instituto de Águas do Paraná	http://www.agepar.pr.gov.br/; http://www.aguasparana.pr.gov.br
RJ	AGETRANSP - Agência Reguladora de Serviços Público Concedidos de Transportes Aqüaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro; ANERGESA - Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro	http://www.agetransp.rj.gov.br; http://www.agenersa.rj.gov.br
RN	ARSEP – Agência Reguladora de Serviços Públicos do RN	http://www.arsep.rn.gov.br
RO	ASPER - Agência de Regulação dos Serviços Públicos do Estado de Rondônia; em fase final de implementação	
RR	ARESD - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Roraima; recém criada (2014)	
RS	AGERGS - Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul	http://www.agergs.rs.gov.br
SC	AGESC - Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina; AGESAN - Agências Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina	http://www.agesc.sc.gov.br; www.agesan.sc.gov.br/
SE	Extinta em 2003 pela LEI Nº 4.749	
SP	ARTESP – Agência Reguladora de Serviços Público Delegados de Transporte do Estado de São Paulo; ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo	http://www.artesp.sp.gov.br; http://www.arsesp.sp.gov.br/principal.asp
TO	ATR – Agência Tocantinense de Regulação Controle e Fiscalização de Serviços Públicos	http://www.to.gov.br/atr

CONSUMO ANUAL PER CAPITA DE ENERGIA ELÉTRICA - RESIDENCIAL

CONSUMO ANUAL PER CAPITA (KWH/HABITANTE) - RESIDENCIAL

Posição 2012	UF	2012	2002	Posição 2002	% 2012-2002	Posição Variação
1º	SP	886,7	591,3	3	49,9%	13
2º	DF	761,9	567,3	4	34,3%	17
3º	RJ	751,5	610,9	1	23,0%	23
4º	SC	721,9	538,7	5	34,0%	18
5º	RS	676,6	507,6	7	33,3%	19
6º	RR	675,6	605,0	2	11,7%	24
7º	RO	656,6	516,2	6	27,2%	22
8º	PR	621,8	449,2	9	38,4%	15
9º	AP	617,1	479,3	8	28,7%	20
10º	MT	609,7	417,6	11	46,0%	14
	Brasil	**597,5**	**419,4**		**42,5%**	
11º	GO	592,8	383,3	14	54,6%	11
12º	ES	569,4	370,9	15	53,5%	12
13º	MS	567,5	415,2	13	36,7%	16
14º	RN	498,5	259,6	19	92,0%	3
15º	MG	471,5	367,1	16	28,4%	21
16º	AC	462,9	415,7	12	11,4%	25
17º	PE	444,9	279,2	18	59,4%	10
18º	AM	422,2	419,4	10	0,7%	26
19º	TO	413,8	232,4	21	78,1%	6
20º	SE	413,8	239,1	20	73,0%	8
21º	BA	385,1	212,9	24	80,9%	4
22º	CE	383,6	214,1	23	79,2%	5
23º	PI	373,2	186,9	26	99,7%	2
24º	PB	370,6	214,9	22	72,5%	9
25º	AL	341,8	192,5	25	77,6%	7
26º	MA	329,9	162,8	27	102,6%	1
27º	PA	301,6	335,4	17	-10,1%	27

Média Brasil: consumo anual residencial de todas as UF's/população brasileira.
Fontes: EPE, 2002-2012 (consumo residencial anual de energia elétrica) disponível em http://epe.gov.br/. IBGE/Pnad 2002-2012 (população) disponível em www.sidra.ibge.gov.br.

Qualidade da Distribuição

Número e duração das Interrupções no fornecimento de energia elétrica

NÚMERO DE INTERRUPÇÕES NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA POR UNIDADE CONSUMIDORA POR ANO (FEC)

Posição 2013	UF	2013	2003	Posição 2003	% 2013-2003	Posição Variação
1º	SP	5	6	1	38,81	27
2º	CE	5	16	12	37,24	26
3º	ES	6	9	5	8,23	22
4º	MG	6	6	2	19,65	24
5º	MS	8	10	6	-49,52	4
6º	PR	8	17	14	8,7	23
7º	PE	8	9	4	-10,14	16
8º	RN	9	8	3	-34,13	7
9º	BA	9	11	10	-23,91	12
10º	RJ	9	10	8	-43,33	5
11º	SE	9	10	9	-26,01	10
Brasil		**10**	**13**		**-21,18**	
12º	SC	11	16	13	34,94	25
13º	PB	11	10	7	-35,84	6
14º	MA	11	37	25	-70,82	1
15º	RS	11	17	15	8,19	21
16º	DF	16	12	11	-32,12	9
17º	AL	16	22	16	-9,26	17
18º	TO	18	31	20	-10,5	15
19º	RR	22	29	19	-18,81	14
20º	PI	23	35	23	2	20
21º	MT	23	26	18	-3,93	18
22º	GO	26	24	17	-51,24	3
23º	RO	32	64	27	-20,88	13
24º	PA	38	32	21	-2,49	19
25º	AM	39	36	24	-34,09	8
26º	AC	47	35	22	-67,03	2
27º	AP	58	42	26	-25,4	11

DURAÇÃO (EM HORAS) DAS INTERRUPÇÕES NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA POR UNIDADE CONSUMIDORA POR ANO (DEC)

Posição 2013	UF	2013	2003	Posição 2003	% 2013-2003	Posição Variação
1º	SP	7,81	7,56	1	3%	10
2º	CE	9,12	16,36	12	-44%	2
3º	ES	9,67	10,68	5	-9%	9
4º	PR	11,63	18,9	13	-38%	4
5º	MS	11,82	11,06	7	7%	12
6º	MG	12,49	10,74	6	16%	16
7º	RR	13,04	8,17	2	60%	22
8º	RN	13,74	10,62	4	29%	18
9º	SE	14,67	12,86	9	14%	15
10º	SC	15,5	23,74	16	-35%	5
11º	DF	17,73	10,58	3	68%	23
Brasil		**18,37**	**16,93**		**9%**	
12º	RS	18,52	21,83	14	-15%	8
13º	MA	18,85	67,94	27	-72%	1
14º	RJ	19,09	13,41	10	42%	20
15º	PB	20,27	25,37	18	-20%	7
16º	PE	22,04	12,34	8	79%	25
17º	BA	22,52	15,97	11	41%	19
18º	PI	29,78	50,68	24	-41%	3
19º	MT	30,12	24,43	17	23%	17
20º	AL	30,73	28,2	19	9%	14
21º	RO	38,87	52,03	25	-25%	6
22º	TO	39,78	38,49	23	3%	11
23º	GO	40,03	23,61	15	70%	24
24º	AM	56,79	35,64	22	59%	21
25º	AP	70,42	34,83	21	102%	26
26º	AC	71,99	66,98	26	7%	13
27º	PA	73,29	29,43	20	149%	27

Média Brasil: Média dos indicadores ponderada pelo número de unidades consumidoras de cada UF
Fonte: ABRADEE, 2003-2013 disponível em http://abradee.com.br/. ANEEL, 2003-2013 (unidades consumidoras por companhia elétrica) disponível em http://www.aneel.gov.br.

Tarifa Média de Energia - Residencial

TARIFA MÉDIA COM IMPOSTOS E % IMPOSTOS – RESIDENCIAL

Posição 2013	UF	2013 Tarifa (R$)	2013 % Impostos	2003 Tarifa (R$)	2003 % Impostos	Variação da Proporção de impostos
1º	AP	222,73	10,81	191,22	12,26	-11,82
2º	RR	319,41	19,63	234,88	16,98	15,59
3º	DF	320,92	22,37	270,60	18,63	20,11
4º	AM	336,03	18,49	196,07	22,53	-17,92
5º	GO	344,92	21,33	279,42	24,82	-14,06
6º	PE	346,90	24,13	238,06	18,80	28,36
7º	SP	348,11	24,81	318,43	19,45	27,59
8º	RN	365,34	24,40	230,17	18,15	34,40
9º	CE	365,79	29,50	266,52	20,89	41,20
10º	PR	375,14	33,40	292,21	27,18	22,86
11º	MA	378,92	22,18	212,50	13,19	68,11
12º	SE	380,33	30,07	291,88	22,92	31,19
13º	PB	386,83	32,13	237,56	17,87	79,78
14º	BA	389,55	31,53	277,33	25,98	21,38
15º	RS	395,49	28,20	337,76	25,00	12,80
	Brasil	**397,65**	**27,76**	**304,25**	**22,19**	**25,07**
16º	PA	424,39	26,59	297,39	24,03	10,63
17º	AL	427,80	27,33	233,87	20,63	32,47
18º	MS	431,85	24,20	310,56	18,87	28,23
19º	ES	434,54	29,81	332,84	24,22	23,12
20º	RO	438,82	23,96	271,62	16,60	44,34
21º	SC	444,49	33,81	280,57	17,40	94,33
22º	MT	448,48	24,95	325,33	19,88	25,49
23º	TO	466,37	27,94	291,65	24,19	15,51
24º	PI	471,50	24,15	215,27	19,56	23,49
25º	RJ	478,24	28,67	374,54	22,81	25,71
26º	MG	481,87	31,37	337,66	26,67	17,60
27º	AC	504,23	27,20	267,68	22,13	22,91

Média Brasil: média da Tarifa Média com impostos ponderada pelo número de unidades consumidoras em cada UF.
Fonte: Macroplan, 2014 a partir de dados da ANEEL, 2003-2013 disponível em http://www.aneel.gov.br. Para cálculo dos indicadores estaduais utilizaram-se as 31 distribuidoras com mais de 500 mil unidades consumidoras, mais as companhias elétricas do Acre, Roraima e Amapá, que embora não atinjam as 500 mil unidades consumidoras, são as únicas nos respectivos estados. Acessado em maio/2014.

Macroplan®
Prospectiva, Estratégia & Gestão

VOLTAR PARA O PAINEL DE NAVEGAÇÃO

Desafios da
GESTÃO ESTADUAL

6

Desenvolvimento econômico

Visão Geral



- ✓ A promoção do desenvolvimento econômico associado à atividade produtiva é compartilhada entre os entes federativos. A União é responsável pela política econômica, que, por sua vez, afeta Estados e Municípios
- ✓ Já os Estados possuem papel fundamental no fomento a um ambiente propício ao desenvolvimento econômico, atraindo empresas para geração de renda e aperfeiçoando o ambiente de negócios

- ✓ Como **indicadores de resultado**, foram escolhidos: PIB *per capita* e taxa de crescimento do PIB, taxa de desemprego, rendimento médio do trabalho e informalidade. Foram incluídos como **indicadores de recursos** o Índice de competitividade e o gasto em C&T

INDICADORES DE RESULTADO

- Taxa de crescimento do PIB
- PIB *per capita*
- Taxa de desemprego
- Rendimento médio do trabalho
- Informalidade

INDICADORES DE RECURSOS

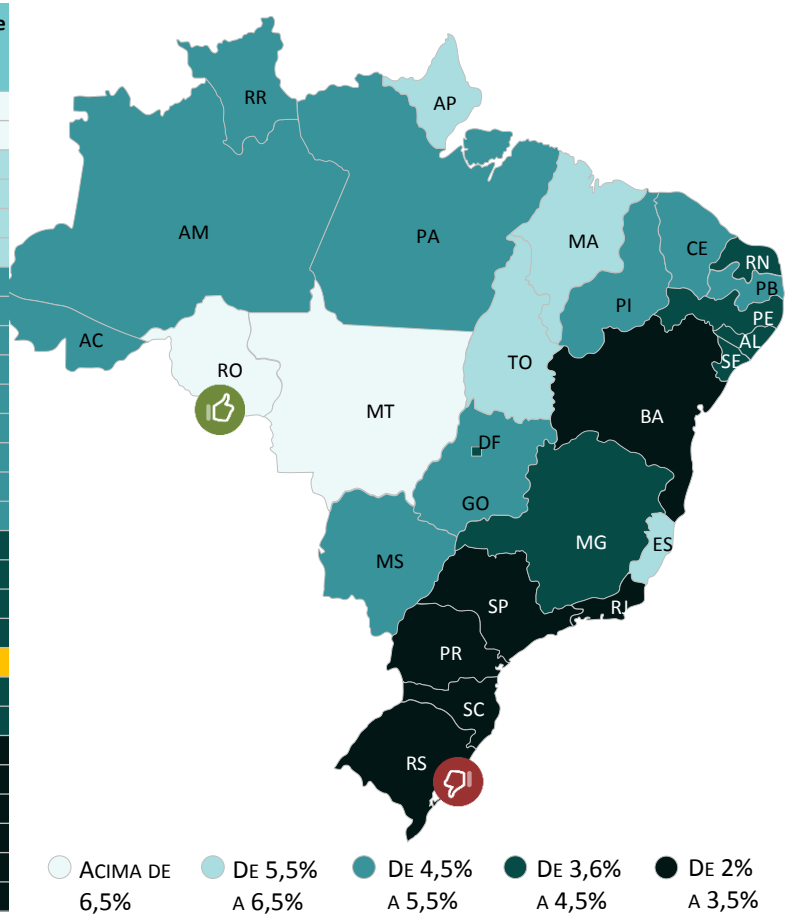
- Índice de competitividade
- Gastos em C&T

A VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL DO PIB REVELA DIFUSÃO DO CRESCIMENTO PARA ALÉM DOS ESTADOS MAIS DESENVOLVIDOS E POPULOSOS ...

- ✓ De 2001 a 2011, a taxa média anual de crescimento real do PIB brasileiro foi de 3,8%
- ✓ Entre os estados com maior crescimento, constam Rondônia e Mato Grosso (com taxa média anual de 6,9% e 6,7%, respectivamente), cujo dinamismo econômico vem sendo estimulado pela produção agroindustrial e modernização da fronteira agrícola
- ✓ dentre os estados do Sul e Sudeste, o único que teve taxa média de crescimento maior que a brasileira foi o ES (3º lugar)
- ✓ entre os estados do Nordeste, os únicos que tiveram taxa menor do que a brasileira foram RN e BA

TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO REAL DO PIB[1] (%) - 2001-2011

Posição	UF	Taxa Média de crescimento PIB real - %
1	RO	6,95
2	MT	6,69
3	ES	5,85
4	TO	5,80
5	MA	5,63
6	AP	5,61
7	RR	5,44
8	GO	5,16
9	AM	5,10
10	AC	5,05
11	PI	4,93
12	MS	4,77
13	PB	4,66
14	CE	4,62
15	PA	4,62
16	SE	4,39
17	DF	4,17
18	PE	4,04
19	AL	3,86
Brasil		**3,76**
20	MG	3,68
21	RN	3,67
22	PR	3,57
23	SP	3,55
24	BA	3,35
25	RJ	3,30
26	SC	3,24
27	RS	2,13



Fonte: IBGE. Coordenação de Contas Nacionais/ Contas Regionais do Brasil. PIB real: Macroplan, 2014. Valores em R$ a preços constantes de 2011[1].

... MAS AS DESIGUALDADES AINDA SÃO GRANDES QUANDO CONSIDERADO O **PIB PER CAPITA.**

PIB REAL *PER CAPITA* (R$ CONSTANTES – 2011)

Posição 2011	UF	2011	2001	% 2011-2001	Δ	Pos.
1	DF	R$ 63.020,02	R$ 52.140,30	20,9%	–	
2	SP	R$ 32.449,06	R$ 25.292,68	28,3%	–	
3	RJ	R$ 28.696,42	R$ 22.944,46	25,1%	–	
4	ES	R$ 27.542,13	R$ 17.529,90	57,1%	▲	(2)
5	SC	R$ 26.760,82	R$ 22.546,57	18,7%	▼	(1)
6	RS	R$ 24.562,81	R$ 20.721,73	18,5%	▼	(1)
7	MT	R$ 23.218,24	R$ 14.600,10	59,0%	▲	(3)
8	PR	R$ 22.769,98	R$ 17.388,74	30,9%	▼	(1)
	Brasil	**R$ 21.535,65**	**R$ 16.618,15**	**29,6%**		
9	MS	R$ 19.875,45	R$ 14.633,47	35,8%	–	
10	MG	R$ 19.573,29	R$ 14.841,28	31,9%	▼	(2)
11	GO	R$ 18.298,59	R$ 13.150,58	39,1%	▲	(1)
12	AM	R$ 18.244,30	R$ 13.536,80	34,8%	▼	(1)
13	RO	R$ 17.659,33	R$ 10.101,88	74,8%	▲	(2)
14	RR	R$ 15.105,86	R$ 12.138,15	24,4%	▼	(1)
15	AP	R$ 13.105,24	R$ 10.415,12	25,8%	▼	(1)
16	TO	R$ 12.891,19	R$ 8.672,17	48,7%	▲	(6)
17	SE	R$ 12.536,45	R$ 9.381,52	33,6%	▼	(1)
18	AC	R$ 11.782,59	R$ 9.357,62	25,9%	▼	(1)
19	PE	R$ 11.776,10	R$ 8.773,32	34,2%	▲	(1)
20	PA	R$ 11.493,73	R$ 8.872,21	29,5%	▼	(1)
21	BA	R$ 11.340,18	R$ 8.698,77	30,4%	–	
22	RN	R$ 11.286,99	R$ 8.943,99	26,2%	▼	(4)
23	CE	R$ 10.314,29	R$ 7.420,87	39,0%	–	
24	PB	R$ 9.348,69	R$ 6.480,12	44,3%	▲	(1)
25	AL	R$ 9.079,48	R$ 6.843,30	32,7%	▼	(1)
26	MA	R$ 7.852,71	R$ 5.268,63	49,0%	▲	(1)
27	PI	R$ 7.835,75	R$ 5.292,04	48,1%	▼	(1)

- ✓ O PIB *PER CAPITA*, POR SUA VEZ, PASSOU DE R$ 16.618 EM 2001 PARA R$ 21.535 EM 2011, UM AUMENTO DE 29,6% NO PERÍODO. MESMO ASSIM, O BRASIL ESTÁ ABAIXO DE PAÍSES VIZINHOS, COMO CHILE (U$ 16.171) E ARGENTINA (U$ 17.376), E DE PAÍSES RICOS EUROPEUS: O PIB *PER CAPITA* SUÍÇO É CERCA DE 3,6 VEZES MAIOR QUE O BRASILEIRO[1].

- ✓ DISTRITO FEDERAL, SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO REGISTRARAM OS MAIORES PIBS *PER CAPITA* TANTO EM 2001 QUANTO EM 2011, SEMELHANTES AOS DA ITÁLIA, ESLOVÁQUIA E ESTÔNIA, RESPECTIVAMENTE[2].
- ✓ JÁ OS ESTADOS DO NORDESTE – LIDERADOS POR PIAUÍ, MARANHÃO E ALAGOAS – APRESENTARAM PIBS *PER CAPITA* MAIS BAIXOS, SEMELHANTES A PAÍSES AFRICANOS (JORDÂNIA E ANGOLA)[2].

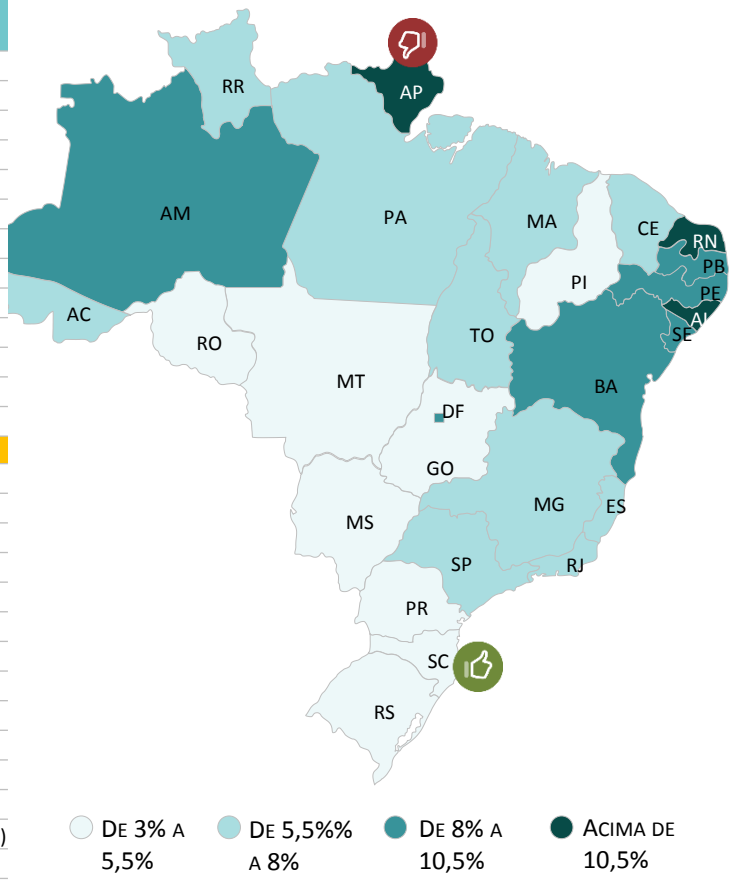
- ✓ IMPORTANTE OBSERVAR QUE A RIQUEZA GERADA PELA ECONOMIA NÃO NECESSARIAMENTE SE REVERTE EM DISTRIBUIÇÃO DE RENDA. ALGUNS ESTADOS, COMO DF E RJ, DESTACAM-SE POSITIVAMENTE NO *RANKING* DO PIB *PER CAPITA* (1º E 3º LUGAR), MAS PERDEM POSIÇÕES CONSIDERANDO O ÍNDICE DE GINI (27º E 21º LUGAR)[3].

Fonte: IBGE. Coordenação de Contas Nacionais/ Contas Regionais do Brasil. Cálculo do PIB real feito por Macroplan. Valores em R$ a preços constantes de 2011.
[1] Com base em dados do Fundo Monetário Internacional – World Economic Outlook Database, September 2011. Todas comparações feitas para o ano de 2011. PIB per capita mensurados em dólares PPP (*purchase power parity*). O valor brasileiro nessa métrica foi de U$ 11.845,22. [2] Com base em estudo desenvolvido pela The Economist "Comparing Brazilian states with countries" em junho/2014.
[3]A distribuição de renda será abordada em detalhes na parte referente a Desenvolvimento Social deste estudo.

As **Taxas de desemprego** também são muito distintas no país ...

TAXA DE DESEMPREGO DAS PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS (%) – 2013
Mudança de posição relativa na comparação com 2004 (nº).

Posição 2013	UF	Taxa de desemprego (%)	Δ Pos.
1	SC	3,17	▲ (3)
2	MS	3,53	▲ (9)
3	PR	4,22	▲ (4)
4	RS	4,26	▲ (2)
5	MT	4,59	–
6	RO	4,63	▼ (3)
7	GO	5,48	▲ (5)
8	PI	5,55	▼ (7)
9	TO	5,62	▼ (7)
10	MG	5,89	▲ (7)
11	CE	5,93	▲ (3)
12	MA	6,01	▼ (2)
13	ES	6,08	–
	Brasil	**6,50**	
14	SP	6,55	▲ (9)
15	RR	7,04	–
16	PA	7,34	▼ (8)
17	RJ	7,52	▲ (8)
18	AC	7,66	▼ (9)
19	PB	8,33	▼ (1)
20	SE	8,47	▲ (1)
21	AM	8,52	▼ (1)
22	BA	8,55	–
23	PE	8,57	▲ (1)
24	DF	9,18	▲ (3)
25	AL	10,99	▼ (6)
26	RN	11,03	▼ (10)
27	AP	12,28	▼ (1)



- A taxa de desemprego da população acima de 15 anos vem caindo no Brasil, tendo atingido 6,5% em 2013 (inferior em 2,38 pontos percentuais à taxa de 2004). Esse valor está abaixo das taxas de países da União Europeia para o mesmo ano - como França (10,3%) e Portugal (16,4%) - e Estados Unidos (7,4%). Porém, é superior à taxa de outros países como Alemanha (5,3%)[1].
- Santa Catarina (3,17%) e Mato Grosso do Sul (3,53%) registraram as menores taxas de desemprego.
- Já os estados com piores taxas estão no Norte e no Nordeste, liderados por Amapá (12,28%) e Rio Grande do Norte (11,03%). Também nessas regiões encontram-se as UFs com maior aumento na taxa de desemprego de 2004 a 2013, a saber: Rio Grande do Norte, Tocantins, Piauí e Alagoas.

Fonte: OPE Sociais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).
[1] EUROSTAT disponível em: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/employment_unemployment_lfs/data/database.

... E, PRINCIPALMENTE, NO **RENDIMENTO DO TRABALHO.**

REMUNERAÇÃO MÉDIA DO TRABALHO[1] - R$
MUDANÇA DE POSIÇÃO RELATIVA NA COMPARAÇÃO COM 2004 (Nº).

Posição 2013	UF	2013	Variação % (2004-2013)	Δ Pos.	
1	DF	3.013,08	37,9%	–	
2	SP	1.959,50	36,5%	–	
3	RJ	1.880,10	42,4%	–	
4	SC	1.767,64	58,0%	▲	(1)
5	MT	1.716,91	59,9%	▲	(2)
6	PR	1.671,53	45,8%	▼	(2)
7	MS	1.669,03	68,4%	▲	(2)
8	GO	1.552,27	51,4%		
9	RS	1.528,61	42,1%	▼	(3)
10	AP	1.506,54	59,2%		
	Brasil	**1.490,88**	**48,4%**		
11	ES	1.429,36	52,4%	–	
12	RR	1.412,47	78,2%	▲	(4)
13	MG	1.345,22	52,1%	▼	(1)
14	RO	1.294,64	47,9%	▼	(1)
15	AM	1.273,71	46,5%	▼	(1)
16	TO	1.171,82	62,2%	▲	(1)
17	RN	1.133,41	78,7%	▲	(4)
18	AC	1.130,19	39,4%	▼	(3)
19	SE	1.128,20	61,2%	▼	(1)
20	BA	1.017,21	78,4%	▲	(2)
21	PE	1.006,26	54,5%	▼	(1)
22	PA	999,74	43,0%	▼	(3)
23	PB	937,45	68,7%	–	
24	AL	879,66	79,3%	▲	(2)
25	CE	802,57	49,7%	▼	(1)
26	MA	784,99	51,6%	▼	(1)
27	PI	769,08	107,3%	–	

- A REMUNERAÇÃO MÉDIA DO TRABALHO CRESCEU 48% EM TERMOS REAIS NO BRASIL ENTRE 2004 E 2013, ALCANÇANDO R$ 1.490,88

- NA COMPARAÇÃO ESTADUAL VERIFICA-SE GRANDE DESIGUALDADE NESTE INDICADOR. O DISTRITO FEDERAL É A UF COM MAIOR RENDIMENTO MÉDIO DO TRABALHO (2013), SEGUIDO POR SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO. ENTRETANTO, RESSALTE-SE QUE O DISTRITO FEDERAL É UM CASO ATÍPICO: POR SER CAPITAL DO PAÍS E CONCENTRAR MUITO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA UNIÃO, SUA ECONOMIA É MUITO DEPENDENTE DO SETOR PÚBLICO

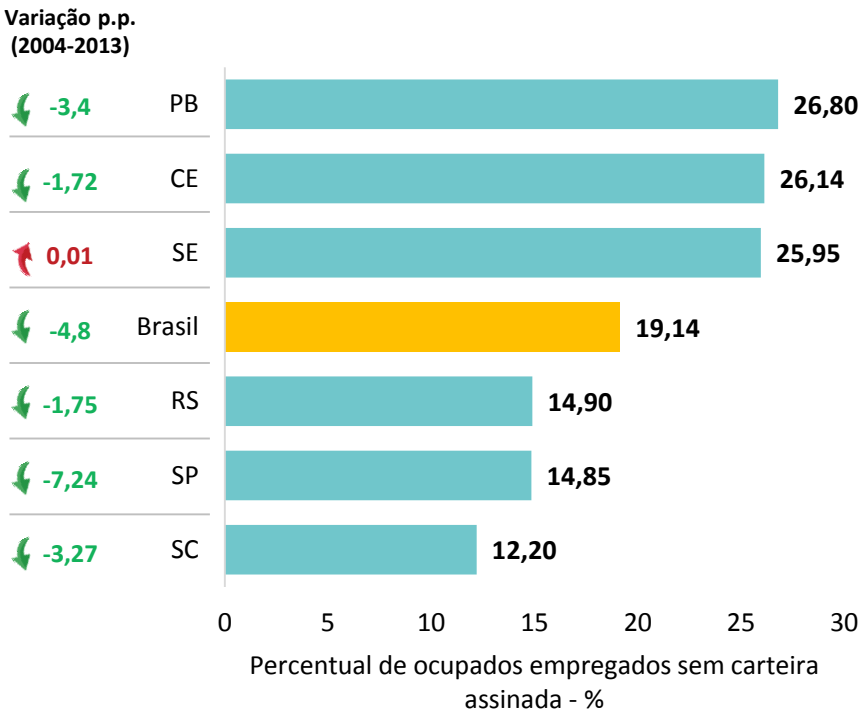
- JÁ OS ESTADOS DO NORDESTE, COM DESTAQUE PARA PIAUÍ E MARANHÃO, REGISTRARAM AS MENORES REMUNERAÇÕES MÉDIAS DO TRABALHO EM 2013

- PONTO POSITIVO, CONSIDERANDO O PERÍODO ENTRE 2004 E 2013, AS MAIORES VARIAÇÕES FORAM OBSERVADAS NAS REGIÕES NORTE E NORDESTE, QUE APRESENTAVAM VALORES EXTREMAMENTE BAIXOS EM 2004

Fonte: OPE Sociais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). [1]Valores em R$ a preços constantes de outubro de 2013.

Há melhorias na qualidade do trabalho, mas a **informalidade** permanece elevada em muitos estados.

Taxa de informalidade (%)[1] – 3 maiores e 3 menores

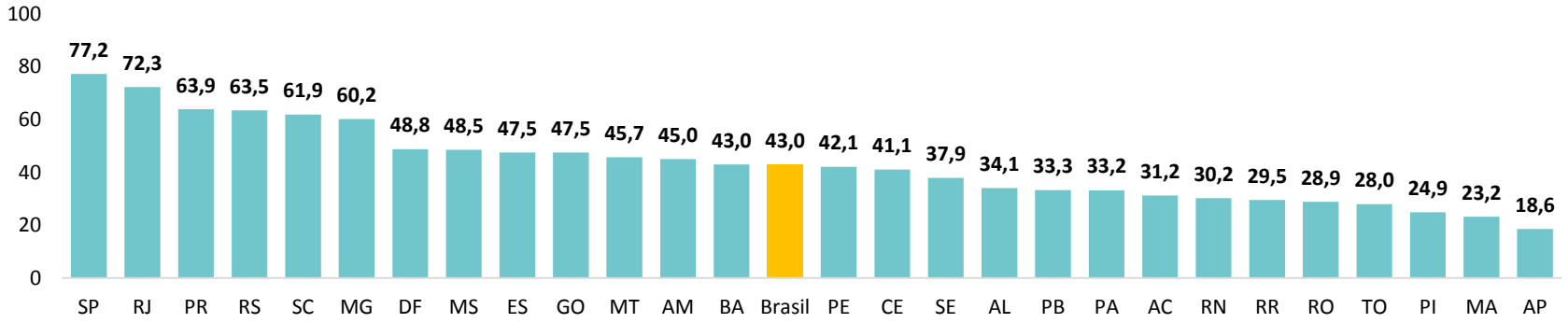


- ✓ A queda da informalidade nos postos de trabalho é uma importante tendência verificada em todos os estados entre 2004 e 2013, com destaque para os estados do Norte e Nordeste
- ✓ Porém, o retrato de 2013 ainda revela grande desigualdade entre os estados neste período: Enquanto Santa Catarina (12,2%) e São Paulo (14,85%) apresentaram as menores porcentagens de trabalhadores informais, 6 estados, todos no Norte e Nordeste, têm mais de 25% dos trabalhadores ocupados informalmente (PB, CE, SE, PA, BA e RN)

Fonte: OPE Sociais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).
[1] Porcentagem de ocupados com 15 anos ou mais empregados sem carteira assinada em relação ao total de ocupados de 15 anos ou mais.

CONSIDERANDO A **COMPETITIVIDADE**, LIDERAM O *RANKING* OS ESTADOS DO SUL E SUDESTE, ...

ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE - 2013 (MELHOR ÍNDICE=100)



- ✓ OS ESTADOS MAIS COMPETITIVOS ENCONTRAM-SE NAS REGIÕES SUL E SUDESTE. O ESTADO DE SÃO PAULO SE DESTACA EM 6 DOS 8 ITENS QUE COMPÕE O ÍNDICE: TEM A NOTA MÁXIMA (100 PONTOS) EM INVESTIMENTO EXTERNO E SUSTENTABILIDADE. ESTÁ EM PRIMEIRO LUGAR TAMBÉM EM INOVAÇÃO (95 PONTOS), RECURSOS HUMANOS (91,7 PONTOS), INFRAESTRUTURA (87,5 PONTOS) E EMPATADO EM PRIMEIRO EM AMBIENTE POLÍTICO (JUNTO COM RS, COM 68,8 PONTOS)

- ✓ DENTRE TODOS OS COMPONENTES DO ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE, DESTACARAM-SE NA DIFERENCIAÇÃO ENTRE O BLOCO DAS CINCO PRIMEIRAS (SP, RJ, PR, RS, SC) PARA AS CINCO ÚLTIMAS UFS (AM, PI, MA, TO, RO): POLÍTICAS DE INVESTIMENTO EXTERNO; RECURSOS HUMANOS; INFRAESTRUTURA; E INOVAÇÃO. ESSES INDICADORES SE RELACIONAM FORTEMENTE COM O MAIOR DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NAS REGIÕES CENTRO-SUL DO PAÍS

Fonte: Centro de Liderança Pública (CLP) e Economist Intelligence Unit – The Economist: "2013/2014 Brazil State-Level Bussiness Enviroment Ranking"

... QUE TAMBÉM INVESTEM MAIS EM **CIÊNCIA E TECNOLOGIA.**

GASTOS GOVERNAMENTAIS EM C&T (EM R$ MILHÕES CONSTANTES – 2012)

Posição 2011	UF	2012	Variação real % (2002-2012)
1	SP	7.792,3	70,2%
2	RJ	844,3	143,7%
3	PR	759,5	68,0%
4	MG	733	646,5%
5	BA	614,2	200,6%
6	SC	424,2	425,6%
7	RS	361,9	284,5%
8	CE	266	468,4%
9	PA	211,8	1499,1%
10	PE	192	126,0%
11	PB	174	1307,5%
12	DF	152	4681,6%
13	GO	149,5	1627,6%
14	ES	144,8	993,2%
15	AM	129,4	3970,6%
16	MT	127,2	3690,8%
17	MS	107,9	1809,3%
18	RN	85,3	283,3%
19	SE	82	776,1%
20	RO	77,7	6185,2%
21	PI	55,3	3814,1%
22	AC	49	222,6%
23	AL	37,4	416,5%
24	MA	32,7	128,6%
25	TO	26,9	746,2%
26	AP	10,1	-9,2%
27	RR	10,1	1806,3%
	Brasil[1]	**13.650,6**	**122,5%**

- ✓ O GASTO GOVERNAMENTAL EM C&T NO BRASIL AUMENTOU 122,5% ENTRE 2002 E 2012, ATINGINDO R$ 13,6 BILHÕES
- ✓ OS GASTOS COM CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO CONCENTRADOS REGIONALMENTE, ESPECIALMENTE NO SUDESTE. SÃO PAULO É O ESTADO LÍDER NESTES GASTOS, COM R$ 7,7 BILHÕES EM 2012. RIO DE JANEIRO, PARANÁ E MINAS GERAIS SÃO OS SEGUINTES NO *RANKING*, SENDO OS ÚNICOS (JUNTO COM SP E BA) COM GASTOS ACIMA DE MEIO BILHÃO DE REAIS

- ✓ A BAHIA É O ESTADO MELHOR COLOCADO DO NORDESTE (R$ 614 MILHÕES), FICANDO À FRENTE DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL
- ✓ COM EXCEÇÃO DO AMAPÁ, TODOS OS DEMAIS ESTADOS BRASILEIROS APRESENTARAM CRESCIMENTO NOS GASTOS DE C&T ENTRE 2002 E 2012

Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) / Coordenação-Geral de Indicadores (CGIN). Valores em R$ a preços constantes de 2012.
[1]O valor para o Brasil é o somatório dos Estados.
Nota: Ciência e tecnologia (C&T) = pesquisa e desenvolvimento (P&D) + atividades científicas e técnicas correlatas (ACTC).

Conclusões

A análise do crescimento econômico dos estados, no período de 2001 a 2011, evidencia maior expansão real do PIB nos estados menos desenvolvidos, ao passo que estados como RS, SC e RJ apresentam crescimentos mais modestos. Isso indica um movimento de difusão do crescimento econômico para outros estados além dos grandes centros econômicos. Prova disso é o crescimento de mais de 90% no PIB nos estados de RO e MT, impulsionado em grande parte pelo agronegócio voltado para exportação.

Na analise do PIB *per capita*, observa-se que apesar dos elevados crescimentos fora dos eixos mais dinâmicos, são estes últimos que ainda concentram a maior parte da riqueza. Em 2011, enquanto nas primeiras posições encontram-se as UFs do Sul, Sudeste e Centro Oeste, nas ultimas posições estão os estados do Norte e do Nordeste. Como exemplo da disparidade, o Distrito Federal possui 8 vezes o PIB *per capita* do Piauí e do Maranhão; São Paulo, 4 vezes na mesma comparação.

O desemprego recuou na maioria dos estados de 2004 a 2013, mas ainda reflete grandes diferenças regionais: as maiores taxas permanecem entre os estados Nordestinos. Outra tendência importante do mercado de trabalho é a diminuição da informalidade, a partir da redução de 4,8 pontos percentuais dos ocupados sem carteira assinada no Brasil. Houve aumento em três estados no Nordeste, sendo que apenas no Piauí foi substantivo (2,19 p.p.). Apesar disso, a taxa de informalidade ainda é extremamente alta, sobretudo nos estados do Norte e Nordeste.

Conclusões

A remuneração média do trabalho apresentou elevação relevante no período 2004-2013 em todas as UFS. Os estados do Nordeste são os que apresentam as menores rendas do trabalho; por outro lado, tiveram os maiores crescimentos neste indicador no período considerado. Tais expansões refletem o recente dinamismo econômico destes estados e também a baixa base comparativa em 2004. Piauí, por exemplo, ficou na última posição em 2004 e foi o que mais cresceu no período, com expansão de 94% do rendimento médio do trabalho.

Persistem, ainda, grandes desigualdades interestaduais tanto no que se refere às variáveis de produto, quanto às variáveis de mercado de trabalho analisadas. Os indicadores de recursos utilizados – Índice de Competitividade e gastos com P&D – corroboram essa visão. Ou seja, os estados do Sul e Sudeste continuam se destacando como polos de competitividade, concentração de recursos humanos e tecnológicos, infraestrutura, inovação, políticas de investimento externo e sustentabilidade.

Conclusões

5 melhores e piores resultados

TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO DO PIB (%) - 2001-2011

- Rondônia: **6,95%**
- Mato Grosso: **6,69%**
- Espírito Santo: **5,85%**
- Tocantins: **5,80%**
- Maranhão: **5,63%**

MAIORES PIB PER CAPITA - 2011

- Distrito Federal: **R$ 63.020**
- São Paulo: **R$ 32.449**
- Rio de Janeiro: **R$ 28,696**
- Espírito Santo: **R$ 27.542**
- Santa Catarina: **R$ 26.760**

TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO DO PIB (%) - 2001-2011

- Rio Grande do Sul: **2,13%**
- Santa Catarina: **3,24%**
- Rio de Janeiro: **3,3%**
- Bahia: **3,35%**
- São Paulo: **3,55%**

MENORES PIB PER CAPITA - 2011

- Piauí: **R$ 7.835**
- Maranhão: **R$ 7.852**
- Alagoas: **R$ 9.079**
- Paraíba: **R$ 9.348**
- Ceará: **R$ 10.314**

Conclusões

5 melhores e piores resultados

Menores taxas de desemprego - 2013

- Santa Catarina: **3,17%**
- Mato Grosso do Sul: **3,53%**
- Paraná: **4,22%**
- Rio Grande do Sul: **4,26%**
- Mato Grosso: **4,59%**

Maiores reduções das taxas de desemprego 2004-2013 – Pontos percentuais

- Distrito Federal: **-5,01 p.p.**
- São Paulo: **-4,57 p.p.**
- Rio de Janeiro: **-3,79 p.p.**
- Mato Grosso do Sul: **-3,33 p.p.**
- Minas Gerais: **-2,87 p.p**.

Maiores taxas de desemprego - 2013

- Amapá: **12,28%**
- Rio Grande do Norte: **11,03%**
- Alagoas: **10,99%**
- Distrito Federal: **9,18%**
- Pernambuco: **8,57%**

Maiores aumentos das taxas de desemprego 2004-2013 – Pontos percentuais

- Rio Grande do Norte: **2,41 p.p.**
- Piauí: **1,60 p.p.**
- Alagoas: **1,47 p.p.**
- Tocantins: **1,39 p.p.**
- Pará: **1,15 p.p.**

Conclusões

5 melhores e piores resultados

Maiores remunerações médias do trabalho - 2013

- Distrito Federal: **R$ 3.013**
- São Paulo: **R$ 1.959**
- Rio de Janeiro: **R$ 1.880**
- Santa Catarina: **R$ 1.768**
- Mato Grosso: **R$ 1.717**

Maiores variações nas remunerações médias do trabalho - 2004-2013 - %

- Piauí: **107,3%**
- Alagoas: **79,3%**
- Rio Grande do Norte: **78,7%**
- Bahia: **78,4%**
- Roraima: **78,2%**

Menores remunerações do trabalho - 2013

- Piauí: **R$ 769**
- Maranhão: **R$ 785**
- Ceará: **R$ 803**
- Alagoas: **R$ 880**
- Paraíba: **R$ 937**

Menores variações nas remunerações do trabalho – 2004-2013 - %

- São Paulo: **36,5%**
- Distrito Federal: **37,9%**
- Acre: **39,4%**
- Rio Grande do Sul: **42,1%**
- Rio de Janeiro: **42,4%**

Estratégias para o desenvolvimento econômico



1 MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS

- Promover ações que visam dar suporte ao fortalecimento da estrutura produtiva de cada Estado e proporcionem às empresas os insumos básicos de infraestrutura, como energia, telecomunicações, saneamento e logística de transportes.
- Ampliar esforços de desburocratização e melhoria do ambiente de negócios, incluindo a redução dos prazos para abertura, ampliação e fechamento de empresas, otimização dos processos de licenciamento e regularização, legislações e incentivos fiscais adequados para atração e manutenção de novas empesas no território.

2 ADENSAMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

- Promover o adensamento de atividades produtivas e serviços nos quais os Estados tenham vantagens competitivas.
- Dinamizar e adensar os serviços avançados e o setor terciário moderno nos Estados, relacionados à inovação, tecnologias digitais, economia criativa, turismo, cultura, finanças, entre outras atividades.
- Constituição de centros de serviços de tecnologia da informação e comunicação, administração e finanças para atender às demandas intra e interestaduais.

ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

DESENVOLVIMENTO LOCAL DIVERSIFICADO E INCLUSIVO: APOIO ÀS MPE E APLs

3

- Criar um ambiente favorável para o desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas (MPEs) por meio da simplificação e desburocratização do processo de abertura e fechamento destas empresas e da ampliação do acesso ao crédito, à inovação e a novos mercados (como, por exemplo, compras governamentais).
- Estimular a criação, organização e a consolidação de Arranjos Produtivos Locais (APL) competitivos e sustentáveis, visando promover o desenvolvimento inclusivo local e regional.
- Ofertar, em integração com Sistema S, cursos de gestão de negócios e oportunidades de investimento para empresários do Estado, e promover projeto de capacitação e comunicação para as MPE locais acessarem as licitações.
- **Exemplos:** Criação de Secretaria de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SESAMPE) – RS; Programa de Produção e Difusão de Inovações para a Competitividade de APL (PROAPL) – PE.

APOIO À INOVAÇÃO

4

- Articular parcerias entre universidades, iniciativa privada e governos Federal, Estadual e Municipal para desenvolvimento de Pólo Tecnológico, possibilitando a atração de empresas inovadoras.
- Fortalecer os instrumentos de financiamento específicos para o fomento da inovação e incentivar o desenvolvimento de empresas de base tecnológica e intensivas em conhecimento.
- Apoiar a criação e operação de centros, distritos ou redes de inovação para servirem de incubadoras ou aceleradores de empresas e/ou projetos portadores de potencial de inovador nos campos tecnológico, gerencial ou social.
- **Exemplo:** Parque Tecnológico da Ilha do Fundão UFRJ - RJ

Estratégias para o desenvolvimento econômico

5 QUALIFICAÇÃO DA OFERTA DE TRABALHO E ARTICULAÇÃO COM A DEMANDA DAS EMPRESAS

- Promover o salto na qualidade da educação, principalmente na educação profissional, e elevar o nível de escolaridade média da população, baseado em um sistema eficiente e orientado para resultados.
- Ampliar a oferta de cursos técnicos e instituir programas de incentivos aos alunos em parcerias com empresas e instituições de educação profissional.
- Apoiar iniciativas de capacitação, profissionalização e requalificação de mão de obra, além de criar um "banco de oportunidades" associados às demandas de empresas entrantes ou já estabelecidas no mercado estadual.

6 ATRAÇÃO E RETENÇÃO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADORES

- Consolidar Secretarias (ou Agências) de Desenvolvimento estaduais como instrumento de identificação de oportunidades para atividade empresarial, além da atração de investimentos e interação entre investidores e diferentes instâncias governamentais (municípios e União).
- Articular parcerias com instituições que ofereçam linhas de financiamento às empresas para qualificação profissional, qualificação em gestão da qualidade e produtividade e gestão da inovação.
- Fortalecer o sistema de assistência técnica e apoio tecnológico às empresas.
- Aprimorar os sistemas de monitoramento e avaliação dos resultados das políticas e dos incentivos ao desenvolvimento econômico, incluindo levantamentos quantitativos e qualitativos primários de dados sobre as empresas instaladas nos estados e as áreas nas quais estão instaladas.
- Exemplo: Secretarias Estaduais de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia - SP.

Dicionário de Variáveis

INDICADORES DE RESULTADO

Taxa média de Crescimento anual do PIB: Fórmula de cálculo: ((PIB 2011/PIB 2001)^(1/(2011-2001))-1)*100.

PIB per capita: Produto Interno Bruto estadual a preços constantes, usando como base o ano de 2011. valores a preços constantes calculados por Macroplan, utilizando os Deflatores Implícitos para PIB estaduais. Deflator Implícito para cada estado e Número de Habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/ Coordenação de Contas Nacionais/ Contas Regionais do Brasil, 2001-2011.

Taxa de Desemprego: Pessoas de 15 anos ou mais de idade, desocupadas na semana de referência que procuraram emprego neste período. Fonte: OPE Sociais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2004-2013.

Informalidade: Porcentagem das pessoas de 15 anos ou mais de idade ocupadas que são empregadas sem carteira. Fonte: OPE Sociais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2004-2013.

Remuneração Média do Trabalho: Rendimento mensal médio proveniente do trabalho principal e de outros trabalhos a preços constantes, usando como base outubro de 2013. Para a deflação foi utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ajustado para o primeiro dia do mês a partir da média geométrica entre os meses subsequentes. OPE Sociais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2004-2013.

Índice de Competitividade: Indicador de competitividade elaborado pela Economist Intelligence Unit que abrange 26 indicadores econômicos divididos em oito categorias: ambiente político, ambiente econômico, regime tributário e regulatório, políticas para investimentos estrangeiros, recursos humanos, infraestrutura, inovação e sustentabilidade. Fonte: "2013/2014 Brazil State-Level Business Environment Ranking" formulado pela Economist Intelligence Unit / The Economist.

Dicionário de Variáveis

INDICADORES DE RECURSOS

Gastos Estaduais com Ciência e Tecnologia (C&T): Dispêndios dos governos estaduais (em R$ milhões) em atividades de pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Atividades Científicas e técnicas correlatas (ACTC) a preços constantes, usando como base o ano de 2012. São considerados os valores de empenhos liquidados dos recursos do Tesouro e de outras fontes dos orçamentos fiscal e de seguridade social, excluindo-se, quando o balanço permite, as despesas com juros e amortização de dívidas, cumprimento de sentenças judiciais e com inativos e pensionistas; considerados os gastos da pós-graduação como proxy dos dispêndios em P&D das instituições de ensino superior (IES), sendo que: dos recursos anuais executados pelas instituições federais e estaduais com pós-graduação stricto sensu reconhecida pela CAPES, subtraem-se as despesas com juros e amortizações de dívidas, com o cumprimento de sentenças judiciais, com inativos e pensionistas e com a manutenção dos hospitais universitários, para estimar a parcela direcionada à pós-graduação multiplicando este resultado pelo quociente número de docentes da pós-graduação / número de docentes das IES do respectivo ano, à exceção dos anos de 2004 a 2006 nas instituições federais, quando foi empregado o quociente de 2003. O cálculo dos valores a preços constantes foi realizado por Macroplan, utilizando como deflator o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) / Coordenação-Geral de Indicadores (CGIN).

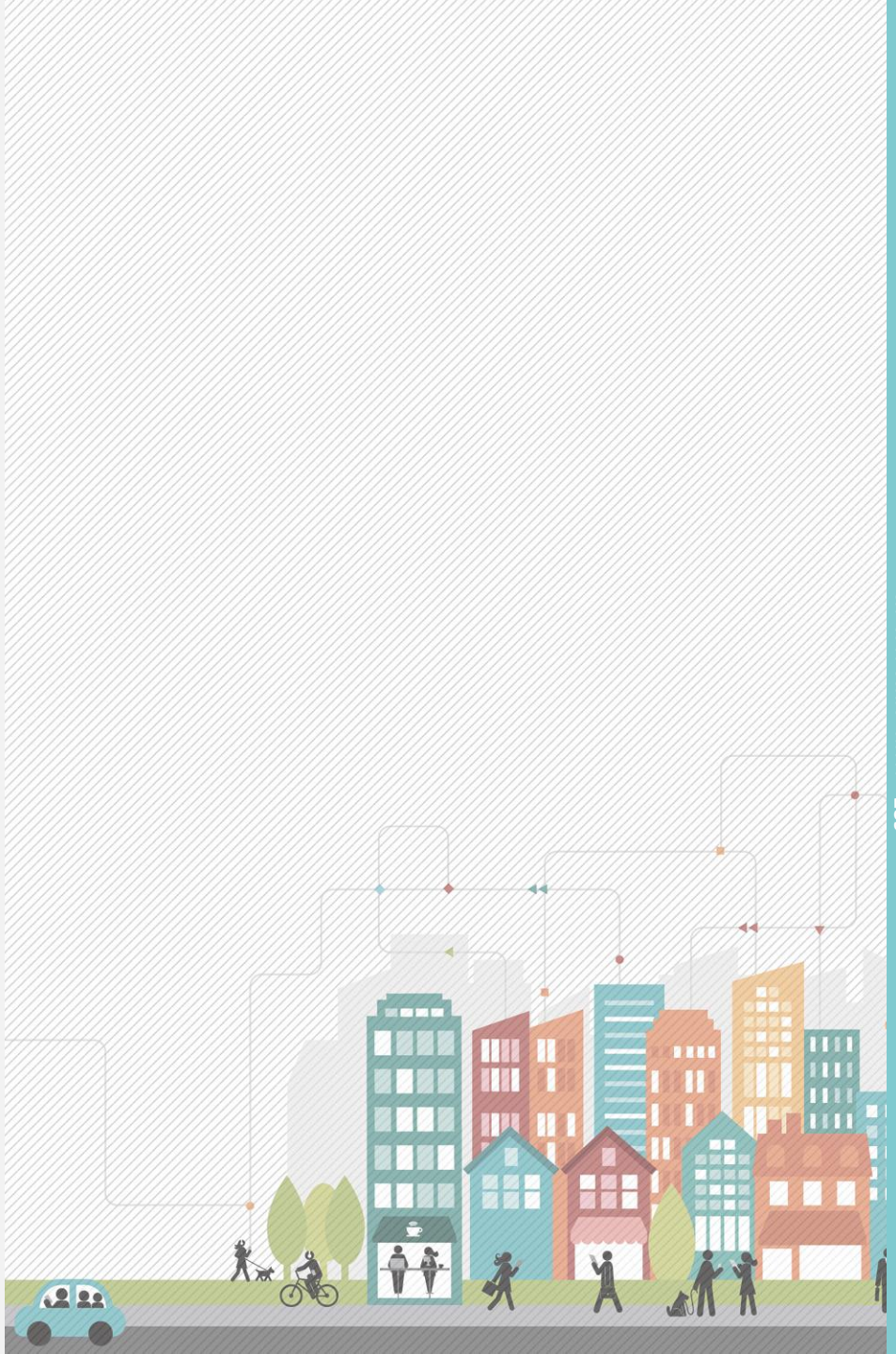
BIBLIOGRAFIA

- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil. *Produto Interno Bruto a preços constantes e Deflator Ímplicito do PIB 2001-2011*. Disponível em http://www.ibge.gov.br/. Acessado em junho de 2014.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). *População 2002-2012*. Disponível em http://www.ibge.gov.br/. Acessado em junho de 2014.
- Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), RJ. Disponível em http://www.ufrj.br/pr/conteudo_pr.php?sigla=CENPES. Acessado em setembro de 2014.
- EUROSTAT. Disponível em http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/employment_unemployment_lfs/data/database. Acessado em agosto de 2014.
- FMI. Fundo Monetário Internacional. *Gross domestic product based on purchasing-power-parity (PPP) per capita GDP*. Disponível em https://www.imf.org/. Acessado em Agosto de 2014.
- MCTI. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Coordenação Geral de Indicadores (CGIN). *Gastos Estaduais com Ciência e Tecnologia 2002-2012.* Disponível em http://www.mcti.gov.br/. Acessado em julho de 2014.
- OPE Sociais. Oportunidade, Pesquisa e Estudos Sociais. Tabulações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD. *Taxa de Desemprego, Informalidade, Remuneração Média do Trabalho*. Acessado em setembro de 2014.

BIBLIOGRAFIA

- Programa de Produção e Difusão de Inovações para a Competitividade de APL do Estado de Pernambuco (PROAPL) da Secretaria de Ciência e Tecnologia de Pernambuco, PE. Disponível em http://www2.sectma.pe.gov.br/web/sectec/exibir-noticia?groupId=51744&articleId=2355355&templateId=55307. Acessado em setembro de 2014.
- Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (SDPI) do Rio Grande do Sul, RS. Disponível em http://www.sdpi.rs.gov.br/. Acessado em setembro de 2014.
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Informação de São Paulo, SP. Disponível em http://www.desenvolvimento.sp.gov.br/. Acessado em julho de 2014.
- Secretaria de Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa (SESAMPE) do Rio Grande do Sul, RS. Disponível em http://www.sesampe.rs.gov.br/. Acessado em setembro de 2014.
- The Economist, ”2013 Brazil State-Level Business Environment Ranking”. *Índice de Competitividade 2011-2013.* Disponível em http://www.clp.org.br/2013/?thinktank=indicaores-dos-estados. Acessado em agosto de 2014.
- The Economist. “Comparing Brazilian states with Countries”. Disponível em http://www.economist.com/blogs/graphicdetail/2014/06/comparing-brazilian-states-countries. Acessado em agosto de 2014.

Anexo



PIB PER CAPITA

PIB PER CAPITA (R$ PREÇOS DE 2011)

Posição 2011	UF	2011	2001	Posição 2001	% 2011-2001	Posição Variação
1	DF	R$ 63.020,02	R$ 52.140,30	1	20,9%	25
2	SP	R$ 32.449,06	R$ 25.292,68	2	28,3%	19
3	RJ	R$ 28.696,42	R$ 22.944,46	3	25,1%	23
4	ES	R$ 27.542,13	R$ 17.529,90	6	57,1%	3
5	SC	R$ 26.760,82	R$ 22.546,57	4	18,7%	26
6	RS	R$ 24.562,81	R$ 20.721,73	5	18,5%	27
7	MT	R$ 23.218,24	R$ 14.600,10	10	59,0%	2
8	PR	R$ 22.769,98	R$ 17.388,74	7	30,9%	16
	Brasil	**R$ 21.535,65**	**R$ 16.618,15**		**29,6%**	
9	MS	R$ 19.875,45	R$ 14.633,47	9	35,8%	10
10	MG	R$ 19.573,29	R$ 14.841,28	8	31,9%	15
11	GO	R$ 18.298,59	R$ 13.150,58	12	39,1%	8
12	AM	R$ 18.244,30	R$ 13.536,80	11	34,8%	11
13	RO	R$ 17.659,33	R$ 10.101,88	15	74,8%	1
14	RR	R$ 15.105,86	R$ 12.138,15	13	24,4%	24
15	AP	R$ 13.105,24	R$ 10.415,12	14	25,8%	22
16	TO	R$ 12.891,19	R$ 8.672,17	22	48,7%	5
17	SE	R$ 12.536,45	R$ 9.381,52	16	33,6%	13
18	AC	R$ 11.782,59	R$ 9.357,62	17	25,9%	21
19	PE	R$ 11.776,10	R$ 8.773,32	20	34,2%	12
20	PA	R$ 11.493,73	R$ 8.872,21	19	29,5%	18
21	BA	R$ 11.340,18	R$ 8.698,77	21	30,4%	17
22	RN	R$ 11.286,99	R$ 8.943,99	18	26,2%	20
23	CE	R$ 10.314,29	R$ 7.420,87	23	39,0%	9
24	PB	R$ 9.348,69	R$ 6.480,12	25	44,3%	7
25	AL	R$ 9.079,48	R$ 6.843,30	24	32,7%	14
26	MA	R$ 7.852,71	R$ 5.268,63	27	49,0%	4
27	PI	R$ 7.835,75	R$ 5.292,04	26	48,1%	6

Fonte: IBGE. Coordenação de Contas Nacionais/ Contas Regionais do Brasil. Cálculo do PIB real feito por Macroplan. Valores em R$ a preços constantes de 2011.

Taxa de Desemprego

TAXA DE DESEMPREGO(%)

Posição 2013	UF	2013	2004	Posição 2004	Variação p.p. 2004-2013	Posição Variação
1	SC	3,17	4,44	4	-1,28	14
2	MS	3,53	6,86	11	-3,33	4
3	PR	4,22	6,06	7	-1,84	11
4	RS	4,26	5,96	6	-1,71	13
5	MT	4,59	5,58	5	-0,99	17
6	RO	4,63	4,40	3	0,23	21
7	GO	5,48	7,24	12	-1,76	12
8	PI	5,55	3,95	1	1,60	26
9	TO	5,62	4,23	2	1,39	24
10	MG	5,89	8,76	17	-2,87	5
11	CE	5,93	7,89	14	-1,96	8
12	MA	6,01	6,83	10	-0,82	18
13	ES	6,08	7,32	13	-1,24	15
	Brasil	**6,50**	**8,88**		**-2,38**	
14	SP	6,55	11,12	23	-4,57	2
15	RR	7,04	8,04	15	-0,99	16
16	PA	7,34	6,19	8	1,15	23
17	RJ	7,52	11,31	25	-3,79	3
18	AC	7,66	6,74	9	0,92	22
19	PB	8,33	8,80	18	-0,47	20
20	SE	8,47	10,42	21	-1,95	9
21	AM	8,52	10,41	20	-1,89	10
22	BA	8,55	10,69	22	-2,13	7
23	PE	8,57	11,18	24	-2,62	6
24	DF	9,18	14,19	27	-5,01	1
25	AL	10,99	9,52	19	1,47	25
26	RN	11,03	8,62	16	2,41	27
27	AP	12,28	13,03	26	-0,75	19

Fonte: OPE Sociais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Taxa de Informalidade

TAXA DE INFORMALIDADE: PORCENTAGEM DOS OCUPADOS SEM CARTEIRA ASSINADA(%)

Posição 2013	UF	2013	2004	Posição 2004	Variação p.p. 2004-2013	Posição Variação
1	SC	12,20	15,46	1	-3,27	15
2	SP	14,85	22,09	7	-7,24	6
3	RS	14,90	16,64	2	-1,75	20
4	PR	15,39	21,24	3	-5,85	9
5	DF	15,59	21,63	5	-6,04	8
6	RJ	17,02	22,42	8	-5,40	10
7	RO	17,42	21,65	6	-4,23	13
8	ES	18,00	28,02	20	-10,02	1
9	MG	19,10	25,18	12	-6,08	7
	Brasil	**19,14**	**23,94**		**-4,80**	
10	AM	19,94	23,03	9	-3,09	16
11	MS	21,05	25,87	14	-4,82	11
12	GO	21,62	29,91	24	-8,29	3
13	MT	21,66	29,57	23	-7,91	4
14	AL	23,07	23,05	10	0,02	26
15	PI	23,43	21,24	4	2,19	27
16	PE	24,01	27,08	17	-3,07	17
17	MA	24,20	25,15	11	-0,95	23
18	TO	24,34	32,84	27	-8,50	2
19	AC	24,60	25,23	13	-0,62	24
20	RR	24,73	32,01	26	-7,28	5
21	AP	24,82	29,54	22	-4,72	12
22	RN	25,02	26,50	16	-1,48	22
23	BA	25,50	28,55	21	-3,05	18
24	PA	25,63	27,93	19	-2,30	19
25	SE	25,95	25,95	15	0,01	25
26	CE	26,14	27,86	18	-1,72	21
27	PB	26,80	30,20	25	-3,40	14

Fonte: OPE Sociais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

RENDIMENTO DO TRABALHO

REMUNERAÇÃO MÉDIA DO TRABALHO (R$ VALORES DE OUTUBRO/2013)

Posição 2013	UF	2013	2004	Posição 2004	Variação p.p. 2004-2013	Posição Variação
1	DF	3.013	2.185	1	37,91%	26
2	SP	1.959	1.435	2	36,53%	27
3	RJ	1.880	1.321	3	42,35%	23
4	SC	1.768	1.119	5	57,95%	12
5	MT	1.717	1.074	7	59,87%	10
6	PR	1.672	1.146	4	45,80%	21
7	MS	1.669	991	9	68,41%	7
8	GO	1.552	1.026	8	51,35%	17
9	RS	1.529	1.076	6	42,11%	24
10	AP	1.507	946	10	59,19%	11
	Brasil	**1.491**	**1.005**		**48,37%**	
11	ES	1.429	938	11	52,36%	14
12	RR	1.412	793	16	78,18%	5
13	MG	1.345	884	12	52,10%	15
14	RO	1.295	876	13	47,85%	19
15	AM	1.274	869	14	46,52%	20
16	TO	1.172	723	17	62,15%	8
17	RN	1.133	634	21	78,71%	3
18	AC	1.130	811	15	39,38%	25
19	SE	1.128	700	18	61,16%	9
20	BA	1.017	570	22	78,44%	4
21	PE	1.006	651	20	54,50%	13
22	PA	1.000	699	19	42,95%	22
23	PB	937	556	23	68,71%	6
24	AL	880	491	26	79,28%	2
25	CE	803	536	24	49,71%	18
26	MA	785	518	25	51,58%	16
27	PI	769	371	27	107,33%	1

Fonte: OPE Sociais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

COMPETITIVIDADE

ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE (MAIOR VALOR=100)

Posição 2013	UF	2013	2011	Posição 2011	% 2013-2011	Posição Variação
1º	SP	77,2	78,6	1	-1,84%	18
2º	RJ	72,3	73,9	2	-2,17%	19
3º	PR	63,9	57,7	5	10,70%	6
4º	RS	63,5	61,8	4	2,71%	15
5º	SC	61,9	53,6	7	15,39%	4
6º	MG	60,2	64,1	3	-6,11%	23
7º	DF	48,8	55,6	6	-12,30%	25
8º	MS	48,5	45,9	9	5,58%	12
9º	ES	47,5	50,9	8	-6,65%	24
10º	GO	47,5	44,3	11	7,25%	10
11º	MT	45,7	41,3	14	10,79%	5
12º	AM	45,0	43,6	12	3,10%	14
13º	BA	43,0	44,5	10	-3,33%	20
	Brasil	**43,0**	**41,9**		**2,63%**	
14º	PE	42,1	43,6	13	-3,43%	21
15º	CE	41,1	38,2	16	7,51%	9
16º	SE	37,9	39,8	15	-4,88%	22
17º	AL	34,1	32,4	17	5,32%	13
18º	PB	33,3	31,4	18	5,97%	11
19º	PA	33,2	30,3	19	9,65%	7
20º	AC	31,2	24,7	25	26,38%	2
21º	RN	30,2	25,1	24	20,13%	3
22º	RR	29,5	27,0	22	9,41%	8
23º	RO	28,9	29,1	20	-0,68%	17
24º	TO	28,0	27,6	21	1,56%	16
25º	PI	24,9	18,5	27	34,54%	1
26º	MA	23,2	26,6	23	-12,83%	27
27º	AP	18,6	21,3	26	-12,68%	26

Fonte: Centro de Liderança Pública (CLP) e Economist Intelligence Unit – The Economist "2012 Brazil State-Level Bussiness Enviroment Ranking"

GASTOS GOVERNAMENTAIS EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

GASTOS EM C&T (R$ MILHÕES – PREÇOS DE 2012)

Posição 2011	UF	2012	2002	Posição 2002	% 2012-2002	Posição Variação
1	SP	7792,3	4577,8	1	70,2%	25
2	RJ	844,3	346,5	3	143,7%	22
3	PR	759,5	452,1	2	68,0%	26
4	MG	733	98,2	5	646,5%	14
5	BA	614,2	204,3	4	200,6%	21
6	SC	424,2	80,7	8	425,6%	16
7	RS	361,9	94,1	6	284,5%	18
8	CE	266	46,8	9	468,4%	15
9	PA	211,8	13,2	13	1499,1%	9
10	PE	192	84,9	7	126,0%	24
11	PB	174	12,4	15	1307,5%	10
12	DF	152	3,2	22	4681,6%	2
13	GO	149,5	8,7	18	1627,6%	8
14	ES	144,8	13,2	13	993,2%	11
15	AM	129,4	3,2	22	3970,6%	3
16	MT	127,2	3,4	21	3690,8%	5
17	MS	107,9	5,7	20	1809,3%	6
18	RN	85,3	22,3	10	283,3%	19
19	SE	82	9,4	17	776,1%	12
20	RO	77,7	1,2	26	6185,2%	1
21	PI	55,3	1,4	25	3814,1%	4
22	AC	49	15,2	11	222,6%	20
23	AL	37,4	7,2	19	416,5%	17
24	MA	32,7	14,3	12	128,6%	23
25	TO	26,9	3,2	22	746,2%	13
26	AP	10,1	11,1	16	-9,2%	27
27	RR	10,1	0,5	27	1806,3%	7
	Brasil	**13650,6**	**6134,0**		**122,5%**	

Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) / Coordenação-Geral de Indicadores (CGIN).
Nota: Ciência e tecnologia (C&T) = pesquisa e desenvolvimento (P&D) + atividades científicas e técnicas correlatas (ACTC).

Macroplan®
Prospectiva, Estratégia & Gestão

VOLTAR PARA O PAINEL DE NAVEGAÇÃO

Desafios da
GESTÃO ESTADUAL

7

Desenvolvimento social

Visão Geral



- ✓ O conceito de desenvolvimento está relacionado não apenas ao crescimento econômico, mas também à redução da desigualdade de renda e melhoria no padrão de vida da população
- ✓ Além de se responsabilizarem pelo estímulo à geração de emprego e renda, os estados devem atuar na criação e execução de programas complementares de renda voltado à população mais vulnerável; no repasse adequado de recursos aos municípios; na articulação entre estes e a União, entre outras funções de suma importância para o desenvolvimento social

- ✓ Como **indicadores de resultado**, foram escolhidos a renda domiciliar *per capita*, a porcentagem de pobres e o coeficiente de Gini, pois evidenciam situações de vulnerabilidade social. Como **indicadores de recursos** optou-se por analisar a cobertura do Bolsa Família – por este ser o principal programa de combate à pobreza e redução das desigualdades sociais do país – e o volume de recursos destinado à assistência social e renda do trabalho

Indicadores de resultado

- Renda Média Domiciliar *per capita*
- Porcentagem de Pobres
- Coeficiente de GINI

Indicadores de recursos

- Volume de recursos destinado à assistência social (BPC e Bolsa Família)
- Famílias beneficiárias do Bolsa Família

A Renda média domiciliar *per capita* vem se expandindo no país.

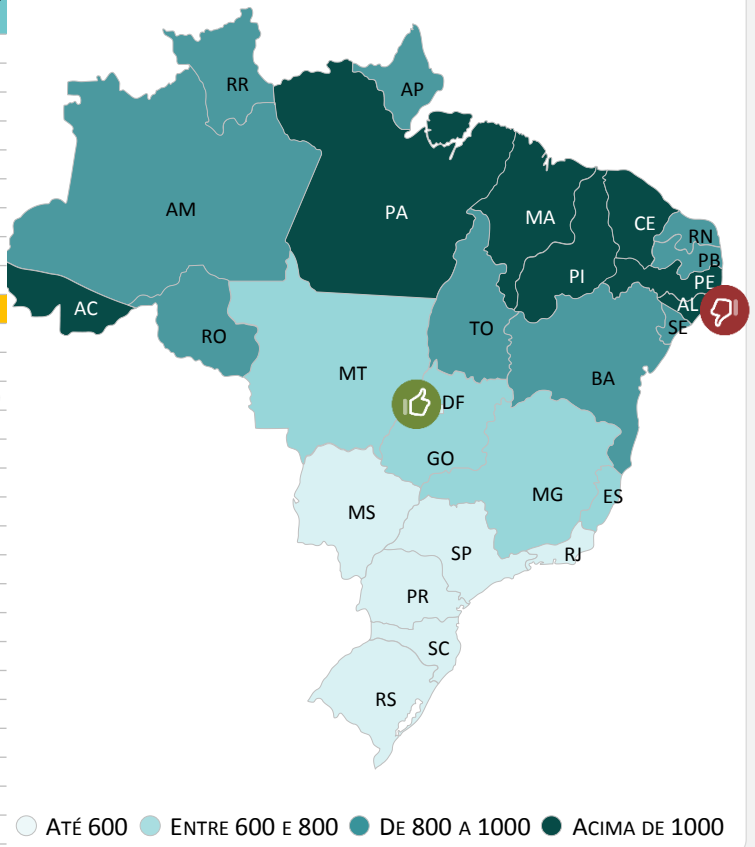
- ✓ No Brasil, há grandes disparidades interestaduais quando se compara a renda média domiciliar *per capita* (RDPC): o Distrito Federal registrou a maior renda *per capita* no país, superior em mais de 3 vezes à de sete UFs: AL, MA, CE, PA, PI, AC e PE
- ✓ As UFs com renda acima da média brasileira estão todas no Sul, Sudeste e Centro Oeste, com exceção de MG e ES

- ✓ A despeito deste retrato, a RDPC brasileira vem se expandindo, tendo passado de R$ 619 em 2004 para R$ 938 em 2013, uma expansão real de 52%
- ✓ O Acre teve a menor variação da RDPC (34%) de todas as UFs, seguido por RJ (36%) e PA (39%). Já o maior crescimento foi verificado em Roraima, com alta de 118% no período

Renda Média Domiciliar *per capita* – R$[1]

Mudança de posição relativa na comparação com 2004 (nº).

Posição 2013	UF	2013	Δ Pos.
1	DF	1.848,90	—
2	SP	1.216,79	▲ (1)
3	SC	1.209,08	▲ (2)
4	RJ	1.165,60	▼ (2)
5	RS	1.146,01	▼ (1)
6	PR	1.117,43	—
7	MS	1.081,39	▲ (3)
8	MT	999,60	—
9	GO	977,25	—
Brasil		**938,31**	
10	MG	937,11	▲ (1)
11	ES	911,56	▼ (4)
12	RR	755,36	▲ (12)
13	RO	749,66	▼ (1)
14	TO	713,40	▼ (1)
15	RN	712,69	▲ (4)
16	AP	707,68	—
17	SE	702,29	▼ (3)
18	AM	655,46	▼ (1)
19	BA	654,40	▲ (3)
20	PB	614,10	▲ (1)
21	PE	597,39	▼ (1)
22	AC	591,15	▼ (7)
23	PI	576,43	▲ (2)
24	PA	560,18	▼ (6)
25	CE	549,01	▼ (2)
26	MA	507,62	—
27	AL	497,82	—

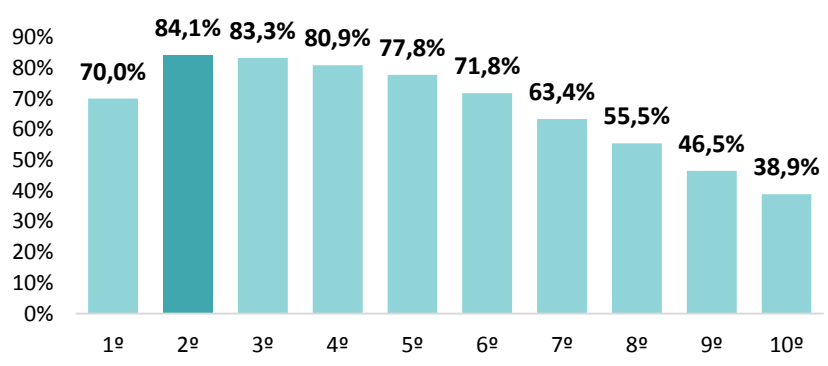


Fonte: OPE Sociais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).
[1] Valores em R$ a preços constantes de outubro de 2013.

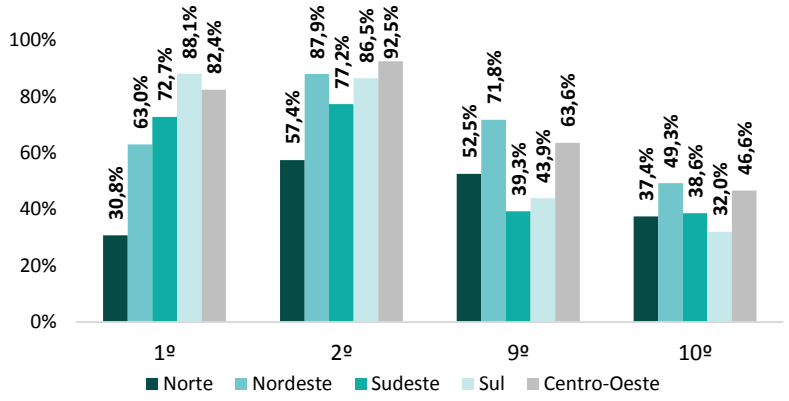
Tal expansão foi superior nos **extratos de renda** mais baixos, ...

- ✓ Os primeiros quatro décimos da distribuição de renda concentram os maiores aumentos na renda média entre 2004 e 2013. Este valor aumentou mais de 70% no período, com destaque para o 2º décimo, que teve aumento de 84,1%. Nesta faixa de distribuição, a renda média brasileira aumentou de R$118 para R$217,30 no período, com grande contribuição das regiões Centro-Oeste e Nordeste
- ✓ No primeiro décimo da distribuição de renda destaca-se a região Sul, na qual a renda média passou de R$ 92 para R$ 173,10 (aumento de 88,1%). Em 4 UFs o valor nessa faixa mais do que dobrou entre 2004 e 2013: DF (147%), PI (144%), MS (111%), PR (101%)
- ✓ A renda do último décimo da distribuição teve o menor aumento no período (38,9%), sendo que apenas Nordeste (49,35) e Centro-Oeste (46,6%) tiveram um aumento acima da média nessa faixa

Variação na Renda Média de cada Décimo da Distribuição - Brasil, 2004-2013 (%)



Variação na Renda Média dos 2 primeiros e 2 últimos décimos da distribuição - Regiões, 2004-2013 – (%)



Fonte: OPE Sociais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

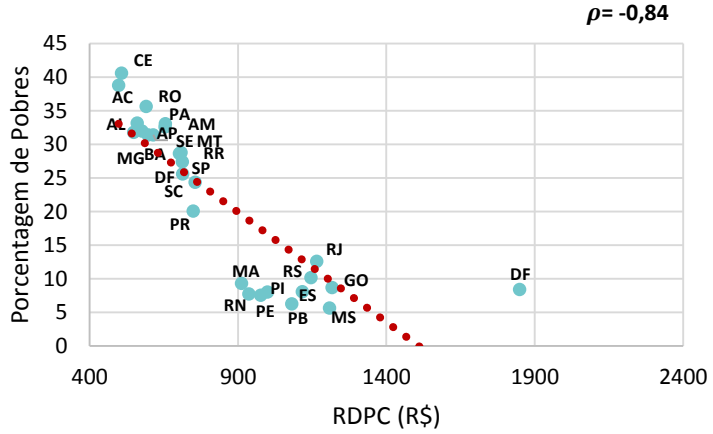
... COM IMPACTOS POSITIVOS SOBRE A REDUÇÃO DA **PORCENTAGEM DE POBRES,...**

- ✓ O percentual de pobres no Brasil diminuiu substancialmente, passando de 37,5% para 17,6% entre 2004 e 2013. Neste último ano, Santa Catarina foi a UF com menor percentual de pobres no país (5,7%). Já as UFs do Nordeste e Norte, lideradas pelo Maranhão (40,6%), possuíam as maiores taxas de pobreza
- ✓ De modo geral, todas as UFs registraram quedas significativas na pobreza, porém esse movimento não ocorre de forma uniforme: Roraima (-38 p.p.) e Piauí (-33,2 p.p.) registraram as maiores quedas e Santa Catarina apresentou redução mais tímida (-9,6 p.p.), porém permaneceu na primeira posição durante o período
- ✓ UFs com maior renda *per capita* tendem a apresentar menor porcentagem de pobres, conforme evidencia a correlação negativa entre RDPC e percentual de pobres

PORCENTAGEM DE POBRES – (%)

Posição 2013	UF	% de Pobres 2013	Variação p.p. (2004-2013)	Δ Pos.
1	SC	5,7	-9,6	–
2	MS	6,3	-18,9	▲ (4)
3	GO	7,6	-17,0	▲ (1)
4	MG	7,8	-18,8	▲ (7)
5	MT	8,1	-15,7	▼ (2)
6	PR	8,1	-17,6	▲ (2)
7	DF	8,4	-18,1	▲ (3)
8	SP	8,7	-14,8	▼ (6)
9	ES	9,4	-15,8	▼ (4)
10	RS	10,2	-15,1	▼ (3)
11	RJ	12,6	-13,5	▼ (2)
	Brasil	**17,6**	**-19,9**	
12	RO	20,1	-17,8	–
13	RR	24,4	-38,0	▲ (10)
14	TO	25,6	-25,4	▼ (1)
15	RN	27,4	-29,5	▲ (3)
16	SE	28,7	-23,5	▼ (2)
17	AP	28,8	-24,9	▼ (1)
18	PE	31,4	-31,8	▲ (6)
19	PB	31,4	-30,5	▲ (2)
20	CE	31,8	-30,3	▲ (2)
21	PI	32,0	-33,2	▲ (4)
22	BA	32,6	-28,2	▼ (2)
23	AM	33,1	-19,2	▼ (8)
24	PA	33,2	-20,8	▼ (7)
25	AC	35,7	-21,6	▼ (6)
26	AL	38,8	-31,0	▲ (1)
27	MA	40,6	-27,6	▼ (1)

RENDA DOMICILIAR PER CAPITA (2013) X PORCENTAGEM DE POBRES (2013)

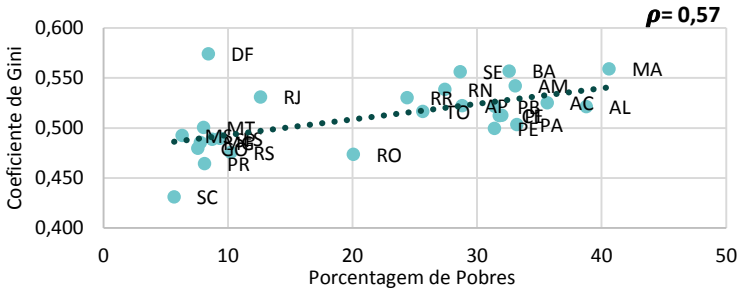


Fonte: OPE Sociais a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

... E REFLEXOS NA MELHORIA DO **COEFICIENTE DE GINI**.

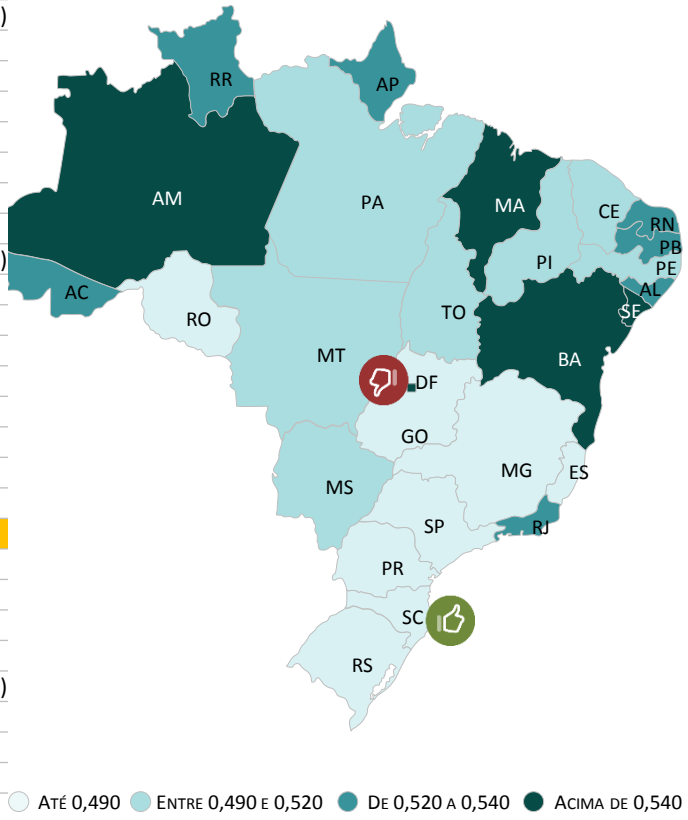
- ✓ NO PERÍODO 2004-2013, O GRAU DE DESIGUALDADE DE RENDA NO PAÍS REDUZIU, COM O COEFICIENTE DE GINI PASSANDO DE 0,570 PARA 0,525. ESSE VALOR, NO ENTANTO, AINDA É MAIOR DO QUE O GINI DE PAÍSES COMO MÉXICO (0,482) E ESTADOS UNIDOS (0,389) EM 2011[2]
- ✓ SANTA CATARIANA É O ESTADO MENOS DESIGUAL (0,431 EM 2013). JÁ O DISTRITO FEDERAL, COM A MAIOR RENDA DOMICILIAR *PER CAPITA*, APRESENTA O PIOR GRAU DE DESIGUALDADE. O RIO DE JANEIRO, POR SUA VEZ, FOI O ÚNICO ESTADO DO SUDESTE QUE APRESENTOU ÍNDICE DE GINI MAIOR QUE A MÉDIA BRASILEIRA, FICANDO ENTRE OS MAIS DESIGUAIS
- ✓ NO GERAL, QUANTO MAIOR A PORCENTAGEM DE POBRES, MAIS DESIGUAL É O ESTADO. MARANHÃO SE DESTACA NESTE QUESITO, SENDO QUE APENAS DOIS ESTADOS TIVERAM AUMENTO DA DESIGUALDADE NO PERÍODO: AMAZONAS E BAHIA

PORCENTAGEM DE POBRES (2013) X COEFICIENTE DE GINI (2013)



COEFICIENTE DE GINI[1]
MUDANÇA DE POSIÇÃO RELATIVA NA COMPARAÇÃO COM 2004 (Nº).

Posição 2013	UF	2013	Δ Pos.
1	SC	0,431	–
2	PR	0,464	▲ (10)
3	RO	0,474	▼ (1)
4	RS	0,476	–
5	GO	0,480	▲ (2)
6	MG	0,485	▲ (4)
7	SP	0,489	▼ (4)
8	ES	0,490	▲ (5)
9	MS	0,492	▼ (3)
10	PE	0,500	▲ (15)
11	MT	0,501	▼ (6)
12	PA	0,504	▼ (3)
13	CE	0,512	▲ (7)
14	PI	0,513	▲ (8)
15	TO	0,517	–
16	AL	0,521	▲ (3)
17	PB	0,522	▲ (6)
18	AP	0,522	▼ (7)
Brasil 0,525			
19	AC	0,525	▲ (5)
20	RR	0,530	▲ (1)
21	RJ	0,531	▼ (7)
22	RN	0,538	▼ (4)
23	AM	0,542	▼ (15)
24	SE	0,556	▼ (7)
25	BA	0,557	▼ (9)
26	MA	0,559	–
27	DF	0,574	–



Fonte: OPE Sociais a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

[1] Coeficiente de Gini calculado a partir da Renda Domiciliar per capita (que inclui todas as rendas), incluindo os domicílios com renda zero. O coeficiente de Gini calculado somente a partir do Rendimento do Trabalho é de 0,495.

[2] Dados internacionais disponíveis em : http://www.oecd.org/social/income-distribution-database.htm

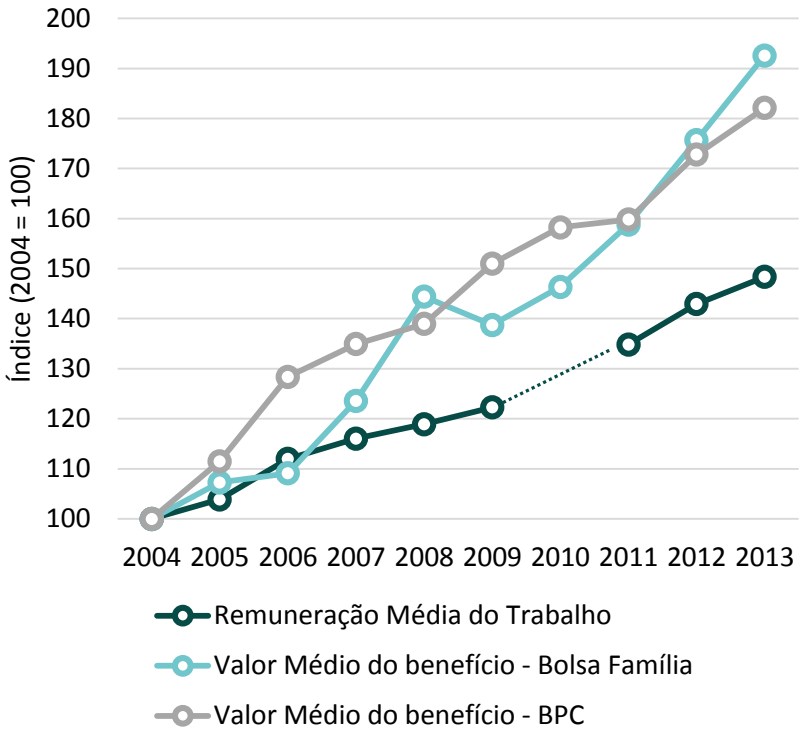
Contribuem para a redução da pobreza e da desigualdade a expansão dos **benefícios previdenciários e assistenciais** e a evolução da **renda do trabalho formal.**

- ✓ Diversos fatores têm impulsionado a redução da pobreza e da desigualdade no país, tais como a expansão do emprego formal, com a subsequente ampliação da renda do trabalho, e o fortalecimento de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família e os benefícios de prestação continuada (BPC)

- ✓ Merece destaque o Nordeste, que mostrou as maiores variações na expansão da renda do trabalho, fruto do maior crescimento da atividade e o emprego nesta região, acompanhadas das maiores reduções na taxa de pobreza

- ✓ Apesar disso, segue com o maior grau de desigualdade, o que mostra a necessidade de se investir ainda mais, e de forma sustentável, na melhoria da desigualdade e redução da pobreza nesta região do país

Evolução da Remuneração média do trabalho[1], do valor médio do benefício assistencial (BPC)[2] e dos valores do Bolsa Família[3] – 2004 - 2013



Fonte: OPE Sociais a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).
[1] Valores em R$ a preços constantes de outubro de 2013. O valor de 2010 referente ao Censo não foi incluído. Variável original da parte Desenvolvimento Econômico.
[2] Ministério da Previdência Social. Valores em R$ a preços constantes de 2013. [3]MDS – Cadastro Único. Valores em R$ a preços constantes de 2013.
Os índices foram construídos a partir dos valores absolutos a preços de 2013.

Em detalhe, a ampliação da cobertura do Programa **Bolsa família** ...

Programa Bolsa Família – junho de 2014

Posição	UF	Famílias beneficiárias / Famílias cadastradas no Cadastro Único com RDPC até R$ 140,00	Total de famílias Beneficiárias	Valor Médio Mensal distribuído às famílias[1]
1	MA	82,5%	1.098.734	R$ 168,06
2	AL	80,2%	440.919	R$ 171,72
3	PI	79,4%	883.081	R$ 186,86
4	PB	79,2%	277.485	R$ 160,91
5	CE	78,8%	362.354	R$ 201,76
6	PE	78,3%	972.713	R$ 193,73
7	BA	76,6%	515.546	R$ 177,90
8	SE	75,7%	79.517	R$ 233,78
9	PA	75,5%	140.550	R$ 174,71
10	RN	75,2%	450.684	R$ 189,93
11	RR	75,1%	1.792.979	R$ 169,91
12	AM	75,0%	47.082	R$ 188,26
13	AC	74,6%	360.045	R$ 166,44
14	TO	74,3%	1.143.776	R$ 164,09
15	AP	72,7%	14.069.537	R$ 168,30
16	RO	72,3%	847.615	R$ 160,35
	Brasil	**72,2%**	**148.780**	**R$ 161,78**
17	MT	69,4%	197.294	R$ 148,21
18	MG	69,2%	1.164.022	R$ 156,59
19	ES	69,1%	53.591	R$ 202,56
20	GO	68,6%	188.669	R$ 157,00
21	MS	67,0%	336.911	R$ 153,01
22	RJ	66,8%	115.948	R$ 158,08
23	PR	65,1%	418.197	R$ 146,25
24	RS	63,0%	447.130	R$ 155,46
25	DF	62,9%	1.352.882	R$ 153,14
26	SP	60,0%	93.609	R$ 141,92
27	SC	57,0%	139.424	R$ 155,95

Fonte: Cadastro Único / MDS. [1] Valor em R$ correntes a preços de junho de 2014.

- ✓ Em junho de 2014, cerca de 14 milhões de famílias brasileiras recebiam transferências do Programa Bolsa Família
- ✓ Considerando a proporção de famílias beneficiárias do programa em relação ao total de famílias cadastradas com renda domiciliar *per capita* inferior a R$ 140, verifica-se que as maiores coberturas estão nos estados do Norte e Nordeste, sendo que em Alagoas e Maranhão, essa cobertura é de mais de 80 %. Já em Santa Catarina a cobertura é de menos de 60%.
- ✓ Já em relação ao valor do benefício, Sergipe apresenta o maior valor médio recebido pelas famílias em junho de 2014 (R$ 233,78), e São Paulo tem o menor (R$ 141,92).

CONCLUSÕES

Na última década o Brasil passou por um processo de redução da pobreza e da desigualdade, impulsionado pelo crescimento econômico e consequente dinâmica do mercado de trabalho e, sobretudo, pelos programas de transferência de renda. Nas regiões mais pobres, os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, tiveram protagonismo na queda da desigualdade , ainda que o mercado de trabalho e a valorização do salário mínimo também tenham impulsionado o crescimento local.

Como efeito destas transformações, o percentual de pobres no Brasil diminuiu substancialmente, passando de 37,5% para 17,6% no período 2004-2013, uma queda de 53%. Existe também grande disparidade regional nas porcentagens de pobres: estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste possuem menor porcentagem de pobres, todos acima da média do Brasil.

A Renda Média Domiciliar *per capita* do Brasil subiu de R$ 585,90 em 2004 para R$ 938,31 em 2013. O Distrito Federal se destacou apresentando a maior renda no país, de R$1.848,90, enquanto Alagoas possuiu a menor renda domiciliar *per capita*, R$ 497,10. As disparidades regionais são explicitas neste indicador: todas as UFs com renda acima da média brasileira são do Sul, Sudeste e Centro Oeste.

O grau de desigualdade de renda no país declinou 7,9%, passando de 0,570 em 2004 para 0,525 em 2013. Distrito Federal e Maranhão tem os maiores Coeficientes de Gini, mas são casos notoriamente distintos: enquanto no primeiro a renda *per capita* é muito alta, no segundo tal desigualdade se dá ainda com uma renda baixa. Já as UFs menos desiguais são Santa Catarina e Paraná.

Conclusões

5 melhores e piores resultados

Maiores rendas domiciliares *per capita* - 2013

- Distrito Federal: **R$ 1.848,90**
- São Paulo: **R$ 1.216,79**
- Santa Catarina: **R$ 1.209,08**
- Rio de Janeiro: **R$ 1.165,60**
- Rio Grande do Sul: **R$ 1.146,01**

Maiores crescimentos da renda domiciliar *per capita* 2004-2013

- Roraima: **117,6%**
- Bahia: **84,4%**
- Rio Grande do Norte: **80,1%**
- Mato Grosso do Sul: **79,7%**
- Piauí: **72%**

Menores rendas domiciliares *per capita* - 2013

- Alagoas: **R$ 497,82**
- Maranhão: **R$ 507,62**
- Ceará: **R$ 549,01**
- Pará: **R$ 560,18**
- Piauí: **R$ 576,43**

Piores crescimentos da renda domiciliar *per capita* 2004-2013

- Acre: **34,5%**
- Rio de Janeiro: **36,2%**
- Pará: **39,2%**
- Rondônia: **42,3%**
- Rio Grande do Sul: **44,6%**

Conclusões

5 melhores e piores resultados

Menores porcentagens de pobres - 2013

- Santa Catarina: **5,7%**
- Mato Grosso do Sul: **6,3%**
- Goiás: **7,6%**
- Minas Gerais: **7,8%**
- Mato Grosso : **8,1%**

Maiores reduções da porcentagens de pobres 2004-2013

- Roraima: **-38,0 p.p.**
- Piauí: **-33,2 p.p.**
- Pernambuco: -**31,8 p.p**.
- Alagoas: **-31,0 p.p.**
- Paraíba: -**30,5 p.p.**

Maiores porcentagens de pobres - 2013

- Maranhão: **40,6%**
- Alagoas: **38,8%**
- Acre: **35,7%**
- Pará: **33,2%**
- Amazonas: **33,1%**

Menores reduções da porcentagens de pobres 2004-2013

- Santa Catarina: **-9,6 p.p.**
- Rio de Janeiro: **-13,5 p.p.**
- São Paulo: -**14,8 p.p.**
- Rio Grande do Sul: **-15,1 p.p.**
- Mato Grosso: **-15,7 p.p.**

Conclusões

5 melhores e piores resultados

Menores coeficientes de Gini-2013

- Santa Catarina: **0,431**
- Paraná: **0,464**
- Rondônia: **0,474**
- Rio Grande do Sul: **0,476**
- Goiás: **0,480**

Maiores variações no coeficiente de Gini: 2004 - 2013

- Pernambuco: -**17,5%**
- Paraná: **-14,5%**
- Piauí: **-12,9%**
- Acre: -**11,7%**
- Paraíba: **-11,6%**

Maiores coeficientes de Gini-2013

- Distrito Federal: **0,574**
- Maranhão: **0,559**
- Bahia: **0,557**
- Sergipe: **0,556**
- Amazonas: **0,542**

Menores variações no coeficiente de Gini: 2004 - 2013

- Amazonas: **1,1%**
- Bahia: **0,3%**
- Sergipe: **-0,4%**
- Rio de Janeiro: **-3,1%**
- Amapá: **-3,7%**

Estratégias para Desenvolvimento Social

1 PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

- Fomentar o dinamismo econômico do Estado, com especial atenção à interiorização do desenvolvimento, de forma a propiciar a geração de emprego e renda em todas as regiões do Estado.
- Estimular a criação de Arranjos Produtivos Locais (APLs), em especial nas regiões de baixo dinamismo do Estado, visando promover o desenvolvimento inclusivo local e regional.
- Fomentar a geração de emprego e renda para a população com baixa escolaridade, estimulando o empreendedorismo através do apoio às Micro e Pequenas Empesas, da ampliação do acesso ao microcrédito produtivo e da simplificação de processos burocráticos para formalização, abertura e fechamento de empresas.
- **Exemplos:** Criação da Secretaria de Apoio às MPE (SESAMPE) – RS; Programa Crediamigo – NE

2 INSERÇÃO PRODUTIVA

- Ampliar a oferta de formação profissional de qualidade para jovens com baixa renda (com esforço de atualização e reforço).
- Disponibilizar a todos os alunos do Ensino Médio da rede pública estadual uma rede de inclusão do jovem, com a oportunidade de adquirir experiência profissional e concluir seus estudos.
- Prover aos beneficiários do Bolsa Família capacitação, apoio à identificação e direcionamento para oportunidades profissionais e estímulo ao empreendedorismo.
- **Exemplos:** Programa Vida Melhor - BA

Estratégias para Desenvolvimento Social



3 PROGRAMAS SOCIAIS DIRECIONADOS E FOCALIZADOS PARA REDUÇÃO DA POBREZA

- Garantir o foco do programa Bolsa Família no atendimento das famílias elegíveis e de suas condicionalidades, utilizando mecanismo de busca ativa para o cadastramento de famílias e monitorando o cumprimento das condicionalidades.
- Criar bolsa especial para estudantes pobres focado na redução da evasão escolar, associado a cursos especiais de recuperação e aceleração dos estudos.
- Instituir programa de transferência de renda complementar ao Bolsa Família, para famílias com grande vulnerabilidade, associado a condicionalidades, preferencialmente, relacionadas ao desempenho dos alunos pobres.
- **Exemplos:** Programa Renda Melhor - RJ, Programa Panela Cheia – MT; DF Sem Miséria - DF.

4 POPULAÇÃO EM RISCO SOCIAL

- Desenvolver serviços socioassistenciais especializados a indivíduos e famílias em situação de riscos pessoal e social com violação de direitos e ruptura de vínculos familiares e comunitários.
- Promover a segurança alimentar e nutricional sustentável de famílias em condições de vulnerabilidade social e implantar as ações da política nacional de alimentação e nutrição.
- Desenvolver, incentivar e apoiar iniciativas que favoreçam a inclusão social e participativa de idosos, deficientes físicos e/ou intelectuais, analfabetos, iletrados, dependentes químicos e pessoas portadores de necessidades específicas de saúde e aprendizagem no geral.
- Ampliar a cobertura da rede de atendimento psicossocial, visando ao tratamento à saúde mental e dependência química, com foco em reinserção.

Estratégias para Desenvolvimento Social



5 CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Fortalecer a gestão do Sistema Único de Assistência Social, qualificando as ações da política estadual de assistência social.
- Utilizar o Cadastro Único Social como base para políticas intersetoriais de assistência social e inclusão produtiva, como transferência complementar de renda, microcrédito, empreendedorismo.

6 INTERVENÇÃO ARTICULADA EM TERRITÓRIOS/ÁREAS DE ALTA VULNERABILIDADE

- Intervir nas áreas urbanas de concentração de pobreza e de vulnerabilidade social com medidas articuladas de desenvolvimento social, qualidade ambiental, geração de emprego e de prestação de serviços públicos locais.

Dicionário de Variáveis

INDICADORES DE RESULTADO

Renda Média Domiciliar per capita (R$ constantes – out/2013): Média das rendas domiciliares per capita obtidas através do somatório de todas as rendas dos moradores de um município dividido pelo número total de moradores. Os valores foram deflacionados a partir do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ajustado para o primeiro dia do mês a partir da média geométrica entre os meses subsequentes. Fonte: OPE Sociais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2004-2013.

Porcentagem de Pobres: Porcentagem de pessoas abaixo da linha de pobreza. Estão sendo consideradas as linhas de pobreza regionalizadas do IPEA considerando a média nacional para a pobreza de R$ 248. A linha de pobreza inclui, além do valor mínimo necessário para adquirir uma cesta alimentar balanceada em determinado momento e lugar, o valor mínimo para satisfazer o conjunto das demais necessidades básicas (habitação, vestuário, higiene, saúde, educação, transporte, lazer, etc.). Os valores referem-se ao custo associado à satisfação das necessidades de uma pessoa durante um mês. Esse cálculo varia entre as regiões, os estados e as áreas urbana, rural e metropolitana. Fonte: OPE Sociais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2004-2013.

Coeficiente de Gini: Medida de desigualdade de renda que vai de 0 a 1, sendo 0 igualdade perfeita e 1 desigualdade máxima. Calculado a partir da Renda Domiciliar per capita (que inclui todas as rendas), incluindo os domicílios com renda zero. Fonte: OPE Sociais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2004-2013.

Dicionário de Variáveis

INDICADORES DE RECURSOS

Famílias Beneficiárias do Bolsa Família: Programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país (brasileiros com renda familiar per capita inferior a R$ 140,00 mensais) e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. Fonte: Cadastro Único / Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, 2004-2013 e jun/2014.

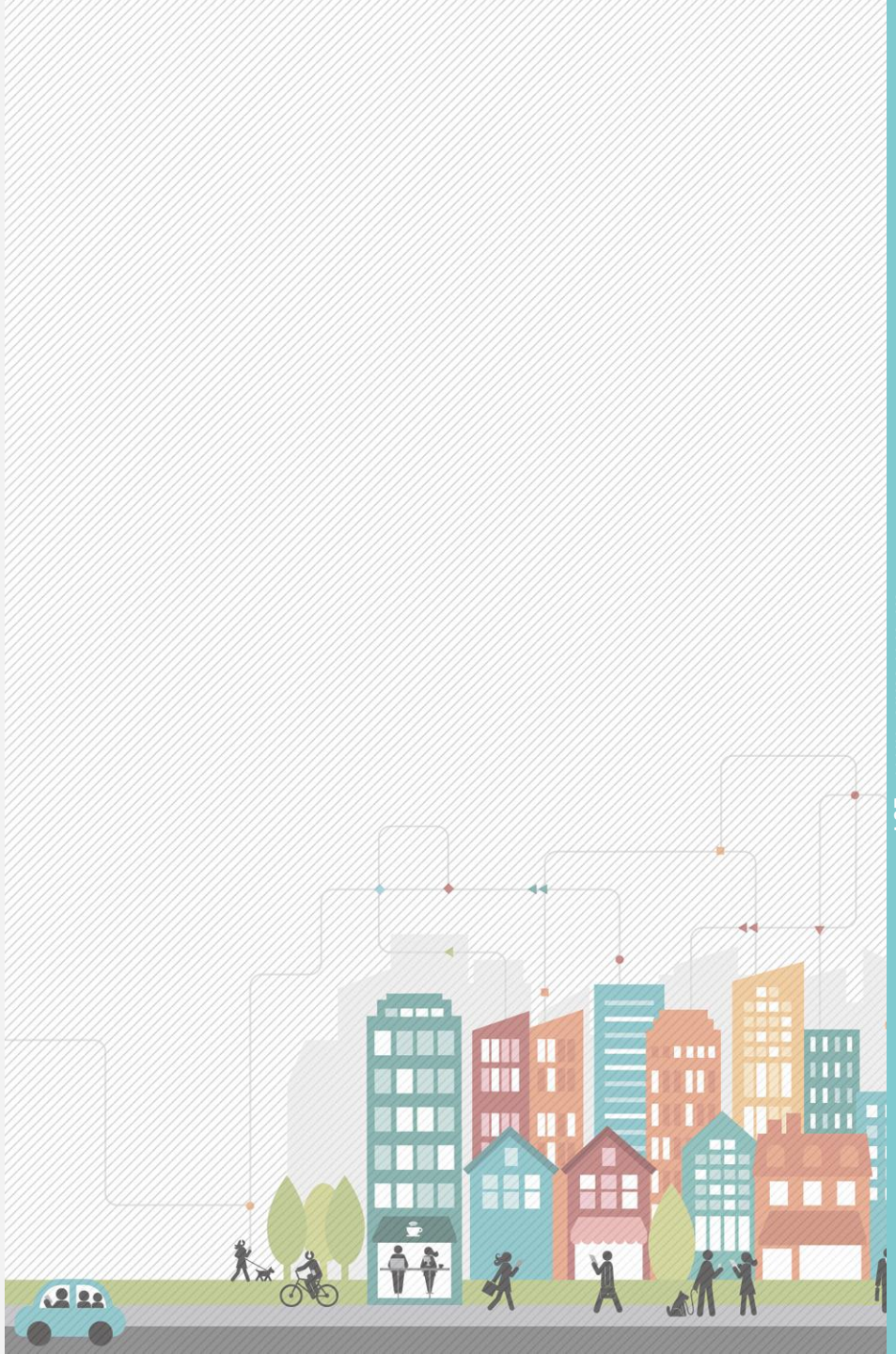
Volume de Recursos destinado à assistência Social:

- **Valor Médio do Benefício - Benefício de Prestação Continuada (BPC) (R$ constantes - 2013):** Valor total dos amparos assistenciais emitidos a idosos e portadores de deficiência dividido pelo total de benefícios emitidos. O valor do benefício é de 1 salário mínimo vigente e para receber o idoso ou portador de deficiência precisa comprovar sua condição e que o total de sua renda mensal e dos membros de sua família, dividido pelos integrantes, seja menor que 1/4 (um quarto) do salário mínimo vigente. Os valores foram deflacionados a partir do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).
- **Valor Médio do Benefício – Bolsa Família (R$ constantes - 2013):** Valor total dos benefícios distribuídos a famílias em situação de pobreza e extrema pobreza (brasileiros com renda familiar per capita inferior a R$ 140,00 mensais) dividido pelo total de famílias beneficiárias do bolsa família. Os valores foram deflacionados a partir do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Fonte: Cadastro Único / Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, 2004-2013.

BIBLIOGRAFIA

- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Disponível em http://www.sidra.ibge.gov.br/. Acessado em junho de 2014.
- Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Disponível em http://www.leigeral.com.br/portal/main.jsp. Acessado em setembro de 2014.
- MDS. Ministério do Desenvolvimento Social. Cadastro Único 2002 – 2013 e junho/2014. Disponível em http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico. Acessado em maio de 2014.
- Ministério da Previdência Social. Anuário Estatístico da Previdência Social – AEPS 2002-2012. Disponível em http://www.previdencia.gov.br/estatisticas/. Acessado em setembro de 2014.
- OPE Sociais. Oportunidade, Pesquisa e Estudos Sociais. Tabulações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD. Acessado em setembro de 2014.
- Programa Crediamigo do Nordeste. Disponível em http://www.banconordeste.gov.br/crediamigo/. Acessado em setembro de 2014.
- Programa DF sem Miséria do Distrito Federal, DF. Disponível em http://www.sedest.df.gov.br/sobre-a-secretaria/plano-df-sem-miseria.html. Acessado em setembro de 2014.
- Programa Panela Cheia do Mato Grosso, MT. Disponível em http://mt.gov.br/editorias/acao-social/governo-do-estado-expande-programa-panela-cheia-para-os-141-municipios/100317. Acessado em setembro de 2014.
- Programa Renda Melhor do Rio de Janeiro, RJ. Disponível em http://www.rj.gov.br/web/seasdh/exibeconteudo?article-id=459324. Acessado em setembro de 2014.
- Programa Vida Melhor da Bahia, BA. Disponível em http://www.sedes.ba.gov.br/pagina/vida_melhor. Acessado em setembro de 2014.

Anexo



Renda Domiciliar Per Capita

RENDA MÉDIA DOMICILIAR PER CAPITA (R$ OUT/2013) – 2004-2013

Posição 2013	UF	2013	2004	Posição 2004	Variação % (2004-2013)	Posição Variação
1	DF	R$ 1.848,90	R$ 1.181,08	1	57%	17
2	SP	R$ 1.216,79	R$ 827,65	3	47%	21
3	SC	R$ 1.209,08	R$ 775,98	5	56%	18
4	RJ	R$ 1.165,60	R$ 855,75	2	36%	26
5	RS	R$ 1.146,01	R$ 792,47	4	45%	23
6	PR	R$ 1.117,43	R$ 756,87	6	48%	20
7	MS	R$ 1.081,39	R$ 601,86	10	80%	4
8	MT	R$ 999,60	R$ 628,89	8	59%	14
9	GO	R$ 977,25	R$ 618,24	9	58%	15
	Brasil	**R$ 938,31**	**R$ 618,97**		**52%**	
10	MG	R$ 937,11	R$ 577,93	11	62%	10
11	ES	R$ 911,56	R$ 629,08	7,0	45%	22
12	RR	R$ 755,36	R$ 347,18	24	118%	1
13	RO	R$ 749,66	R$ 526,95	12	42%	24
14	TO	R$ 713,40	R$ 447,02	13	60%	11
15	RN	R$ 712,69	R$ 395,80	19	80%	3
16	AP	R$ 707,68	R$ 417,81	16	69%	7
17	SE	R$ 702,29	R$ 440,33	14	59%	12
18	AM	R$ 655,46	R$ 411,43	17	59%	13
19	BA	R$ 654,40	R$ 354,90	22	84%	2
20	PB	R$ 614,10	R$ 377,80	21	63%	8
21	PE	R$ 597,39	R$ 390,87	20	53%	19
22	AC	R$ 591,15	R$ 439,59	15	34%	27
23	PI	R$ 576,43	R$ 335,19	25	72%	5
24	PA	R$ 560,18	R$ 402,33	18	39%	25
25	CE	R$ 549,01	R$ 347,36	23	58%	16
26	MA	R$ 507,62	R$ 312,83	26	62%	9
27	AL	R$ 497,82	R$ 290,95	27	71%	6

Fonte: OPE Sociais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Porcentagem de Pobres

PORCENTAGEM DE POBRES (%) – 2004-2013

Posição 2013	UF	2013	2004	Posição 2004	Variação p.p. (2004-20132)	Posição Variação
1	SC	5,7	15,3	1	-9,6	27
2	MS	6,3	25,3	6	-18,9	16
3	GO	7,6	24,6	4	-17,0	21
4	MG	7,8	26,6	11	-18,8	17
5	MT	8,1	23,7	3	-15,7	23
6	PR	8,1	25,8	8	-17,6	20
7	DF	8,4	26,5	10	-18,1	18
8	SP	8,7	23,6	2	-14,8	25
9	ES	9,4	25,1	5	-15,8	22
10	RS	10,2	25,3	7	-15,1	24
11	RJ	12,6	26,1	9	-13,5	26
	Brasil	**17,6**	**37,5**		**-19,9**	
12	RO	20,1	37,9	12	-17,8	19
13	RR	24,4	62,3	23	-37,9	1
14	TO	25,6	51,1	13	-25,4	10
15	RN	27,4	57,0	18	-29,5	7
16	SE	28,7	52,1	14	-23,5	12
17	AP	28,8	53,8	16	-24,9	11
18	PE	31,4	63,3	24	-31,8	3
19	PB	31,4	61,9	21	-30,5	5
20	CE	31,8	62,1	22	-30,3	6
21	PI	32,0	65,2	25	-33,2	2
22	BA	32,6	60,8	20	-28,2	8
23	AM	33,1	52,2	15	-19,2	15
24	PA	33,2	54,0	17	-20,8	14
25	AC	35,7	57,2	19	-21,6	13
26	AL	38,8	69,8	27	-31,0	4
27	MA	40,6	68,2	26	-27,6	9

Fonte: OPE Sociais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).
Estão sendo consideradas as linhas de pobreza regionalizadas do IPEA considerando a média nacional para a pobreza de R$ 248.
A Linha de Pobreza inclui, além do valor mínimo necessário para adquirir uma cesta alimentar nutricionalmente adequada em determinado momento e lugar, o valor mínimo para satisfazer o conjunto das demais necessidades básicas, considerando também as de habitação, vestuário, higiene, saúde, educação, transporte, lazer, etc. Os valores referem-se ao custo associado a satisfação das necessidades de uma pessoa durante um mês.

PORCENTAGEM DE EXTREMAMENTE POBRES

PORCENTAGEM DE EXTREMAMENTE POBRES(%) – 2004-2013

Posição 2013	UF	2013	2004	Posição 2004	Variação p.p. (2004-2013)	Posição Variação
1	SC	1,9	4,2	1	-2,3	26
2	PR	2,2	8,0	8	-5,8	17
3	GO	2,2	5,5	2	-3,2	24
4	MS	2,4	7,0	6	-4,7	21
5	DF	2,4	9,8	11	-7,4	16
6	MG	2,7	7,6	7	-4,9	19
7	SP	2,9	6,8	5	-3,9	23
8	RS	3,1	8,7	10	-5,5	18
9	ES	3,5	6,6	4	-3,1	25
10	MT	4,0	6,2	3	-2,2	27
11	RJ	4,1	8,3	9	-4,2	22
12	RO	5,8	10,7	12	-4,9	20
	Brasil	**6,2**	**15,4**		**-9,2**	
13	RR	6,4	36,6	25	-30,2	1
14	SE	7,6	23,0	16	-15,4	12
15	TO	7,7	21,1	13	-13,4	13
16	AP	8,5	24,6	17	-16,1	10
17	RN	8,9	27,6	19	-18,6	7
18	PB	9,3	31,1	22	-21,8	5
19	PI	10,2	33,5	23	-23,3	3
20	PA	10,4	21,8	14	-11,4	14
21	AC	11,1	26,6	18	-15,4	11
22	PE	11,3	33,7	24	-22,4	4
23	BA	12,0	28,7	20	-16,7	9
24	AM	12,2	22,8	15	-10,6	15
25	CE	12,3	30,5	21	-18,1	8
26	AL	14,2	38,5	26	-24,3	2
27	MA	20,6	40,6	27	-20,0	6

Fonte: OPE Sociais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).
Estão sendo consideradas as linhas de pobreza regionalizadas do IPEA considerando a média nacional para a pobreza de R$ 124.
A Linha de Pobreza inclui, além do valor mínimo necessário para adquirir uma cesta alimentar nutricionalmente adequada em determinado momento e lugar, o valor mínimo para satisfazer o conjunto das demais necessidades básicas, considerando também as de habitação, vestuário, higiene, saúde, educação, transporte, lazer, etc. Os valores referem-se ao custo associado a satisfação das necessidades de uma pessoa durante um mês.

COEFICIENTE DE GINI

COEFICIENTE DE GINI– 2004-2013

Posição 2013	UF	2013	2004	Posição 2004	Variação% (2004-2013)	Posição Variação
1	SC	0,431	0,458	1	-5,9%	20
2	PR	0,464	0,543	12	-14,5%	2
3	RO	0,474	0,515	2	-8,1%	15
4	RS	0,476	0,526	4	-9,5%	10
5	GO	0,480	0,533	7	-9,9%	9
6	MG	0,485	0,540	10	-10,1%	8
7	SP	0,489	0,524	3	-6,6%	17
8	ES	0,490	0,547	13	-10,5%	7
9	MS	0,492	0,530	6	-7,0%	16
10	PE	0,500	0,606	25	-17,5%	1
11	MT	0,501	0,526	5	-4,8%	22
12	PA	0,504	0,537	9	-6,2%	19
13	CE	0,512	0,574	20	-10,8%	6
14	PI	0,513	0,588	22	-12,9%	3
15	TO	0,517	0,552	15	-6,4%	18
16	AL	0,521	0,572	19	-8,9%	12
17	PB	0,522	0,590	23,0	-11,6%	5,0
18	AP	0,522	0,542	11	-3,7%	23
	Brasil	**0,525**	**0,570**		**-7,9%**	
19	AC	0,525	0,595	24	-11,7%	4
20	RR	0,530	0,583	21	-9,0%	11
21	RJ	0,531	0,548	14	-3,1%	24
22	RN	0,538	0,569	18	-5,4%	21
23	AM	0,542	0,536	8	1,1%	27
24	SE	0,556	0,559	17	-0,4%	25
25	BA	0,557	0,555	16	0,3%	26
26	MA	0,559	0,609	26	-8,1%	14
27	DF	0,574	0,625	27	-8,2%	13

Fonte: OPE Sociais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

RAZÃO ENTRE A RENDA MÉDIA DOS 10% MAIS RICOS E DOS 40% MAIS POBRES

RAZÃO ENTRE A RENDA MÉDIA DOS 10% MAIS RICOS E DOS 40% MAIS POBRES

Posição 2013	UF	2013	2004	Posição 2004	Variação% (2004-2013)	Variação Posição
1	SC	8,8	10,1	1	-1,3	24
2	PR	10,5	16,2	12	-5,7	7
3	RS	11,1	15,0	5	-3,8	13
4	RO	11,2	13,9	2	-2,8	18
5	GO	11,4	15,1	6	-3,8	14
6	SP	11,9	14,6	3	-2,7	19
7	MG	11,9	16,0	10	-4,1	12
8	MS	12,2	15,1	7	-3,0	15
9	ES	12,2	16,7	13	-4,5	11
10	MT	12,6	14,8	4	-2,1	21
11	PE	13,1	23,3	25	-10,3	1
12	PA	13,1	15,5	8	-2,4	20
13	PI	13,8	20,8	21	-7,0	4
14	CE	13,9	19,2	19	-5,3	9
15	TO	14,2	17,1	15	-2,9	17
16	PB	14,4	21,0	22	-6,6	6
17	AP	14,5	16,2	11	-1,7	22
18	RR	14,6	21,9	24	-7,4	3
19	AL	14,8	19,3	20	-4,5	10
	Brasil	**15,0**	**19,6**		**-4,6**	
20	AC	15,1	21,7	23	-6,6	5
21	RJ	15,1	16,8	14	-1,7	23
22	RN	16,0	18,9	18	-2,9	16
23	AM	16,5	15,8	9	0,8	27
24	SE	17,2	17,8	17	-0,6	25
25	BA	17,8	17,4	16	0,4	26
26	MA	18,8	24,2	26	-5,4	8
27	DF	20,2	29,4	27	-9,2	2

Fonte: OPE Sociais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Macroplan®
Prospectiva, Estratégia & Gestão

VOLTAR PARA O PAINEL DE NAVEGAÇÃO

Desafios da
GESTÃO ESTADUAL

8

Condições de vida

Visão Geral

- ✓ A "***condição de vida***" da população está intimamente ligada à existência de bons serviços de **saneamento básico** (rede coletora de esgoto, coleta de lixo e abastecimento de água) e de **moradias** adequadas

- ✓ No que tange os serviços de **saneamento básico**, embora sejam estes definidos *a priori* como de competência municipal, na última década, tem-se atribuído maior papel ao Estado em uma *gestão compartilhada*[1] dessa competência, sobretudo nas regiões metropolitanas e microrregiões estaduais

- ✓ Já em relação às **moradias**, cabe às Secretarias de Habitação, em parceria com as Companhias Estaduais de Habitação (COHAB's)[2], planejar, coordenar e integrar as políticas de habitação do Estado, elaborando planos e programas relativos à progressiva supressão do déficit habitacional e à legalização dos processos de regularização fundiária e urbanística. O Estado também segue diretrizes nacionais em relação à política habitacional, cujo maior exemplo é o programa "Minha Casa Minha Vida"

INDICADORES DE RESULTADO

Moradia:

- Déficit Habitacional
- Aglomerados subnormais

Saneamento básico:

- Proporção de Domicílios com Saneamento Básico Adequado
- Proporção de Domicílios com rede coletora de esgoto ou fossa séptica
- Proporção de Domicílios com coleta de lixo
- Proporção de Domicílios com rede geral de abastecimento de água

Recursos hídricos:

- Proporção de Municípios com abastecimento satisfatório de água

[1] http://ultima-instancia.jusbrasil.com.br/noticias/100368319/stf-decide-pela-gestao-compartilhada-em-regioes-metropolitanas

[2] As COHAB's, presentes na maioria dos Estados brasileiros (à exceção de MT, PI, RO, RS, SE e TO e de AL, AP, CE, ES, MA, MS, esta últimas com Agências Estaduais) são empresas estatais que atuam por intermédio das Secretarias de Habitação, adquirindo, por meio de licitações, terrenos e glebas para a construção de moradias direcionadas à população de baixa renda. Para uma lista completa das companhias de cada estado, ver: http://www.abc.habitacao.org.br/index.php/associadas/

Considerando as moradias, as condições de vida são preocupantes: o *Déficit Habitacional* teve pequena redução nos últimos 5 anos ...

- ✓ Em 2012, 5,8 milhões de domicílios brasileiros – 9,1% do total de domicílios do País – encontravam-se em condições não desejáveis (precariamente construídos/em condições insalubres ou excessivamente habitados ou com aluguéis excessivamente onerados)
- ✓ Essa quantidade representa um déficit habitacional de moradias a construir, de modo a prover novas unidades habitacionais voltadas à melhoria da realidade habitacional brasileira

- ✓ As UFs do Sul, lideradas pelo Rio Grande do Sul (5%), apresentaram os menores déficits habitacionais, ...
- ✓ ... ao passo que estados do Norte e Nordeste apresentaram os piores resultados, com Maranhão (21,9%) e Amazonas (16,9%)

- ✓ Entre 2007 e 2012, a maioria dos estados registrou uma leve tendência de queda do déficit habitacional
- ✓ Mato Grosso, Acre e Distrito Federal foram os únicos que apresentaram aumento do déficit neste período

Déficit habitacional relativo (%) – 2007-2012

Posição 2012	UF	2012	2007	Variação p.p. 2012-2007	Δ Pos.	
1	RS	5,0	7,5	-2,5	▲	(1)
2	ES	6,6	9,0	-2,4	▲	(6)
3	SC	6,7	7,4	-0,7	▼	(2)
4	PR	6,8	7,6	-0,8	▼	(1)
5	RO	7,4	10,7	-3,3	▲	(6)
6	MG	7,7	8,6	-0,9	–	
6	MS	7,7	10,0	-2,3	▲	(3)
8	RJ	8,0	8,8	-0,8	▼	(1)
9	BA	8,2	12,2	-4,0	▼	(5)
10	GO	8,3	8,4	-0,1	▼	(5)
10	MT	8,3	8,0	0,3	▼	(7)
12	PE	8,6	11,3	-2,7	–	
13	AP	9	19,8	-10,8	▲	(13)
	Brasil	**9,1**	**10,7**	**-1,6**		
14	SP	9,2	9,4	-0,2	▼	(5)
15	CE	9,6	13,7	-4,1	▲	(5)
15	PB	9,6	11,9	-2,3	▼	(3)
17	AL	9,7	13,4	-3,7	▲	(1)
18	PI	10,8	16,6	-5,8	▲	(5)
19	TO	11,6	17,2	-5,6	▲	(5)
20	SE	11,7	12,3	-0,6	▼	(5)
21	PA	12,2	16,2	-4,0	▲	(1)
22	RN	12,3	13,6	-1,3	▼	(3)
23	RR	12,4	13,3	-0,9	▼	(6)
24	AC	14,1	12,4	1,7	▼	(8)
25	DF	16,2	14,0	2,2	▼	(4)
26	AM	16,9	18,4	-1,5	▼	(1)
27	MA	21,9	29,1	-7,2	–	

Fonte: Fundação João Pinheiro/MG. Disponível em http://www.fjp.mg.gov.br/.

... E, CONCOMITANTEMENTE, OS **AGLOMERADOS SUBNORMAIS** PERSISTEM NA MAIOR PARTE DOS ESTADOS.

- ✓ OS AGLOMERADOS SUBNORMAIS SÃO UMA REALIDADE NOS CENTROS URBANOS E PERIFERIAS DAS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS, E SÃO CARACTERIZADOS PELA ESCASSEZ DE SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS, OCUPAÇÃO IRREGULAR, DENSIDADE E DESORNAMENTO
- ✓ AO TODO, 5,6% DOS DOMICÍLIOS BRASILEIROS ENCONTRAVAM-SE EM AGLOMERADOS EM 2010, O QUE REPRESENTAVAM 11,4 MILHÕES DE PESSOAS DISTRIBUÍDAS EM 3,2 MILHÕES DE DOMICÍLIOS

- ✓ OS DESTAQUES NEGATIVOS FICAM POR CONTA DE PE, AM, RJ, AP E PA, QUE POSSUÍAM MAIS DE 10% DE SEUS DOMICÍLIOS EM ÁREAS SUBNORMAIS
- ✓ DE FATO, O CASO MAIS FAMOSO É O RJ, CUJA CAPITAL É CONHECIDA COMO "CIDADE PARTIDA" PELO CONTRASTE ENTRE AS FAVELAS E OS CONDOMÍNIOS DE ALTO PADRÃO DIVIDINDO ESPAÇO EM ÁREAS NOBRES

PORCENTAGEM DE DOMICÍLIOS EM AGLOMERADOS SUBNORMAIS (%) - 2010



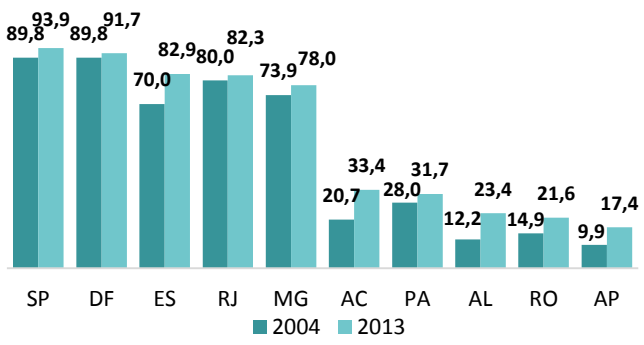
Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE.

A COBERTURA DO **SANEAMENTO BÁSICO** NO BRASIL PROGRIDE ...

- ✓ A UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO É UM DESAFIO RECONHECIDO PELOS ESPECIALISTAS, MAS QUE TEM AVANÇADO LENTAMENTE NA AGENDA NACIONAL, COM IMPACTOS NEGATIVOS, SOBRETUDO NA SAÚDE DA POPULAÇÃO E NO MEIO AMBIENTE
- ✓ AINDA RESTAM 30% DOS DOMICÍLIOS BRASILEIROS COM SANEAMENTO BÁSICO INADEQUADO, ISTO É, COM CARÊNCIAS NA PROVISÃO DE ÁGUA, ESGOTO OU COLETA DE LIXO

- ✓ TODOS OS ESTADOS DO SUL E DO SUDESTE, ALÉM DE RR E DO DF, ENCONTRAM-SE ACIMA DA MÉDIA BRASILEIRA. ENTRE OS 5 PIORES CASOS, 4 ESTÃO NA REGIÃO NORTE

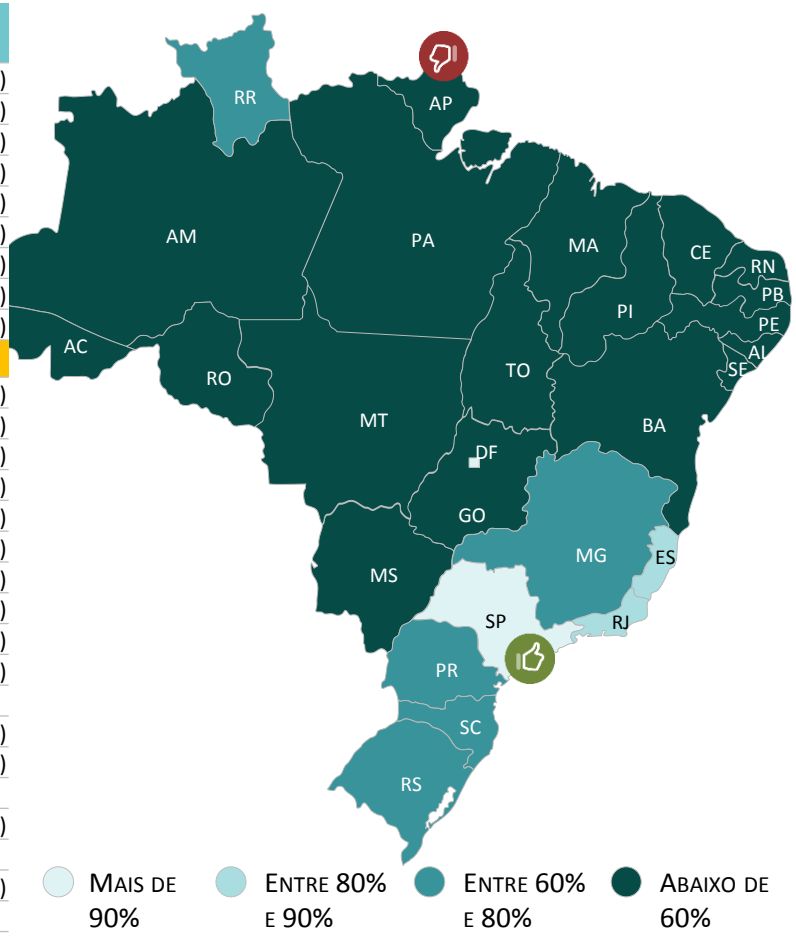
SANEAMENTO BÁSICO (%) - 5 MAIORES E 5 MENORES



PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM SANEAMENTO BÁSICO ADEQUADO (%) – 2013

MUDANÇA DE POSIÇÃO RELATIVA NA COMPARAÇÃO COM 2003 (Nº).

Posição 2013	UF	2013	Δ Pos.
1	SP	93,9	▲ (1)
2	DF	91,7	▼ (1)
3	ES	82,9	▲ (2)
4	RJ	82,3	▼ (1)
5	MG	78,0	▼ (1)
6	RR	76,8	▲ (3)
7	PR	75,3	▲ (3)
8	RS	74,3	▼ (2)
9	SC	70,1	▼ (1)
Brasil		**69,3**	
10	PB	59,6	▲ (1)
11	PI	58,9	▲ (4)
12	BA	57,3	▲ (1)
13	SE	56,3	▼ (6)
14	PE	54,7	▲ (2)
15	RN	54,3	▼ (3)
16	GO	51,7	▲ (3)
17	AM	50,2	▼ (3)
18	MS	48,0	▲ (8)
19	CE	45,1	▼ (2)
20	MT	34,8	–
21	TO	34,5	▲ (1)
22	MA	34,4	▼ (4)
23	AC	33,4	–
24	PA	31,7	▼ (3)
25	AL	23,4	–
26	RO	21,6	▼ (2)
27	AP	17,4	–



Fonte: OPE Sociais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)/IBGE.

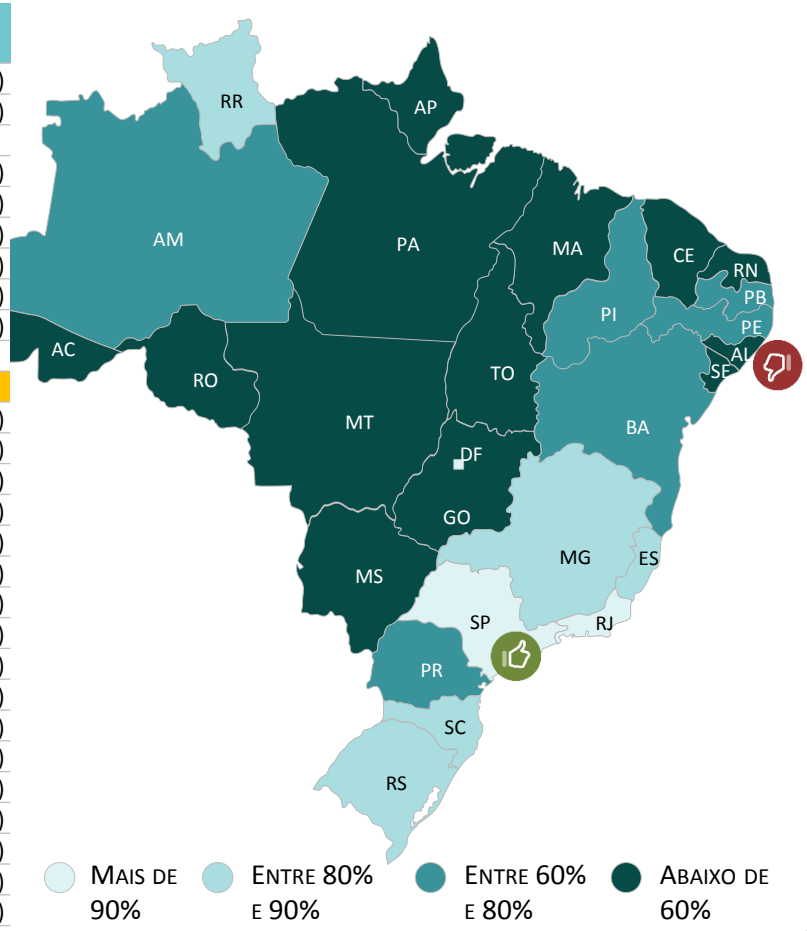
... MAS AINDA HÁ NECESSIDADE DE AVANÇOS EM TODOS OS INDICADORES QUE O COMPÕEM, ENTRE ELES O **ESGOTAMENTO SANITÁRIO ...**

O ESGOTAMENTO SANITÁRIO COM REDE COLETORA OU FOSSA SÉPTICA É UM SERVIÇO QUE CONTEMPLA 75,9% DOS DOMICÍLIOS BRASILEIROS

- ✓ NO CE, MT, RO, TO, AP E AL, MAIS DA METADE DAS CASAS NÃO DISPÕEM DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO ADEQUADO
- ✓ ACIMA DO VALOR MÉDIO DO BRASIL, ENCONTRAM-SE TODOS OS ESTADOS DO SUL E SUDESTE E O DF, O QUE DEMONSTRA A DESIGUALDADE DAS CONDIÇÕES DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO ENTRE OS ESTADOS BRASILEIROS. RR E PI SÃO EXCEÇÕES DE DESTAQUE
- ✓ NO PIAUÍ, ESSA PROPORÇÃO TEVE UMA EXPRESSIVA VARIAÇÃO ENTRE 2004 E 2013 (28,5 P.P.), PERMITINDO UMA MELHORA NA POSIÇÃO RELATIVA (EM 2004, ERA O 15º; EM 2013, O 9º)
- ✓ AS MAIORES VARIAÇÕES ENTRE 2004 E 2013, OCORRERAM NOS ESTADOS MENOS DESENVOLVIDOS: MS, POR EXEMPLO, MAIS QUE QUADRUPLICOU ESSA PROPORÇÃO. EM 2004, ERA O PIOR ESTADO EM PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM ESGOTAMENTO SANITÁRIO

PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM REDE COLETORA DE ESGOTO OU FOSSA SÉPTICA (%) – 2013
MUDANÇA DE POSIÇÃO RELATIVA NA COMPARAÇÃO COM 2004 (Nº).

Posição 2013	UF	2013	Δ Pos.
1	SP	96,3	▲ (1)
2	DF	96,1	▼ (1)
3	RJ	92,8	–
4	ES	89,6	▲ (4)
5	RR	86,2	▲ (1)
6	SC	82,8	▼ (2)
7	RS	82,7	▼ (2)
8	MG	81,5	▼ (1)
9	PI	79,7	▲ (6)
10	PR	78,3	–
Brasil		**75,9**	
11	PB	64,4	▲ (1)
12	BA	62,3	▲ (4)
13	AM	62,1	▼ (2)
14	PE	61,1	▲ (6)
15	RN	59,1	▼ (1)
16	SE	58,2	▼ (7)
17	GO	56,4	▲ (6)
18	PA	56,2	▼ (5)
19	AC	54,6	▼ (1)
20	MA	51,9	▼ (3)
21	MS	50,1	▲ (6)
22	CE	49,1	▼ (3)
23	MT	39,4	▼ (2)
24	RO	37,7	▼ (2)
25	TO	36,6	▼ (1)
26	AP	33,3	▼ (1)
27	AL	30,4	▼ (1)



Fonte: OPE Sociais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)/IBGE.

... E A **COLETA DE LIXO**, QUE CONTINUA NÃO GARANTIDA PARA UMA PARCELA CONSIDERÁVEL DA POPULAÇÃO.

- ✓ Em cerca de 11% dos domicílios brasileiros não há algum serviço regular de coleta de lixo

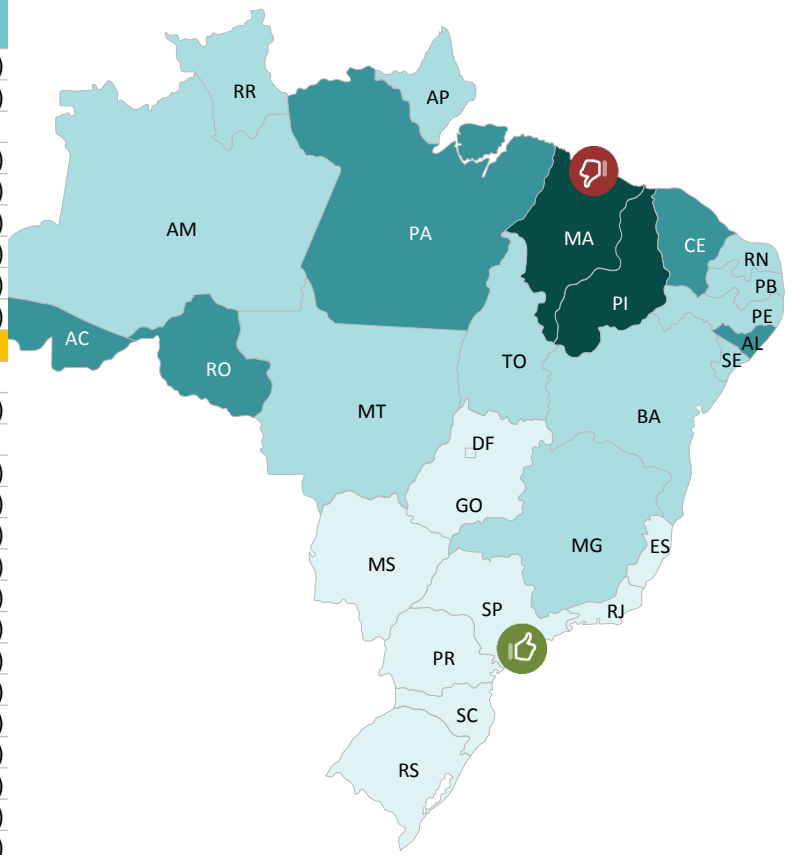
- ✓ No entanto, a proporção de domicílios com coleta de lixo direta ou indireta teve grande aumento entre 2004 e 2013 na maioria dos estados. Vale destacar o PI, com aumento de 17,16 p.p. Apenas dois apresentaram queda no período: DF (-0,43 p.p.) e AP (-0,41 p.p.).

- ✓ Todos os estados das regiões Norte e Nordeste estão abaixo da média nacional. Mesmo com a grande melhora nos últimos anos, a presença de coleta de lixo nesses estados continua distante de se tornar universalizada.

- ✓ Somente em 3 estados brasileiros a coleta de lixo está próxima da universalização: SP (99%), DF (97,8%) e RJ (97,8%).

PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM COLETA DE LIXO (%) – 2013
Mudança de posição relativa na comparação com 2004 (nº).

Posição 2013	UF	2013	Δ Pos.
1	SP	99,0	▲ (1)
2	DF	97,8	▼ (1)
3	RJ	97,8	–
4	SC	95,0	▲ (2)
5	PR	93,8	▲ (3)
6	GO	92,8	▼ (1)
7	RS	92,3	▲ (2)
8	ES	92,0	▲ (3)
9	MS	90,6	▼ (2)
Brasil		**89,4**	
10	MG	89,3	–
11	AP	88,2	▼ (7)
12	RN	87,5	–
13	PE	85,5	▲ (1)
14	SE	84,8	▼ (1)
15	AM	84,6	▲ (2)
16	PB	83,2	▼ (1)
17	MT	83,1	▲ (1)
18	RR	82,1	▼ (2)
19	BA	80,3	▲ (3)
20	TO	80,3	▲ (1)
21	AC	79,7	▲ (4)
22	AL	78,6	▼ (3)
23	CE	76,8	▼ (3)
24	RO	75,8	▼ (1)
25	PA	75,1	▼ (1)
26	PI	67,2	▲ (1)
27	MA	57,4	▼ (1)



Fonte: OPE Sociais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)/IBGE.

O **ABASTECIMENTO DE ÁGUA** TEM INDICADORES MELHORES, MAS DISTANTE DA UNIVERSALIZAÇÃO ...

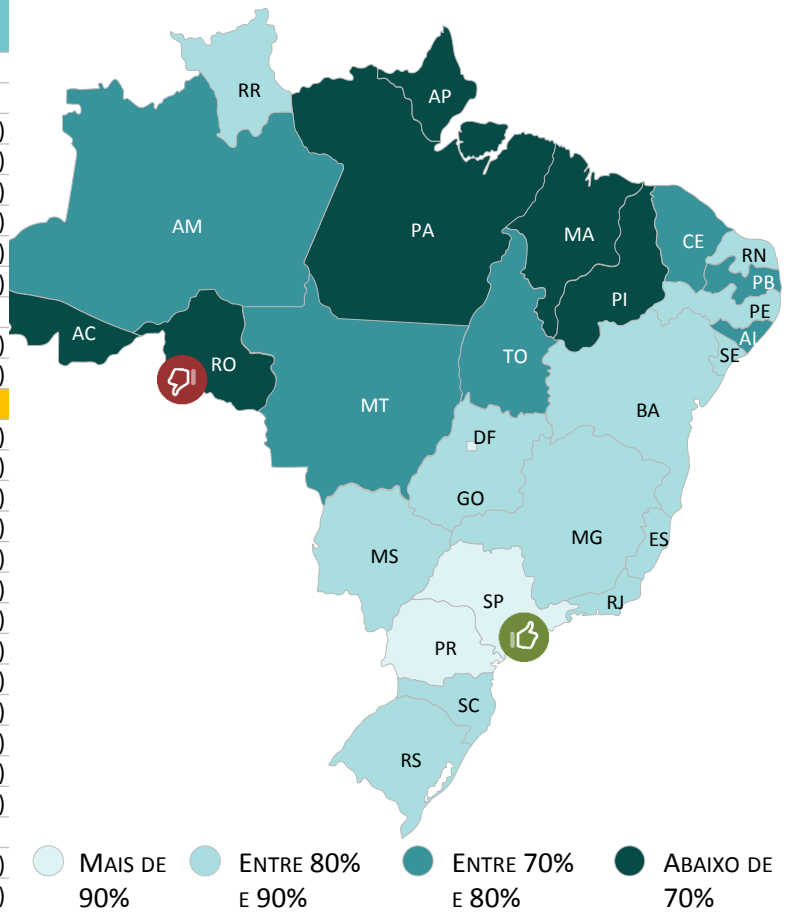
- ✓ Cerca de 84% dos domicílios brasileiros são abastecidos com água provenientes da rede geral de distribuição. Os demais 16% são abastecidos com águas de poço, nascentes, chuvas ou demais formas
- ✓ Entre os estados do Norte e Nordeste, os únicos que têm nível acima do brasileiro são RN (87,5%) e SE (84,9%)

- ✓ Em termos de variação (2004-2013), o problema de abastecimento de água teve grande redução na última década na maioria dos estados
- ✓ MT, por exemplo, conta com 29% a mais de domicílios onde já chega água em 2013, em relação a 2004

- ✓ Um dos Objetivos do Milênio[1] é a redução à metade da proporção da população sem acesso à agua potável até 2015. Pelo critério adotado no país, mais específico que o da ONU, o Brasil precisaria avançar mais 5,8 p.p entre 2013 e 2015 para alcançar esta meta

PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM REDE GERAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (%) – 2013
Mudança de posição relativa na comparação com 2003 (nº).

Posição 2013	UF	2013	Δ Pos.
1	SP	96,2	–
2	DF	94,8	–
3	PR	90,5	▲ (1)
4	ES	88,5	▲ (4)
5	RS	88,2	▲ (1)
6	RN	87,5	▲ (5)
7	RJ	87,4	▼ (4)
8	MG	85,8	▼ (3)
9	MS	85,0	–
10	SE	84,9	▼ (3)
11	RR	84,5	▼ (1)
Brasil		**84,0**	
12	SC	82,8	▲ (1)
13	GO	82,1	▼ (1)
14	BA	81,5	▲ (3)
15	PE	80,8	▲ (1)
16	PB	79,7	▼ (2)
17	TO	78,4	▲ (1)
18	MT	78,0	▲ (3)
19	CE	75,0	▼ (4)
20	AL	70,7	▲ (2)
21	AM	70,0	▼ (2)
22	PI	67,2	▲ (1)
23	MA	58,7	▲ (1)
24	AP	53,3	▼ (4)
25	PA	47,0	–
26	AC	46,8	▲ (1)
26	RO	45,6	▼ (1)



Fonte: OPE Sociais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)/IBGE. [1] UN, Millennium Development Goals. Disponível em http://www.un.org/millenniumgoals/

... e a maioria dos Estados têm insuficiência de **recursos hídricos.**

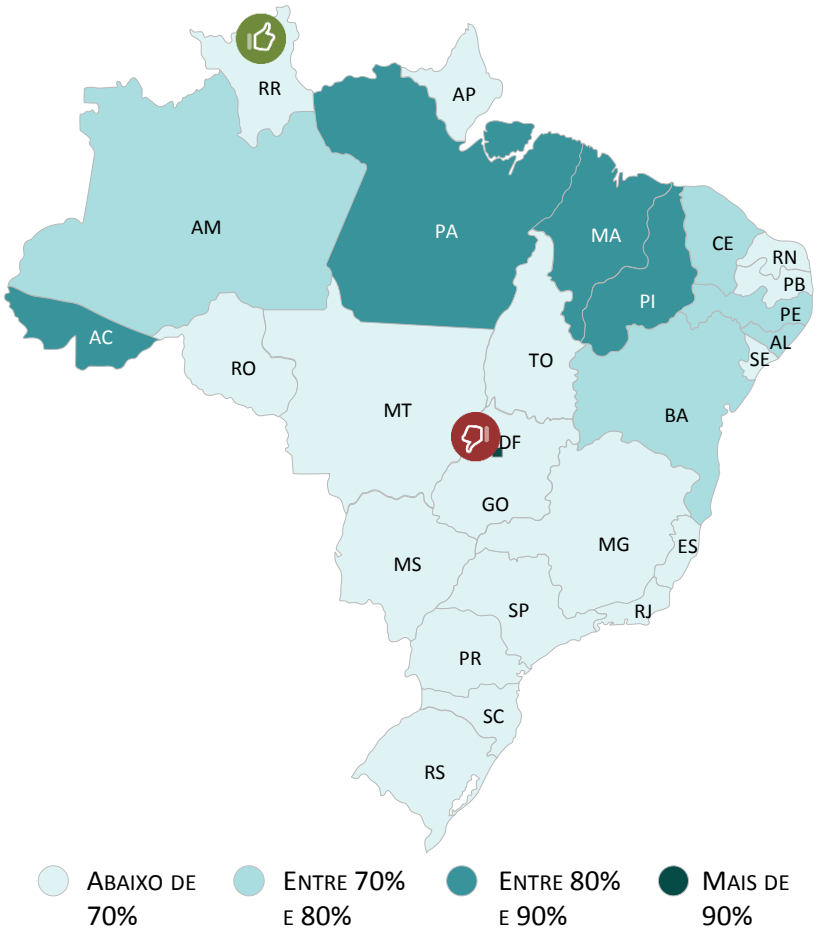
- ✓ Dos 5.565 municípios brasileiros, 55% poderão ter déficit no abastecimento de água no ano de 2015, segundo cálculo da Agência Nacional de Águas (ANA)

- ✓ Os estados do Norte e Nordeste têm um desempenho ruim, dada a precariedade dos pequenos sistemas de abastecimento de água do Norte, a escassez hídrica no Semiárido e a baixa disponibilidade de água das bacias hidrográficas litorâneas do Nordeste

- ✓ No Sudeste, os principais problemas decorrem da elevada concentração urbana e da complexidade dos sistemas produtores de abastecimento, que motivam, muitas vezes, disputas pelas mesmas fontes hídrica

PROPORÇÃO DE MUNICÍPIOS DO ESTADO COM RECURSOS HÍDRICOS INSATISFATÓRIOS (%) – 2010

Posição 2010	UF	2010
1	RR	27%
2	SP	36%
3	PR	37%
4	RS	38%
5	MT	40%
6	ES	44%
7	GO	46%
8	MS	46%
9	RO	48%
10	RJ	49%
11	TO	49%
12	MG	50%
13	SE	53%
14	SC	54%
Brasil		**55%**
15	RN	59%
16	PB	64%
17	AP	69%
18	PE	70%
19	AM	73%
20	CE	73%
21	BA	78%
22	AL	78%
23	AC	82%
24	PI	85%
25	PA	85%
26	MA	87%
27	DF	100%

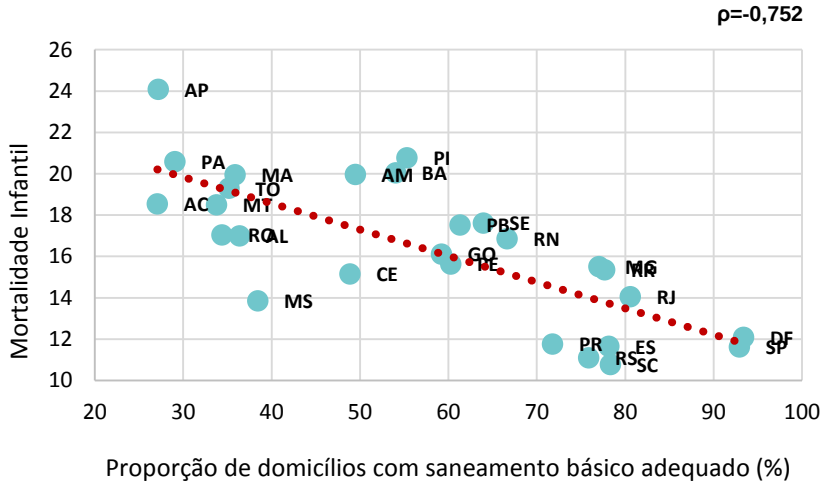


Fonte: Agência Nacional de Águas (ANA).

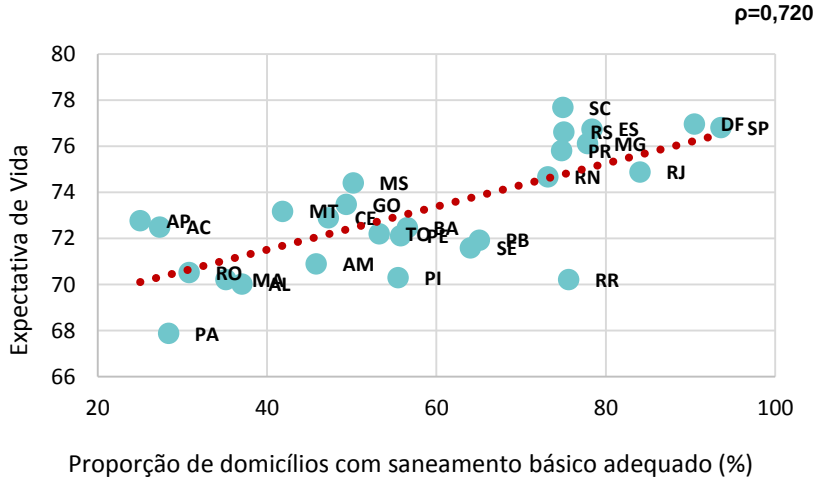
A INADEQUAÇÃO DESSAS CONDIÇÕES DE SANEAMENTO TEM SEUS **EFEITOS ADVERSOS.**

- ✓ CONDIÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO COMO ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E COLETA DE LIXO DE UM DOMICÍLIO ESTÃO DIRETAMENTE LIGADAS ÀS CONDIÇÕES DE SAÚDE DE SEUS MORADORES
- ✓ ESTADOS COM MAIORES PROPORÇÕES DE DOMICÍLIOS COM SANEAMENTO BÁSICO ADEQUADO APRESENTARAM MENORES TAXAS DE MORTALIDADE INFANTIL E MAIOR EXPECTATIVA DE VIDA. DISTRITO FEDERAL E SÃO PAULO, POR EXEMPLO, SÃO AS UFS COM MELHORES CONDIÇÕES DE SANEAMENTO E MELHORES INDICADORES DE SAÚDE PÚBLICA

SANEAMENTO BÁSICO (2011) E MORTALIDADE INFANTIL (2011)



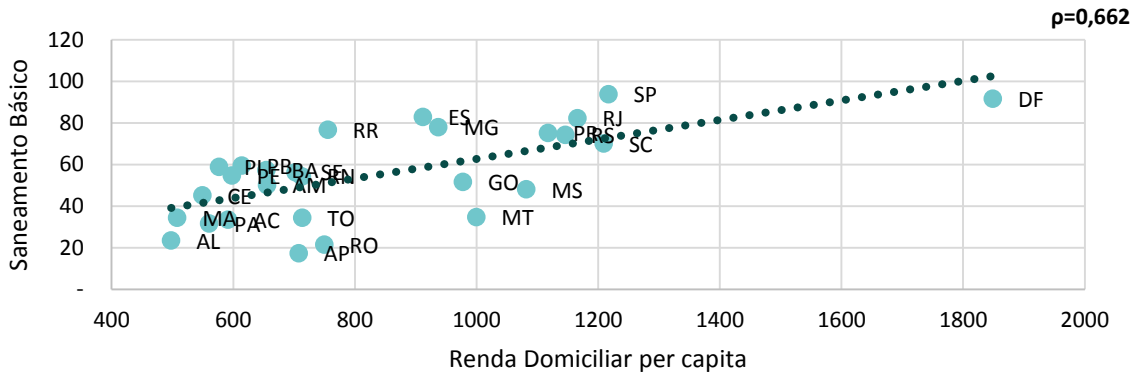
SANEAMENTO BÁSICO (2012) E EXPECTATIVA DE VIDA (2012)



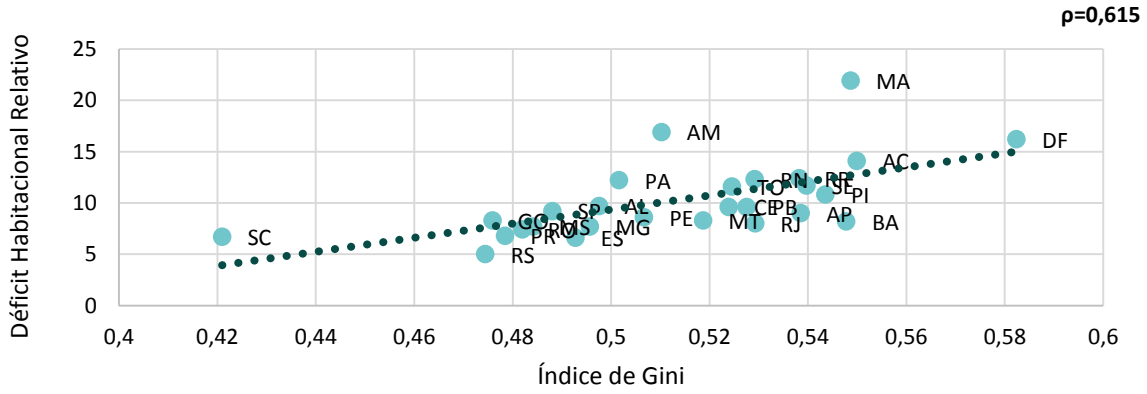
Fonte: OPE Sociais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)/IBGE.

OS **ESTADOS MAIS POBRES E MAIS DESIGUAIS** APRESENTAM AS PIORES CONDIÇÕES DE VIDA.

SANEAMENTO BÁSICO (2013) E RENDA DOMICILIAR *PER CAPITA* (2013)



DÉFICIT HABITACIONAL (2012) X COEFICIENTE DE GINI (2012)



- ✓ HÁ CORRELAÇÃO POSITIVA ENTRE SANEAMENTO BÁSICO E RENDA *PER CAPITA*, SUGERINDO QUE QUANTO MAIOR A RENDA, MAIOR O ACESSO AOS SERVIÇOS ESSENCIAIS DE ÁGUA, ESGOTO E COLETA DE LIXO

- ✓ DE FORMA SEMELHANTE, A DISPARIDADE DE RENDA E O DÉFICIT HABITACIONAL ESTÃO POSITIVAMENTE CORRELACIONADOS

Fonte: OPE Sociais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)/IBGE. Fundação João Pinheiro/MG

Conclusões

O saneamento básico no Brasil progride, mas ainda está longe da universalização: o quadro mais alarmante está nas regiões mais pobres. Nos estados do Norte e Nordeste, os índices de saneamento adequado estão muito aquém dos alcançados nas regiões do Sudeste e Sul (à exceção de alguns *outliers*, como RN e PI). Essas condições de vida inadequadas impactam diretamente nas condições de saúde pública e, por conseguinte, esses são os estados brasileiros onde persistem os problemas da saúde básica do País.

A inadequação das moradias brasileiras também é um empecilho para os Estados brasileiros, pobres ou ricos. Déficits habitacionais e os aglomerados subnormais trazem à tona processos de urbanização como favelização e periferização, os quais acabam por influenciar as péssimas condições de saneamento.

A despeito do fenômeno de aumento de renda presenciado nos últimos anos, não houve uma subsequente melhoria nas condições de vida da população dos Estados brasileiros no geral e principalmente nos Estados mais pobres. Os serviços básicos de saneamento não alcançam os mais necessitados e, em relação à habitação, o déficit ocorre tanto em Estados mais desfavorecidos, quanto em Estados de maior porte, que concentram maior densidade demográfica e extensas metrópoles.

CONCLUSÕES

MAIORES PROPORÇÕES DE DOMICÍLIOS COM SANEAMENTO ADEQUADO - 2013

- São Paulo: **93,9%**
- Distrito Federal: **91,7%**
- Espírito Santo: **82,9%**
- Rio de Janeiro: **82,3%**
- Minas Gerais: **78%**

MAIORES VARIAÇÕES NA PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM SANEAMENTO ADEQUADO 2004-2013

- Mato Grosso do Sul: **37,1 p.p.**
- Piauí: **20 p.p.**
- Goiás: **19,4 p.p.**
- Pernambuco: **18,4 p.p.**
- Bahia: **13,4 p.p.**

MENORES PROPORÇÕES DE DOMICÍLIOS COM SANEAMENTO ADEQUADO - 2013

- Amapá: **17,4%**
- Rondônia: **21,6%**
- Alagoas: **23,4%**
- Pará: **31,7%**
- Acre: **33,4%**

MAIORES VARIAÇÕES NA PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM SANEAMENTO ADEQUADO 2004-2013

- Sergipe: **-11,8 p.p.**
- Distrito Federal: **1,9 p.p.**
- Maranhão: **1,9 p.p.**
- Santa Catarina: **2,1 p.p.**
- Rio de Janeiro: **2,2 p.p.**

ESTRATÉGIAS PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA

1 POLÍTICAS HABITACIONAIS

- Redefinir a estrutura fundiária das cidades com regularização e legalização das áreas com assentamentos informais das cidades.
- Urbanizar áreas de assentamentos informais com infraestrutura e acesso a serviços públicos adequados.
- Estimular a construção e melhoria das unidades habitacionais para a população de baixa renda.
- Coibir novas ocupações ilegais e a expansão horizontal ou vertical das comunidades estabelecidas, a partir do uso efetivo de ecolimites e de um monitoramento aerofotográfico constante.

2 SANEAMENTO BÁSICO

- Implementar as diretrizes do Plano Nacional de Saneamento Básico.
- Ampliar a rede de esgotamento sanitário das cidades médias e grandes, com foco na expansão do tratamento.
- Implementar sistemas simplificados de esgotamento sanitário no meio rural e nos povoamentos dispersos.
- Instituir incentivos aos municípios para investimento em saneamento com mecanismos de distribuição do FPM e do ICMS social e ambiental.

3 RECICLAGEM & GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

- Estimular os municípios para que estes invistam na ampliação do sistema de coleta, seleção, tratamento e destino final do lixo.
- Eliminar gradativamente os aterros sanitários.
- Promover soluções consorciadas e sustentáveis para destinação e tratamento de resíduos sólidos.
- Estimular a reciclagem e a logística reversa de resíduos sólidos de risco para a saúde humana de modo a alcançar o padrão europeu e norte-americano.

ESTRATÉGIAS PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA

4 ABASTECIMENTO DE ÁGUA

- Ampliar os sistemas de tratamento e oferta de água para consumo humano nas cidades.
- Recuperar as redes e tubulações antigas de distribuição de água para melhorar eficiência e reduzir desperdício do sistema.
- Ampliar o sistema de poços e dessalinizações para oferta de água em municípios de pequeno porte e no meio rural.
- Fortalecer a capacidade de planejamento, monitoramento, gestão e regulação dos recursos hídricos.
- Ampliar a rede de barragens, adutoras e açudes e realizar a dragagem e revitalização dos rios urbanos.
- Desenhar, implementar e operar sistema de parcerias público-privadas para projetos de recursos hídricos e de irrigação.

5 PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA

- Atuar como intermediador entre municípios e associações de municípios (consórcios) de modo a garantir ganhos de eficiência nas três esferas do saneamento básico, e também no manejo de resíduos sólidos.
- Ampliar, qualificar e fortalecer as instituições públicas de planejamento e gestão urbana nos municípios e nas regiões metropolitanas, com destaque para o modelo de governança metropolitana de forma pactuada e compartilhada.
- Implantar modelo de gestão e monitoramento das ações em saneamento e habitação com metas para os municípios.

ESTRATÉGIAS PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA

PROMOÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

- Promover reestruturação e mudança tecnológica das empresas em atividades econômicas de grande impacto ambiental para reduzir os efluentes e resíduos que degradam o meio ambiente, além de reciclar e reutilizar recursos.
- Estimular e apoiar a coleta seletiva de resíduos sólidos nos municípios com centrais de triagem por região e promover a criação de aterros sanitários com modernas técnicas de reciclagem e de produção de energia.
- Fortalecer a educação ambiental nas escolas em todos os níveis de ensino e promover campanha de conscientização ambiental para as empresas e população em geral.
- Ampliar e aprimorar a distribuição do ICMS ambiental como estímulo aos municípios na conservação dos recursos naturais e na recuperação de áreas degradadas, aproveitamento de efluentes e dejetos domiciliares, industriais e comerciais, e aproveitamento de fontes energéticas alternativas.

6

Dicionário de Variáveis

INDICADORES DE RESULTADO

Moradia:

- **Aglomerados subnormais:** Proporção de domicílios em localizados em aglomerados subnormais. Aglomerado subnormal é um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas...) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. Fonte: Censo Demográfico/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2010.
- **Déficit Habitacional**: Informações mais recentes sobre as necessidades habitacionais no Brasil, calculadas de acordo com a Metodologia desenvolvida pela Fundação João Pinheiro (FJP). Como déficit habitacional entende-se a noção mais imediata e intuitiva de necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação detectados em certo momento. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos), coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo), ônus excessivo com aluguel urbano e adensamento excessivo de domicílios alugados. O déficit habitacional relativo é a proporção de domicílios em situação não adequada em relação ao total de domicílios particulares permanentes. Fonte: Fundação João Pinheiro – FJP à partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD e CENSO 2010/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2007-2012.

Saneamento básico:

- **Proporção Domicílios com Saneamento Básico Adequado:** Percentual de domicílios que apresentam três condições consideradas adequadas de saneamento: Rede coletora de esgoto ou fossa séptica, ligada ou não à rede coletora; Coleta de lixo direta ou indireta; e Abastecimento de água por rede geral, com ou sem canalização interna. Fonte: OPE Sociais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2004-2013.

Dicionário de Variáveis

INDICADORES DE RESULTADO

- **Proporção Domicílios com rede coletora de esgoto ou fossa séptica**: Percentual de domicílios que dispõem de escoadouro de dejetos através de ligação do domicílio à rede coletora ou fossa séptica. Considera-se a cobertura de esgotamento sanitário por Rede coletora de esgoto ou pluvial quando a canalização das águas servidas e dos dejetos, provenientes do banheiro ou sanitário, estiver ligada a um sistema de coleta que conduz para um desaguadouro geral da área, região ou município, mesmo que o sistema não disponha de estação de tratamento da matéria esgotada; Fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial quando as águas servidas e os dejetos, provenientes do banheiro ou sanitário forem esgotados para uma fossa, onde passam por processo de tratamento ou decantação, sendo a parte líquida canalizada para um desaguadouro geral da área, região ou município; e Fossa séptica não ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial quando as águas servidas e os dejetos, provenientes do banheiro ou sanitário, forem esgotados para uma fossa, onde passam por um processo de tratamento ou decantação, sendo a parte líquida absorvida no próprio terreno. Fonte: OPE Sociais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2004-2013.

- **Proporção Domicílios com coleta de lixo:** Percentual de domicílios atendidos, direta ou indiretamente, por serviço regular de coleta de lixo domiciliar. Considera-se o atendimento direto quando a coleta do lixo é realizada no domicílio, por empresa de limpeza urbana (pública ou particular); e indireto, quando o lixo é depositado em caçamba, tanque ou outro depósito, sendo posteriormente coletado por serviço ou empresa de limpeza urbana (pública ou privada). Fonte: OPE Sociais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2004-2013.

- **Proporção Domicílios com rede geral de abastecimento de água:** Percentual de domicílios servidos por rede geral de abastecimento, com ou sem canalização domiciliar. Considera-se a cobertura de rede de abastecimento de água com canalização interna quando o domicílio possui canalização em pelo menos um cômodo e a água utilizada for proveniente de rede geral de distribuição; e sem canalização quando a água utilizada no domicílio for proveniente de rede geral de distribuição canalizada para o terreno ou propriedade onde está localizado o domicílio. Fonte: OPE Sociais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2004-2013.

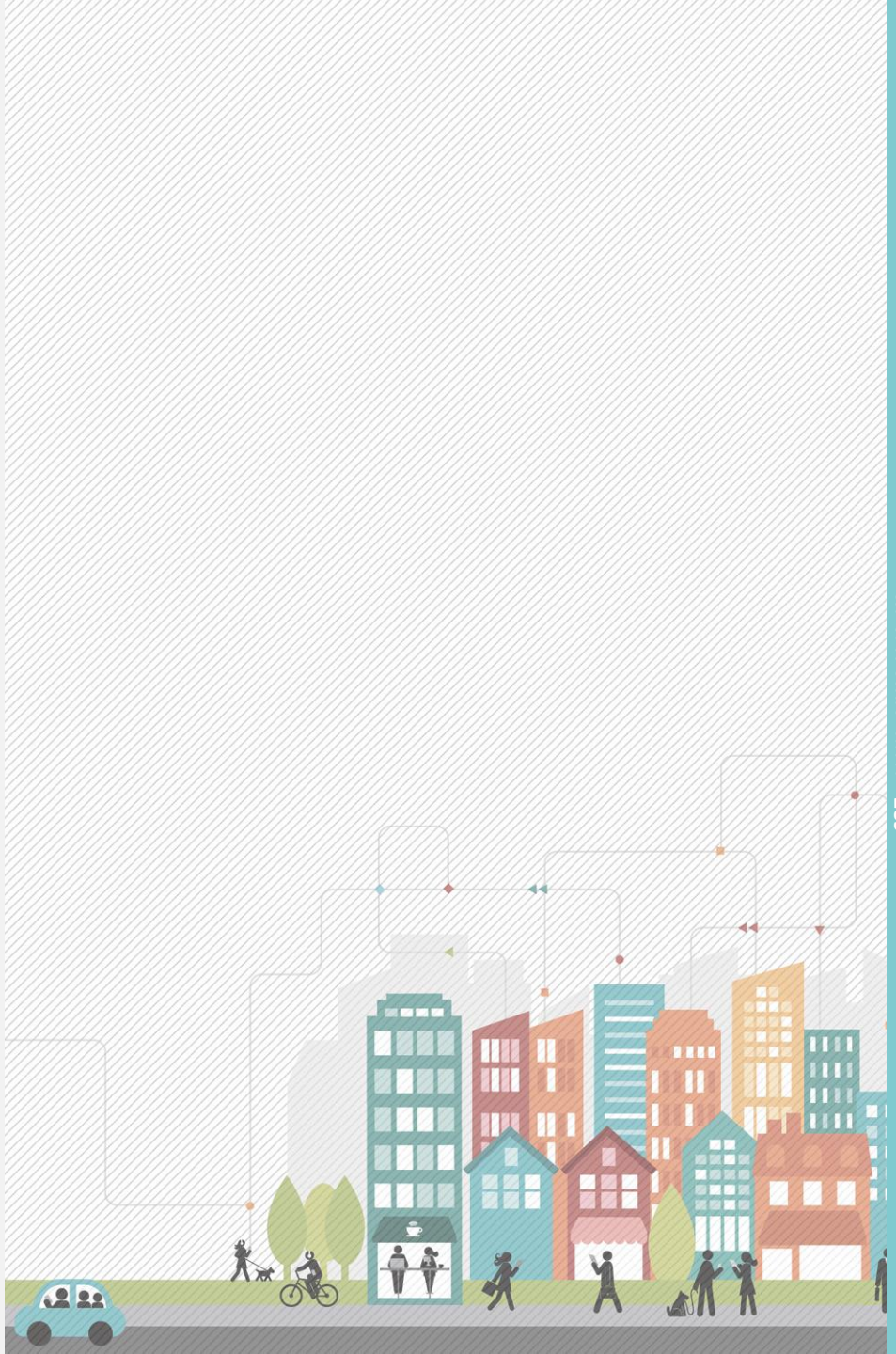
Recursos hídricos:

- **proporção de municípios com abastecimento satisfatório de água:** Abastecimento satisfatório estimado com base nas demandas de cada subsistema para todos os municípios em cada UF. Cálculo realizado pela Agência Nacional de água (ANA), com base nos dados do Censo Demográfico 2010 e respectivas projeções populacionais para 2015. Fonte: Agência Nacional de Águas – ANA.

BIBLIOGRAFIA

- ANA. Agência Nacional de Águas. Atlas Brasil - Abastecimento Urbano de Água 2011. Acessado em julho de 2014.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico. Disponível em http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/defaultcd2010.asp?o=4&i=P. Acessado em agosto de 2014.
- FJP. Fundação João Pinheiro. Déficit Habitacional no Brasil. Disponível em http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/produtos-e-servicos1/2742-deficit-habitacional-no-brasil-3. Acessado em agosto de 2014.
- OPE Sociais. Oportunidade, Pesquisa e Estudos Sociais. Tabulações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD. Acessado em setembro de 2014.

Anexo



DÉFICIT HABITACIONAL

DÉFICIT HABITACIONAL RELATIVO (%) – 2007-2012

Posição 2012	UF	2012	2007	Posição 2007	Variação p.p. 2007-2012	Posição Variação
1	RS	5	7,5	2	-2,5	11
2	ES	6,6	9	8	-2,4	12
3	SC	6,7	7,4	1	-0,7	21
4	PR	6,8	7,6	3	-0,8	20
5	RO	7,4	10,7	11	-3,3	9
6	MG	7,7	8,6	6	-0,9	18
6	MS	7,7	10	10	-2,3	14
8	RJ	8	8,8	7	-0,8	19
9	BA	8,2	12,2	14	-4,0	6
10	GO	8,3	8,4	5	-0,1	24
10	MT	8,3	8	4	0,3	25
12	PE	8,6	11,3	12	-2,7	10
13	AP	9	19,8	26	-10,8	1
	Brasil	**9,1**	**10,7**		**-1,6**	
14	SP	9,2	9,4	9	-0,2	23
15	CE	9,6	13,7	20	-4,1	5
15	PB	9,6	11,9	13	-2,3	13
17	AL	9,7	13,4	18	-3,7	8
18	PI	10,8	16,6	23	-5,8	3
19	TO	11,6	17,2	24	-5,6	4
20	SE	11,7	12,3	15	-0,6	22
21	PA	12,2	16,2	22	-4,0	6
22	RN	12,3	13,6	19	-1,3	16
23	RR	12,4	13,3	17	-0,9	17
24	AC	14,1	12,4	16	1,7	26
25	DF	16,2	14	21	2,2	27
26	AM	16,9	18,4	25	-1,5	15
27	MA	21,9	29,1	27	-7,2	2

Fonte: Fundação João Pinheiro/MG

SANEAMENTO BÁSICO ADEQUADO

PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM SANEAMENTO BÁSICO ADEQUADO (%) – 2004-2013

Posição 2013	UF	(%) 2013	(%) 2004	Posição 2004	Variação p.p. 2004-2013	Posição Variação
1	SP	93,9	89,8	2	4,10	20
2	DF	91,7	89,8	1	1,91	26
3	ES	82,9	70,0	5	12,87	6
4	RJ	82,3	80,0	3	2,22	23
5	MG	78,0	73,9	4	4,11	19
6	RR	76,8	65,0	9	11,77	9
7	PR	75,3	63,4	10	11,86	8
8	RS	74,3	69,9	6	4,38	18
9	SC	70,1	68,0	8	2,11	24
	Brasil	**69,3**	**62,4**		**6,81**	
10	PB	59,6	50,2	11	9,31	12
11	PI	58,9	38,9	15	20,02	2
12	BA	57,3	44,0	13	13,39	5
13	SE	56,3	68,1	7	-11,77	27
14	PE	54,7	36,3	16	18,41	4
15	RN	54,3	48,2	12	6,17	17
16	GO	51,7	32,3	19	19,38	3
17	AM	50,2	43,9	14	6,25	16
18	MS	48,0	11,0	26	37,08	1
19	CE	45,1	34,0	17	11,19	11
20	MT	34,8	31,5	20	3,35	22
21	TO	34,5	25,4	22	9,06	13
22	MA	34,4	32,5	18	1,93	25
23	AC	33,4	20,7	23	12,71	7
24	PA	31,7	28,0	21	3,67	21
25	AL	23,4	12,2	25	11,21	10
26	RO	21,6	14,9	24	6,65	15
27	AP	17,4	9,9	27	7,49	14

Fonte: OPE Sociais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)/IBGE.

REDE COLETORA DE ESGOTO OU FOSSA SÉPTICA

PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM REDE COLETORA DE ESGOTO OU FOSSA SÉPTICA (%) – 2004-2013

Posição 2013	UF	(%) 2013	(%) 2004	Posição 2004	Variação p.p. 2004-2013	Posição Variação
1	SP	96,3	91,0	2	5,24	17
2	DF	96,1	94,7	1	1,40	25
3	RJ	92,8	88,8	3	4,02	19
4	ES	89,6	73,8	8	15,79	7
5	RR	86,2	76,9	6	9,23	13
6	SC	82,8	81,0	4	1,87	24
7	RS	82,7	79,5	5	3,16	22
8	MG	81,5	76,2	7	5,29	16
9	PI	79,7	51,2	15	28,53	2
10	PR	78,3	66,9	10	11,41	10
	Brasil	**75,9**	**68,1**		**7,80**	
11	PB	64,4	54,0	12	10,35	11
12	BA	62,3	48,8	16	13,52	8
13	AM	62,1	58,5	11	3,56	21
14	PE	61,1	38,3	20	22,78	4
15	RN	59,1	52,1	14	6,95	15
16	SE	58,2	73,6	9	-15,39	27
17	GO	56,4	33,2	23	23,25	3
18	PA	56,2	52,2	13	3,93	20
19	AC	54,6	42,4	18	12,24	9
20	MA	51,9	47,6	17	4,22	18
21	MS	50,1	11,5	27	38,60	1
22	CE	49,1	39,0	19	10,07	12
23	MT	39,4	38,0	21	1,35	26
24	RO	37,7	35,7	22	1,95	23
25	TO	36,6	28,3	24	8,32	14
26	AP	33,3	16,4	25	16,98	5
27	AL	30,4	14,1	26	16,35	6

Fonte: OPE Sociais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)/IBGE.

Coleta de Lixo

DOMICÍLIOS COM COLETA DE LIXO DIRETA OU INDIRETA (%) – 2004-2013

Posição 2013	UF	(%) 2013	(%) 2004	Posição 2004	Variação p.p. 2004-2013	Posição Variação
1	SP	99,0	98,1	2	0,99	24
2	DF	97,8	98,2	1	-0,43	27
3	RJ	97,8	97,2	3	0,57	25
4	SC	95,0	87,8	6	7,16	14
5	PR	93,8	87,3	8	6,50	15
6	GO	92,8	88,2	5	4,68	19
7	RS	92,3	87,2	9	5,09	18
8	ES	92,0	84,5	11	7,48	10
9	MS	90,6	87,6	7	2,98	23
	Brasil	**89,4**	**84,6**		**4,71**	
10	MG	89,3	85,0	10	4,34	21
11	AP	88,2	88,6	4	-0,41	26
12	RN	87,5	82,9	12	4,67	20
13	PE	85,5	76,1	14	9,36	6
14	SE	84,8	79,7	13	5,11	17
15	AM	84,6	73,7	17	10,88	3
16	PB	83,2	75,0	15	8,20	9
17	MT	83,1	73,7	18	9,36	7
18	RR	82,1	74,7	16	7,38	11
19	BA	80,3	69,6	22	10,76	4
20	TO	80,3	70,2	21	10,05	5
21	AC	79,7	66,4	25	13,35	2
22	AL	78,6	71,3	19	7,29	13
23	CE	76,8	71,2	20	5,58	16
24	RO	75,8	68,4	23	7,37	12
25	PA	75,1	66,5	24	8,55	8
26	PI	67,2	50,0	27	17,16	1
27	MA	57,4	54,1	26	3,31	22

Fonte: OPE Sociais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)/IBGE.

Abastecimento de Água

PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM REDE GERAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (%) – 2004-2013

Posição 2013	UF	(%) 2013	(%) 2004	Posição 2004	Variação 2004-2013	Posição Variação
1	SP	96,2	96,0	1	0,2	26
2	DF	94,8	92,5	2	2,3	22
3	PR	90,5	85,5	4	5,0	16
4	ES	88,5	82,1	8	6,4	12
5	RS	88,2	84,7	6	3,5	21
6	RN	87,5	79,3	11	8,2	11
7	RJ	87,4	86,3	3	1,1	23
8	MG	85,8	85,0	5	0,8	24
9	MS	85,0	80,9	9	4,1	19
10	SE	84,9	84,5	7	0,4	25
11	RR	84,5	80,0	10	4,4	18
	Brasil	**84,0**	**79,5**		**4,5**	
12	SC	82,8	76,7	13	6,1	13
13	GO	82,1	78,0	12	4,1	20
14	BA	81,5	69,1	17	12,4	5
15	PE	80,8	69,6	16	11,2	7
16	PB	79,7	75,0	14	4,7	17
17	TO	78,4	67,8	18	10,7	9
18	MT	78,0	60,4	21	17,6	1
19	CE	75,0	69,9	15	5,1	15
20	AL	70,7	57,0	22	13,7	4
21	AM	70,0	64,6	19	5,4	14
22	PI	67,2	55,7	23	11,4	6
23	MA	58,7	43,4	24	15,2	2
24	AP	53,3	64,4	20	-11,1	27
25	PA	47,0	37,4	25	9,6	10
26	AC	46,8	32,0	27	14,8	3
27	RO	45,6	34,6	26	11,1	8

Fonte: OPE Sociais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)/IBGE.

Macroplan®
Prospectiva, Estratégia & Gestão

VOLTAR PARA O PAINEL DE NAVEGAÇÃO

Desafios da
GESTÃO ESTADUAL

9

Institucional

Visão Geral

- ✓ O aperfeiçoamento da Gestão pública estadual depende, entre outros fatores, da eficiência e da qualidade de suas Instituições
- ✓ A parte Institucional deste estudo dedica-se a mensurar dois **indicadores de resultados,** associados à eficiência e qualidade das Instituições: **Índice de Transparência** (disponibilidade e facilidade de acesso às informações orçamentárias dos estados) e **Taxa de Congestionamento da Justiça** (velocidade e capacidade de resolução de conflitos do poder judiciário estadual)
- ✓ Os **indicadores de recursos** centram-se em despesas com justiça e recursos humanos dentro das instituições públicas estaduais

INDICADORES DE RESULTADO

- Índice de Transparência
- Taxa de Congestionamento da Justiça

INDICADORES DE RECURSOS

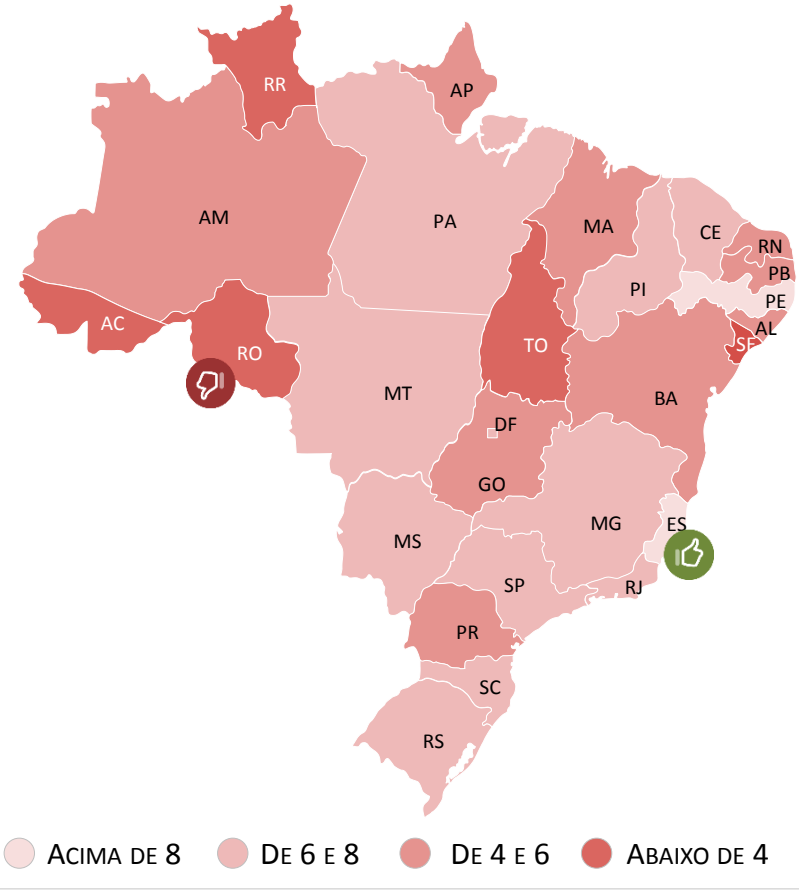
- Número de Magistrados por 100 mil habitantes
- Despesa total com Justiça *per capita*
- Número de pessoas com rendimento mensal até três salários mínimos por defensor público
- Proporção de funcionários públicos com Ensino Superior Completo no Setor Público Estadual

O **ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA** DAS INFORMAÇÕES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS APRESENTA GRANDE HETEROGENEIDADE NO PAÍS.

- ✓ A Transparência Internacional coloca o Brasil em 72º lugar entre 177 países no índice de Percepção de Corrupção[1]
- ✓ No Brasil, o índice de transparência utilizado - que mede a disponibilidade de informações sobre execução financeira e orçamentária na internet – apresenta grande heterogeneidade entre os estados
- ✓ ES, PE, SP, SC e PI são os Estados mais transparentes, com notas superiores a 7
- ✓ As últimas colocações – com notas abaixo de 4 - são de UFs no Norte e Nordeste: RO, SE, RR, AC e TO

ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA – 2014

Posição 2014	UF	2014
1	ES	8,96
2	PE	8,14
3	SP	7,95
4	SC	7,60
5	PI	7,21
6	DF	6,92
7	MT	6,90
8	CE	6,80
9	RJ	6,72
10	MG	6,72
11	RS	6,62
12	PA	6,37
13	MS	6,10
14	AM	5,99
15	PR	5,84
16	AP	5,67
17	RN	5,27
18	PB	4,90
19	GO	4,78
20	AL	4,74
21	BA	4,24
22	MA	4,14
23	TO	3,92
24	AC	3,58
25	RR	3,53
26	SE	2,42
27	RO	0,85



[1]Transparency International. Disponível em: http://www.transparency.org/country#BRA_DataResearch.
Fonte: Índice de Transparência. Disponível em: http://indicedetransparencia.com/.

A **TAXA DE CONGESTIONAMENTO** DA JUSTIÇA TAMBÉM É BASTANTE DESIGUAL E ESPECIALMENTE ELEVADA NA MAIORIA DOS ESTADOS, ...

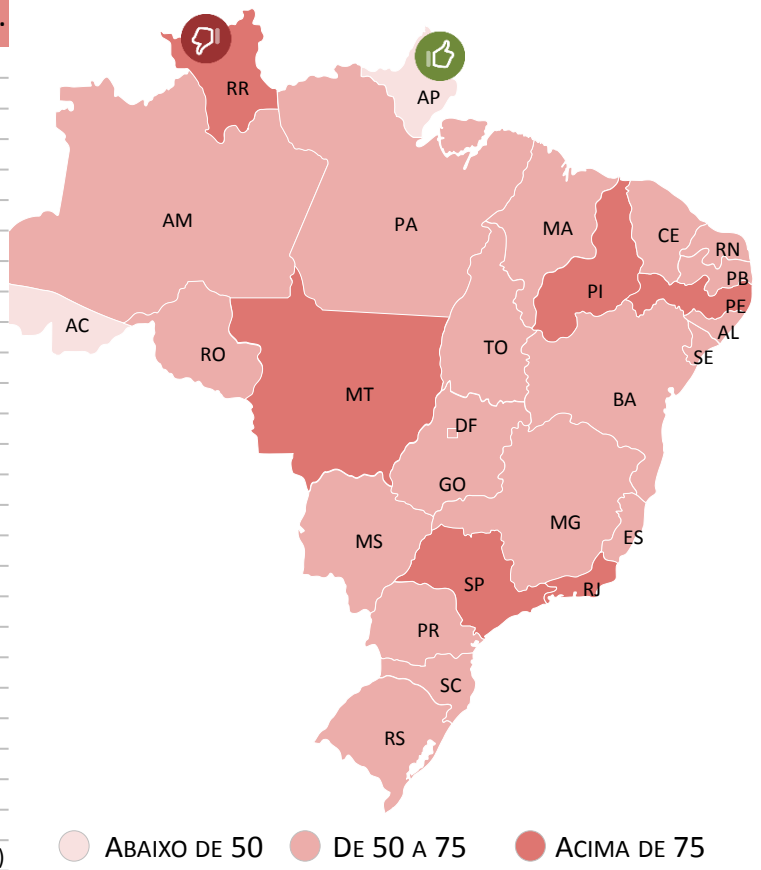
- ✓ A TAXA MÉDIA DE CONGESTIONAMENTO DA JUSTIÇA ESTADUAL NO BRASIL CORRESPONDEU A 73,3% EM 2012, COM TÍMIDA MELHORA EM RELAÇÃO A 2010. ENTRE AS 5 MAIORES TAXAS EM 2012, ENCONTRAM-SE OS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DE SÃO PAULO

- ✓ DOS 27 TRIBUNAIS ESTADUAIS, 16 APRESENTARAM AVANÇOS EM EFICIÊNCIA, COM DESTAQUE PARA O CEARÁ (REDUÇÃO DE 9,6 PONTOS PERCENTUAIS NA TAXA DE CONGESTIONAMENTO DE 2010 A 2012). 10 ESTADOS TIVERAM PIORA NO INDICADOR NO MESMO PERÍODO

- ✓ CONTRIBUEM PARA A ELEVADA MOROSIDADE NO JUDICIÁRIO FATORES COMO: INADEQUAÇÃO E FORMALISMO NOS PROCESSOS; INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS FÍSICOS E HUMANOS; E, FUNDAMENTALMENTE, A CRESCENTE DEMANDA POR SOLUÇÕES JUDICIAIS, SOBRETUDO APÓS A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988[1]

TAXA DE CONGESTIONAMENTO DA JUSTIÇA 2012 (%)
MUDANÇA DE POSIÇÃO RELATIVA NA COMPARAÇÃO COM 2010 (Nº).

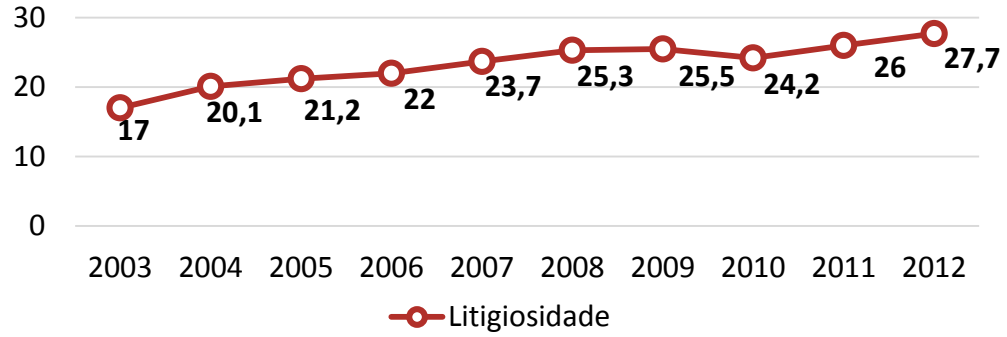
Posição 2014	UF	2010	Δ Pos.
1	AP	27,55	–
2	AC	39,79	–
3	RO	51,10	▲ (2)
4	MS	51,21	▼ (1)
5	DF	55,85	▲ (1)
6	RN	57,53	▲ (1)
7	RS	59,95	▲ (5)
8	MA	60,77	▲ (1)
9	PA	63,56	▲ (2)
10	SE	63,69	▼ (6)
11	CE	67,35	▲ (9)
12	GO	68,10	▲ (2)
13	AL	68,37	▲ (3)
14	PR	69,01	▲ (4)
15	MG	70,39	▼ (7)
16	BA	72,10	▼ (3)
17	SC	72,41	▼ (2)
18	ES	72,43	▲ (1)
19	TO	72,48	▲ (4)
20	PB	72,52	▼ (3)
21	AM	73,10	–
22	PI	75,75	–
23	RJ	77,95	▲ (1)
24	SP	78,16	▲ (2)
25	MT	80,69	▲ (2)
26	PE	82,64	▼ (1)
27	RR	83,10	▼ (17)



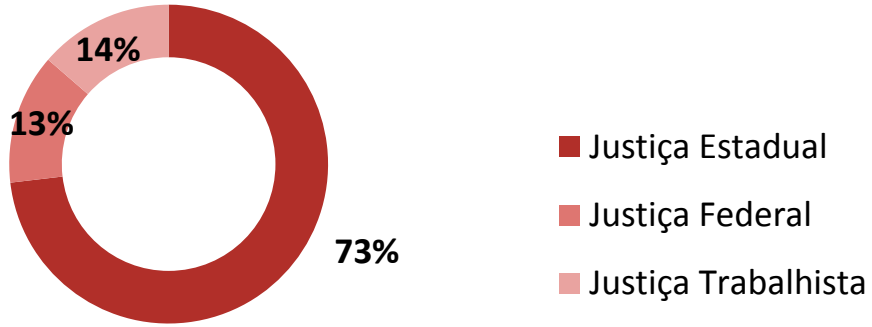
Fonte: SIESPJ/CNJ. Disponível em http://www.cnj.jus.br/.
[1] **Fonte:** SADEK, 2004; GABBAY&CUNHA, 2012

... O QUE PODE SER EXPLICADO, EM PARTE, PELA CRESCENTE **DEMANDA POR SOLUÇÕES JUDICIAIS**, SOBRETUDO NA JUSTIÇA ESTADUAL, ...

LITIGIOSIDADE - NÚMERO (EM MILHÕES) DE PROCESSOS NOVOS NO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO NO BRASIL[1]



PROPORÇÃO DE PROCESSOS POR ESFERA DA JUSTIÇA (2010)[3]



- ✓ Em 2010, um total de 24,2 milhões de processos ingressaram nas três esferas da justiça, sendo 17,7 milhões na Justiça Estadual, 3,2 milhões na Justiça Federal e 3,3 milhões na Justiça Trabalhista (CUNHA e GABBAY, 2012)
- ✓ A Justiça estadual, portanto, foi responsável por 73% dos ingressos de processos na justiça. Cabe ressaltar que a diferença entre as atribuições das 3 esferas se dá no tema julgado por cada uma delas
- ✓ A ampliação do papel do Judiciário deve-se à extensão e a complexidade dos direitos sociais garantidos, bem como o grau de detalhamento combinados com a capacidade do Judiciário de exercer o controle da constitucionalidade das leis ou dos atos normativos[2]

[1] **Fonte:** Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Disponível em http://www.cnj.jus.br/. [2] **Fonte:** SADEK, 2004. [3] **Fonte:** CUNHA e GABBAY, 2012.

... E PELA CARÊNCIA DE **MAGISTRADOS** EM RELAÇÃO AO TAMANHO DA POPULAÇÃO.

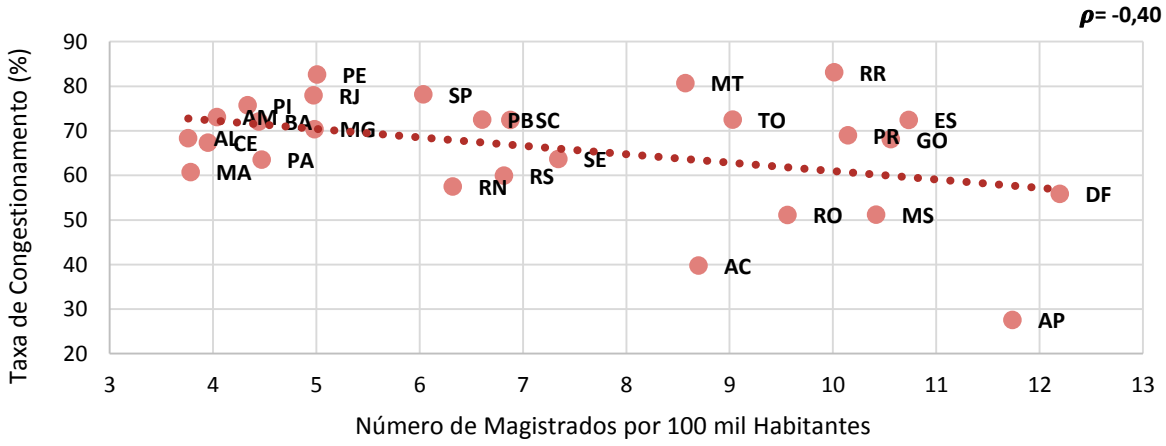
MAGISTRADOS POR 100 MIL HABITANTES - 2012

Posição 2012	UF	2012	Δ	Pos.
1	DF	12,20	–	
2	AP	11,74	–	
3	ES	10,73	▲	(4)
4	GO	10,56	▲	(7)
5	MS	10,42	▼	(2)
6	PR	10,14	▲	(12)
7	RR	10,01	▲	(2)
8	RO	9,56	▼	(2)
9	TO	9,03	▼	(4)
10	AC	8,70	▼	(6)
11	MT	8,57	▼	(3)
12	SE	7,34	▼	(2)
13	SC	6,88	–	
14	RS	6,81	–	
15	PB	6,61	–	
16	RN	6,32	▼	(4)
	Brasil	**6,17**		
17	SP	6,03	▼	(1)
18	PE	5,01	▼	(1)
19	MG	4,98	▲	(1)
20	RJ	4,97	▼	(1)
21	PA	4,47	▲	(6)
22	BA	4,44	–	
23	PI	4,33	▲	(1)
24	AM	4,04	▼	(3)
25	CE	3,95	▼	(2)
26	MA	3,78	–	
27	AL	3,76	▼	(2)

✓ O Brasil contou, em média, com 6,17 magistrados para 100 mil habitantes em 2012, 38% menos que em 2009. O Distrito Federal e o Amapá chegam a concentrar 3 vezes mais magistrados do que Alagoas, o que mostra grande heterogeneidade na presença desses profissionais

✓ O número de magistrados apresenta correlação negativa, ainda que fraca, com a taxa de congestionamento da Justiça, isto é, quanto mais magistrados, maior a eficiência do poder judiciário estadual

NÚMERO DE MAGISTRADOS POR 100 MIL HABITANTES (2012) X TAXA DE CONGESTIONAMENTO DA JUSTIÇA (2012)



Fonte: SIESPJ/CNJ. Disponível em: http://www.cnj.jus.br.

Além disso, o **acesso à justiça (Defensoria Pública)** é distinto entre os Estados, principalmente para quem mais precisa dela.

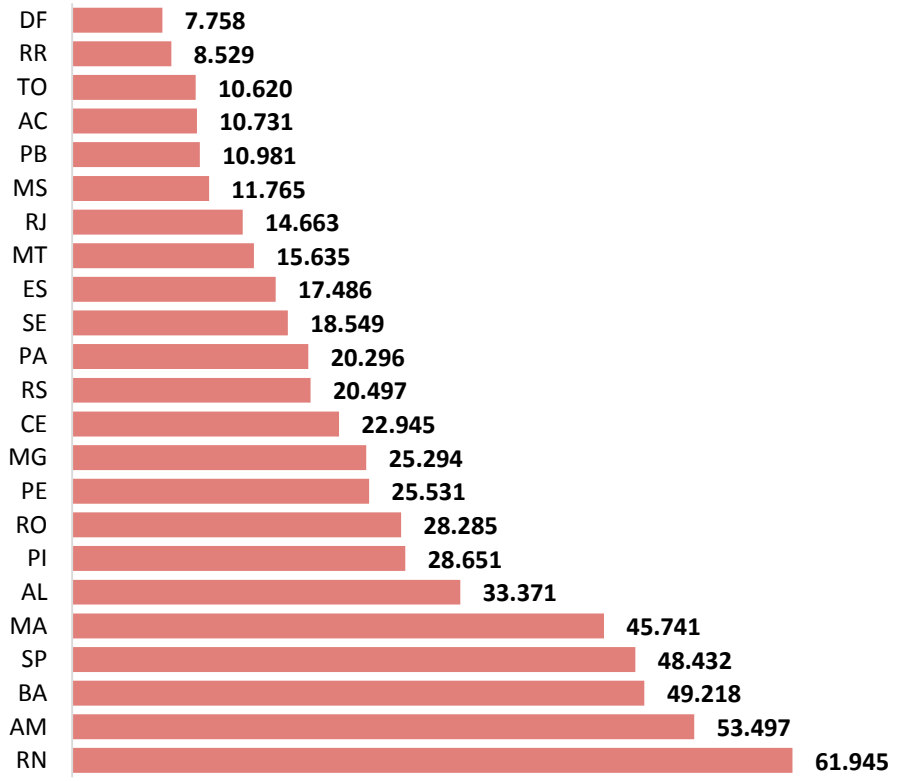
- ✓ A balança da justiça está desigual justamente para quem mais precisa dela: a população considerada em situação de vulnerabilidade

- ✓ No Brasil, há 1 defensor para cada 16.043 habitantes com até três salários-mínimos, valor acima do recomendado pelo Ministério da Justiça (1 para 10.000 hab.)

- ✓ Considerando os cargos providos (efetivamente ocupados)[1], os únicos estados com indicador dentro do recomendado são Distrito Federal e Roraima

- ✓ Já os estados do Rio grande do Norte, Amazonas, Bahia e São Paulo apresentam taxas muito elevadas, todas acima de 48.000

Número de pessoas com rendimento mensal até três salários-mínimos por defensor público[2]



Fontes: IPEA e ANADEP, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/mapadefensoria.

[1] Dos 8.489 cargos existentes de defensores no Brasil, 60% são cargos efetivamente providos. Os demais são cargos vagos (IPEA/ANADEP, 2013).

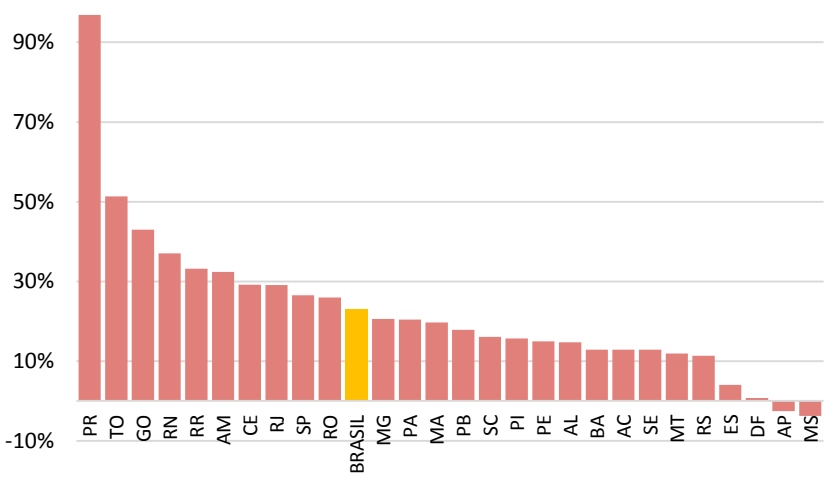
[2] Paraná e Santa Catarina, os últimos estados a criarem suas Defensorias Públicas em 2011 e 2012, respectivamente, ainda não têm o órgão efetivamente implantado, assim como Goiás e Amapá. Por isso, não constam entre os cargos providos do gráfico.

EM RELAÇÃO AOS GASTOS, HOUVE UM AUMENTO SIGNIFICATIVO DA **DESPESA *PER CAPITA* COM JUSTIÇA** NA MAIORIA DOS ESTADOS.

DESPESA *PER CAPITA* COM JUSTIÇA (R$)[1]

Posição 2012	UF	2012 (R$)	Variação 2009-2012
1	DF	634,51	0,8%
2	RR	278,28	33,2%
3	AP	260,43	-2,6%
4	RO	257,92	26,0%
5	MT	243,55	11,9%
6	AC	241,15	12,9%
7	TO	213,62	51,4%
8	RJ	206,32	29,1%
9	ES	190,30	4,0%
10	RN	185,32	37,0%
11	MS	181,41	-3,8%
12	RS	179,78	11,4%
13	SP	175,10	26,6%
14	SC	173,88	16,1%
15	PR	170,97	96,8%
16	SE	170,08	12,8%
	Brasil	**161,75**	**23,1%**
17	MG	159,88	20,6%
18	GO	151,46	43,0%
19	AM	121,76	32,4%
20	PB	115,12	17,8%
21	BA	108,90	12,9%
22	PE	99,21	15,0%
23	CE	98,92	29,2%
24	MA	96,16	19,7%
25	PI	85,44	15,7%
26	PA	84,90	20,4%
27	AL	77,52	14,7%

VARIAÇÃO DA DESPESA TOTAL *PER CAPITA* COM JUSTIÇA - % (2009-2012)



- ✓ O GASTO MÉDIO *PER CAPITA* COM JUSTIÇA NO BRASIL É DE 161,75 REAIS EM 2012, VALOR 23% MAIOR QUE EM 2009. ESSE AUMENTO FOI VERIFICADO EM QUASE TODOS OS ESTADOS (EXCEÇÃO DO AP E MS), SENDO PARANÁ O QUE APRESENTOU O MAIOR EXPANSÃO NO PERÍODO (97%)
- ✓ O GASTO *PER CAPITA* FLUMINENSE COM JUSTIÇA É QUASE TRÊS VEZES O GASTO ALAGOANO, QUE É O MENOR DO BRASIL

Fontes: SIESPJ/CNJ. Acessados em junho de 2014. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/sistemas/sistema-de-estatistica-do-poder-judiciario-siespj

[1] Valores constantes a preços de 2012, deflacionados pelo IPCA anual.

Considerando o funcionalismo público em geral, verifica-se alguma melhora na **escolaridade dos Servidores Públicos estaduais**

- ✓ Do total de empregos no Brasil em 2013, 6,4% corresponde a vínculos na administração pública estadual. Destes funcionários, 49,8% possuíam Ensino Superior completo em 2013, o que representa uma melhoria de qualidade em relação a 2003, quando esta participação era de 25%

- ✓ Neste período, a elevação da participação de servidores públicos mais qualificados ocorreu na maioria dos estados, com exceção de PB, AL, RS, MA, BA e MS. O destaque positivo ficou para o RN: em 2003 a proporção era apenas 2,5%; em 2013, ela é de 39,4%

- ✓ Os estados do Sul e do Sudeste dominaram o topo do *ranking*, mas apenas SC possui mais de 80% dos servidores do Estado com Ensino Superior, o que revela o desafio de se expandir a qualidade dos cargos públicos. A diferença para o segundo lugar, Paraná, foi de 23,2 p.p.

PROPORÇÃO (%) DE SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS COM ENSINO SUPERIOR[1] - 2013

Posição 2013	UF	2013	Variação % 2003-2013
1	SC	86,9%	71,5%
2	PR	63,7%	48,8%
3	RR	60,8%	83,8%
4	MT	58,6%	69,3%
5	RJ	58,4%	18,8%
6	PE	57,0%	27,2%
7	SP	53,7%	26,3%
8	MG	51,8%	6,2%
9	SE	51,4%	33,5%
10	MS	51,4%	-1,8%
11	GO	51,1%	168,8%
12	CE	51,0%	76,8%
13	ES	50,5%	71,7%
	Brasil	**49,8%**	**25,0%**
14	DF	49,0%	32,4%
15	PI	47,6%	73,8%
16	TO	46,3%	60,2%
17	AC	46,0%	215,3%
18	AM	44,9%	108,2%
19	PA	44,3%	42,0%
20	BA	42,6%	-7,1%
21	RN	39,4%	1451,0%
22	RS	37,5%	-13,5%
23	PB	29,2%	-67,3%
24	RO	21,6%	254,2%
25	AP	17,1%	13,4%
26	MA	16,3%	-8,1%
27	AL	10,8%	-66,4%

Fonte: RAIS/MTE. Disponível em http://www.rais.gov.br/.
[1]Quantidade de vínculos ativos em 31/12 na área de Administração Pública, Defesa e Seguridade Social no Setor Público Estadual.

Conclusões

Há uma grande carência de indicadores que avaliem a forma como as instituições públicas brasileiras funcionam. No entanto, a percepção sobre a importância estratégica do tema vem se fortalecendo recentemente, estimulando a criação de novas métricas.

De modo geral, o ambiente institucional brasileiro tornou-se mais robusto quanto à transparência e acessibilidade das informações públicas; à modernização da administração pública e ao fortalecimento do acesso à Justiça. O desafio, contudo, é ganhar escala e qualidade nestas iniciativas para que o aperfeiçoamento institucional possa contribuir para a efetividade das políticas públicas.

O Brasil encontra-se acima da média mundial na percepção de corrupção (72º lugar entre 177 países). Já o índice de transparência, utilizado para medir a disponibilidade e a facilidade de acesso às informações orçamentárias dos Estados, não está difundido por todas as UFs, havendo grande dispersão entre os melhores e piores índices.

Os mais transparentes encontram-se no Sul e Sudeste, enquanto as últimas colocações são de estados do Norte e Nordeste. Este quadro mostra o desafio de implementação das diretrizes da Lei Complementar 131 (conhecida como Lei de Transparência - ementa à Lei de Responsabilidade Fiscal) nos estados.

CONCLUSÕES

A Justiça Estadual apresentou melhora incremental na taxa de congestionamento, mesmo com o aumento nas despesas com Justiça *per capita* entre 2009 e 2012. No geral, a taxa de congestionamento apresentou-se elevada em todos as UFs em 2012 (somente duas abaixo de 50%), evidenciando o desafio da desburocratização da Justiça nos estados brasileiros. Entre aqueles com 5 maiores burocracias nos tribunais, os populosos estados do RJ e SP se destacam, o que pode ser reflexo de maiores demandas por resolução de conflitos.

No período de 2009 a 2012, verificou-se uma redução de 38% no número de magistrados por 100 mil habitantes, além de grande concentração territorial destes profissionais. Da mesma forma, a presença da defensoria nos estados brasileiros revela que a quantidade de pessoas com rendimentos mensais de até 3 salários mínimos por defensor não está de acordo com o recomendado pelo ministério da Justiça.

Em termos de qualificação dos funcionários públicos nos estados, o estudo mostrou que a presença de servidores públicos com ensino superior no total de vínculos empregatícios é crescente no período de 2003 a 2013. Entretanto, apenas uma das 27 unidades da federação apresenta esta proporção superior a 80%.

Conclusões

5 Melhores e piores resultados

Maiores índices de transparência - 2014

- Espírito Santo: **8,96**
- Pernambuco: **8,14**
- São Paulo: **7,95**
- Santa Catarina: **7,6**
- Piauí: **7,21**

Menores índices de transparência - 2014

- Rondônia: **0,85**
- Sergipe: **2,42**
- Roraima: **3,53**
- Acre: **3,58**
- Tocantins: **3,92**

Menores taxas de congestionamento da justiça (%) - 2012

- Amapá: **27,6%**
- Acre: **39,8%**
- Rondônia: **51,1%**
- Mato Grosso do Sul: **51,2%**
- Distrito Federal: **55,9%**

Maiores taxas de congestionamento da justiça (%) - 2012

- Roraima: **83,1%**
- Pernambuco: **82,6%**
- Mato Grosso: **80,7%**
- São Paulo: **78,2%**
- Rio de Janeiro: **78,0%**

Estratégias para a Melhoria Institucional e da Gestão Pública

MELHORIA DO DESEMPENHO E DA CONFIABILIDADE DAS INSTITUIÇÕES

- Construir e cultivar consensos entre as lideranças e a sociedade em relação aos desafios e iniciativas relativas ao melhor futuro do Estado (Visão de Futuro compartilhada).
- Estimular a cultura de respeito às leis e regras vigentes em todos os âmbitos da vida no estado, especialmente entre as lideranças públicas e privadas e as novas gerações.
- Fortalecer as agências reguladoras assim como as instituições de controle e licenciamento das atividades econômicas e da organização do território.
- Adotar o mérito como critério fundamental de avaliação, progresso e reconhecimento social, especialmente na esfera pública.
- Cultivar o protagonismo das instituições da sociedade civil, das famílias, dos cidadãos e dos meios de comunicação nas relações econômicas e sociais da realidade estadual.

1

Estratégias para a Melhoria Institucional e da Gestão Pública

MELHORIA DA ACESSIBILIDADE E DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E DO ATENDIMENTO AO CIDADÃO

- Expandir as redes e melhorar a qualidade do atendimento nos pontos de prestação de serviços públicos, combinando qualificação do pessoal, adoção de modernas tecnologias de comunicação, modernização da infraestrutura e de avaliação dos serviços pelo cidadão.
- Criar e manter *ranking* com atualização anual de avaliação da acessibilidade e qualidade dos principais serviços públicos no estado, sob a responsabilidade de entidade independente.
- Ampliar a abrangência do Governo Eletrônico, visando aprimorar o atendimento às necessidades cotidianas do cidadão no que se refere aos serviços públicos. Ampliar substancialmente a prestação de serviços eletrônicos (e-gov) e outras formas de atendimento a distância aos cidadãos.
- Qualificar sistematicamente o pessoal de atendimento, modernizar a infraestrutura e instrumentos de atendimento e de avaliação e realizar pesquisas periódicas de satisfação com atendimento junto a usuários dos serviços públicos.

2

Estratégias para a Melhoria Institucional e da Gestão Pública

PROFISSIONALIZAÇÃO DA GESTÃO E QUALIFICAÇÃO CONTÍNUA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO

- Consolidar modelo de gestão pública profissional, inovadora e aberta à sociedade e as boas práticas de planejamento, gerenciamento, monitoramento e avaliação orientados para resultados em todos os níveis.
- Adotar e praticar o planejamento de longo prazo e seu desdobramento no PPA e em projetos estratégicos como instrumento rotineiro de Governo. Aprimorar e disseminar metodologias de planejamento e de gerenciamento de projetos de investimento (públicos e públicos/privados).
- Acentuar a profissionalização do serviço público e "blindar" funções de interesse estratégico de nomeações desvinculadas de critérios de competência e mérito.
- Estruturar carreiras e investir no desenvolvimento dos servidores públicos em todos nos níveis e instâncias.
- Atrair talentos técnicos e gerenciais para os quadros da administração pública e ampliar substancialmente o quadro de profissionais de alta qualificação recrutados no mercado ou na própria administração pública.
- **Exemplos (ver mapa):** Planejamento de Longo Prazo integrado com Orçamento e integrado com orçamento e projetos prioritários (PE; GO; ES; MG); Monitoramento e Gestão da Execução (PE; BA; GO; RS; CE; ES; RJ; MG); Desenvolvimento de Pessoas e Carreiras (PR; ES; RJ; MG); e Gestão e Premiação do Desempenho (BA; GO; SP; CE; MG).

3

Estratégias para a Melhoria Institucional e da Gestão Pública

MELHORIA CONTÍNUA DA AGILIDADE, RESOLUTIVIDADE E PRODUTIVIDADE DO PODER JUDICIÁRIO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

- Informatizar todos os processos judiciais e administrativos no âmbito da justiça.
- Estruturar rede de unidades judiciárias com capilaridade no território garantindo atendimento a 100% dos municípios.
- Criar novas varas e/ou Tribunais especiais para atendimento de demandas judiciais emergentes decorrentes das mudanças socioeconômicas no Estado.
- Fortalecer as instâncias e câmaras de conciliação, mediação e arbitragem.
- Fortalecer e qualificar as Defensorias Públicas e implantar Justiça Comunitária e Justiça Itinerante de modo a ampliar a acessibilidade da população à Justiça.
- Consolidar processos meritocráticos de incentivos ao desempenho dos magistrados, dos procuradores, dos servidores técnicos e administrativos e do corpo gerencial do Judiciário e do Ministério Público.
- Assegurar alto nível de capacitação e desempenho ao corpo gerencial, técnico e administrativo do Poder Judiciário e do Ministério Público.
- **Exemplo:** Projeto de Virtualização dos processos que tramitam no Judiciário Estadual (2009-2014) – AC

4

Estratégias para a Melhoria Institucional e da Gestão Pública

5 MELHORIA CONTÍNUA DO DESEMPENHO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL

- Aprimorar a fiscalização do Legislativo sobre os órgãos e entidades da administração pública estadual.
- Assegurar a transparência dos atos, dos processos e do desempenho do legislativo.
- Consolidar a Assembleia Legislativa como ponto de convergência dos poderes públicos e da sociedade na discussão das estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do estado.
- Assegurar alto nível de capacitação e desempenho ao corpo gerencial, técnico e administrativo da Assembleia.
- Inovar nos processos legislativos mediante a incorporação das melhores práticas e novas tecnologias de informação e comunicação.
- **Exemplo:** Direcionamento Estratégico da Assembleia Legislativa de MG 2010-2020 - MG

6 APOIO À MELHORIA DO DESEMPENHO E DA EFICIÊNCIA DOS MUNICÍPIOS

- Atuar ativamente na redefinição das atuais bases do pacto federativo com redistribuição da receita pública do país e das responsabilidades.
- Apoiar projetos e iniciativas voltadas para aumentar a eficiência da gestão municipal, ampliar a capacidade de arrecadação e aumentar a qualidade e eficiência do gasto.
- Estimular e apoiar iniciativas de reestruturação, modernização e do fortalecimento da gestão pública municipal, mediante uma ação estruturada e cooperativa em etapas progressivas de (i) capacitação e certificação, (ii) apoio para o recrutamento de recursos humanos especializados, (iii) assistência técnica e (iv) transferência de boas práticas de gestão pública para as administrações municipais, levando em conta os diferentes portes e estágios de desenvolvimento dos município.
- Apoiar a profissionalização da gestão dos municípios, com a estruturação de quadros técnicos e modernização dos sistemas de controle e gestão.
- Apoiar iniciativas de melhoria contínua do desempenho das Câmaras Municipais.

Estratégias para a Melhoria Institucional e da Gestão Pública

FORTALECIMENTO DA AVALIAÇÃO E DO CONTROLE INSTITUCIONAIS

- Fortalecer as ações das instituições estaduais de controle (TCE, Ministério Público, Corregedorias) e criar núcleos independentes de avaliação e controle da qualidade das instituições públicas.
- Valorizar o papel do Legislativo no acompanhamento e na avaliação da efetividade do gasto e das políticas públicas com foco em resultados.
- Fortalecer os mecanismos de cooperação, pactuação e contratualização entre os diversos atores relevantes no processo de desenvolvimento do estado.
- Aperfeiçoar e dinamizar colegiados com participação de todos os poderes, de lideranças empresariais e da sociedade civil como espaço de monitoramento e acompanhamento das metas de desenvolvimento e de ausculta de sugestões e reivindicações da sociedade.

7

Estratégias para a Melhoria Institucional e da Gestão Pública

DESENVOLVIMENTO DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE SOCIAL

- Estimular o desenvolvimento de aplicativos em redes sociais, smartphones e tablets orientados para a fiscalização e avaliação dos serviços públicos pelos cidadãos e para a proposição individual e coletiva de ações de melhoria.
- Garantir a produção e disseminação de estatísticas, informações, pesquisas e metodologias que amparem o processo de formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas do Estado em linguagem e canais adequados aos segmentos da população.
- Consolidar as conferências temáticas e os comitês estaduais e municipais para a ampliação da participação da sociedade civil nos temas de desenvolvimento e proteção social.
- Estimular a produção de avaliações da eficiência e eficácia das iniciativas e políticas públicas, por entidades externas ao Governo, com base na disponibilização de informações públicas a estas instituições.
- Implantar ferramentas *online* de prestação de contas unificada e transparência no gasto público do Estado e de todos os municípios, com acesso fácil e possibilidade de organização, filtragem, agregação e detalhamento de informações (Instituição do Gabinete Digital).
- **Exemplos:** Central do Cidadão do Governo do RS (2012-2014) – RS; Reestruturação do Portal da Transparência do Governo do ES (2011) - ES

8

Estratégias para a Melhoria Institucional e da Gestão Pública

COOPERAÇÃO ENTRE TODOS OS PODERES E OS ENTES FEDERADOS

- Criar uma visão estratégica compartilhada das administrações públicas estadual, municipais e entidades federais sediadas no estado, tendo um plano de desenvolvimento de longo prazo como referência básica de participação, cooperação e formalização de compromissos.
- Construir agendas estratégicas compartilhadas entre os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e o Ministério público com foco na melhoria da gestão e da qualidade do gasto público.
- Estimular a criação de centros de referência ou outras soluções institucionais adequadas à consolidação e disseminação das experiências, incluindo a criação de espaços e eventos para promover ampla difusão dos métodos e tecnologias.
- Reforçar a cooperação com o Governo Federal, com as suas grandes empresas estatais, com os bancos de fomento e outras instituições federais, com vistas à seleção e implantação de investimentos estratégicos federais de interesse do Estado, inclusive aqueles além de suas fronteiras.
- Criar mecanismos organizacionais que assegurem a integração das ações no governo (a exemplo dos Pactos pela Vida, pela Educação e pela Saúde) e entre as instituições de modo a garantir o alinhamento de todas as secretarias, órgãos e entidades em torno da estratégia de desenvolvimento.

9

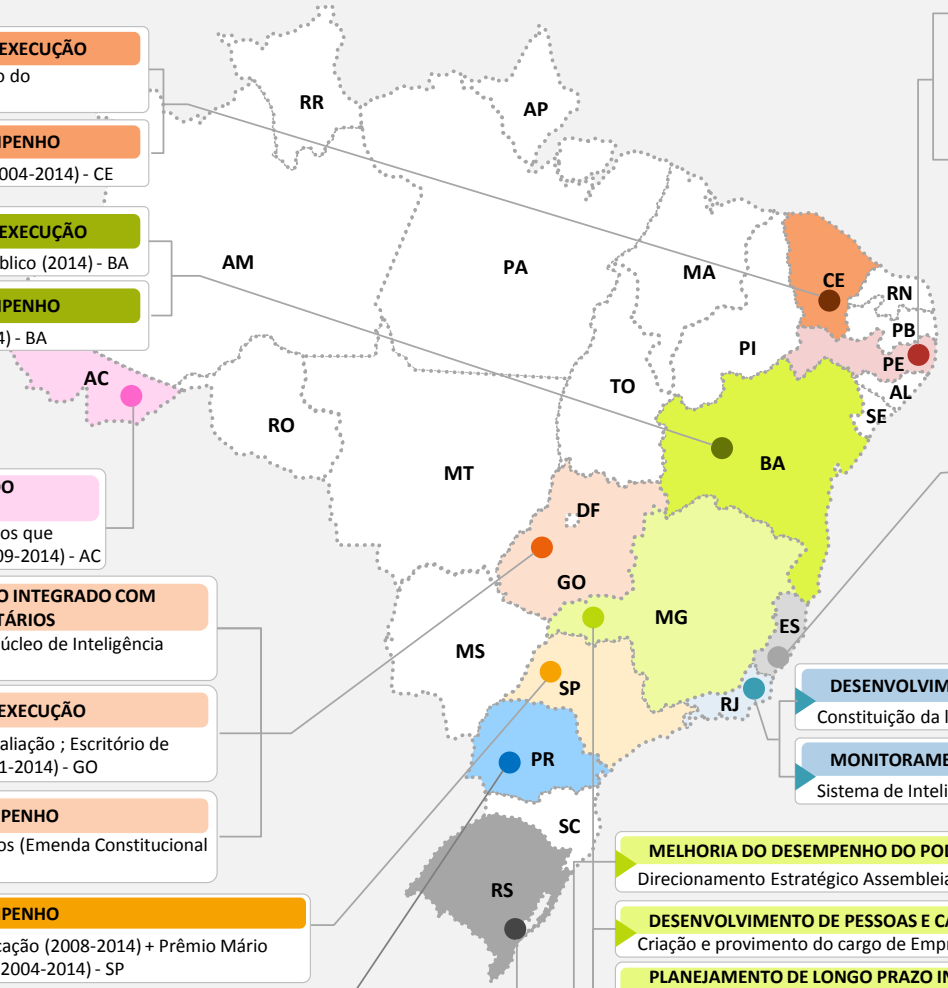
Estratégias para a Melhoria Institucional e da Gestão Pública

GOVERNANÇA COMPARTILHADA, TRANSPARENTE, DEMOCRÁTICA E ORIENTADA PARA HORIZONTES MAIORES QUE OS DOS MANDATOS DOS GOVERNANTES E LEGISLADORES

- Fortalecer os mecanismos de cooperação, pactuação e contratualização entre os diversos atores relevantes no processo de desenvolvimento do estado.
- Aperfeiçoar os mecanismos legais para a expansão das parcerias público-privadas e entre entes públicos, fortalecendo a governança regional e os ganhos de escala.
- Estimular as Universidades oferecer cursos e programas de formação dos futuros gestores públicos, assegurando-lhes uma capacitação ao nível das melhores experiências nacionais e internacionais de desenvolvimento desses profissionais.
- Desenvolver e gerir o processo de inovação no âmbito da gestão pública, realizando o monitoramento de soluções inovadoras adotadas com sucesso pela administração pública, no Brasil ou no exterior; criando “laboratórios de ideias”, para fomentar a inovação e conectar ações entre as várias áreas e setores do governo; e estabelecendo parcerias dentro e fora do governo para experimentação e desenvolvimento de soluções inovadoras.
- Inovar no desenho ou reestruturação de organizações públicas e na racionalização dos seus processos, para: (i) responsabilizar com mais nitidez a obtenção de resultados; (ii) aproximar as decisões dos usuários e beneficiários da ação governamental; (iii) melhorar a qualidade e produtividade dos serviços públicos; e (iv) somar recursos físicos, financeiros, conhecimentos e capacidades de gestão.

10

Boas Práticas Mapeadas para Melhoria da Gestão Pública



MONITORAMENTO E GESTÃO DA EXECUÇÃO
Monitoramento e acompanhamento do programa/projetos (2011-2014) - CE

GESTÃO E PREMIAÇÃO DO DESEMPENHO
Prêmio Ceará Governo Eletrônico (2004-2014) - CE

MONITORAMENTO E GESTÃO DA EXECUÇÃO
Escritório da Qualidade do Gasto Público (2014) - BA

GESTÃO E PREMIAÇÃO DO DESEMPENHO
Prêmio Servidor Cidadão (2002-2014) - BA

MODERNIZAÇÃO E AGILIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO E/OU MP
Projeto de Virtualização dos processos que tramitam no Judiciário Estadual (2009-2014) - AC

PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO INTEGRADO COM ORÇAMENTO E PROJETOS PRIORITÁRIOS
Plano Goiás 2030. Implantação do Núcleo de Inteligência Prospectiva (NIPE) (2010-2011) - GO

MONITORAMENTO E GESTÃO DA EXECUÇÃO
Sistemática de Monitoramento e Avaliação ; Escritório de Projetos Estruturantes (GEPES) (2011-2014) - GO

GESTÃO E PREMIAÇÃO DO DESEMPENHO
Instituição dos Acordos de Resultados (Emenda Constitucional número 46 de 09/09/2010) - GO

GESTÃO E PREMIAÇÃO DO DESEMPENHO
Programa Paulista de bônus da educação (2008-2014) + Prêmio Mário Covas Inovações na Gestão Pública (2004-2014) - SP

DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS E CARREIRAS
Escola de Governo do Paraná (2004-2014) - PR

TRANSPARÊNCIA
Central do Cidadão do Governo do Rio Grande do Sul (2012-2014) - RS

MONITORAMENTO E GESTÃO DA EXECUÇÃO
Monitoramento das prioridades do governo gaúcho através do sistema de informações SME (2011-2014) - RS

PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO INTEGRADO COM ORÇAMENTO E PROJETOS PRIORITÁRIOS
Plano de Desenvolvimento Pernambuco 2035 ; Estratégia Central de Governo ; modelo integrado de gestão (PPA + LOA) (2007-2014) - PE

MONITORAMENTO E GESTÃO DA EXECUÇÃO
Pacto pela Vida (desde 2007) ; Monitoramento do desempenho de cada meta prioritária do Governo (2008-2014) - PE

PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO INTEGRADO COM ORÇAMENTO E PROJETOS PRIORITÁRIOS
Plano de Desenvolvimento ES 2025; Projetos Estruturadores; Diretrizes Estratégicas Anuais (2006-2010) - ES

MONITORAMENTO E GESTÃO DA EXECUÇÃO
Monitoramento e Gestão Intensiva de Projetos Estratégicos do Governo do Estado do Espírito Santo (2008-2010) - ES

DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS E CARREIRAS
Carreira de Especialistas em Políticas Públicas do Espírito Santo (2007-2014) - ES

TRANSPARÊNCIA
Reestruturação do Portal da Transparência do Governo do Estado do Espírito Santo (2011) - ES

DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS E CARREIRAS
Constituição da lei 5.355 de 2008, a chamada "Lei dos Gestores" (2008) - RJ

MONITORAMENTO E GESTÃO DA EXECUÇÃO
Sistema de Inteligência em Planejamento e Gestão (SIPLAG) (2007-2014) - RJ

MELHORIA DO DESEMPENHO DO PODER LEGISLATIVO
Direcionamento Estratégico Assembleia Legislativa de Minas Gerais 2010-2020 (2010) - MG

DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS E CARREIRAS
Criação e provimento do cargo de Empreendedor Público (2009) - MG

PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO INTEGRADO COM ORÇAMENTO E PROJETOS PRIORITÁRIOS
Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI 2011-2030); Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG; Projetos Estruturadores; Lei de Orçamento Anual – LOA) (2003-2014) - MG

MONITORAMENTO E GESTÃO DA EXECUÇÃO
Estado para Resultados; Sistema de Monitoramento & Avaliação; Escritório de Prioridades Estratégicas (2007-2014) - MG

GESTÃO E PREMIAÇÃO DO DESEMPENHO
Pactuação de resultados; sistema mineiro de remuneração variável; Prêmio Excelência em Gestão Pública do Estado de Minas Gerais (2007-2014) - MG

Dicionário de Variáveis

INDICADORES DE RESULTADO

Índice de Transparência: indicador que mede a transparência estadual levando em conta três critérios: conteúdo (sobretudo referente a execuções orçamentárias e financeiras), com o peso de 60%; série histórica e frequência de atualização (quão longa é e quão frequentemente é atualizada), com o peso de 7%; e usabilidade (leva em conta disposição do conteúdo, interação e possibilidade para downloads) com o peso de 33%. Fonte: Índice de Transparência elaborado pelo Comitê de Transparência (formado por oito especialistas na área), 2010 – 2012. Em 2014, os pesos mudaram para 55%, 5% e 40% nos respectivos critérios.

Taxa de Congestionamento da Justiça: taxa que mede a efetividade de cada tribunal estadual no ano, levando-se em conta o total de casos novos que ingressaram, os casos baixados e o estoque pendente ao final do período anterior ao período base. Taxa de congestionamento = (1 - (processos baixados/(processos novos + processos pendentes)), sendo que os processos baixados representam o fluxo de saída dos processos do Judiciário sob perspectiva do jurisdicionado que aguarda resolução do conflito. Fonte: Sistema de Estatística do Poder Judiciário – SIESPJ / Conselho Nacional de Justiça – CNJ, 2009-2012.

Dicionário de Variáveis

INDICADORES DE RECURSOS

Número de Magistrados por 100 mil habitantes: número de magistrados em cada um dos tribunais estaduais para cada 100 mil habitantes do estado no ano base. Número de Habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Fonte: Sistema de Estatística do Poder Judiciário – SIESPJ / Conselho Nacional de Justiça – CNJ, 2009-2012.

Despesa Total com Justiça *per capita*: Despesas efetivamente realizadas no ano base pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, considerando como despesa realizada as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em "restos a pagar", excluídos os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano base. Número de Habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Cálculo dos valores a preços constantes realizado por Macroplan, utilizando como deflator o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Fonte: Sistema de Estatística do Poder Judiciário – SIESPJ / Conselho Nacional de Justiça – CNJ, 2009-2012.

Número de pessoas com rendimento mensal até três salários-mínimos por defensor público: Quantidade de habitantes com rendimento até três salários mínimos por defensor público. Para o número de defensores considera-se os cargos providos (cargos existentes = cargos providos + cargos vagos). Os dados analisados na pesquisa foram coletados entre os meses de setembro de 2012 e fevereiro de 2013. Fonte: Mapa da Defensoria do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e Associação Nacional dos Defensores Públicos - ANADEP, 2013.

Proporção de funcionários públicos com Ensino Superior Completo na Setor Público Estadual: Quantidade de vínculos ativos em 31/12, por tipo de vínculo (CLT e estatutário) na Administração Pública, Defesa e Seguridade Social com Ensino Superior Completo no Setor Público Estadual sobre a Quantidade de vínculos ativos na Administração Pública, Defesa e Seguridade Social no mesmo setor. Esta seção compreende as atividades que, por sua natureza, são normalmente realizadas pela Administração Pública, e, como tal, são atividades essencialmente não mercantis, compreendendo a administração geral (o executivo, o legislativo, a administração tributária, etc., nas três esferas de governo) e a regulamentação e fiscalização das atividades na área social e da vida econômica do país; as atividades de defesa, justiça, relações exteriores, etc.; e a gestão do sistema de seguridade social obrigatória. Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – RAIS / Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, 2003-2013.

BIBLIOGRAFIA

- AMORIM, Rogelio et al. Reestruturação do Portal da Transparência do Governo do Estado do Espirito Santo. IN: Congresso CONSAD de Gestão Pública, 2014, Brasília. Anais.
- ANESP. Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Disponível em http://anesp.org.br/?q=node/1473. Acessado em outubro de 2014.
- BERNARDI. M. O processo de concepção do cargo de empreendedor público. In GUIMARÃES, T. B.; BERNARDI, M. M. E. (org). Empreendedores Públicos no governo de Minas Gerais: registro de uma experiência de resultados. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 33-47.
- Central do Cidadão do Governo do Rio Grande do Sul. Disponível em http://www.centraldocidadao.rs.gov.br/inicial. Acessado em outubro de 2014.
- CNJ. Conselho Nacional de Justiça. Tribunal conclui virtualização de todas as unidades judiciárias. Disponível em http://www.cnj.jus.br/noticias/judiciario/27252-tribunai-conclui-virtualizacao-de-todas-as-unidades-judiciarias. Acessado em outubro de 2014.
- DE SÁ, Antonio. Sistema integrado de metas e acompanhamento de resultados da Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro. IN: Congresso CONSAD de Gestão Pública, 2013, Brasília. Anais.
- Escola de Governo do Estado do Paraná. Disponível em http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/. Acessado em outubro de 2014.
- GABBAY, Daniela Monteiro; CUNHA, Luciana Gross (org.). *Litigiosidade, Morosidade e Litigância Repetitiva: Uma Análise Empírica*. Série Direito GV: Direito e Desenvolvimento. Saraiva: 2012. Acessado em setembro de 2014.

BIBLIOGRAFIA

- Governo do Estado do Rio de Janeiro. Plano Estratégico 2012-2031. Disponível em http://download.rj.gov.br/documentos/10112/179269/DLFE-50346.pdf/PlanoEstrategico20122031.pdf. Acessado em outubro de 2014.
- GUIMARÃES, Silvio et al. Remuneração variável no serviço público como fator de indução na melhoria do desempenho do servidor. IN: Congresso CONSAD de Gestão Pública, 2013, Brasília.
- Índice de Transparência. *Índice de Transparência 2010-2014.*Disponível em http://indicedetransparencia.com/. Acessado em junho de 2014.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Mapa de Defensoria. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/mapadefensoria. Acessado em setembro de 2014.
- MONTEIRO, Alice. Reestruturação do quadro de cargos de provimento efetivo dos órgãos e entidades do poder executivo do Governo do Estado do Pará. IN: Congresso CONSAD de Gestão Pública, 2013, Brasília. Anais.
- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *PIB per capita 2002-2011*. Disponível em www.sidra.ibge.gov.br. Acessado em junho de 2014.
- Pesquisa TIC Governo Eletrônico. Disponível em: http://www.governoeletronico.gov.br/noticias-e-eventos/noticias/cetic-br-lanca-primeira-pesquisa-sobre-o-uso-de-tecnologia-pelos-orgaos-publicos-brasileiros. Acessado em setembro de 2014.
- PIRES, Felipe de Carvalho. A atual política de recursos humanos na administração pública fluminense: uma análise sobre as novas leis de carreiras. In: Congresso CONSAD de Gestão Pública, 2012, Brasília. Anais.

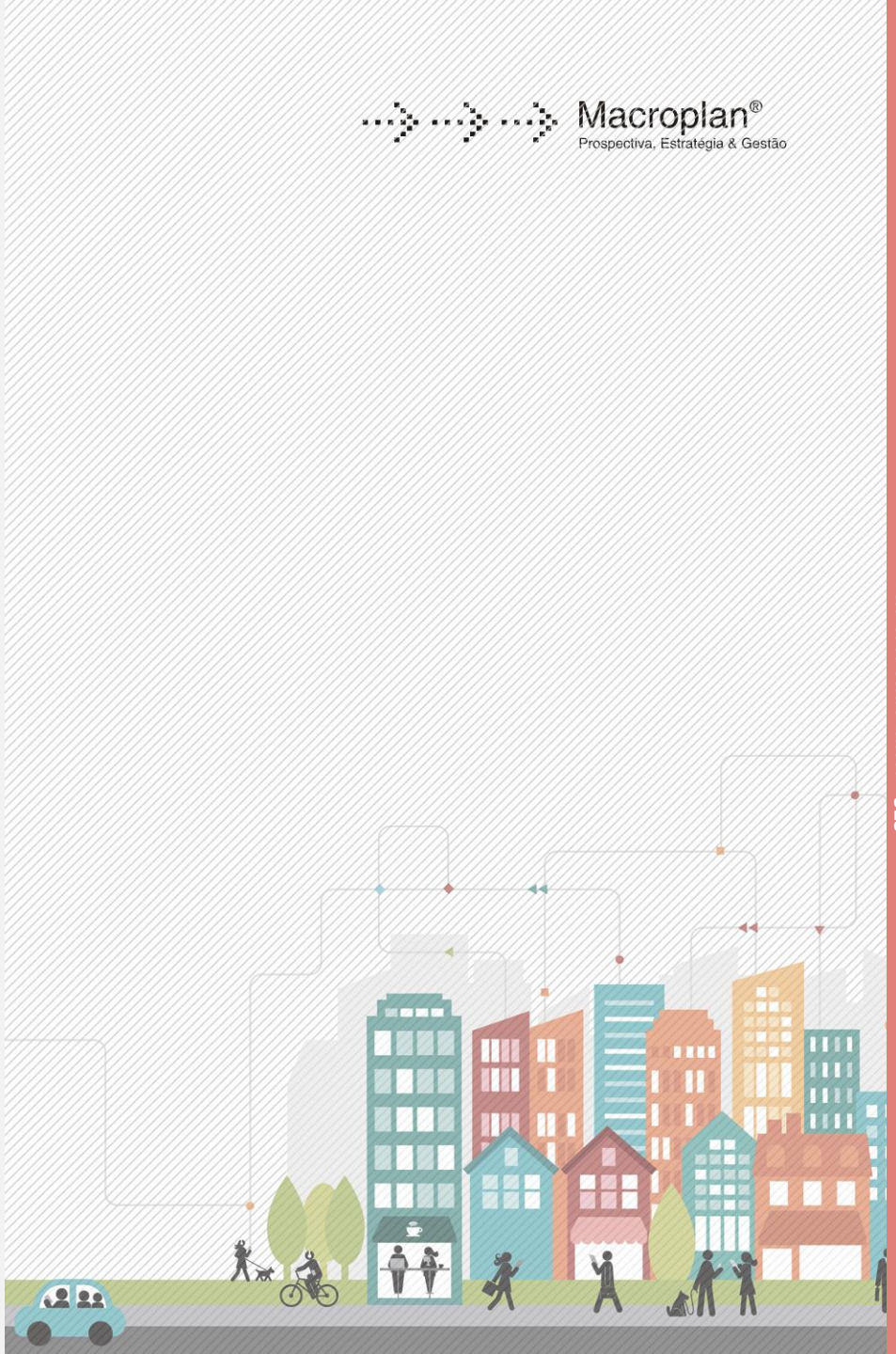
BIBLIOGRAFIA

- Prêmio Innovare. Disponível em http://www.premioinnovare.com.br. Acessado em outubro de 2014.
- Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Ministério do Trabalho e Emprego (TEM). *Proporção de Vínculos com Ensino Superior na Administração Pública 2002-2012.* Disponível em http://www.rais.gov.br/. Acessado em junho de 2014.
- SADEC, Maria Tereza. *Judiciário: mudanças e reformas*. Estudos Avançados 18 (51), 2004. Acessado em setembro de 2014.
- SAEB. Secretaria de Administração da Bahia. Programa Compromisso Bahia. Disponível em http://www.saeb.ba.gov.br/ProgramaInternaView.aspx?pagina=compromisso-bahia&interno=o-compromisso-bahia. Acessado em outubro de 2014.
- Secretaria de Estado de Economia e Planejamento do Espírito Santo. Disponível em http://www.planejamento.es.gov.br/default.asp. Acessado em outubro de 2014
- SEGPLAN. Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento do Goiás. Disponível em http://www.segplan.go.gov.br/post/ver/95500/sobre-a-segplan . Acessado em outubro de 2014.
- SEPLAG. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais. Disponível em www.seplag.mg.gov.br. Acessado em outubro de 2014.
- SEPLAG. Secretaria de Planejamento e Gestão de Pernambuco. Disponível em http://www2.seplag.pe.gov.br/web/seplag/home. Acessado em outubro de 2014.
- SEPLAG. Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Disponível em www.seplag.ce.gov.br. Acessado em outubro de 2014.

BIBLIOGRAFIA

- SEPLAG. Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em http://www.seplag.rs.gov.br/inicial. Acessado em outubro de 2014.
- SEPLANDE. Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico de Alagoas. Disponível em http://www.seplande.al.gov.br/. Acessado em outubro de 2014.
- SIEPE. Sistema de Informações da Educação de Pernambuco. Disponível em http://www.siepe.educacao.pe.gov.br/WebModuleSme/itemMenuPaginaConteudoUsuarioAction.do?actionType=mostrar&idPaginaItemMenuConteudo=5913. Acessado em outubro de 2014.
- SIPLAG. Sistema de Inteligência em Planejamento e Gestão do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em http://www.siplag.rj.gov.br. Acessado em outubro de 2014.
- Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ), Conselho Nacional de Justiça (CNJ). *Despesa total com justiça per capita e Número de magistrados por 100 mil habitantes, 2009-2012.* Disponível em http://www.cnj.jus.br/. Acessado em junho de 2014.
- Sistema de Gestão da Vida Funcional de Alagoas. Disponível em http://www.gestaopublica.al.gov.br/superintendencia-de-modernizacao-e-governanca. Acessado em outubro de 2014.
- Transparency International. *Índices de Transparência internacionais.* Disponível em: http://www.transparency.org. Acessado em julho de 2014.
- VECCI, Giuseppe. O modelo de gestão para resultados no estado de Goiás. IN: Congresso CONSAD de Gestão Pública, 2012, Brasília. Anais.
- VIEIRA, Nancy de Araújo. et. al. Mais com menos programa de controle e eficiência do gasto público do Governo do Estado do Espírito Santo. In: Congresso CONSAD de Gestão Pública, 2011, Brasília. Anais.

Anexo



Índice de Tranparência

ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA– 2012-2014

Posição 2014	UF	2014	2012	Posição 2012	2010	Posição 2010
1	ES	8,96	8,73	2	5,36	8
2	PE	8,14	7,95	3	6,91	2
3	SP	7,95	9,29	1	6,96	1
4	SC	7,60	6,91	8	5,56	6
5	PI	7,21	3,96	24	3,04	27
6	DF	6,92	5,58	13	4,80	15
7	MT	6,90	3,38	26	3,93	21
8	CE	6,80	7,09	7	4,18	20
9	RJ	6,72	7,80	4	5,09	13
10	MG	6,72	7,38	5	5,60	5
11	RS	6,62	6,27	10	6,29	3
12	PA	6,37	4,15	22	4,65	16
13	MS	6,10	2,98	27	4,44	18
14	AM	5,99	5,02	18	5,24	9
15	PR	5,84	5,58	13	6,07	4
16	AP	5,67	5,00	19	3,85	22
17	RN	5,27	6,07	11	3,82	23
18	PB	4,90	6,56	9	5,07	14
19	GO	4,78	5,11	16	5,16	12
20	AL	4,74	5,85	12	5,20	11
21	BA	4,24	4,78	20	3,82	23
22	MA	4,14	5,07	17	5,24	9
23	TO	3,92	5,35	15	4,62	17
24	AC	3,58	4,42	21	3,82	23
25	RR	3,53	4,11	23	3,31	26
26	SE	2,42	3,49	25	4,33	19
27	RO	0,85	7,13	6	5,38	7

Fonte: Índice de Transparência. Disponível em: http://indicedetransparencia.com/.

Taxa de Congestionamento da Justiça

CONGESTIONAMENTO DA JUSTIÇA(%) – 2010-2012

Posição 2012	UF	2012	2010	Posição 2010	Variação p.p. 2010-2012	Posição Variação
1	AP	27,55	24	1	3,55	22
2	AC	39,79	33,03	2	6,76	24
3	RO	51,1	50,5	5	0,60	19
4	MS	51,21	48,95	3	2,26	20
5	DF	55,85	58,12	6	-2,27	11
6	RN	57,53	60,05	7	-2,52	10
7	RS	59,95	65,69	12	-5,74	2
8	MA	60,77	62,43	9	-1,66	14
9	PA	63,56	63,1	11	0,46	18
10	SE	63,69	49,7	4	13,99	26
11	CE	67,35	76,96	20	-9,61	1
12	GO	68,1	69,6	14	-1,50	15
13	AL	68,37	73,56	16	-5,19	5
14	PR	69,01	74,64	18	-5,63	4
15	MG	70,39	61,49	8	8,90	25
16	BA	72,1	67,59	13	4,51	23
17	SC	72,41	72,44	15	-0,03	17
18	ES	72,43	75,52	19	-3,09	8
19	TO	72,48	78,21	23	-5,73	3
20	PB	72,52	74,62	17	-2,10	12
21	AM	73,1	77,34	21	-4,24	6
	Brasil	**73,26**	**74,27**		**-1,01**	
22	PI	75,75	77,82	22	-2,07	13
23	RJ	77,95	78,66	24	-0,71	16
24	SP	78,16	81,18	26	-3,02	9
25	MT	80,69	83,83	27	-3,14	7
26	PE	82,64	79,26	25	3,38	21
27	RR	83,1	62,77	10	20,33	27

Fonte: CNJ. Indicadores de Produtividade da Justiça estadual para os ano de 2012.

DESPESA *PER CAPITA* COM JUSTIÇA

DESPESA PER CAPITA A *PREÇOS CONSTANTES (R$ 2012) – 2009-2012*

Posição 2012	UF	2012	2009	Posição 2009	Variação 2009-2012	Posição Variação
1	DF	634,51	629,59	1	0,8%	25
2	RR	278,28	208,92	5	33,2%	5
3	AP	260,43	267,32	2	-2,6%	26
4	RO	257,92	204,77	6	26,0%	10
5	MT	243,55	217,65	3	11,9%	22
6	AC	241,15	213,67	4	12,9%	20
7	TO	213,62	141,13	13	51,4%	2
8	RJ	206,32	159,81	10	29,1%	8
9	ES	190,30	182,95	8	4,0%	24
10	RN	185,32	135,26	15	37,0%	4
11	MS	181,41	188,54	7	-3,8%	27
12	RS	179,78	161,42	9	11,4%	23
13	SP	175,10	138,35	14	26,6%	9
14	SC	173,88	149,83	12	16,1%	15
15	PR	170,97	86,86	21	96,8%	1
16	SE	170,08	150,72	11	12,8%	21
	Brasil	**161,75**	**131,43**		**23,1%**	
17	MG	159,88	132,61	16	20,6%	11
18	GO	151,46	105,94	17	43,0%	3
19	AM	121,76	91,97	20	32,4%	6
20	PB	115,12	97,70	18	17,8%	14
21	BA	108,90	96,48	19	12,9%	19
22	PE	99,21	86,28	22	15,0%	17
23	CE	98,92	76,58	24	29,2%	7
24	MA	96,16	80,34	23	19,7%	13
25	PI	85,44	73,84	25	15,7%	16
26	PA	84,90	70,52	26	20,4%	12
27	AL	77,52	67,57	27	14,7%	18

Fonte: CNJ - SIESPJ – Justiça em Números – Justiça Estadual. Acessados em junho de 2014. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/sistemas/sistema-de-estatistica-do-poder-judiciario-siespj

Número de Magistrados por 100 mil habitantes

NÚMERO DE MAGISTRADOS POR 100 MIL HABITANTES – 2009-2012

Posição 2012	UF	2012	2009	Posição 2009	Variação 2009-2012	Posição Variação
1	DF	12,20	11,74	1	3,9%	7
2	AP	11,74	11,49	2	2,2%	8
3	ES	10,73	9,00	7	19,2%	4
4	GO	10,56	7,32	11	44,2%	2
5	MS	10,42	11,35	3	-8,2%	19
6	PR	10,14	5,77	18	75,7%	1
7	RR	10,01	7,59	9	31,9%	3
8	RO	9,56	9,91	6	-3,5%	16
9	TO	9,03	9,98	5	-9,6%	20
10	AC	8,70	10,27	4	-15,3%	25
11	MT	8,57	8,13	8	5,4%	6
12	SE	7,34	7,58	10	-3,1%	14
13	SC	6,88	6,88	13	0,0%	11
14	RS	6,81	6,83	14	-0,2%	12
15	PB	6,61	6,82	15	-3,1%	15
16	RN	6,32	7,27	12	-13,0%	23
	Brasil	**6,17**	**5,91**		**4,4%**	
17	SP	6,03	5,94	16	1,5%	9
18	PE	5,01	5,91	17	-15,4%	26
19	MG	4,98	4,95	20	0,6%	10
20	RJ	4,97	5,22	19	-4,8%	18
21	PA	4,47	3,84	27	16,4%	5
22	BA	4,44	4,64	22	-4,2%	17
23	PI	4,33	4,42	24	-1,9%	13
24	AM	4,04	4,86	21	-17,0%	27
25	CE	3,95	4,62	23	-14,5%	24
26	MA	3,78	4,19	26	-9,8%	21
27	AL	3,76	4,28	25	-12,1%	22

Fonte: CNJ - SIESPJ – Justiça em Números – Justiça Estadual. Acessado em junho de 2014. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/sistemas/sistema-de-estatistica-do-poder-judiciario-siespj

Proporção de Funcionários Públicos com Ensino Superior Completo

FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS COM ENSINO SUPERIOR COMPLETO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO SETOR PÚBLICO ESTADUAL(%) – 2003-2013

Posição 2013	UF	2013	2003	Posição 2003	Variação 2003-2013	Posição Variação
1	SC	86,9	50,7	3	36,25	2
2	PR	63,7	42,8	9	20,90	10
3	RR	60,8	33,1	14	27,74	5
4	MT	58,6	34,6	13	23,96	6
5	RJ	58,4	49,2	4	9,24	20
6	PE	57,0	44,8	7	12,18	16
7	SP	53,7	42,5	10	11,19	18
8	MG	51,8	48,7	5	3,02	21
9	SE	51,4	38,5	11	12,89	15
10	MS	51,4	52,3	2	-0,92	23
11	GO	51,1	19,0	22	32,09	3
12	CE	51,0	28,9	19	22,16	8
13	ES	50,5	29,4	17	21,10	9
	Brasil	**49,8**	**39,9**		**9,95**	
14	DF	49,0	37,0	12	12,00	17
15	PI	47,6	27,4	20	20,20	11
16	TO	46,3	28,9	18	17,40	12
17	AC	46,0	14,6	25	31,44	4
18	AM	44,9	21,5	21	23,32	7
19	PA	44,3	31,2	16	13,09	14
20	BA	42,6	45,8	6	-3,27	24
21	RN	39,4	2,5	27	36,89	1
22	RS	37,5	43,4	8	-5,85	25
23	PB	29,2	89,2	1	-60,07	27
24	RO	21,6	6,1	26	15,50	13
25	AP	17,1	15,1	24	2,02	21
26	MA	16,3	17,7	23	-1,44	23
27	AL	10,8	32,0	15	-21,23	26

Fonte: RAIS/MTE.

Macroplan®
Prospectiva, Estratégia & Gestão

VOLTAR PARA O PAINEL DE NAVEGAÇÃO

Desafios da
GESTÃO ESTADUAL

10

Gestão fiscal

Visão Geral

- ✓ A partir da década de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu novo marco institucional para as finanças públicas estaduais. Desde então, houve grande esforço para modernizar a administração tributária e a gestão financeira.

- ✓ As **receitas** dos estados subdividem-se em:
- ✓ **Receitas correntes**, compostas principalmente pela "arrecadação tributária" e pelas "transferências intergovernamentais"
- ✓ **Receitas de capital**, atreladas a projetos específicos, como a construção de hospitais, compostas principalmente pelas "operações de crédito" e "transferências de capital"

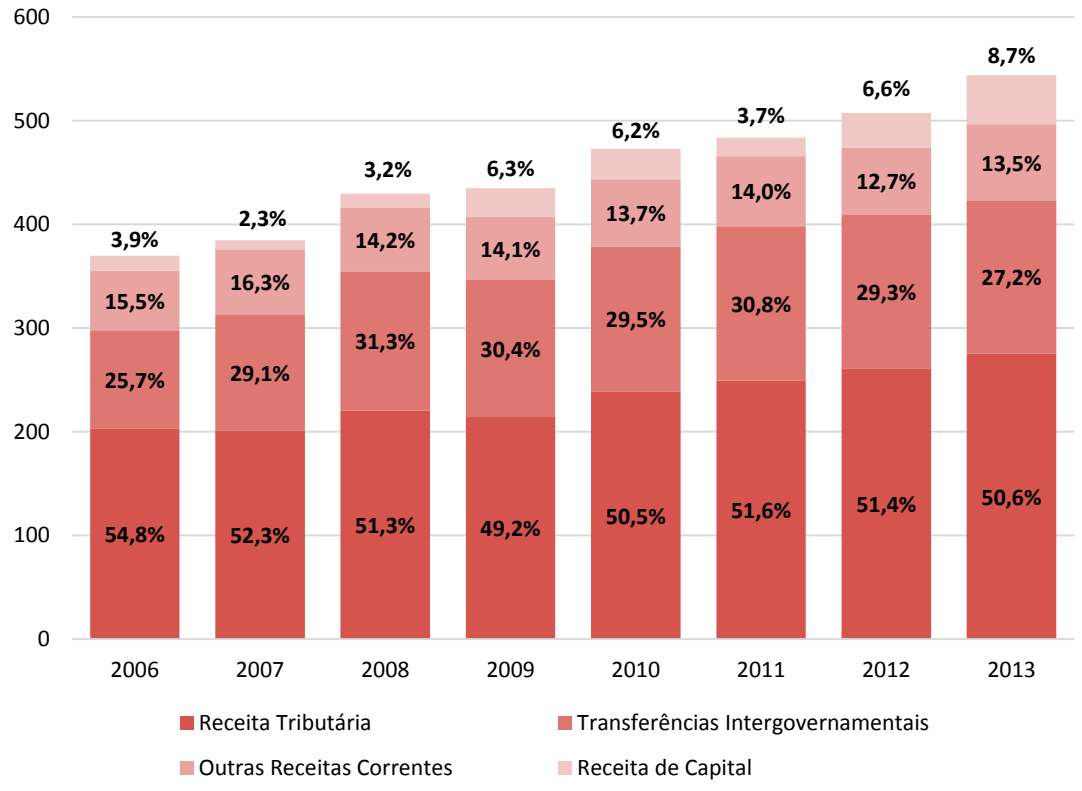
- ✓ As **despesas** dos estados subdividem-se em:
- ✓ **Despesas correntes**, para funcionamento e prestação de serviços públicos de "Pessoal", "Custeio" e "Juros e encargos da dívida pública"
- ✓ **Despesas de capital**, para "investimentos" em obras e equipamentos, para "inversões financeiras" e para "amortização e encargos de dívidas"

INDICADORES DE RECURSOS

- AGREGADO DOS 27 ESTADOS
  - RECEITAS TOTAIS
  - DESPESAS TOTAIS
  - INVESTIMENTOS E FONTES DE FINANCIAMENTO
- COMPOSIÇÃO POR ESTADO
  - RECEITA TOTAL DISPONÍVEL
  - RECEITA *PER CAPITA*
  - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
  - RECEITAS TRIBUTÁRIAS E DE CAPITAL
  - DESPESA LÍQUIDA
  - DESPESAS POR FUNÇÃO

NO AGREGADO, OS ESTADOS TIVERAM SUBSTANCIAL EXPANSÃO DE **RECEITAS** ...

RECEITAS ESTADUAIS TOTAIS – 2006-2013 (R$ BILHÕES 2013 E % DO TOTAL)

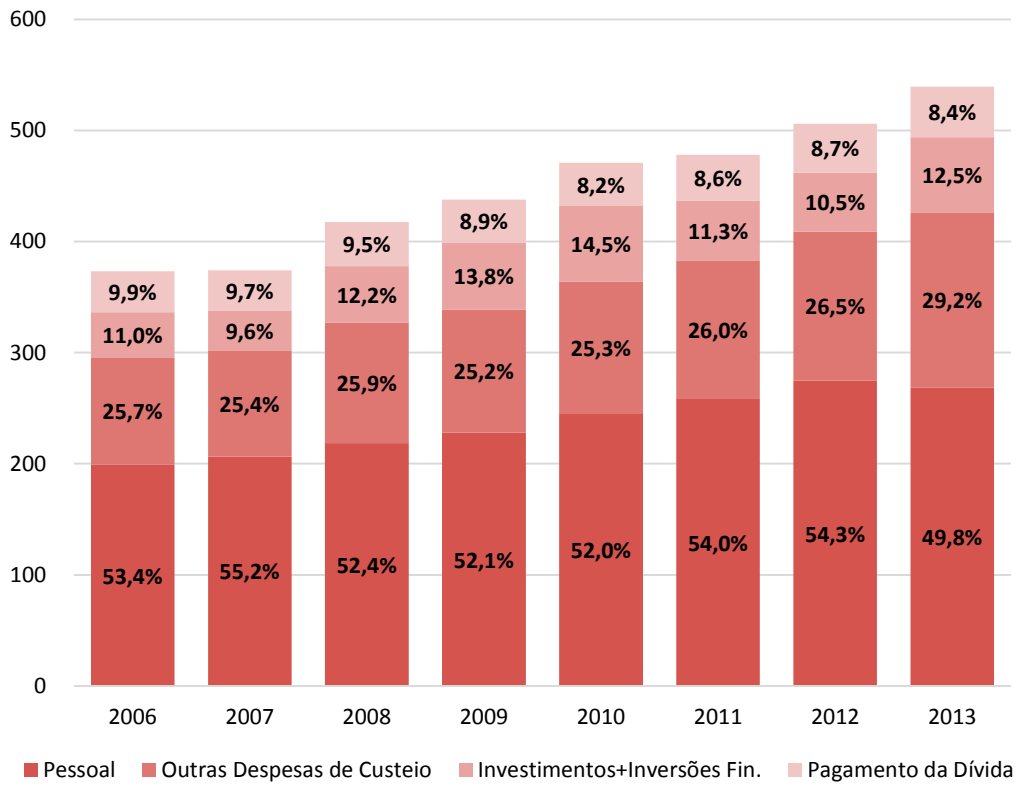


- ✓ O TOTAL DAS RECEITAS DISPONÍVEIS* DOS ESTADOS CRESCEU 47% ACIMA DA INFLAÇÃO ENTRE 2006 E 2013. A TÍTULO DE COMPARAÇÃO, O PIB CRESCEU 27%.
- ✓ ESSE FORTE CRESCIMENTO FOI IMPULSIONADO PELAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS (36%) E PELAS TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS (56%).
- ✓ MAS FOI A RECEITA DE CAPITAL QUE MAIS VARIOU, TENDO CRESCIDO 227%, O QUE SUSTENTOU A EXPANSÃO DOS INVESTIMENTOS.

Fonte: FINBRA/Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda, Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) de cada estado.
* Exclui deduções ao Fundeb, Transferências Constitucionais e Receitas Intra-orçamentárias. Vide Metodologia

... ACOMPANHADA PELO AUMENTO DAS **DESPESAS.**

DESPESAS ESTADUAIS TOTAIS – 2006-2013 (R$ BILHÕES 2013 E % DO TOTAL)

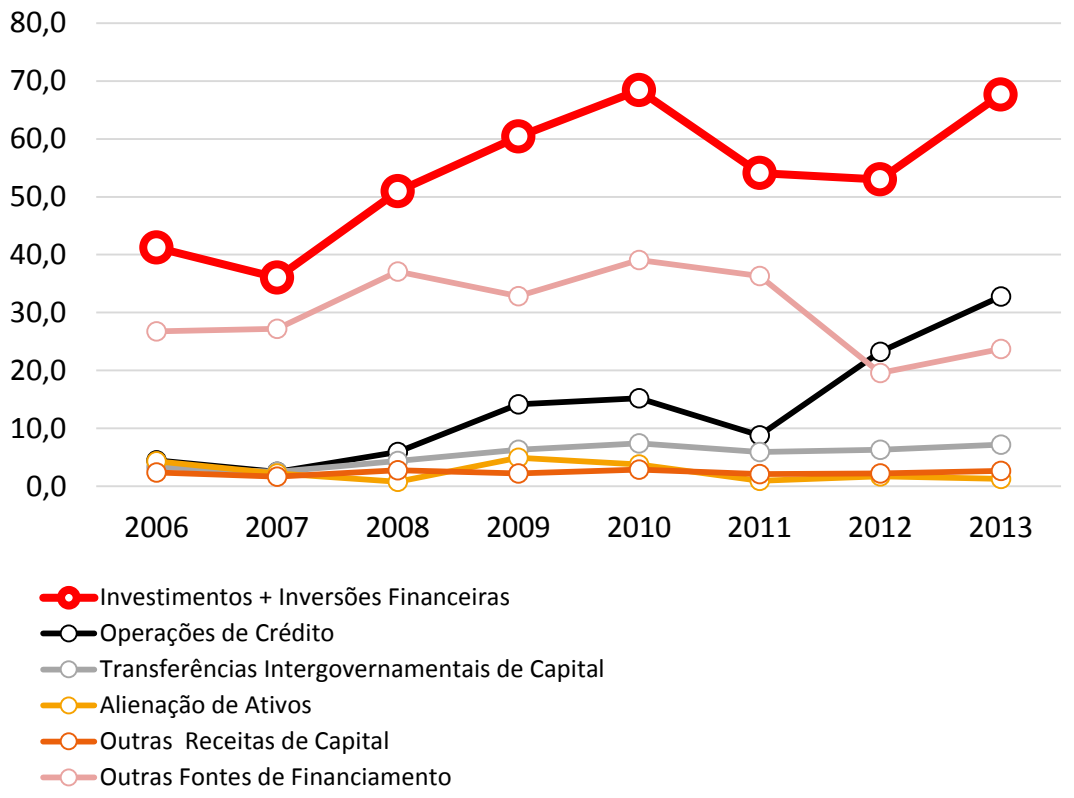


- ✓ O CRESCIMENTO DAS DESPESAS LÍQUIDAS* (45%) ACOMPANHOU DE PERTO A EXPANSÃO DAS RECEITAS ENTRE 2006 E 2013
- ✓ ESSE CRESCIMENTO FOI PUXADO PRINCIPALMENTE PELOS AUMENTO DE GASTOS COM CUSTEIO (64%). AS DESPESAS DE PESSOAL SE EXPANDIRAM EM 35% E OS PAGAMENTOS DA DÍVIDA, EM 23%
- ✓ OS INVESTIMENTOS E INVERSÕES FINANCEIRAS AUMENTARAM SUA PARTICIPAÇÃO NO ORÇAMENTO, COM EXPRESSIVO ACRÉSCIMO DE 64%

Fonte: FINBRA/Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda, Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) de cada estado.
* Exclui Transferências Constitucionais e Despesas Intra-orçamentárias. Vide Metodologia

Como foram financiados esses investimentos?

Investimentos e inversões financeiras 2006-2013
Fontes de financiamento (R$ bilhões 2013)



- ✓ A expansão de Investimentos e inversões se apoiou em operações de crédito, liberadas a partir de 2009 para fazer face à crise de 2008-2009
- ✓ Essas Operações se multiplicaram por 7 entre 2006 e 2013!

- ✓ Em 2006-2008, as operações de crédito financiaram 10% dos investimentos e inversões
- ✓ Em 2012-2013, essa participação pulou para 46%!

- ✓ As "Outras fontes de Financiamento", que incluem o superávit de cada exercício, escassearam
- ✓ Em 2012-2013, elas eram menores que em 2006

Fonte: FINBRA/Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda, Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) de cada estado.

Observando os estados individualmente, a **composição das receitas** mostra-se bastante heterogênea, ...

RECEITAS (R$ milhões 2013)

UF	Receita Disponível Total 2013 (R$ milhões)	Composição da Receita Disponível (%)					
		Receita Tributária	Transferências Correntes	Demais Rec Correntes	Operações de Crédito	Transferências de Capital	Demais Receitas de Capital
RO	5.427	35,6	43,1	14,4	6,4	0,5	0,0
AC	4.512	14,9	57,3	13,3	11,9	2,5	0,0
AM	12.203	40,6	29,7	17,0	7,9	1,7	3,1
RR	3.066	18,6	57,8	9,0	10,1	4,4	0,0
PA	14.465	40,6	41,0	14,5	3,4	0,4	0,1
AP	4.366	13,0	59,5	8,5	19,0	0,0	0,0
TO	6.060	24,1	54,8	12,8	6,0	1,2	1,1
MA	10.187	32,5	54,1	8,7	4,0	0,6	0,0
PI	6.601	30,5	52,2	8,2	7,5	1,5	0,0
CE	15.647	41,0	37,7	9,4	7,6	4,3	0,0
RN	8.279	37,9	44,5	10,1	7,4	0,1	0,1
PB	8.084	36,1	46,2	8,6	4,4	4,6	0,1
PE	21.820	38,7	34,9	9,0	13,3	4,1	0,1
AL	6.534	30,7	49,1	3,8	9,3	7,0	0,0
SE	6.678	28,6	48,7	10,3	11,2	1,2	0,1
BA	28.524	41,0	34,6	12,7	9,3	1,8	0,7
MG	49.590	54,0	22,5	14,2	7,0	0,9	1,4
ES	11.874	53,0	30,2	8,3	7,7	0,3	0,6
RJ	55.212	47,5	24,5	10,1	9,1	0,9	8,0
SP	136.595	60,2	17,8	17,8	3,4	0,8	0,0
PR	25.898	58,4	26,4	11,5	0,6	0,9	2,2
SC	16.956	54,2	26,2	12,6	6,4	0,5	0,1
RS	29.342	60,8	21,7	14,4	1,8	0,7	0,6
MS	8.616	52,0	24,1	11,7	5,6	6,6	0,1
MT	11.361	30,1	25,5	31,6	10,0	2,6	0,2
GO	17.198	55,3	20,7	15,6	7,8	0,5	0,0
DF	16.957	59,0	16,3	21,2	1,1	2,0	0,4

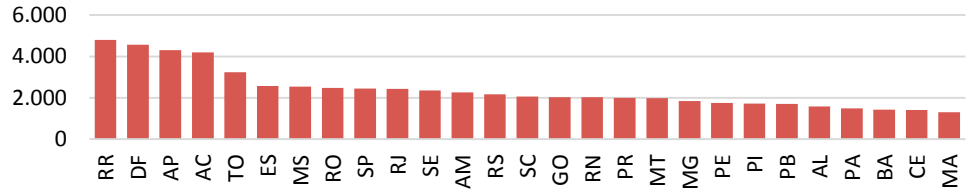
- ✓ A estrutura da receita varia bastante entre os Estados, sobretudo em função da base econômica e da legislação que regula as transferências intergovernamentais, principalmente do Fundo de Participação dos Estados - FPE
- ✓ Nos estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, a receita tributária é a mais expressiva
- ✓ Em 2013, em UFs como PR, RS, SC, ES, MG, SP, DF, GO, MS mais de 50% da receita veio de impostos e Taxas
- ✓ Já na maioria[1] dos estados do Norte e Nordeste, as transferências prevalecem
- ✓ No Acre, Amapá, Maranhão, Piauí, Roraima e Tocantins, mais de metade dos recursos vem do governo federal

Fonte: FINBRA/Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda, Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) de cada estado.
[1] Os maiores estados do Norte/Nordeste (Amazonas, Bahia, Ceará e Pernambuco) arrecadaram mais Receita Tributária do que obtiveram de Transferências.

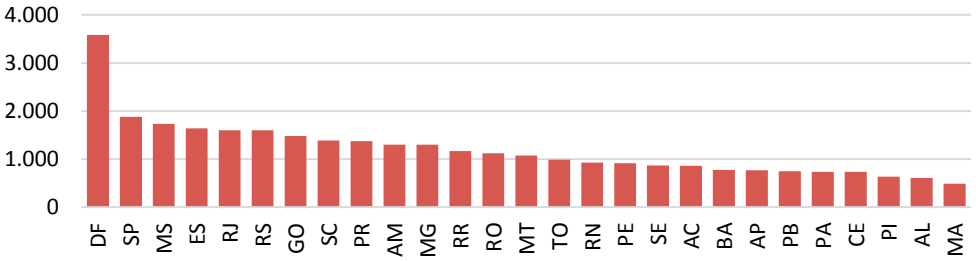
... CARACTERÍSTICA TAMBÉM VÁLIDA PARA A RECEITA TRIBUTÁRIA E DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES EM TERMOS *PER CAPITA*.

RECEITAS TRIBUTÁRIAS E DE TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS PER CAPITA (R$ 2013)

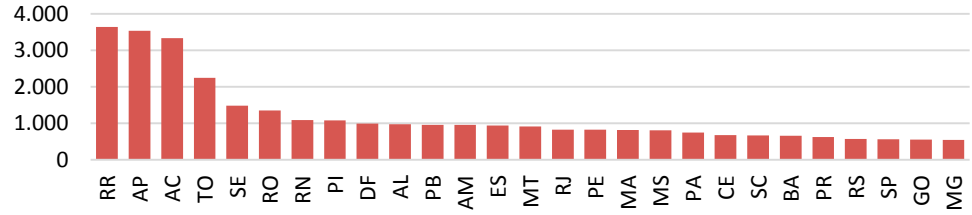
Receita Tributárias e de Transferências Correntes per capita



Receita Tributária per capita



Receitas com Transferências Correntes per capita



- ✓ Em termos *per capita*, estados do Norte menos populosos, como Roraima, Amapá, Acre e Tocantins, destacam-se com receitas bem acima dos demais
- ✓ Esse grande volume é impulsionado pelas transferências, especialmente de recursos federais do Fundo de Participação dos Estados - FPE

- ✓ No caso do DF, é a receita tributária que garante a boa posição em recursos disponíveis.
- ✓ A arrecadação de Tributos pelos estados nordestinos é o destaque negativo

- ✓ A receita tributária *per capita* de São Paulo, segunda maior do país, é quase 3 vezes maior do que a do Maranhão, a menor das 27 UFs

Fonte: FINBRA/Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda, Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) de cada estado.

Grande motor das receitas estaduais, as **Transferências Correntes** têm origens distintas entre os estados.

RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (R$ milhões 2013)

UF	Transferências Correntes Total 2013 (R$ milhões)	Composição das Transferências Correntes (%)			
		FPE[1]	SUS	Retorno do FUNDEB[2]	Demais Transferências Correntes
RO	2.339	64,1	5,9	25,6	4,3
AC	2.586	70,5	6,8	17,4	5,2
AM	3.628	41,0	11,7	27,0	20,3
RR	1.774	74,6	3,5	17,9	4,0
PA	5.926	55,0	5,6	27,3	12,1
AP	2.598	70,0	4,3	18,4	7,3
TO	3.322	69,6	7,9	19,4	3,1
MA	5.515	69,8	6,4	19,2	4,7
PI	3.446	66,8	6,4	18,6	8,1
CE	5.897	66,3	9,5	20,2	4,0
RN	3.681	61,7	4,6	19,4	14,3
PB	3.734	68,4	3,5	21,9	6,3
PE	7.608	48,3	17,8	24,0	9,8
AL	3.209	69,1	7,5	17,3	6,1
SE	3.251	68,1	7,1	16,1	8,6
BA	9.863	50,8	16,1	25,8	7,4
MG	11.134	21,3	9,5	52,5	16,7
ES	3.588	22,3	12,2	23,9	41,7
RJ	13.547	6,0	4,4	19,2	70,4
SP	24.316	2,2	16,9	63,3	17,6
PR	6.846	22,4	14,3	48,7	14,5
SC	4.437	15,4	11,2	39,3	34,1
RS	6.361	19,7	13,4	54,0	12,9
MS	2.079	34,1	6,0	38,2	21,7
MT	2.894	42,5	8,1	39,3	10,1
GO	3.559	42,6	0,0	45,5	11,9
DF	2.761	13,3	22,1	56,8	7,8

- ✓ A principal transferência para os estados, em valores absolutos, origina-se do FPE
- ✓ Com objetivo redistributivo, essa transferência beneficia, sobretudo, estados de menor renda *per capita* (Norte e Nordeste)
- ✓ Os líderes de receita em transferências *per capita* – Roraima, Amapá e Acre – recebem mais de 70% de suas transferências via FPE

- ✓ No Sul e Sudeste, preponderam transferências para políticas setoriais –SUS para saúde, Fundeb para Educação e outras
- ✓ Com uso carimbado para setores específicos, elas tornam o orçamento mais rígido
- ✓ O retorno do Fundeb responde por mais de 50% do total das transferências nos estados de SP e MG

Fonte: FINBRA/Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda, Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) de cada estado.
[1]Constitui-se por 21,5% do IR e do IPI arrecadados pela União.[2] Transferência recebida por cada estado, pelo rateio do fundo estadual em função das matrículas e pela complementação da União, quando couber.

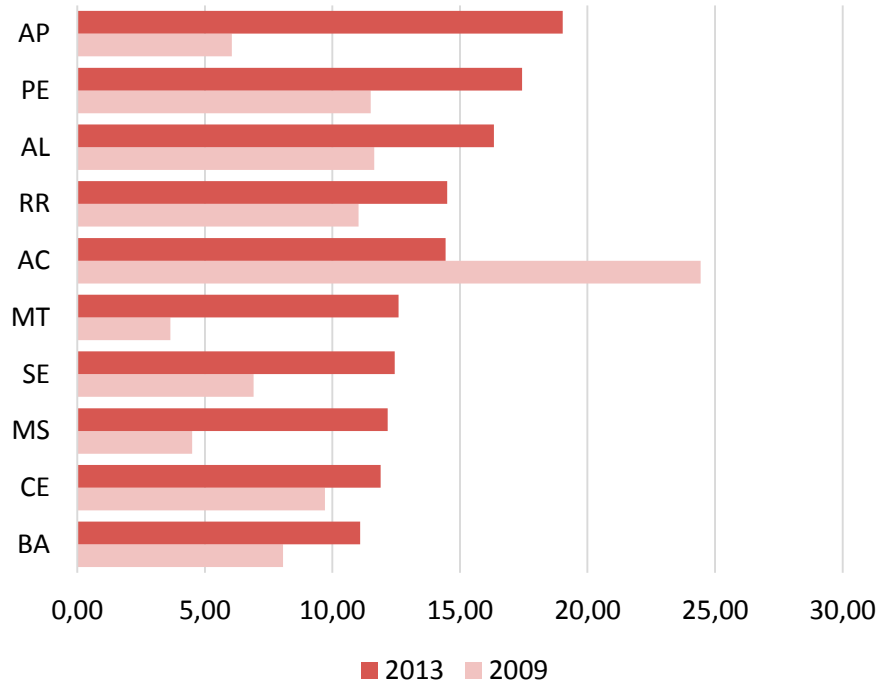
A PARTIR DE 2009, O PERFIL DA RECEITA CORRENTE SE ALTEROU E AS RECEITAS DE CAPITAL VÊM AUMENTANDO.

RECEITAS CORRENTES: RAZÃO FPE/ICMS, 2009-2013 (%) – 5 MAIORES VARIAÇÕES

UF	FPE / ICMS 2009 x 2013 (%)					
	2009	2010	2011	2012	2013	Variação 2009-2013
AP	497,5	463,4	539,9	413,7	386,4	-22,3%
GO	26,1	23,7	25,0	22,1	21,4	-18,3%
PB	134,7	120,8	133,4	119,2	110,4	-18,1%
MT	32,6	33,3	37,5	33,7	27,1	-16,9%
MA	174,6	160,3	170,6	155,6	147,6	-15,5%

- ✓ EM 2009, AS ARRECADAÇÕES FEDERAIS DO IR E DO IPI, QUE FORMAM O FPE, CAÍRAM POR FORÇA DA CRISE ECONÔMICA E DA POLÍTICA DE DESONERAÇÕES DO IPI
- ✓ COMO CONSEQUÊNCIA, AS TRANSFERÊNCIAS DO FPE ENCOLHERAM
- ✓ DESDE ENTÃO, O CRESCIMENTO DO ICMS TEM SUPERADO O DO FPE
- ✓ A RELAÇÃO FPE/ICMS DEMONSTRA ESSE MOVIMENTO – A RAZÃO CAI PARA **TODOS** OS ESTADOS, À EXCEÇÃO DO ES. A QUEDA É MAIS ABRUPTA PARA O AMAPÁ, GOIÁS E PARAÍBA.

RECEITAS DE CAPITAL: RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO + TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL/RECEITA DISPONÍVEL, 2009 e 2013 (%) – 10 MAIORES



- ✓ ENTRE 2009 E 2013, HOUVE FORTE CRESCIMENTO DAS RECEITAS DE CAPITAL NO TOTAL DE RECEITAS DISPONÍVEIS, IMPULSIONADO POR OPERAÇÕES DE CRÉDITO.

Fonte: FINBRA/Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda., Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) de cada estado.

A **COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS** MOSTRA-SE MAIS HOMOGÊNEA ...

DESPESAS (R$ milhões 2013)

UF	Despesa Líquida 2013 (R$ milhões)	Composição da Despesa Líquida (%)			
		Pessoal	Outras Despesas de Custeio	Investimentos + Inversões Fin.	Pagamento da Dívida (Amortização, Juros, Encargos)
RO	5.562	49,9	31,6	13,7	4,9
AC	4.724	40,3	31,9	19,8	8,0
AM	12.241	41,2	33,9	20,3	4,6
RR	3.140	41,5	43,4	12,7	2,4
PA	13.782	60,3	25,4	10,0	4,3
AP	4.178	46,5	26,4	18,6	8,5
TO	5.738	57,9	24,0	12,4	5,7
MA	10.976	46,7	30,5	14,9	7,9
PI	6.796	37,8	39,7	17,6	4,8
CE	15.208	49,5	28,5	16,8	5,1
RN	8.092	65,1	18,2	8,2	8,5
PB	8.105	50,7	31,3	13,3	4,6
PE	21.159	48,3	28,9	17,7	5,2
AL	6.240	53,0	22,0	13,9	11,1
SE	6.490	58,0	27,5	4,0	10,4
BA	27.274	52,3	30,3	9,5	8,0
MG	50.449	53,9	24,1	11,2	10,8
ES	12.259	48,0	27,2	20,8	4,0
RJ	55.542	50,8	26,0	12,9	10,4
SP	137.724	49,5	27,8	12,6	10,0
PR	25.803	52,0	34,8	7,7	5,4
SC	17.419	56,0	28,2	8,5	7,3
RS	30.759	61,5	24,4	4,6	9,4
MS	8.800	53,0	22,3	14,6	10,0
MT	11.376	51,3	22,2	20,9	5,7
GO	17.698	52,4	23,8	10,8	13,0
DF	17.763	52,1	32,2	13,8	1,8

- ✓ Diferentemente da Receita, no caso da Despesa líquida*, as diferenças entre os Estados se atenuam
- ✓ No conjunto, o gasto com pessoal prevalece, alcançando, em média, 51% do total, embora tenha superado 60% no Pará e no Rio Grande do Sul
- ✓ A participação dos Investimentos varia bastante
- ✓ O maior comprometimento com a prestação de serviços – Pessoal e Custeio – e com o pagamento da dívida encurta a capacidade de financiamento de investimentos
- ✓ Por outro lado, quem conta com maiores Transferências de Capital e Operações de Crédito acaba investindo mais

Fonte: FINBRA/Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda, Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) de cada estado.
* Exclui Transferências Constitucionais e Despesas Intra-orçamentárias.

... MAS A COMPOSIÇÃO VARIA BASTANTE CONFORME AS DESTINAÇÕES SETORIAIS.

DESPESAS POR FUNÇÃO (%)

Despesa por Função de Governo 2013 - Composição (%)

UF	Educação	Saúde	Segurança	Judiciário + Min. Público + Legislativo	Infra-estrutura	Previdência	Pagamento da Dívida	Demais Despesas
RO	17,1	16,1	14,8	17,3	8,4	5,4	4,9	16,1
AC	19,0	15,3	8,1	9,3	14,3	5,5	8,1	20,4
AM	17,5	19,2	9,1	9,2	12,1	8,5	4,6	19,9
RR	17,2	13,9	5,5	13,5	11,6	0,5	2,4	35,4
PA	17,7	13,4	11,5	12,7	7,2	16,9	4,3	16,3
AP	21,3	14,1	1,2	11,9	11,1	1,2	8,5	30,8
TO	16,2	20,1	10,3	11,5	8,9	5,1	5,7	22,1
MA	18,0	14,0	7,9	14,4	11,0	12,9	7,6	14,2
PI	17,2	14,6	1,4	9,0	10,7	17,1	4,8	25,2
CE	16,3	15,5	9,6	9,9	10,5	14,4	5,1	18,7
RN	19,0	14,1	8,7	14,4	4,2	17,2	8,5	14,0
PB	19,4	13,1	10,5	12,4	9,9	13,6	4,6	16,5
PE	13,0	18,6	9,4	7,9	12,2	16,1	5,2	17,7
AL	16,3	14,5	15,9	12,0	10,2	4,0	11,1	16,0
SE	12,4	13,5	10,8	12,2	4,4	19,8	10,4	16,5
BA	14,7	17,4	10,5	10,4	6,1	15,9	7,9	17,1
MG	14,9	12,7	11,8	9,9	4,9	23,7	10,9	11,1
ES	10,6	15,1	8,7	11,5	10,1	15,4	4,0	24,5
RJ	10,9	8,9	12,7	10,9	11,3	21,5	10,4	13,5
SP	21,8	13,4	6,7	7,9	12,7	18,0	10,0	9,5
PR	28,6	12,9	9,0	10,6	6,8	15,1	5,4	11,6
SC	14,3	14,5	9,0	12,8	4,7	20,4	7,3	17,0
RS	11,3	14,1	8,3	11,0	2,7	29,9	9,4	13,3
MS	15,3	7,9	9,8	14,2	11,3	16,9	10,0	14,6
MT	14,3	9,2	8,4	12,8	7,2	14,5	5,7	28,0
GO	16,8	13,7	8,6	9,2	7,2	12,1	13,0	19,4
DF	20,9	17,6	3,5	4,3	20,1	7,9	1,8	23,8

- ✓ No caso da Saúde e Educação, há pisos de aplicação definidos pela Constituição. No conjunto das despesas estaduais, essas áreas absorvem, em média, 31% do total
- ✓ Previdência segue em importância, acompanhada pelo Legislativo, Judiciário e Ministério Público, em alguns poucos casos superados pela Segurança
- ✓ As principais diferenças ocorrem em Infraestrutura, que inclui as despesas com Transporte, Urbanismo, Saneamento, Gestão Ambiental e Habitação, áreas mais intensivas em investimentos, que nem sempre têm recursos assegurados
- ✓ As despesas feitas pelas Empresas Públicas Estaduais, como as de Saneamento, não compõem as contas do Governo do Estado, tendo registro em balanço próprio.
- ✓ Destaque para o montante de recursos destinados à Previdência e ao Pagamento da Dívida: Em 15 dos 27 estados, elas representam mais de 20% da despesa, sendo maior nos maiores estados do Sul e Sudeste, principalmente pelo peso da Previdência

Fonte: FINBRA/Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda, Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) de cada estado.

CONCLUSÕES

A evolução da situação fiscal agregada dos Estados indica expressiva expansão das receitas correntes – tributária, transferências e outras correntes, com rápida recuperação após a crise de 2008-2009.

As crescentes despesas permanentes de pessoal e de custeio, no entanto, absorveram quase todo o ganho de receita.

Assim o crescimento do investimento ficou cada vez mais dependente de operações de crédito. Em 2013, elas sustentaram quase metade dos investimentos. As transferências de capital federais contribuíram com 10%.

A análise para cada Estado mostra substanciais diferenças na estrutura da Receita. Enquanto Sul e Sudeste dependem mais de sua Receita Tributária, o inverso ocorre, em geral, nos demais estados. As transferências exercem um papel crucial na receita de estados mais pobres, contemplados com significativas transferências do Fundo de Participação dos Estados - FPE, que redistribui renda entre as regiões do país. Embora essas transferências redistributivas não pesem na receita total de estados mais ricos (Sul/Sudeste), estes são contemplados por transferências importantes, voltadas a políticas setoriais de saúde e educação, principalmente.

Do lado da Despesa, a Previdência representa cerca de 14%, enquanto Educação e Saúde juntas respondem, em média, por 31% da Despesa Total, especialmente pelas vinculações obrigatórias, definidas na Constituição.

As vinculações constitucionais, a pesada parcela da Previdência e pagamento da dívida e o aumento recente do comprometimento com pessoal e custeio colocam um complexo desafio para os novos governadores.

Garantir a prestação de serviços, expandida pelos recentes investimentos, seguir investindo e garantir o pagamento da dívida colocam a estratégia de gestão fiscal como tema crucial para as próximas administrações.

Estratégias para a Melhoria da Gestão Fiscal

AJUSTE FISCAL IMEDIATO E SUSTENTÁVEL

- Fazer uma avaliação detalhada da situação fiscal do estado e definir uma estratégia de ajuste imediato, compreendendo (i) avaliação das grandes contas de receitas e despesas – quadro atual e projeções financeiras para 2015-2018; (ii) análise dos grandes contratos em vigor; (iii) agilização e liberação de empréstimos contratados e em negociação; (iv) implantação de política proativa de cobrança da Dívida Ativa do Estado; e (v) gestão proativa dos Restos a Pagar, quando couber.
- Iniciar diálogo estratégico com os representantes dos demais Poderes, com as forças políticas de apoio, com os sindicatos dos servidores públicos e com o empresariado, para construir um pacto de melhoria da gestão fiscal.
- Estruturar capacidade organizacional especializada e organizada em rede para realizar esforço sistemático e intensivo de captação e de gestão de novos recursos (via convênios ou financiamentos) junto ao Governo Federal e agências de financiamento (BNDES, Caixa, Banco do Brasil, BID, Banco Mundial, CAF).

1

Estratégias para a Melhoria da Gestão Fiscal

2 MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS VISANDO A GERAÇÃO DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS FUTURAS

- Simplificar, reduzir a burocracia e agilizar os procedimentos legais das empresas (abertura, encerramento, emissão de licenças, etc.).
- Estabelecer e cumprir padrões e prazos para a concessão de licenciamento ambiental de empreendimentos produtivos.
- Unificar e agilizar os serviços e processos de atendimento ao empresariado e à formalização de empresas.
- Instalar centros de certificação de qualidade e conformidade para empresas locais.
- Agilizar os processos e as decisões judiciais relativas a negócios e questões econômicas.

3 ATRAÇÃO E RETENÇÃO DE INVESTIMENTOS PRIVADOS ESTRUTURADORES

- Implantar/fortalecer o modelo estadual de atração de investimentos estruturantes e atração de grandes empreendimentos.
- Estimular parcerias de empresas locais com líderes nacionais e mundiais nas áreas de grande potencial.
- Elaborar “banco de projetos” e modelar grandes investimentos, desenvolvendo engenharia financeira inovadora para geração de receitas (ex: PPPs, negociação e gestão de recebíveis, geração de novas receitas sem aumentar a carga tributária).

Estratégias para a Melhoria da Gestão Fiscal

MELHORIA CONTÍNUA DA QUALIDADE E DA TRANSPARÊNCIA DO GASTO PÚBLICO

- Desenvolver novas modelagens para a gestão das despesas (ex: avaliação de impactos de projetos que implicam despesas adicionais).
- Reduzir a execução direta do Estado onde houver potencial de ganhos de eficiência, de qualidade e de atendimento dos serviços prestados, criando/fortalecendo mecanismos de controle da qualidade e do custo dos serviços prestados.
- Implantar/aprimorar metodologias e instrumentos de planejamento e gerenciamento de projetos de investimento (públicos e públicos/privados), consolidando a gestão por resultados. Incorporar a participação e comunicação com partes interessadas nas fases de formulação e aprovação dos projetos para sua efetiva implantação.
- Ampliar a transparência das informações, multiplicando canais de interação e participação da sociedade na formulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas.
- Instituir sistema de coleta de sugestões de melhoria do gasto público e de premiação aos autores cujas sugestões resultaram em resultados significativos.

4

Estratégias para a Melhoria da Gestão Fiscal

MELHORIA CONTÍNUA DA PRODUTIVIDADE DO GASTO PÚBLICO

- Aprimorar e disseminar metodologias e instrumentos de planejamento, gerenciamento e racionalização dos grandes processos de execução de serviços públicos (especialmente educação, saúde, segurança e suprimentos), utilizando intensamente automação de processos e premiações por ganhos de produtividade.
- Desenvolver e gerir o processo de inovação no âmbito da gestão pública, buscando soluções inovadoras adotadas no Brasil ou no exterior, criando "laboratórios de ideias" para melhoria de produtividade.
- Inovar no desenho ou reestruturação de organizações públicas e na racionalização dos seus processos, para: (i) monitorar a obtenção de resultados; (ii) aproximar as decisões dos usuários e beneficiários da ação governamental; (iii) melhorar a qualidade e produtividade dos serviços públicos; e (iv) somar recursos físicos, financeiros, conhecimentos e capacidades de gestão.
- Investir significativamente em modernas tecnologias de informação (TIC) a favor da melhoria da qualidade, rastreabilidade e conformidade do gasto público.

5

Estratégias para a Melhoria da Gestão Fiscal

6 GESTÃO ESTRATÉGICA DOS ATIVOS, DO ENDIVIDAMENTO E DA PREVIDÊNCIA

- Atualizar e manter em dia inventário dos ativos (imobiliários, patrimoniais e financeiros) do Estado, tendo em vista a gestão de garantias, inclusive para a viabilização de parcerias público-privadas.
- Desenvolver capacidade especializada na gestão dos ativos do Estado.
- Atualizar e manter em dia inventário dos passivos (financeiros, trabalhistas, previdenciários) do Estado, tendo em vista a gestão da conformidade e pontualidade dos pagamentos e a minimização dos custos e encargos.
- Consolidar e profissionalizar a gestão da Previdência Estadual.

7 GESTÃO FISCAL E FINANCEIRA DE ALTA PERFORMANCE

- Implantar e operar um grupo de inteligência e gestão estratégica do caixa estadual compreendendo (i) gestão do caixa estadual a médio e longo prazos; e (ii) avaliação dos impactos de decisões relativas a receitas e gastos do estado a curto, médio e longo prazos.
- Instituir Conselho de Gestão Fiscal no âmbito do Governo Estadual.
- Estimular a produção de avaliações da eficiência e eficácia das iniciativas e políticas públicas, por entidades externas ao Governo.
- Fortalecer os órgãos de controle internos, tais como Controladoria e Auditoria.
- Praticar “tolerância zero” com a corrupção e o desperdício de recursos públicos.

BIBLIOGRAFIA

- Finanças do Brasil (FINBRA). Disponível em http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/. Acessado em julho de 2014.

- Este estudo utiliza exclusivamente informações disponíveis ao público. Os dados da execução orçamentária e financeira dos estados entre 2006 e 2013 foram obtidos a partir da base FINBRA, no endereço eletrônico da STN/Ministério da Fazenda. Essas informações foram revistas, em alguns casos, para homogeneizar critérios de registro para o conjunto dos estados. Os ajustes tomaram por base os Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal – Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO do 6º Bimestre e Relatório de Gestão Fiscal – RGF do 3º Quadrimestre de cada estado, bem como seus Balanços, quando necessário.

- Para fins deste estudo, considerou-se a **Receita Disponível** dos estados, isto é, o montante da receita que efetivamente fica à disposição do Tesouro Estadual. A Receita Disponível obtém-se excluindo, da Receita Total, as deduções ao Fundeb, as Transferências Constitucionais - parcelas das receitas estaduais transferidas aos municípios por determinação constitucional e as Receitas Intra-Orçamentárias, estas relativas a operações entre órgãos e entidades do próprio Governo Estadual (o que evita duplicação de valores). As Despesas com Transferências Constitucionais e as Despesas Intra-Orçamentárias foram subtraídas da Despesa Total, para obter a **Despesa Líquida.**

- Para as despesas, considerou-se a categoria Despesas Empenhadas, ou seja, o compromisso de gasto assumido pelo Estado a cada ano.

BIBLIOGRAFIA

- Nos anos recentes, alguns estados realizaram operações de reestruturação de dívidas, tomando novos financiamentos para quitar parte de sua dívida com outros credores. Essas operações têm por objetivo, em geral, alongar o cronograma de pagamento da parcela reestruturada e/ou buscar melhores condições de juros. A realização dessas operações eventuais, de valores muitas vezes significativos, é registrada na execução orçamentária estadual, tanto na Receita de Operações de Crédito, quanto na despesa com pagamento da dívida - Amortização/ Juros da Dívida.
- Para fins desta análise fiscal, esses valores foram deduzidos da Receita e da Despesa. Sua dedução evita distorções, não apenas na comparação entre os estados nos anos em que ocorrem, como nas comparações de indicadores de um mesmo estado, ao longo do tempo. A ocorrência dessas operações é sugerida ao se observar a série histórica de receitas e despesas de cada estado, uma vez que implicam em mudanças bruscas e temporárias nas citadas rubricas. A efetiva ocorrência dessas operações e seu exato valor, no entanto, nem sempre estão disponíveis. Para que se considere que a mudança decorre de operação de reestruturação, devem-se consultar os Balanços estaduais e outros relatórios financeiros (nem sempre disponíveis ou suficientemente detalhados), além de pesquisa, no site das STN, das informações relativas a "Operações de crédito analisadas pelo Tesouro Nacional a partir do exercício de 2002, em cumprimento à Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001" (http://www3.tesouro.gov.br/lrf/index_novosite.asp).
- Com relação às Transferências Correntes, destaque-se o Fundeb. Enquanto o FPE, SUS, IPI-ex, entre outras, são transferências da União para os estados, o Fundeb se constitui, sobretudo, numa redistribuição de recursos no âmbito de cada estado. Para a constituição do Fundo, os municípios e seu estado aportam recursos, que retornam total ou parcialmente em função do número de matrículas de cada ente. Caso o valor apurado por aluno não alcance um mínimo estipulado, a cada ano, pela União, esta faz uma transferência complementar (em 2013, para AL, AM, BA, CE, MA, PA, PB, PE E PI).

BIBLIOGRAFIA

- A Transferência do Fundeb apresentada no estudo é o retorno do Fundeb, pois a contribuição ao Fundo foi deduzida das respectivas receitas. De fato, da parcela remanescente do ICMS, IPVA, IPI-ex e LCnº87/96, após as transferências constitucionais a seus municípios, os estados devem destinar 20% ao Fundeb. São também destinados, ao Fundeb, 20% do ITCD e da Transferência federal do FPE.
- A dedução dos montantes das operações, para as quais se encontraram informação abrangeu os estados ao lado, nos anos citados. O montante foi sempre simultaneamente deduzido de Receita de Operações de Crédito e de Despesa com Amortização da Dívida.
- No caso do Estado do Rio de Janeiro, foi excluída, das "Receitas Diversas", a Receita de Depósitos Judiciais, utilizada para pagar Precatórios no valor de R$ 3,3 bilhões. As despesas Judiciais com Pessoal e Custeio também estão líquidas deste valor. No caso das Despesas por Função, o ajuste recaiu sobre a Função Administração.
- Com relação às Transferências Correntes, cabe destacar a especificidade do Fundeb. Enquanto o FPE, o SUS, o IPI-ex, entre outras, são transferências da União para os estados, o Fundeb constitui-se, sobretudo, numa redistribuição de recursos no âmbito de cada estado. Para a constituição deste Fundo, os municípios e seu estado aportam recursos, depois rateados em função do número de matrículas de cada ente federativo. Caso o valor apurado por aluno não alcance um mínimo estipulado, a cada ano, pela União, esta faz uma transferência complementar. Os valores de Fundeb apresentados no estudo são o retorno do Fundeb, uma vez que a contribuição ao Fundo foi deduzida das respectivas receitas.

Operações de Reestruturação (R$ milhões)	
Minas Gerais	
2012	1.753
2013	2.406
Maranhão	
2013	1.465
Mato Grosso	
2012	968
Goiás	
2011	1.600
2012	330
Santa Catarina	
2012	1.478
2013	980

Anexo



Dicionário de Variáveis

INDICADORES DE RECURSOS

- **RECEITAS CORRENTES:** Somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços, as transferências correntes e demais receitas correntes.
- **RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**: Receita Corrente, deduzida a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira entre regimes previdenciários. Nos estados, são também deduzidas as transferências aos municípios realizadas por determinação constitucional.
- **RECEITAS DE CAPITAL:** Somatório das receitas de operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos, transferências de capital e outras.
- **OPERAÇÕES DE CRÉDITO**: Receita de empréstimos obtidos junto a entidades estatais ou particulares internas ou externas ou da colocação de títulos públicos.
- **ALIENAÇÃO DE BENS**: Registra o valor total da receita decorrente da alienação de bens móveis e imóveis.
- **RECEITA PATRIMONIAL:** Somatório das receitas referente ao resultado financeiro da fruição do patrimônio, seja decorrente de bens imobiliários ou mobiliários, seja de participação societária. Inclui a receita de concessões e permissões.
- **RECEITA TRIBUTÁRIA**: Registra o valor total da arrecadação da receita tributária (impostos, taxas e contribuições de melhoria, esta raramente cobrada por estados).
- **TRANSFERÊNCIAS CORRENTES:** Recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, independentemente de contraprestação direta de bens e serviços.
- **TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL:** Inclui as transferências intergovernamentais (recebidas de outra esfera de governo), as de instituições privadas, do exterior e/ou de pessoas, tendo por finalidade concorrer para a formação de um bem de capital, estando vinculadas à constituição ou aquisição do mesmo.

Fonte: FINBRA/Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda.

Dicionário de Variáveis

INDICADORES DE RECURSOS

- **DESPESAS CORRENTES (PESSOAL E OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO):** aquisição de material de consumo, serviços diversos prestados por pessoas físicas e jurídicas (concessionárias de serviços públicos e prestadores de serviços em geral), pagamento de tributos e contribuições sociais (INSS, FGTS, etc), pagamento de diárias, subvenções sociais e econômicas, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, entre outras. Incluem-se também o pagamento de juros, comissões e outros encargos da dívida contratual.
- **DESPESAS DE CAPITAL:** Despesas com investimentos, inversões financeiras e amortização de dívidas.
- **INVESTIMENTOS:** Despesas com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.
- **INVERSÕES FINANCEIRAS:** Despesas orçamentárias com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital e com a constituição ou aumento do capital de empresas.
- **AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA:** Despesas com o pagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.
- **JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA:** Despesas orçamentárias com o pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas contratadas.

Fonte: FINBRA/Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda.

Dicionário de Siglas

- **CIDE**: Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico-Combustíveis – Lei 10.336/2001
- **FPE**: Fundo de Participação dos Estados
- **FPM**: Fundo de Participação dos Municípios
- **FUNDEB**: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
- **IPCA**: Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, calculado pelo IBGE
- **ICMS**: Imposto sobre a Circulação de Mercadoria e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
- **IPI:** Imposto sobre Produtos Industrializados
- **IPI-ex:** Cota-Parte do IPI - Estados Exportadores de Produtos Industrializados
- **IPTU:** Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
- **IPVA**: Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
- **IR**: Imposto de Renda
- **IRRF**: Imposto de Renda Retido na Fonte
- **ISSQN**: Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
- **ITBI:** Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis
- **ITCD:** Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos.
- **ITR:** Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural
- **LC nº87/96:** Transferências Financeira do ICMS – Desoneração
- **RPPS:** Regime Próprio de Previdência dos Servidores
- **STN**: Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda
- **SUS:** Sistema Único Saúde

Fonte: FINBRA/Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda.

Composição da Receita Total Disponível

COMPOSIÇÃO DA RECEITA DISPONÍVEL - 2013

UF	Receita Disponível Total 2013 (R$ milhões)	Composição da Receita Disponível (%)					
		Receita Tributária	Transferências Correntes	Demais Rec Correntes	Operações de Crédito	Transferências de Capital	Demais Receitas de Capital
RO	5.427	35,6	43,1	14,4	6,4	0,5	0,0
AC	4.512	14,9	57,3	13,3	11,9	2,5	0,0
AM	12.203	40,6	29,7	17,0	7,9	1,7	3,1
RR	3.066	18,6	57,8	9,0	10,1	4,4	0,0
PA	14.465	40,6	41,0	14,5	3,4	0,4	0,1
AP	4.366	13,0	59,5	8,5	19,0	0,0	0,0
TO	6.060	24,1	54,8	12,8	6,0	1,2	1,1
MA	10.187	32,5	54,1	8,7	4,0	0,6	0,0
PI	6.601	30,5	52,2	8,2	7,5	1,5	0,0
CE	15.647	41,0	37,7	9,4	7,6	4,3	0,0
RN	8.279	37,9	44,5	10,1	7,4	0,1	0,1
PB	8.084	36,1	46,2	8,6	4,4	4,6	0,1
PE	21.820	38,7	34,9	9,0	13,3	4,1	0,1
AL	6.534	30,7	49,1	3,8	9,3	7,0	0,0
SE	6.678	28,6	48,7	10,3	11,2	1,2	0,1
BA	28.524	41,0	34,6	12,7	9,3	1,8	0,7
MG	49.590	54,0	22,5	14,2	7,0	0,9	1,4
ES	11.874	53,0	30,2	8,3	7,7	0,3	0,6
RJ	55.212	47,5	24,5	10,1	9,1	0,9	8,0
SP	136.595	60,2	17,8	17,8	3,4	0,8	0,0
PR	25.898	58,4	26,4	11,5	0,6	0,9	2,2
SC	16.956	54,2	26,2	12,6	6,4	0,5	0,1
RS	29.342	60,8	21,7	14,4	1,8	0,7	0,6
MS	8.616	52,0	24,1	11,7	5,6	6,6	0,1
MT	11.361	30,1	25,5	31,6	10,0	2,6	0,2
GO	17.198	55,3	20,7	15,6	7,8	0,5	0,0
DF	16.957	59,0	16,3	21,2	1,1	2,0	0,4

Fonte: FINBRA/Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda.

COMPOSIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

COMPOSIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - 2013

UF	Transferências Correntes Total 2013 (R$ milhões)	Composição das Transferências Correntes (%)			
		FPE	SUS	Retorno do FUNDEB	Demais Transferências Correntes
RO	2.339	64,1	5,9	25,6	4,3
AC	2.586	70,5	6,8	17,4	5,2
AM	3.628	41,0	11,7	27,0	20,3
RR	1.774	74,6	3,5	17,9	4,0
PA	5.926	55,0	5,6	27,3	12,1
AP	2.598	70,0	4,3	18,4	7,3
TO	3.322	69,6	7,9	19,4	3,1
MA	5.515	69,8	6,4	19,2	4,7
PI	3.446	66,8	6,4	18,6	8,1
CE	5.897	66,3	9,5	20,2	4,0
RN	3.681	61,7	4,6	19,4	14,3
PB	3.734	68,4	3,5	21,9	6,3
PE	7.608	48,3	17,8	24,0	9,8
AL	3.209	69,1	7,5	17,3	6,1
SE	3.251	68,1	7,1	16,1	8,6
BA	9.863	50,8	16,1	25,8	7,4
MG	11.134	21,3	9,5	52,5	16,7
ES	3.588	22,3	12,2	23,9	41,7
RJ	13.547	6,0	4,4	19,2	70,4
SP	24.316	2,2	16,9	63,3	17,6
PR	6.846	22,4	14,3	48,7	14,5
SC	4.437	15,4	11,2	39,3	34,1
RS	6.361	19,7	13,4	54,0	12,9
MS	2.079	34,1	6,0	38,2	21,7
MT	2.894	42,5	8,1	39,3	10,1
GO	3.559	42,6	0,0	45,5	11,9
DF	2.761	13,3	22,1	56,8	7,8

Fonte: FINBRA/Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda.

Componentes da Receita per capita

PRINCIPAIS COMPONENTES DA RECEITA PER CAPITA - 2013

UF	Principais Componentes da Receita per Capita 2013 (R$)		
	Receita Tributária (A)	Transferências Correntes (B)	(A) + (B)
RO	1.117	1.353	2.470
AC	863	3.331	4.194
AM	1.302	953	2.255
RR	1.169	3.634	4.803
PA	737	744	1.480
AP	770	3.535	4.305
TO	988	2.247	3.236
MA	488	812	1.300
PI	633	1.082	1.715
CE	731	672	1.403
RN	930	1.091	2.021
PB	745	954	1.699
PE	916	826	1.742
AL	608	972	1.580
SE	869	1.481	2.349
BA	776	656	1.432
MG	1.300	541	1.841
ES	1.638	934	2.572
RJ	1.601	828	2.429
SP	1.882	557	2.439
PR	1.375	622	1.997
SC	1.385	669	2.053
RS	1.598	570	2.168
MS	1.730	804	2.534
MT	1.076	910	1.985
GO	1.478	553	2.032
DF	3.583	990	4.573

Fonte: FINBRA/Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda.

Fundo de Participação dos Estados e ICMS

FPE EM RELAÇÃO AO ICMS - 2009-2013

UF	FPE / ICMS 2009 x 2013 (%)				
	2009	2010	2011	2012	2013
RO	95,3	84,7	90,8	89,1	93,7
AC	454,5	392,5	476,9	369,5	385,1
AM	39,3	32,7	37,8	34,8	33,4
RR	432,4	393,4	473,3	448,7	425,3
PA	83,4	79,0	88,2	75,7	70,7
AP	497,5	463,4	539,9	413,7	386,4
TO	272,3	258,2	272,6	244,7	232,3
MA	174,6	160,3	170,6	155,6	147,6
PI	165,4	147,4	166,2	150,2	144,4
CE	88,1	79,0	88,0	80,5	76,3
RN	103,5	97,7	104,6	96,7	96,2
PB	134,7	120,8	133,4	119,2	110,4
PE	62,0	54,1	56,8	54,4	53,1
AL	147,3	132,5	146,4	139,7	134,6
SE	171,5	150,1	165,8	153,5	147,6
BA	60,6	54,8	61,9	57,5	53,2
MG	12,2	8,8	12,4	11,7	11,2
ES	14,1	13,7	14,3	13,7	15,5
RJ	4,5	4,1	4,5	3,5	4,1
SP	0,8	0,7	0,8	0,6	0,8
PR	14,2	17,9	14,6	13,4	12,4
SC	9,2	8,2	8,8	8,4	8,2
RS	9,6	8,9	9,9	9,4	8,9
MS	20,0	19,7	20,7	19,9	19,0
MT	32,6	33,3	37,5	33,7	27,1
GO	26,1	23,7	25,0	22,1	21,4
DF	8,5	8,1	9,0	8,4	8,5

Fonte: FINBRA/Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda.

Receita de Operações de Crédito e Transferências de Capital

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL EM RELAÇÃO À RECEITA DISPONÍVEL - 2009/2013

UF	Receita de Operações de Crédito + Transferências de Capital/Receita Disponível (%)	
	2009	2013
RO	2,04	6,93
AC	24,43	14,44
AM	14,35	9,61
RR	11,03	14,50
PA	6,71	3,83
AP	6,06	19,03
TO	11,00	7,18
MA	6,00	4,59
PI	14,91	9,01
CE	9,71	11,89
RN	4,57	7,47
PB	6,85	9,03
PE	11,50	17,43
AL	11,65	16,33
SE	6,91	12,44
BA	8,06	11,09
MG	5,14	7,88
ES	2,31	7,93
RJ	2,88	9,98
SP	2,30	4,17
PR	1,24	1,48
SC	0,60	6,89
RS	0,93	2,51
MS	4,51	12,17
MT	3,65	12,59
GO	3,17	8,35
DF	5,50	3,15

Fonte: FINBRA/Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda.

Composição da Despesa Líquida

COMPOSIÇÃO DA DESPESA LÍQUIDA - 2013

UF	Despesa Líquida 2013 (R$ milhões)	Composição da Despesa Líquida (%)			
		Pessoal	Outras Despesas de Custeio	Investimentos + Inversões Fin.	Pagamento da Dívida (Amortização, Juros, Encargos)
RO	5.562	49,9	31,6	13,7	4,9
AC	4.724	40,3	31,9	19,8	8,0
AM	12.241	41,2	33,9	20,3	4,6
RR	3.140	41,5	43,4	12,7	2,4
PA	13.782	60,3	25,4	10,0	4,3
AP	4.178	46,5	26,4	18,6	8,5
TO	5.738	57,9	24,0	12,4	5,7
MA	10.976	46,7	30,5	14,9	7,9
PI	6.796	37,8	39,7	17,6	4,8
CE	15.208	49,5	28,5	16,8	5,1
RN	8.092	65,1	18,2	8,2	8,5
PB	8.105	50,7	31,3	13,3	4,6
PE	21.159	48,3	28,9	17,7	5,2
AL	6.240	53,0	22,0	13,9	11,1
SE	6.490	58,0	27,5	4,0	10,4
BA	27.274	52,3	30,3	9,5	8,0
MG	50.449	53,9	24,1	11,2	10,8
ES	12.259	48,0	27,2	20,8	4,0
RJ	55.542	50,8	26,0	12,9	10,4
SP	137.724	49,5	27,8	12,6	10,0
PR	25.803	52,0	34,8	7,7	5,4
SC	17.419	56,0	28,2	8,5	7,3
RS	30.759	61,5	24,4	4,6	9,4
MS	8.800	53,0	22,3	14,6	10,0
MT	11.376	51,3	22,2	20,9	5,7
GO	17.698	52,4	23,8	10,8	13,0
DF	17.763	52,1	32,2	13,8	1,8

Fonte: FINBRA/Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda.

Despesa por função de Governo

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO - 2013

UF	Despesa por Função de Governo 2013 - Composição (%)							
	Educação	Saúde	Segurança	Judiciário + Min. Público + Legislativo	Infraestrutura	Previdência	Pagamento da Dívida	Demais Despesas
RO	17,1	16,1	14,8	17,3	8,4	5,4	4,9	16,1
AC	19,0	15,3	8,1	9,3	14,3	5,5	8,1	20,4
AM	17,5	19,2	9,1	9,2	12,1	8,5	4,6	19,9
RR	17,2	13,9	5,5	13,5	11,6	0,5	2,4	35,4
PA	17,7	13,4	11,5	12,7	7,2	16,9	4,3	16,3
AP	21,3	14,1	1,2	11,9	11,1	1,2	8,5	30,8
TO	16,2	20,1	10,3	11,5	8,9	5,1	5,7	22,1
MA	18,0	14,0	7,9	14,4	11,0	12,9	7,6	14,2
PI	17,2	14,6	1,4	9,0	10,7	17,1	4,8	25,2
CE	16,3	15,5	9,6	9,9	10,5	14,4	5,1	18,7
RN	19,0	14,1	8,7	14,4	4,2	17,2	8,5	14,0
PB	19,4	13,1	10,5	12,4	9,9	13,6	4,6	16,5
PE	13,0	18,6	9,4	7,9	12,2	16,1	5,2	17,7
AL	16,3	14,5	15,9	12,0	10,2	4,0	11,1	16,0
SE	12,4	13,5	10,8	12,2	4,4	19,8	10,4	16,5
BA	14,7	17,4	10,5	10,4	6,1	15,9	7,9	17,1
MG	14,9	12,7	11,8	9,9	4,9	23,7	10,9	11,1
ES	10,6	15,1	8,7	11,5	10,1	15,4	4,0	24,5
RJ	10,9	8,9	12,7	10,9	11,3	21,5	10,4	13,5
SP	21,8	13,4	6,7	7,9	12,7	18,0	10,0	9,5
PR	28,6	12,9	9,0	10,6	6,8	15,1	5,4	11,6
SC	14,3	14,5	9,0	12,8	4,7	20,4	7,3	17,0
RS	11,3	14,1	8,3	11,0	2,7	29,9	9,4	13,3
MS	15,3	7,9	9,8	14,2	11,3	16,9	10,0	14,6
MT	14,3	9,2	8,4	12,8	7,2	14,5	5,7	28,0
GO	16,8	13,7	8,6	9,2	7,2	12,1	13,0	19,4
DF	20,9	17,6	3,5	4,3	20,1	7,9	1,8	23,8

Fonte: FINBRA/Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda.

Dívida Consolidada

DÍVIDA CONSOLIDADA - 2013

UF	Dívida Consolidada (R$ milhões) Em 31/08/2013	Dívida Consolidada / Receita Corrente Líquida (%)
RO	3.006	62,6
AC	2.736	80,5
AM	3.672	36,0
RR	1.840	79,7
PA	2.865	21,3
AP	1.121	33,5
TO	1.924	37,2
MA	4.501	49,3
PI	4.176	72,3
CE	6.282	48,1
RN	1.491	21,0
PB	3.266	48,3
PE	10.903	65,1
AL	8.593	160,1
SE	3.556	65,8
BA	14.132	65,0
MG	83.644	195,5
ES	5.396	51,0
RJ	79.319	186,4
SP	213.391	176,3
PR	19.201	80,8
SC	15.062	99,4
RS	53.152	208,1
MS	8.105	114,6
MT	5.320	55,5
GO	16.543	112,9
DF	4.392*	29,8*

Fonte: FINBRA/Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda.
* em 30 de Abril de 2013

Macroplan®
Prospectiva, Estratégia & Gestão

Dúvidas ou sugestões?

Enviar e-mail para macroplan@macroplan.com.br

RIO DE JANEIRO

Rua Visconde de Pirajá, 351 - Sala 718
Ed. Fórum de Ipanema
Ipanema - Rio de Janeiro/RJ
Cep: 22410-906
Fone/fax: (21) 2287-3293

SÃO PAULO

Av. Paulista, 1636 - Un. 204
Ed. Paulista Corporate
Bela Vista - São Paulo / SP
CEP.: 01310-000
Fone/Fax: (11) 3285-5634

BRASÍLIA

SCN, Quadra 01 - Bloco C, Sala 908
Ed. Brasília Trade Center
Asa Norte - Brasília/DF
Cep: 70.711-902
Fone: (61) 3328-6504 | Fax: (61) 3328-7446

www.macroplan.com.br